

Estudos

Interdisciplinares sobre Gênero e Feminismo 2

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Estudos

Interdisciplinares sobre Gênero e Feminismo 2

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|---|
| E82 | <p>Estudos interdisciplinares sobre gênero e feminismo 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Feminismo; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-790-1 DOI 10.22533/at.ed.901192111</p> <p>1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.</p> <p>CDD 306.7</p> |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Feminista... é fazer aquilo que diziam que eu não podia fazer; aquilo que diziam que só o homem pode fazer, eu como mulher também posso fazer. Feminista, acima de tudo é quebrar barreira, é mostrar que a gente pode fazer o trabalho independente do homem, não necessariamente que tenha um do lado. (Ajurimar Bentes – integrante do Grupo de Mulheres Guerreiras Sem Teto, do Movimento dos Sem Teto de Salvador, 2010)

A interdisciplinaridade é uma alternativa em relação ao conhecimento compartimentado em disciplinas e ao discurso de autores contemporâneos que, se por um lado têm representado avanços em algumas discussões específicas, por outro, fica a dever na abordagem científica e na problematização de temas que devem ser considerados em sua complexidade e que ultrapassam o âmbito teórico e metodológico de uma única disciplina. A reflexão interdisciplinar, métodos de uma área para outra, o que possibilita a geração de novos conhecimentos e profissionais com fundamentação sólida e integradora.

A construção das identidades culturais e de gênero na sociedade contemporânea, cujas transformações especialmente a chamada globalização, “acirrada” desde a década de 70 são objeto de reflexão da teoria social. A partir da compressão do tempo-espaço, da globalização da economia e da informação, a construção das identidades ganha novos contornos e necessita ser discutida. As travestis, transformistas, drag-queens e transexuais os transgêneros refletem as constituições de identidade e de gênero.

A sociedade contemporânea tem sido objeto de várias discussões na teoria social, particularmente suas transformações a partir da década de 70. Nessas discussões são várias as denominações para este processo, como pós-modernidade, modernidade tardia, modernidade reflexiva. Esses rótulos, entretanto, não são o que mais importa, mas sim as modificações intensas e contundentes na contemporaneidade e, acredito, vale a pena refletir sobre alguns aspectos dessa mudança.

Antes de tratar especificamente da questão da identidade na sociedade contemporânea, parece-me importante inserir na discussão alguns autores que refletem sobre o próprio cenário contemporâneo embutindo nessa discussão, de forma mais ou menos explícita, a questão das identidades. Como se dá a construção e reconstrução das identidades em um cenário fragmentado, permeado estética e informacionalmente pela mídia, por imagens sobrepostas, por informações sobrepostas, redes, fluxos, riscos e incertezas.

Hall afirma ainda que um aspecto importante relacionado à questão da identidade estaria ligado às transformações na alta modernidade, especialmente a globalização. As mudanças de tempo e espaço, as fragmentações dentro da própria modernidade e a ruptura com antigas tradições, a diferença como característica fundamental, enfim,

processos de descontinuidade, fragmentação, ruptura, deslocação, características da alta modernidade, contribuiriam sobremaneira para a transformação das identidades, que se tornariam fragmentadas e plurais. “Quanto mais a vida social torna-se mediada pelo marketing global de estilos, lugares e imagens, pelos trânsitos internacionais, por imagens de mídia e sistemas de comunicações em redes globais, mais as identidades tornam-se destacáveis - desconectadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo estar ‘à deriva’. Somos confrontados por uma série de diferentes identidades, cada uma delas nos atraindo, ou antes atraindo diferentes partes de nós, a partir das quais parece possível fazer escolhas. ” (Hall, 1995: 57). Não é possível, então, pensar as identidades de forma deslocada do contexto, da experiência concreta. Na sociedade contemporânea parece ser difícil pensar no desejo de uma “unidade”. A globalização, assim, antes de estar vinculada a uma totalidade transcendente, permitiria uma proliferação de fragmentos. Ou seja, o local como parte integrante do mundo. Paisagens reais e virtuais que, de algum modo, se oferecem ao olhar de maneira parcial, mas ao mesmo tempo, como parte de um todo.

Na construção de uma perspectiva interdisciplinar, tão necessária para se dar conta dos processos multidimensionais, usar o conceito de gênero, a reprodução das ideologias e relações de gênero a partir das seguintes dimensões a) a dimensão simbólica, referente aos modelos e tipos ideais sobre masculino e feminino; b) a dimensão normativa, que diz respeito a tradução desse mundo simbólico em normas e valores c) a dimensão institucional, pertinente as instituições sociais – tais como, família, escola, estado, igreja, mídia, mercado, dentre outras – responsáveis pela disseminação dessas normas e valores; e d) a dimensão subjetiva, que diz respeito ao processo de interiorização desses valores e comportamentos correspondentes. Outro marco fundamental é O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949. A sentença mais utilizada é a notória “Não se nasce mulher, torna-se”.

Não basta a simples “transmissão de conhecimentos” teóricos provenientes dos estudos interdisciplinares de gênero e sexualidade na superação de preconceitos e discriminações na escola. É necessário ir além, abrir espaços no interior das instituições escolares para se problematizar os sentimentos, as resistências e os preconceitos que cercam esta temática.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SAÚDE PÚBLICA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO, EDUCAÇÃO E DIREITO | |
| Izadora Ribeiro Silva Costa Lina Maria Brandão de Aras | |
| DOI 10.22533/at.ed.9011921111 | |
| CAPÍTULO 2 | 13 |
| O CORPO E O GÊNERO NO CURRÍCULO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE | |
| Murilena Pinheiro de Almeida Marco Antonio Leandro Barzano Cleyde Oliveira de Castro Maria de Lourdes Esteves Bezerra Cenair Felini Soares | |
| DOI 10.22533/at.ed.9011921112 | |
| CAPÍTULO 3 | 28 |
| O SILENCIAMENTO DA DOR: FEMINICÍDIO NA BAHIA ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2018 | |
| Fadja Mariana Fróes Rodrigues Tânia Rocha Andrade Cunha | |
| DOI 10.22533/at.ed.9011921113 | |
| CAPÍTULO 4 | 40 |
| SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA FÍSICA: DESFAZENDO MITOS | |
| Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro Giovanna Souza Picolo Valquiria Nicola Bandeira Carlos Simão Coury Corrêa Monica Soares Andreza de Souza Fernandes Vanessa Cristina Scaringi Fernando Sabchuk Moreira | |
| DOI 10.22533/at.ed.9011921114 | |
| CAPÍTULO 5 | 56 |
| OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES: UMA RELAÇÃO VISCERAL | |
| Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa Tainá Rocha dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.9011921115 | |
| CAPÍTULO 6 | 68 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E OS DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL | |
| Rosária de Fátima de Sá Pereira da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.9011921116 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 7 | 80 |
| POR UMA DRAMATURGIA FEMINISTA: JORNADAS DE F(R)ICÇÃO | |
| Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra | |
| DOI 10.22533/at.ed.9011921117 | |
| CAPÍTULO 8 | 90 |
| PARTEIRAS E DOULAS BRASILEIRAS: AUTONOMIA E ARTICULAÇÕES FEMINISTAS EM REDE | |
| Danielle Andrade Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.9011921118 | |
| CAPÍTULO 9 | 103 |
| OS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS DO USO ABUSIVO DO ÁLCOOL E AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA PSICOLOGIA NO TRATAMENTO DE MULHERES ADULTAS | |
| Ana Paula Almeida dos Santos | |
| Rafael Antonio Oiticica de Miranda | |
| Alexandra Soares dos Santos | |
| José Euclimar Xavier de Menezes | |
| Marcos Moura Nogueira | |
| DOI 10.22533/at.ed.9011921119 | |
| CAPÍTULO 10 | 112 |
| RELAÇÕES DE GÊNERO E PLANEJAMENTO REPRODUTIVO EM RELACIONAMENTOS HETEROSSEXUAIS: NEGOCIAÇÕES, LIMITES E O PROTAGONISMO FEMININO | |
| Suzianne Jackeline Gomes dos Santos | |
| Mary Alves Mendes | |
| DOI 10.22533/at.ed.90119211110 | |
| CAPÍTULO 11 | 124 |
| REPERCUSSÕES HOMOSSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA | |
| José Renato Santos de Oliveira | |
| Ingrid de Souza Silva | |
| Tatiane Pina Santos Linhares | |
| Tatiana Tarrão dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.90119211111 | |
| CAPÍTULO 12 | 135 |
| “SOMOS HUMANOS NA RUA”: USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS ATENDIDOS PELO PROJETO PONTO DE CIDADANIA | |
| Alexandra Soares dos Santos | |
| Ana Paula Almeida dos Santos | |
| Rafael Antonio Oiticica de Miranda | |
| Sueli Jesus Santana | |
| Mônica Coutinho Cerqueira Lima | |
| DOI 10.22533/at.ed.90119211112 | |
| CAPÍTULO 13 | 143 |
| SEGREGAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS DE 2002 E 2014 | |
| Débora Juliene Pereira Lima | |
| Ana Márcia Rodrigues da Silva | |
| Edna Raimunda Teodoro | |
| DOI 10.22533/at.ed.90119211113 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 14 | 154 |
| TERRITÓRIO DE NARRATIVAS: LOCAIS DESTINADOS ÀS MULHERES NOS DISCURSOS PRODUZIDOS NOS MUSEUS DO CENTRO HISTÓRICO BELENENSE | |
| Silvia Raquel de Souza Pantoja Melissa Walesk de Oliveira Dias Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.90119211114 | |
| CAPÍTULO 15 | 164 |
| TRABALHO, POLÍTICA E GÊNERO: O PAPEL DA MULHER NA HISTÓRIA E O RESGATE DO FEMINISMO | |
| Fernanda Andrade Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.90119211115 | |
| CAPÍTULO 16 | 174 |
| TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERAS(OS) EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: NORMATIVAS BRASILEIRAS | |
| Gabriela Bothrel Echeveria Vivianny Kelly Galvão Verônica Teixeira Marques | |
| DOI 10.22533/at.ed.90119211116 | |
| CAPÍTULO 17 | 185 |
| VADIAGENS DA CIÊNCIA-EXPERIÊNCIA: GINGANDO NUMA RODA MULTIRREFERENCIAL COM CAROLINA DE JESUS, INACYRA FALCÃO E ELZA SOARES | |
| Régia Mabel da Silva Freitas | |
| DOI 10.22533/at.ed.90119211117 | |
| CAPÍTULO 18 | 194 |
| UM CORPO NEGRO EM DIÁSPORA NA PRODUÇÃO DE UMA ATENÇÃO À SAÚDE FEMINISTA E ANTIRRACISTA | |
| Lais Alves Porto | |
| DOI 10.22533/at.ed.90119211118 | |
| CAPÍTULO 19 | 200 |
| MULHERES NA LUTA POR PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA EXPERIÊNCIA RECENTE EM NOSSA SENHORA DA GLÓRIA (SE) | |
| Itanamara Guedes Cavalcante Maria do Carmo Santos Lopes | |
| DOI 10.22533/at.ed.90119211119 | |
| CAPÍTULO 20 | 212 |
| SAÚDE INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER: DESAFIO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA | |
| Divanise Suruagy Correia João Klínio Cavalcante Laura Marques Angelo Neto Maria das Graças Monte Mello Taveira Viviane Maria Cavalcante Tavares Sandra Lopes Cavalcanti | |
| DOI 10.22533/at.ed.90119211120 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 223 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 224 |

NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SAÚDE PÚBLICA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO, EDUCAÇÃO E DIREITO

Izadora Ribeiro Silva Costa

Universidade Federal da Bahia, PPGNEIM -
Salvador - Bahia

Lina Maria Brandão de Aras

Universidade Federal da Bahia, PPGNEIM -
Salvador - Bahia

RESUMO: O presente artigo nasce da inquietação sobre a violência contra a mulher, tentando responder sobre o que indicam os dados de registro de notificação compulsória de violência doméstica, sexual e outras violências contra a mulher, no âmbito da saúde pública município de Salvador, entre 2010-2015. Tem como objetivo geral investigar e dimensionar a violência na perspectiva do atendimento à saúde nesse período, para tanto foi necessário registrar o processo de implantação da ficha, descrever e analisar o referido instrumento, levantar os dados entre 2010 e 2015 e identificar possíveis distorções considerando o locus de atendimento. Quanto à metodologia utilizou-se da pesquisa documental, numa perspectiva feminista, utilizando de uma abordagem qualitativa dos dados encontrados. Nessa perspectiva o artigo pretende discutir, dentre outros pontos relevantes, a relação entre os dados de notificação e o nível educacional das mulheres vítimas de violência assim como aponta para a discussão sobre o processo de

educação/formação na perspectiva de gênero tanto das mulheres quanto dos profissionais que realizam a notificação. A direção deste é de realização de um diálogo crítico com as categorias de gênero, violência, saúde e educação, embasado na teoria feminista sustentando a posicionalidade da pesquisadora. Espera-se, assim, contribuir para uma reflexão sobre os dados pesquisados e no fortalecimento e de superação de uma realidade tão complexa e multifacetada muito presente na vida de muitas mulheres: a violência.

PALAVRAS-CHAVE: MULHER, VIOLÊNCIA, SAÚDE, GÊNERO, EDUCAÇÃO.

NOTICE OF VIOLENCE AGAINST WOMEN IN PUBLIC HEALTH: A ISSUE OF GENDER, EDUCATION AND LAW

ABSTRACT: This article is born from the concern about violence against women, trying to answer about this indicates data from the registry of compulsory notification of domestic, sexual and other violence against women in the public health municipality of Salvador, between 2010-2015. Its general objective is to investigate and dimension the violence in the perspective of health care in this period. Therefore, it was necessary to record the process of implantation of the form, to describe and analyze this

instrument, to collect data between 2010 and 2015 and to identify possible distortions considering the locus of care. Regarding the methodology we used the documentary research, from a feminist perspective, using a qualitative approach of the data found. From this perspective, the article intends to discuss, among other relevant points, the relationship between the notification data and the educational level of women victims of violence as well as points to the discussion about the education / training process in the gender perspective of both women and men. notifying professionals. The direction of this is to conduct a critical dialogue with the categories of gender, violence, health and education, based on feminist theory supporting the positionality of the researcher. It is hoped, thus, to contribute to a reflection on the researched data and the strengthening and overcoming of such a complex and multifaceted reality very present in the lives of many women: violence.

KEYWORDS: WOMAN, VIOLENCE, HEALTH, GENDER, EDUCATION.

1 | NOTAS INTRODUTÓRIAS

Este artigo intenta apresentar parte dos dados levantados em pesquisa que objetivou analisar e dimensionar os dados de notificação compulsória de violência contra a mulher realizadas no período de 2010-2015, partindo do questionamento: o que revelam os dados de registro da Ficha de Notificação Compulsória de Violência na Saúde, no âmbito da saúde pública município de Salvador, entre 2010-2015, considerando os lócus de atendimento?

A motivação para o estudo está situada no percurso acadêmico, profissional e de militância no âmbito de enfrentamento à violência contra a mulher atuando enquanto Assistente Social da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) e da área técnica da Saúde da Mulher na Secretaria Municipal de Saúde (SMS), onde uma das principais frentes de trabalho estava centrada na mobilização e capacitação dos profissionais de saúde para o preenchimento da Ficha de Notificação Compulsória de Violência na Saúde, estratégia do Ministério da Saúde para que os casos de violência doméstica, sexual e outras violências contra crianças, adolescentes, idosos/as, pessoas com deficiência e mulheres sejam notificados pelos profissionais que realizarem atendimento.

Nesse âmbito de intervenção a situação das mulheres não diferenciava dos demais citados: sofriam, cotidianamente, todas as formas de violência (patrimonial, física, simbólica entre tantas outras) e, no que diz respeito à saúde, são evidenciadas sequelas que transitavam nos diversos níveis a saber: as doenças sexualmente transmissíveis e seus desdobramentos, abortamento, lacerações genitais, lesões permanentes e na área da saúde mental.

Nesse sentido as atuações, entre as demais, apontaram e proporcionaram uma ampliação do entendimento da complexidade que envolve a violência doméstica contra a mulher, entre outras violências e, diante da necessidade de aproximação

teórica, ingressei nos estudos nos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva (ISC/UFBA) e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM). Neste último ingressei no Mestrado, estando em andamento no Doutorado, ampliando os estudos nas relações de gênero e na pesquisa acerca da notificação compulsória e seus desdobramentos.

2 | ABORDAGEM METODOLÓGICA

Quanto ao caminho metodológico a pesquisa centrou-se enquanto método de análise a epistemologia feminista, aportando-se na teoria do ponto de vista (*feminist standpoint theory*) como uma filosofia e uma proposta de abordagem de pesquisa, de construção do conhecimento que coloca dois desafios fundamentais: ver e compreender o mundo através dos olhos e as experiências, aplicar a visão e os conhecimentos de mulheres oprimidas em prol do ativismo e mudança social. (BROOKS, 2006). Na perspectiva feminista, entendendo que o conhecimento é sempre situado, posicionando-se contra a objetividade, utilizando o papel da experiência. (HARDING, 1998).

Quanto ao procedimento técnico adotado foi pesquisa documental, buscando analisar os elementos da Ficha de Notificação Compulsória de Violência na Saúde, elaborada pelo Ministério da Saúde, que alimenta os dados do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), considerando o lapso de tempo entre 2010 e 2015, período este apontado como de consolidação do instrumento, após alimentação, revisões, análise e avaliação do mesmo, utilizando abordagem qualitativa dos dados considerando o universo de significados que ocorrem nos espaços das relações, buscando maior fidelidade possível (MINAYO, 2011).

A expectativa aqui reside no sentido de levantar pontos de análise e discussão acerca da interseccionalidades existente entre violência, saúde, educação e formação profissional na tentativa de estabelecer estratégias de superação do estado de violência presente no cotidiano das mulheres, explicitados nos atendimentos de saúde.

3 | A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENQUANTO MECANISMO DO PODER MASCULINO E A INTERFACE COM O ATENDIMENTO À SAÚDE DA MULHER

As relações de gênero não são fixas. Estas são fluídas e mutáveis, que variam de espaço no interior das sociedades, mas, configuram-se em relações de poder e que, na América Latina, em especial no Brasil, predominam as relações de gênero patriarcais, que resultam num contexto de maiores privilégios, prestígios e poder estabelecidas de forma diferenciada, favorecendo os homens, expressos de forma recorrente na violência doméstica. (MACEDO & SARDENBERG, 2011).

Esse panorama pode ser compreendido quando observamos o quantitativo de mulheres violentadas, muitas vezes fatalmente, ao longo da história e, quando se amplia o olhar para o contexto dessas relações podemos perceber que a violência ultrapassa os muros domésticos e toma o mundo público e expressa-se nas instituições de ensino, no mercado de trabalho e nos serviços de atendimento.

Há, portanto, a necessidade de pensar que as relações de gênero forneceriam uma lente que ampliaria o olhar para uma série de aspectos da sociedade que naturalizam as assimetrias entre homens e mulheres, através de símbolos e valores que foram assimilados de forma polarizada desde a infância que imprimem lugares tanto no mundo público como privado (MACEDO & SARDENBERG, 2011).

Através da análise do estudo de Lia Zanota Machado (2001), Maria Cecília Minayo (2005) registra, de maneira concisa e preciosa, as formas de viver a masculinidade e a violência. Minayo (2005) descreve uma história que inclui a construção de uma masculinidade que deve se impor perante os demais, colocando o homem com central, sujeito da sexualidade, ainda arraigada no patriarcalismo, como lugar de ação, chefia, poder e de provimento.

Estas posições podem se expressar de maneira diversa, e ambígua, ao mesmo tempo que o coloca também em posição de vítima, quando imersos em situações de marginalidade, carros, armas de fogo, entre outros. De fato, essa socialização histórica nos coloca em posição de desigualdade na sociedade e reflete nos mais variados aspectos, incluindo a violência.

As relações sociais seguem colocando a mulher em posição de desigualdade, operando de forma exclui-la dos processos de inserção social, em especial, quando há uma vulnerabilidade que direciona essas mulheres ao sistema de proteção social, mas não sem antes experimentar situações de violência, simbólica, institucionalizadas no nosso cotidiano.

Ainda que na contemporaneidade as mulheres estejam no lugar de mantenedoras do grupo familiar, nas universidades, nos espaços antes legitimados como masculinos, com um decréscimo do número de filhos entre outras posições, as relações patriarcais de gênero operam frequentemente entre esses espaços fazendo com que o esforço empreendido por mulheres seja ainda maior, inclusive perante as escolhas que não estão em conformidade com o modelo esperado pela sociedade que se mantém, ora como palco de discursos modernos, ora como reprodutora de esquemas antigos de dominação atualizados.

As leituras permitem identificar o lugar permanente de dominação dos homens quando registramos o controle e modelação dos corpos, na divisão sexual do trabalho, no acúmulo entre os papéis sociais, na autoridade dos homens nas questões domésticas convertidas em exploração industrial nas mulheres da Malásia, por exemplo. Todas essas registram também formas de resistência a esse poder exercido pelos homens nas suas diversas faces sociais ainda que de forma multidiferenciada (ROSALDO E LAMPHERE, 1979).

Mas ainda há persistência numa questão: por que a relação entre homens e mulheres continua desigual? E, ainda, como através do tempo continuamos a originar e propagar uma ordem social dominada pelos homens? (ROSALDO E LAMPHERE, 1979).

Lia Zanota Machado (2001), tomando como base o discurso lacaniano sobre a construção da masculinidade, discute a construção social de gênero e das violências registrando na metáfora da paternidade que Lacan “inscreve o masculino como portador da lei, afirmando, ao mesmo tempo, que nenhum pai real ou imaginário está à altura da função, pois se trata da lei simbólica...” (MACHADO, 2001, p. 04). Como a presença do falo é reconhecido como potência e a ausência deste a consequente incompletude, o feminino relaciona-se com a ideia de castração, portanto, de impotência, estabelecendo estruturas de posições nas funções paterna e materna, formatando a estrutura simbólica de poder masculino.

A autora ratifica que os referidos estudos são interessantes para pensar os atributos e valores destinados a cada gênero, que foram definindo lugares na sociedade para homens e mulheres, e na relação entre masculinidade e violência, tendo, esta, uma ligação com os atributos de virilidade, potência, controle, rivalidade, honra, entre outros, que exigem performances que não podem ser previstas, que podem variar entre a agressão moral e o homicídio da mulher, dependendo da relação entre eles.

A autora reflete adiante no seu estudo sobre os novos ditames morais da sociedade moderna que tenta, através de vários mecanismos de pacificação, a alteração desses lugares de violência, mas que pode se tornar um risco para as mulheres uma vez que essas alterações simbolicamente perpetuam o lugar do feminino na subordinação ao homem, resignificado do ideário anterior de “bicho danado” desta vez denominado de “homem honrado” que continua anunciando os parâmetros de relacionamento “em nome da lei”. Assim nos chama atenção sobre a violência contra as mulheres,

No Brasil, dada a pouca generalização da cidadania, os valores positivos da pertença social do mundo relacional da honra, podem estar se enfraquecendo, ao mesmo tempo em que aumenta a “violência interpessoal”, sob o signo de um desencontro do “antigo” valor masculino do exercício do controle das mulheres e da rivalidade entre homens e o “novo” valor dos “direitos da mulher”. (MACHADO, 2001, p.26)

Nesse caminho de pensar em estratégias teóricas e políticas de intervenção de enfrentamento da questão da violência contra a mulher, em destaque na América Latina e Brasil, nos deparamos com o percurso de luta das feministas, das clássicas às contemporâneas, que aglutinaram problemas sociológicos e questões sociais relacionados ao trabalho, família, política e saúde enquanto pontos de tensão na vida das mulheres, questionando a ordem sexual mantida como natural.” (SCAVONE, 2008).

Como afirma a autora,

Ao apontar esses temas e problemas, as análises decorrentes do diálogo da teoria feminista com a Sociologia (e poderíamos dizer com a Antropologia, a História, a Filosofia e a Política) vão evidenciar que as questões da saúde, da violência, do trabalho, da religião, da cultura estão todas marcadas por relações de poder e dominação entre os sexos e que a análise desses problemas, também, não pode mascarar a compreensão das outras relações sociais a ela associadas, como classe, raça/etnia. (SCAVONE, 2008 p. 179)

Evidenciando, assim, que as questões relacionadas à violência aparecem na variada lista de desigualdades perpetradas ao longo da vida das mulheres, e que não foi negligenciada pelos estudos e pela militância política, destacando a inter-relação com as categorias de classe e raça.

No Brasil, segundo estudos de Sardenberg e Macedo (2011), na década de 90, a cada quatro minutos uma mulher registrava queixa policial de agressão física, número que chama mais atenção se pensarmos o quanto outras violências ocorrerem e não foram reconhecidas como tal e nem foram tampouco registradas em órgãos de proteção. Há uma necessidade ainda de retirar a violência da relação com a pobreza, alcoolismo, frustrações, entre outros aspectos relacionados aos seus comportamentos como “bom pai”, “trabalhador”.

Nesse sentido, Sardenberg e Macedo (2011) registram questionamentos:

Por que um homem considerado bom pai, trabalhador e pessoa amigável é o mesmo que espanca e, até mesmo, mata sua esposa? O que faz um homem - aparentemente incapaz de cometer violências - ferir, mutilar e até tirar a vida de sua companheira por motivo fútil como a queima de uma comida ou um atraso de dez minutos de volta do supermercado? (MACEDO & SARDENBERG 2011, p. 45)

Quando da experiência profissional no atendimento às mulheres vítimas de violência, posso afirmar que essa pergunta era muito frequente na Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres (DEAM) quanto nas unidades de saúde, por parte destas e demais pessoas envolvidas e, num movimento auto reflexivo e quase que punitivo. Logo após, surgiam as perguntas sobre se seu comportamento contribuiu para aquela violência sofrida; se havia algo feito de forma errada que o irritou... deixando evidente como esse modelo perpassa as relações e a consciência.

A realidade da violência contra a mulher é complexa, multifaceta e requer uma interlocução com construções teóricas e metodológicas que levem em consideração essa condição histórica de subalternidade, mas também, há registros dos avanços perpetrados pelo movimento feminista e do movimento de mulheres que, coletivamente, reúnem aspectos de teoria e militância para o enfrentamento constante dessa situação ainda muito presente nos diversos serviços de atendimento à mulher, em especial, os serviços de saúde.

Em seus estudos no Grupo de Violência e Gênero nas práticas de saúde Lila Schraiber (2003) nos chama atenção para o quanto a linguagem é importante para a relação interpessoal na assistência e quão reveladora pode se constituir quanto se estabelece uma possibilidade entre as usuárias e os profissionais. Falar de violência não é algo fácil, tranquilo especialmente se ela faz parte do nosso cotidiano. É

preciso ultrapassar a linguagem da doença para que haja a abertura do canal da comunicação entre estes pares.

Particularmente na saúde mental a noção de sofrimento pode ser associada a uma série de patologias e “simplificadas” de nome da segurança de intervenção. Como cita “sofrer dos nervos e sofrer de violência são situações que podem ser associadas e, talvez, uma parte da tradução da situação da violência vivida, esteja sendo feita à luz desse “nervoso” e, desta forma, recebida nos serviços de saúde” (SCHRAIBER, 2003, p.06).

Outro aspecto importante que cabe sinalizar mais uma vez é a complexidade do próprio entendimento da violência, tanto por parte das usuárias como dos profissionais. Estas nuances podem influenciar na percepção das situações de violência e o quanto estas atingem a saúde da mulher e, conseqüentemente, distanciar o atendimento e encaminhamentos.

Nesse sentido o campo da Saúde Coletiva, nasce de uma crítica à medicina e saúde pública hegemônicas, com pretensões políticas de reforma social, dispondo-se a trabalhar de maneira articulada com essas dimensões, a política e a social, com releituras dessas práticas numa direção emancipatória e concreta, percebendo a violência contra a mulher nas suas interfaces com as questões de segurança, cultural, moral e social, incluindo o âmbito privado como espaço de adoecimento e valorização das práticas em saúde.

Por isso indaga Schraiber (2009),

Por que insistimos em apontar essas qualidades diferentes no conhecimento da Saúde e as tomamos como necessárias para o campo? ” Porque reconhece nesse campo recursos capazes de orientarem alterações na qualidade vida das pessoas por meio de uma intervenção plural e crítica. Mas com isso não se furta de apontar alguns desafios no que diz respeito às pesquisas, as formulações teóricas, a linguagem de abordagem patologizante e a quebra da neutralidade. (SCHRAIBER, 2009, p. 1024)

4 | UTILIZANDO A LENTE DE GÊNERO FRENTE OS DADOS

Como já sinalizado, aqui serão destacados 02 dos aspectos dos dados encontrados na pesquisa, considerando um encontro com a perspectiva feminista: quanto ao lócus de atendimento e o nível de escolaridade das mulheres que sofrem violência.

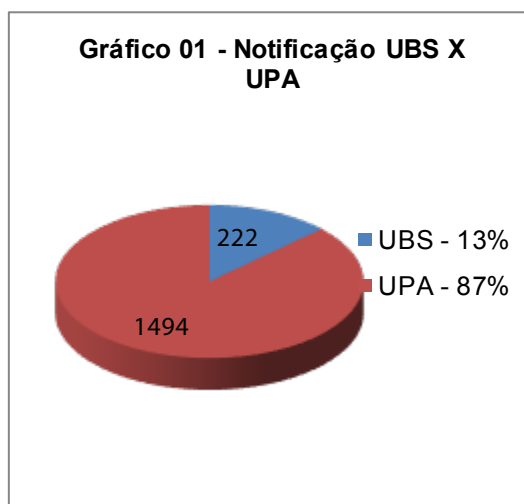
Quanto ao lócus de atendimento ou unidade notificadora, gráfico a seguir esclarece quanto ao panorama das notificações no município de Salvador segundo a tipologia de atendimento da unidade que realiza a notificação. Este campo é de preenchimento obrigatório conforme o Instrutivo VIVA (BRASIL, 2011)

A título de informação, na atenção básica temos uma organização dos pontos de atenção à saúde que se dividem por tipo de atendimento e nível de complexidade. A chamada Unidade Básica de Saúde (UBS), juntamente com as equipes da Estratégia

de Saúde da Família (ESF), funciona como porta de entrada de usuários do SUS para atendimentos de baixa complexidade no objetivo de orientar quanto à prevenção de doenças e agravos, mas, funcionam como filtro para os demais encaminhamentos em unidades de referência.

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA) são unidades intermediárias entre as unidades básicas e as grandes unidades hospitalares, visando articular e integrar todos os equipamentos de saúde para qualificar e humanizar o atendimento dos usuários em situação de urgência e emergência, diminuindo os encaminhamentos das unidades básicas para a alta complexidade.

Os dados do Gráfico 01 evidencia a predominância de notificações realizadas por profissionais das Unidades de Pronto Atendimento de Salvador com 87% do total de casos notificados, ainda que estejam em quantitativo bem menor do que os profissionais das unidades básicas de saúde. As UBS/EFS registram somente 13% do total de casos notificados.



Fonte: SMS/SUIS/SINAN – Tabnet - 2010-2015

Essa distorção, a partir dos dados levantados, nos leva a refletir, em especial, sobre a supra necessidade de realizar o registro de notificação: a importância que tem essa notificação para assegurar os direitos das mulheres atendidas nas unidades básica de saúde por todo e qualquer profissional, considerando que essa tipologia estar em maior número nos territórios. Outro ponto diz respeito à possibilidade de ampliação de recursos financeiros e políticos a serem investidos para a redução dessas ocorrências a partir do aumento dos dados de notificação, recursos estes a serem direcionados para a política de saúde pública tendo em vista a abordagem já registrada acerca dos impactos dessa violência na qualidade de vida das mulheres em todas as faixas etárias.

O que nos faz refletir o quanto se faz urgente pensar em estratégias de mobilizar os profissionais da equipe multidisciplinar de saúde que trabalham com a escuta que

deve ser qualificada ao ponto de identificar o agravo presente na vida das mulheres que passam nos diversos profissionais.

Conseguir compreender a violência numa perspectiva de gênero, entender elementos presentes nesse discurso no atendimento no consultório e dar eficiência a este atendimento pode significar a melhoria da qualidade de vida dessa mulher e, talvez, evitar e/ou prevenir processos que vão desencadear desde o transtorno mental até o óbito.

Quanto aos dados sobre o **grau de escolaridade das mulheres**: dos 18 aos 25 anos, 90 mulheres encontram-se com nível médio completo (equivalente a 12 anos de estudos) e 76 mulheres com ensino médio incompleto (equivalente a 8 a 11 anos de estudo).

Podemos ainda considerar que estes casos notificados já possuíam na sua maioria uma formação educacional básica, pois 72 delas declararam que estavam no nível de 5ª a 8ª série incompleta, ou seja, sem concluir a 8ª série, mas, com 5 a 7 anos de estudo. Há o registro ainda de 8 casos de mulheres com nível superior completo e 37 em curso.

Na faixa dos 26 aos 45 anos em números absolutos nos revelam um aumento no quantitativo de mulheres com nível médio completo, assim como de nível superior completo que atinge o número de 35 casos. Este dado demonstra o crescimento de mulheres que atingiram o nível superior, porém, esta não é uma condição única para sair do ciclo da violência. Esta superação envolve alguns itens estratégicos que dizem respeito ao entendimento dessas relações de gênero patriarcais, ainda que resignificadas para sobreviverem, até ao encontro com serviços institucionais eficientes no objetivo de acolher e orientar a mulher vítima de violência para a quebra do ciclo da violência.

Devem fazer parte desses serviços de assistência profissionais que tenham na sua formação técnica elementos que permitam aos mesmos fazer essa leitura de realidade diante dos casos atendidos nos diversos lócus de atendimento.

Na última faixa etária registrada pela pesquisa, de 46 a 59 anos, o número absoluto declina para 19 mulheres com nível médio completo e apenas 6 com nível superior. Considerando ainda que a maioria dos casos nessa faixa estão localizados no DS Barra/Rio Vermelho, distrito que concentra bairros centrais com relação aos vários serviços sociais, incluindo educação, saúde e outros espaços de socialização e que poderiam servir de ferramentas de autonomia dessas jovens estarem preparadas para escolhas na sua vida e, até mesmo, estratégias de enfrentamento.

Ainda que o levantamento informe que há uma elevação dos números de mulheres com ensino médio completo, nível superior em curso e completo, importante salientar a importância dos estudos de gênero na formação destas mulheres na perspectiva de se constituir uma ferramenta para o empoderamento feminino. Ainda que a educação formal não garanta o distanciamento da violência de gênero, a formação de homens e mulheres na direção de uma autonomia econômica,

psicológica e afetiva pode auxiliar na transformação de uma cultura machista, diante do enfrentamento e não aceitação da condição de submissão e subalternidade em que se encontram muitas mulheres.

5 | À GUISA DE CONCLUSÃO, SEM ENCERRAR O ASSUNTO

Diante dos dados selecionados para apresentação nessa discussão precisamos indagar no interior do campo da saúde um aspecto importante a desafiar que é o campo da interdisciplinaridade. Desafio de romper com uma atenção em saúde fragmentada e compartimentalizada, de entender o potencial que cada profissão envolvida tem no acompanhamento da situação, construção de práticas mais amplas e competentes.

Partindo do entendimento que simplesmente estabelecer uma equipe com diversos profissionais no atendimento não garante práticas interdisciplinares, faz-se necessário também qualificar os profissionais para além da prática da multidisciplinaridade para a efetiva trans e interdisciplinaridade onde cada saber preservaria sua integridade, com autonomia e horizontalidade, garantindo assim o princípio da integralidade dos sujeitos e dos coletivos. (MENDES E SILVA, 2013).

É nesse terreno árido e crônico que a interdisciplinaridade tenta se construir acirrado pela política de sucateamento do setor e, não se pode deixar de considerar as limitações que se encontram os serviços de saúde como a redução das equipes de saúde, equipamentos precários, apoio diagnóstico com lacunas e afastamentos dos princípios fundamentais do SUS pressionados pela ofensiva neoliberal contundente.

Percebemos assim que a notificação e seus desafios devem ser pensados também no nível macro que envolvem tomadas de decisão nos âmbitos governamentais que incidirão diretamente sobre a vida das mulheres. Nessa direção os dados dessa pesquisa dialogam com o estudo, revelando a necessidade de uma reflexão atualizada e profunda acerca da notificação e seus desafios, em especial para as mulheres que sobrem violência, em especial nessa análise, no que tange à educação das mulheres na direção de sua autonomia e empoderamento e na formação de profissionais numa perspectiva que os permita compreender os aspectos presentes na vida das mulheres que estão em situação de violência e são atendidas nos diversos pontos de atenção à saúde, quer seja nas UBS ou nas UPAS.

Pensando nessa direção o trabalho na saúde pública prevê desde o trabalho em educação em saúde até o atendimento às grandes epidemias que atingem à população. Encarando dessa forma, deve-se pensar que a perspectiva de gênero deve estar presente nos três níveis de complexidade e nos pontos de atenção, básica até a alta complexidade, compreendendo o papel importante desse lugar. Lugar escuta, atendimento, encaminhamento e que deve permear os níveis de prevenção, atenção e promoção à saúde no sentido de atingir o que se deseja: qualidade de

vida.

A pesquisa indicou a necessidade de aprofundar esse entendimento, mas que não está distante dos diversos desafios que a complexidade da temática lhe impõe. Ainda que a perspectiva de gênero esteja presente nas elaborações dos documentos específicos de políticas para as mulheres, entendo que há algo maior a ser alcançado que reside nas estruturas da nossa sociedade patriarcal, com um Estado guardando critérios patriarcais, refletindo na atuação dos profissionais e dos próprios sistemas que subsidiam a sua ação.

A educação na direção dos direitos humanos ainda é um projeto societário e precisa ser um projeto profissional para que, uma vez congruentes, possam viabilizar mudanças no padrão das relações sociais que ainda estão baseadas na desigualdade de gênero, raça e classe. É preciso avançar para além de projetos individuais de sociedade e perceber-se coletivo e transformador em direção a uma sociedade mais igualitária e digna para as mulheres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Viva: instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências** / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_notificacao_violencia_domestica.pdf

BROOKS, A. **Feminist Standpoint Epistemology: Building knowledge and Empowerment Through Women's Lived Experience**. 03-Hesse-Biber&Leavy-45085.qxd 10/24/2006 12:51 PM Page 53.

GARBIN. Cléa Adas Saliba. et all. Desafios do profissional de saúde na notificação da violência: obrigatoriedade, efetivação e encaminhamento. Temas livres. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n6/1413-8123-csc-20-06-1879.pdf>

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONDIM, Sonia Maria Guedes. **Grupos Focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Salvador: UFBA/Paideia. 2003.

GOMES, Nadirleone Pereira. **Trilhando caminhos para enfrentamento da violência conjugal**. 2009. Disponível em http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/9593/1/Gomes_Tese.pdf

_____. "Existe um método feminista? In: Eli Bartra (org.), **Debates em torno a uma metodologia feminista**", México, D.F.: UNAM, 1998, p. 09-34.

MACEDO, Márcia e SARDENBERG, Cecília. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice (org) **Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais**. Salvador: NEIM/UFBA 2011.

MACHADO, Lia Zanotta. **Masculinidades e violências**. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea, Brasília. 2001. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie284empdf>. Acesso em 12/10/2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Laços perigosos entre machismo e violência. Revista Saúde do homem: alerta e relevância. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. N10. 2005

_____. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro. Vozes. 2013

ROSALDO, Michele Zimbalist, LAMPHIRE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SCAVONE, Lucila. “Estudos de gênero: uma sociologia feminista?” **Revista Estudos Feministas**, 16 (1):173-186, janeiro-abril 2008. www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a18v16n1.pdf

SCHRAIBER, Lila Blima et al. Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2009, 14(4): 1019-1027.

_____. et ali. Violência vivida: a dor que não tem nome. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v6, n10, p.41-54, fev 2003 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/v7n12/v7n12a03.pdf>

SILVA, Leticia Batista; MENDES, Alessandra Gomes. Serviço social saúde e interdisciplinaridade: algumas questões para o debate. In **Serviço Social, saúde e questões contemporâneas**. São Paulo: Papel Social, 2013.

O CORPO E O GÊNERO NO CURRÍCULO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

Murilena Pinheiro de Almeida

e-mail murillena@gmail.com

Universidade Federal do Acre, Centro de
Educação, Letras e Artes
Rio Branco – Acre

Marco Antonio Leandro Barzano

e-mail marco. barzano@gmail.com

Universidade Estadual de Feira de Santana,
Centro de Educação, Letras e Artes – Feira de
Santana – Bahia

Cleyde Oliveira de Castro

e-mail cleydecastro@yahoo.com.br

Universidade Federal do Acre, Centro de
Educação, Letras e Artes
Rio Branco – Acre

Maria de Lourdes Esteves Bezerra

e-mail estevesbezerra@uol.com.br

Universidade Federal do Acre, Centro de
Educação, Letras e Artes
Rio Branco – Acre

Cenair Felini Soares

e-mail cenair.soares@bol.com.br

Faculdade da Amazônia Ocidental
Rio Branco – Acre

Cultural, a pesquisa documental, a análise de conteúdo, a técnica snowball e entrevistas em profundidade com professoras daquele período. A seleção de fontes e construção do corpus documental foi realizada nos acervos do Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal do Acre, Conselho Estadual de Educação do Acre, Arquivo Geral do Estado do Acre, Museu da Borracha e do Centro de Informação e Biblioteca em Educação – CIBEC em Brasília. Os programas de ensino, os regulamentos de funcionamento do ensino primário, as fotografias, as gravuras, as notícias e os artigos sobre educação em jornais da época constituem as fontes de pesquisa. As análises das séries documentais foram mediadas pelo conceito de representação social. As representações sobre o corpo encontravam-se subjacentes aos modos diversificados da escolarização do Território Federal do Acre e consubstanciaram o corpo como artefato cultural, no eixo civilidade – civismo – moral, para produzir o brasileiro e a brasileira acreanos. O ensino de ciências erigiu um viés antropocêntrico e expressou uma linguagem androcêntrica que revelou um corpo canônico – o masculino, que comportava a subsunção do corpo feminino ao corpo masculino. Nos corpos, em vista de seus atributos e de suas propriedades, incidiram as condições de acesso a direitos humanos fundamentais e outras demandas do social, e

RESUMO: Este trabalho explora mecanismos de legitimação do tema corpo humano, no currículo do ensino de ciências da escola primária, no Território Federal do Acre, no período de 1910 até 1939. Utilizou-se os aportes da História

também endereçavam as pessoas aos espaços sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo humano; Gênero; Ensino de ciências; Currículo; Escola primária.

THE BODY AND GENDER IN THE CURRICULUM OF SCIENCE TEACHING IN THE FEDERAL TERRITORY OF ACRE

ABSTRACT: This work explores mechanisms of legitimation of the human body theme in the elementary school science curriculum in the Federal Territory of Acre between 1910 and 1939. The contributions of Cultural History, documentary research, content analysis, the snowball technique and in-depth interviews with teachers working in that period. The selection of sources and construction of the documentary corpus carried out in the collections of the Historical Documentation Center of the Federal University of Acre, State Council of Education of Acre, General Archives of the State of Acre, Rubber Museum and Information Center and Library in Education - CIBEC in Brasília. Education programs, primary school regulations, photographs, pictures, news and articles on newspaper education at the time are the sources of research. The construction and approach of documentary series and analysis mediated by the concept of social representation. Representations of the body underpinned by the diversified modes of schooling in the Federal Territory of Acre and embodied the body as a cultural artifact on the civic-civic-moral axis to produce the Brazilian and the Brazilian Acreans. Science education erected an anthropocentric bias and expressed an androcentric language that revealed a canonical body - the masculine, which involved the subsumption of the female body to the male body. In bodies, given their attributes and properties, they focused the conditions of access to fundamental human rights and other demands of the social, and addressed people to social spaces.

KEYWORDS: Gender; Elementary school; Curriculum; Science teaching; Human Body.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa explicitar o funcionamento dos mecanismos de legitimação do tema corpo humano no currículo do ensino de ciências da escola primária, no Território Federal do Acre, no marco temporal de 1910 até 1939. Um período marcado pela anexação do Acre ao Brasil, a queda dos preços da borracha no mercado internacional e a deflagração da Segunda Guerra Mundial, e também pela constituição e difusão da instrução pública por intermédio da propagação da escola primária. A consecução dessa pesquisa se debruça sobre a história do processo de criação e difusão da escola primária no Território do Acre e concentra seu foco na abordagem do corpo no currículo do ensino de ciências. Nesse estudo são apresentadas imbricadas relações com o legado histórico do Acre, a sua população heterogênea, resultante do amálgama entre muitas etnias indígenas e

não-indígenas, em um ambiente caracterizado pela floresta equatorial.

O seringal – a unidade de produção extrativista gumífera – ocupa lugar central nessa trama social e se constitui em uma referência de produção cultural e identitária da população acreana. De tal sorte que sobreviver nele e às adversidades de seu contexto contribuíram para erigir modelos e modos de ser e comportar-se, conduzir a homens, mulheres e crianças produzindo uma cultura que privilegiou certos modelos de masculino e feminino, para além dos determinantes estritamente biológicos, nem sempre explícitos no currículo. Assim, compreende-se que a escolarização situa a escola como o *locus* prioritário da educação institucionalizada, e confere centralidade ao currículo, o conhecimento a ser ensinado e aprendido. Isso, por sua vez, suscita o exame de sua constituição histórica, assim como, dos temas que, em certos momentos, passaram a compor o currículo, ou dele se tornam ausentes, ou ainda inscritos em tramas de conflitos, disputas e silenciamentos (GIROUX, 2003; GOODSON, 2012).

Nesse sentido, o corpo humano é um desses temas que engloba uma complexidade de disputas, conflitos, silêncios, ocultamentos, busca legitimar-se e conferir legitimidade por meio da ciência a outros tantos temas e conceitos na configuração do currículo. A ciência alega que “o corpo oferece uma sólida fundação, um ponto causal, do significado de homem e de mulher” (LAQUEUR, 2001, p. 202). E conseqüentemente, isto se expressa na produção de pessoas, tais como: as questões relacionadas à saúde, higiene, gênero, papéis sociais, identidade, sexualidade, raça, etnia, geração, genética dentre outras vinculações complexas presentes na constituição do humano como ser e de seu ser nos tecidos do mundo social e cultural intermediado pelo currículo.

Todas as ilustrações anatômicas, históricas e contemporâneas são abstrações; são mapas de uma realidade surpreendente e infinitamente variada. As representações das características pertencentes em especial ao homem e a mulher, em razão das enormes consequências sociais dessas distinções, são mais obviamente determinadas pela arte e pela cultura. Como os mapas, as ilustrações anatômicas focalizam a atenção em uma característica particular ou em um grupo particular de relações espaciais. Para realizar essa função, assumem um ponto de vista – incluem algumas estruturas e excluem outras, e esvaziam o espaço cheio de matéria que enche o corpo: gordura tecido conjuntivo e “insignificantes variações” que não merecem nomes ou identidades individuais (LAQUEUR, 2001, p.203).

As representações que compõem o conjunto de conhecimentos em anatomia e fisiologia expressam um tipo de produção cultural e histórica que possuem um lugar social e transbordam o significado de estados particulares do conhecimento sobre as estruturas do corpo (LAQUEUR, 2001; ROHDEN, 2003; FAUSTO-STERLING, 2006; LE GOFF e TRUONG, 2012.). A produção desses conhecimentos além de aspirarem à elucidação dos mistérios do corpo, também cumprem funções sociais e políticas, e deste modo, carecem tanto de uma rede de elaboração como de transmissão e circulação de seus conhecimentos. A escola se constitui em um desses

espaços. Assim, o corpo humano é um tema que conquistou espaço nas tramas do processo de escolarização e ocupa um lugar mediado por formas metodológicas de abordagem, no currículo do ensino de ciências, na escolarização e em especial na fase inicial, para cumprir finalidades políticas e socioculturais legitimadas pelo discurso científico e seus regimes de verdade. A própria escolarização também contribuiu para conformar, configurar social e culturalmente o corpo humano, por meio da valorização e o privilégio a certos padrões culturais e práticas sociais.

2 | A SELEÇÃO DAS FONTES E A PRODUÇÃO DA NARRATIVA

A seleção e elaboração do corpus documental foram realizadas junto aos acervos Centro de Documentação Histórica, Conselho Estadual de Educação do Acre, Arquivo Geral do Estado do Acre, Museu da Borracha e no Acervo do Centro de Informação e Biblioteca em Educação – CIBEC em Brasília. Buscou-se localizar todos os documentos disponíveis sobre a escola primária, relativos ao Território Federal do Acre. Foram encontrados programas de ensino, regulamentos de funcionamento do ensino primário, fotografias, gravuras, notícias e artigos sobre educação em jornais da época. Além dos documentos impressos selecionados, também foram realizadas entrevistas, com professoras que exerceram o magistério primário, no Território Federal do Acre, no período estudado.

O convite às professoras para participar desta pesquisa foi intermediado por outras professoras, com as quais as entrevistadas mantêm relações de amizade, respeito e cordialidade, construídas ao longo de suas trajetórias profissionais. Essa técnica de seleção de participantes para pesquisas é conhecida como *snowball*, bola de neve, ou cadeia de informantes. Trata-se de uma amostragem não probabilística, na qual os participantes de uma pesquisa indicam, sucessivamente, outros participantes, até que se atinja um ponto de saturação das informações obtidas. Portanto, traça-se uma cadeia de referência ou uma forma de rede de contatos. O emprego da técnica *snowball* permite recrutar para a pesquisa, pessoas que exerceram ou exercem papel de liderança, ou que contam com o reconhecimento de seus pares e da comunidade em que vivem, em razão da atuação e relevância do trabalho realizado. A utilização dessa técnica permite captar e efetuar um processo reflexivo sobre as práticas sociais vivenciadas (BIERNACKI, WALDORF, 1981).

O período do Acre Território corresponde à anexação das terras acreanas ao Brasil, com desfecho definitivo em 1910 e encerra-se com a elevação do Território a condição de Estado da Federação, em 1962. Ao longo desse período, a instrução pública assumiu diferentes modos de realização e de configuração da escola primária e de seu currículo. Captar essas transformações na escolarização destinada à população do Território compele a recorrer e recuperar as narrativas, vivências e experiências profissionais de professoras protagonistas da educação acreana (na escola primária), sobretudo, aquelas mais recuadas no tempo, no Acre

Território. Após a realização das entrevistas, essas foram organizadas em décadas, constituindo uma série temporal juntamente com as fontes documentais.

Assim, as experiências e vivências expressadas adentram e ensejam à reflexão sobre importantes aspectos da organização e funcionamento da escola primária acreana, do seu currículo e do trabalho docente. Além de registrar o legado e prestar o reconhecimento ao protagonismo feminino na formação cultural de várias gerações de estudantes no Acre Território, um trabalho arduamente realizado àquela época e em condições desafiadoras, precárias, adversas e por muitas vezes inóspitas.

3 | O ENSINO PRIMÁRIO NO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

O primeiro governador do Território Federal do Acre, Epaminondas Jácome e Francisco de Oliveira Conde, responsável pela Instrução Pública, promoveram uma reorganização do ensino no Território materializada no regulamento escolar editado em 1921(CASTRO, 2011). Conforme esse documento, o ensino público constituía-se em três graus: primário, secundário e profissional. Esse último funcionava através das aulas de trabalhos manuais. O ensino primário, herdado do período dos Departamentos da anexação ao Brasil até 1920, manteve-se subdividido em dois níveis: elementar e complementar (NOGUEIRA, 1921, p. 2). O curso elementar constituía os dois primeiros anos do ensino primário, no qual os alunos estudavam as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Caligrafia, Aritmética, Educação Física, Exercícios Militares, Educação Cívica, Ginástica e Noções de Higiene, conveniente e progressivamente distribuídas em programas. Nos dois últimos anos do ensino complementar, eram acrescidas as disciplinas Geografia do Brasil e do Acre, História do Brasil e do Acre, Geometria Prática, Desenho Linear, Noções Elementares de História Natural, Zoologia e Mineralogia.

A instrução pública passou a constituir encargo da Diretoria de Instrução Pública do Governo do Território e algumas escolas passaram a ser administradas pelas prefeituras locais (CASTRO, 2011; LIMA, 2012). Assim, permaneciam as distintas formas de organização escolar, no oferecimento do nível de ensino primário elementar – à alfabetização da população, mediante os tipos de escolas: as escolas ambulantes, rurais, urbanas, noturnas e os grupos escolares. As escolas ambulantes ofertavam o primeiro ano do ensino primário e consubstanciavam a intenção de difundir e fazer chegar à população do interior do Território, aos seringais, a alfabetização e as noções de conhecimentos considerados imprescindíveis a quaisquer indivíduos, sobretudo, as noções de higiene, de civilidade e civismo. As escolas ambulantes destinavam a alfabetização da população residente nos seringais e careciam da aquiescência dos proprietários seringalistas.

Nas cidades sedes dos municípios acreanos havia um grupo escolar, onde se ministravam o curso elementar e o curso complementar, e, uma rede de escolas

(isoladas, ambulantes, noturnas e elementares) nas quais se ministravam o curso elementar. Conforme dados coligidos por Ginelli (1982) a população escolar de algumas localidades acreanas girava em torno de 150 a 200 alunos. A população estimada do Acre até o final dos anos 20, segundo consta no livro “Resumo Histórico da Formação do Acre” (elaborado em 1928 e utilizado nas escolas confessionais), era de 21.500 habitantes. O governo unificado do Território do Acre, assim como as demais unidades da federação, se defrontava com o desafio de alfabetizar e instruir a sua população em idade escolar, portanto, superar o analfabetismo e difundir a instrução primária, em um contexto histórico marcado pelo analfabetismo que atingia 70,2% da população acreana (CASTRO, 2011).

Logo, a ausência e a insuficiência da instrução pública impediam o desenvolvimento da região e se constituíam em um entrave a consolidação da anexação do Território do Acre ao país. Carecia urdir e consolidar entre os acreanos uma identidade nacional brasileira, missão a ser efetivada por meio do ensino primário e da difusão da escola primária. Era imperativo expandir e consolidar, no Acre, o modelo de escola graduada – o grupo escolar – com suas práticas, organização e funcionamento, articulados sob a referência e a lógica das matérias escolares.

Os estudantes precisavam vencer as barreiras das formas precárias da escolarização, que, quando disponível priorizava apenas a alfabetização, o primeiro ano do curso elementar, ministrado em escolas ambulantes, rurais, urbanas e noturnas. Todavia, a etapa seguinte do curso primário – o curso complementar, somente era ministrado nos grupos escolares, instalados nas sedes dos municípios. Desse modo, o curso complementar era acessível a um número muito reduzido de estudantes em relação à população geral, em idade escolar. O ingresso nesse nível de ensino exigia dos estudantes que dominassem e demonstrassem as seguintes habilidades, descritas pela professora Euri Figueiredo, registradas em 2014:

Era muito notável que você só passava para o terceiro ano primário se você soubesse as quatro operações: somar, subtrair, multiplicar e dividir e soubesse conjugar direitinho, os verbos ser, ter e haver, os verbos auxiliares. Se você não fizesse isso você não era apto a passar para o terceiro ano. Podia ter nota, podia não ter, mas, tinha que saber isso! Assim, quem ia até o fim (o quarto ano) ia. Mas, a maioria ficava pela metade. Porque era muita exigência, era muita complicação, muito castigo, palmatória. Então tudo isso, afastava. Porque as crianças iam alcançando idade, iam alcançando idade e ingressam no mercado de trabalho. As crianças trabalhavam, começava-se a trabalhar muito cedo (Entrevista concedida pela professora EURI FIGUEIREDO, em junho de 2014, em sua residência na cidade Xapuri - Acre).

A professora Euri Figueiredo, nasceu em Xapuri, filha de um farmacêutico, foi levada com a família para o seringal Perseverança/Araxá aos três anos de idade, quando o pai assumiu a gerência daquele seringal. Apenas retornou sede do município de Xapuri – AC para ser estudante na escola primária Divina Providência, ingressou no primeiro ano do ensino primário em 1939. Porém, aprendeu a ler, escrever, a contar e a tabuada, em casa com a sua mãe, nas poucas horas vagas, no seringal.

Concluiu os estudos no primário e submeteu-se ao Exame de Admissão foi aprovada e cursou o Normal Regional, o ensino secundário daquele período, equivalente ao curso ginasial. Posteriormente, ingressou no magistério primário ainda adolescente, em 1950, com a enorme responsabilidade profissional, a incumbência de preparar as turmas do 4º ano do Colégio Divina Providência para o Exame de Admissão. Ela ministrava todas as disciplinas do ensino primário: português, matemática, geografia, história, ciências e educação moral e cívica. E trabalhou em toda a sua vida como professora.

Conforme a prática social da época, no Acre, as mães, quando sabiam ler, escrever, contar e dominavam a tabuada transmitiam esses conhecimentos – a sua cultura letrada aos filhos. Desse modo, as crianças eram alfabetizadas em casa por suas mães e a alfabetização constituía a educação doméstica, uma responsabilidade precípua das mães. Consequentemente, quando as mães eram iletradas, as crianças cresciam analfabetas e tinham poucas chances de se alfabetizar. Frequentar a escola ainda não era a regra nesse período no Acre Território, apesar da normatização estatal da obrigatoriedade da frequência escolar.

Diante da difícil tarefa de educar uma população dispersa em uma floresta entendia-se o ler, escrever e o contar, como fundamental para compreender o mundo e acessar individualmente outros conhecimentos. Assim, o ensino priorizava e concentrava-se na alfabetização, em um contexto cultural em que as crianças trabalhavam e assumiam as mesmas responsabilidades de adultos, principalmente, as meninas. À medida que cresciam, já aos sete ou oito anos de idade, as meninas iam progressivamente assumindo as tarefas domésticas, de modo a emoldurarem-se no perfil feminino daquele universo de relações sociais. Na prática cultural das famílias havia um regulamento tácito das obrigações das crianças. Portanto, engendrava-se uma lógica de infância que secundarizava o brincar e exaltava o trabalho, em uma jornada de labuta junto aos adultos. Assim, forjava-se o futuro trabalhador pelo aprendizado do trabalho nas próprias atividades laborais, e no caso das meninas, nos afazeres domésticos. Aprendia-se a cozinhar, lavar, passar, costurar, bordar a ser dona de casa, mãe e ótima esposa, calada, submissa e subserviente, conforme o modelo feminino a época.

4 | O CORPO HUMANO E GÊNERO PRODUÇÕES CULTURAIS NO CURRÍCULO DO ENSINO DE CIÊNCIAS

A coexistência de meninos e meninas, em uma mesma escola, já havia ocorrido em algumas escolas mistas desde o império, apesar das resistências e oposições da população, fortemente impregnada por valores morais arraigados fundamentalmente na doutrina cristã, nos preceitos do cristianismo (HAHNER, 2011). De certa forma, a coexistência entre homens e mulheres nos espaços da instrução pública expressava

ambiguidades. A convivência de meninos e meninas impúberes no mesmo espaço era tolerada, ao passo que, a partir da condição da puberdade em diante impunha-se severas restrições à coexistência dos sexos nos mesmos espaços da instrução pública.

Assim, é relevante considerar que, a coexistência de meninos e meninas implicava em uma condição necessária, porém insuficiente para efetivar coeducação dos sexos. Essa foi uma questão que conectou intrinsecamente os valores que conformaram a cultura e as relações sociais no Brasil ao processo de institucionalização da escola e do ensino primário.

E nesse processo, os corpos foram objetos de políticas simbólicas que engendraram políticas de gênero, assim se conectava a conformação da escola primária à organização do mundo social e as referências culturais. Nestes termos, a anatomia humana imbricava-se ao social, a cultura, a política e, por conseguinte, ao acesso e a subtração ou supressão de direitos, inclusive, a instrução pública e a determinados tipos de educação. Visto que, meninos e meninas tinham acesso a tipos de saberes, conhecimentos e habilidades diferentes. As aulas de prendas e agulhas destinadas exclusivamente às meninas, enquanto que meninos recebiam formação com caráter prioritariamente enciclopédico, exemplificando-se o sexismo naturalizado no currículo da escola primária.

Conforme o Regulamento da Instrução Pública do Território Federal do Acre de 1930 a expansão da rede escolar se realizava mediante o recenseamento e a existência de comunidades com o número mínimo de 30 crianças em idade escolar. A coeducação – sob a perspectiva da coexistência simultânea de meninos e meninas, nos mesmos espaços escolares – passou a ser incorporada enquanto um princípio organizador do funcionamento das escolas públicas e normatizador das suas práticas pedagógicas no Acre. Por conseguinte, o controle do corpo, da sexualidade e as representações produzidas sobre o corpo permaneciam subjacentes à conformação do sistema de ensino e subsidiavam as práticas pedagógicas, assim como referendaram as políticas de gênero perpetradas no âmbito da escola primária. As escolas ambulantes, urbanas, rurais, os grupos escolares e as escolas noturnas haviam incorporado o princípio da coeducação, na perspectiva da admissão da coexistência simultânea, de meninos e meninas nos mesmos espaços escolares. Dessa forma, superou-se a separação espacial dos sexos no ambiente escolar. Contudo, ainda era necessário aprender a conviver, a respeitar e a produzir a igualdade de gênero e suplantando o androcêntrismo e a dominação masculina hegemônica no sistema escolar e em suas relações (AUAD, 2004; BOURDIEU, 2012).

Nesse contexto predominou o acesso a um currículo restrito aos rudimentos da leitura, da escrita e as noções de conhecimentos circunscritos a elementos de higiene, civilidade e civismo, aquele momento, considerados imprescindíveis aos indivíduos, de modo a torná-los úteis à pátria e aptos a constituição de família. Assim, preceituava o Artigo 61 do Regulamento da Instrução Pública do Território Federal

do Acre, de 1930:

A finalidade do ensino será tornar o indivíduo mais apto para os empreendimentos da vida, desenvolvendo a sua inteligência, aperfeiçoando suas qualidades físicas, morais e cívicas, **indicando-lhe a necessidade de constituição da família** e, habilitando-o, enfim, ao desempenho das funções que o meio e as suas condições sociais exigirem (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE, 1930).

O conteúdo, o teor da educação, a própria forma de organização e o funcionamento das escolas públicas, ainda não haviam superado e estavam impregnadas pela dominação masculina, que se expressava em referências androcêntricas e desigualdades de gênero presentes na configuração do sistema escolar e expressas nas práticas pedagógicas.

O ensino no Território do Acre terá como objetivo a transformação da criança em **um ente útil ao país** e, em particular à região, conhecendo a sua própria personalidade e o meio ambiente, ficando apta, desta forma, a colaborar conscientemente a grandeza de ambos e para o bem da humanidade (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE, 1930).

O Regulamento da Instrução Pública deixava explícita a produção da pessoa útil e ajustada a sociedade do país, por meio da prescrição de um ensino que também enfatizava noções práticas consideradas úteis à vida cotidiana e aos processos produtivos. No Acre Território, como nas demais regiões do país, urgia empreender a conformação da criança em ente útil ao país, à região, conhecedor de sua própria personalidade e do meio ambiente, apto a colaborar conscientemente com a grandeza da pátria e o bem da humanidade. Porquanto, isso se viabilizava mediante um currículo que comportava uma rígida norma disciplinar que atuava de modo a erigir o corpo dócil. Ao ingressar na escola, os corpos dos estudantes eram inseridos na trama de uma política simbólica, atravessados e modelados por limitações, obrigações e proibições. Às crianças, fazia-se necessário aprender o ofício de aluno, incorporar e cumprir o código de disciplina escolar, o explícito e o tácito, que, por sua vez, confluía e reafirmava a conduta social vigente. Nessa perspectiva, o ensino primário no Território do Acre articulava e introjetava nos estudantes o eixo curricular moral – civismo – higiene, enquanto conhecimentos, habilidades e *habitus* incorporados para produzir o autocontrole, o autoconstrangimento e esculpir o ser dócil e obediente.

A escola mediante o emprego de forças coercitivas explícitas e tácitas, especialmente, o código disciplinar controlava os gestos, os risos, as atitudes e a linguagem das crianças. Assim, o eixo curricular moral – civismo – higiene primava por valores considerados necessários à convivência social e principalmente ao trabalho. Então, se zelava pelo asseio, limpeza, disciplina, obediência e respeito ao próximo como *habitus* incorporados. Por conseguinte, os discursos articulados e enunciados, por meio da seleção cultural e social, nas disciplinas Educação Moral e Cívica, Higiene, Trabalhos Manuais e Ciências Físicas e Naturais se convertiam

em uma modalidade de *habitus* incorporados e automatizados nos indivíduos, e consequentemente, conformavam a configuração do grupo geracional que frequentou a escola primária nesse período.

Conforme, as normas disciplinares estabelecidas pelo Regulamento da Instrução Pública de 1930, os alunos estavam sujeitos à obediência aos professores, dentro e fora da escola, que lhes transmitiriam em qualquer oportunidade os preceitos de moral, de civismo e de higiene. O que acarretava nos educandos, a introjeção de um controle cada vez maior, sobre si mesmo, o automatismo de hábitos, a incorporação do autocontrole – o corpo educado da pessoa útil e produtiva. A cultura escolar do autocontrole, da interiorização dos constrangimentos e do automatismo dos hábitos, implicava a eficiência da ação do Estado na produção das pessoas úteis servis à pátria, sobretudo, o trabalhador (FOUCAULT, 1987; ELIAS, 1994).

A violência naturalizada estava imbricada à cultura escolar e integrava o corpus das práticas curriculares, para corrigir, reprimir e repreender os atos, as condutas, reprováveis e inadequadas nos estudantes e por em seu lugar a virtude. Na escola primária acreana a palmatória corrigia todos os erros e inscrevia nos indivíduos (crianças) os ideais da boa moral. A moral, o civismo e a higiene eram forjados sob a égide da violência, que estava formalmente prosrita, isto é, uma letra morta apenas na normativa formal do ensino, porém viva e naturalizada na cultura escolar e também fora das escolas. O discurso da correção dos erros justificava e naturalizava a violência, contra as crianças, dentro e fora da escola, e, por conseguinte, se constituía e estava incorporada nos adultos enquanto, um *habitus* cultural necessário à educação dos filhos e constitutivo do exercício do pátrio poder.

No Acre Território, os castigos corporais tinham várias finalidades: o constrangimento para a regulação moral das crianças, produzir a vergonha, infligir o temor, o medo dos mestres, entendido à época como respeito, e a correção frente aos erros na execução das tarefas escolares, especialmente, a tabuada, e quaisquer outros erros e às recusas em fazer os deveres de casa – trabalhos escolares prescritos pelas professoras, para serem feitos pelos alunos em suas casas. Os comportamentos e modos considerados inadequados eram corrigidos com castigos que infligiam aos estudantes sofrimentos físicos e/ou psicológicos. Desse modo, a violência física e psicológica contra as crianças era naturalizada e acolhida no interior da escola primária, enquanto instrumento necessário à moralidade, ao asseio e à civilização. E assim, domesticavam-se os espíritos irrefreáveis e pertinazes.

Efetivamente, as normas disciplinares escolares, fundamentadas nos pressupostos de uma filosofia liberal que celebrava o indivíduo, perseguiram em última instância o culto a virtude, a extirpação dos vícios, a formação do caráter moral, elementos cruciais para o ajustamento social – a conduta moral ilibada, os bons costumes e a autocensura. Sob esse prisma, era necessário aprender a cuidar de si mesmo para se autogovernar. A eficiência do estado no controle dos indivíduos manifestava-se enquanto uma cultura incorporada em *habitus* que engendrou o

corpo educado e civilizado. O Estado intervia nos corpos, por intermédio do ensino primário e seu conjunto de práticas culturais, para materializar o corpo educado ao exercício da moral, dos bons costumes e dócil ao trabalho (LOURO, FELIPE, GOELLNER, 2012). O conhecimento incorporado no interior das práticas sociais e culturais tem no currículo escolar uma de suas principais formas de estabilização para transmissão e circulação, sendo capaz de instituir-se e transformar-se em tradição (GOODSON, 2012). Assim, o currículo instituído e prescrito, no Território do Acre em 1930 – mediante a conformação das matérias escolares Ciências Físicas e Naturais, Higiene, Educação Moral e Cívica e Trabalhos Manuais – era tributário da ideia que remonta aos fundamentos da modernidade, o conhecimento útil, aplicável e usável. Essas matérias escolares articularam construções discursivas e engendraram práticas culturais, com o propósito de produzir corpos saudáveis, civilizados, dóceis, produtivos e úteis a pátria.

A invenção da disciplina Higiene, com o propósito de produzir a saúde e rechaçar a doença, implicava em pôr em circulação saberes com finalidades sociais e políticas, especialmente a ética, a estética e a poética da limpeza, entrelaçando o controle dos corpos, ao aprimoramento da raça e a salubridade do ambiente, inclusive o escolar. A produção da Higiene, enquanto um componente curricular do ensino primário, no Território do Acre, intencionava enfrentar por meio da educação, a representação social produzida pelo olhar externo – por uma lógica claramente etnocêntrica – que lançava à população acreana a pecha da incivilidade, da imoralidade e do atraso. Assim, urgia ensinar à população hábitos e práticas de civilidade e enfrentar a precariedade das condições de vida da região e os costumes acreanos.

A pobreza e a precariedade, predominante na região acreana, foram inicialmente creditadas à crise no extrativismo gumífero e a desvalorização do preço da borracha no mercado internacional, em consequência à concorrência da produção da borracha proveniente de seringais de cultivo, em regiões da Ásia e da África (MARTINELLO, 1988; IGLESIAS, 2008). Nos seringais de cultivo, o plantio de seringueiras em linhas próximas entre si, maximizava a eficiência da produção do látex, porque os trabalhadores não precisavam percorrer grandes distâncias dentro da floresta, entre uma seringueira e outra para colher o látex (MARTINELLO, 1988). Uma faceta das condições da vida material da população acreana, no início do governo unificado do Território, pode ser conhecida, a partir de um relato em uma carta de 1922, do Bispo da Prelazia do Acre e Purús Dom Próspero Bernadi, aos membros da Ordem dos Servos de Maria, na Itália:

As condições de pobreza, higiene e moralidade no Acre em 1922, em Carta do Bispo Próspero Bernardi de 20 de setembro de 1922 (Archivio Generale da Ordem dos Servos de Maria): Pobreza física e moral. “No meio deste riquíssimo da natureza, é o mesmo rei que não está a altura do papel. Pobreza física e moral. Pobreza nas moradias, muitas das quais são simples coberturas de palha, sem algum traço de vida civil. Muitas vezes a cadeira melhor que tinham para oferecer ao Bispo, era uma velha lata de querosene. Pobreza no vestuário. Muitos nem se

apresentam porque não tem com que se cobrir. Já vi várias vezes um vestido ser usado por oito ou dez pessoas; uma mulher se apresentando com o vestido do marido; três filhos usando a roupa do pai, sendo que o mais velho vestia as calças, o segundo a camisa e o caçula as cuecas. Pobreza na alimentação. Estamos na terra do açúcar e do café e aconteceu também comigo de encontrar essa bebida sem que entrasse nem café e nem açúcar... o café e o açúcar estão indo no exílio. Num lugar encontrei tanta pobreza que não tinha nada a oferecer a não ser milho cozido. E isso aconteceu várias vezes. Pobreza intelectual e moral. O analfabetismo aqui chega a 95%. As uniões ilegítimas e as separações arbitrárias nas famílias só agora estão diminuindo, mas poucos anos atrás, a desgraça era a situação normal de quase toda população do Acre. Ao lado da pobreza vai a falta de higiene. Os poucos que usam uma mesa para as refeições, se tiverem uma toalha para forrar, esta costuma ser colorida, pois todos com ela limpam a boca e as mãos... Copos, ninguém conhece, no lugar deles usam caneco ou garrafa talhadas. No rio, um rapaz para beber, tirou um sapato, o mergulhou na água e tomou à vontade ... Pântanos, mordidas de insetos, falta de medicamentos e alimentação suficiente..., tudo explica as doenças que produzem morte, especialmente nas crianças. As canoas que eles usam são todas esburacadas ... até que a minha tarefa durante uma viagem era a de esvaziar a canoa que estava enchendo de água... Quem conserta um relógio é ourives, todos são coronéis sem pertencer ao exército, todos são doutores, mas sem formatura..., quem tira os dentes é o barbeiro... (PERTIÑEZ E LOMBARDI, S/D, p.121- 122).

As condições materiais precárias, predominantes entre os habitantes do Território do Acre, foram incisivamente agravadas pelas condições de isolamento geográfico que dificultavam a integração às demais regiões do país e perduram ao longo do século XX.

Todavia, mesmo distantes dos centros produtores da erudição cultural da época, os corpos das crianças acreanas foram alcançados pelas políticas simbólicas e pelos signos da higiene que celebraram os ideais de modernização, civilidade e moralidade. A higiene passou a integrar a cultura escolar, em toda a extensão do trabalho pedagógico, na constituição do ambiente escolar às práticas pedagógicas, e se secularizou nos espaços sociais, como um componente cultural de controle dos corpos, em estreita articulação com valores e preceitos morais. Dessa forma, o currículo do ensino de ciências assumiu um viés antropocêntrico e androcêntrico ao abordar a natureza e a natureza humana.

Os temas selecionados no currículo abordavam fenômenos naturais considerados fundamentais à sobrevivência humana, em uma perspectiva universal, e também, destacava aspectos específicos da região do Território do Acre, e ainda recursos tecnológicos que facilitavam ou traziam benefícios à vida humana, sobretudo, naquela região. Portanto, se justificava a opção pelo ensino e o aprendizado de noções elementares e rudimentos, que permitiam um conhecimento superficial, das características gerais de plantas e animais. Desse modo, aludia-se ao conhecimento de aspectos ambientais e fenômenos constituintes do mundo natural direcionados à utilização humana. Sob esse prisma, o currículo abordava o uso de animais, plantas e minerais, assim como, os recursos ambientais o ar, a água, o solo e fenômenos físicos, químicos e os recursos tecnológicos, para a satisfação de necessidades humanas. Dessa maneira conferia-se um viés antropocêntrico ao ensino de ciências

que o vinculava ao setor produtivo.

Nessa proposição, o homem estava colocado em uma posição hierárquica superior, em relação aos demais entes da natureza. A racionalidade humana expressa pela ciência e pela tecnologia proporcionava as condições para a exploração e o domínio da natureza, de modo a torna-la útil, ao provimento das necessidades humanas. Todavia, essa abordagem utilitarista da natureza e de seus fenômenos vinculava as precárias condições da vida local acreana à falta e à insuficiência de conhecimento científico. Dessa forma, esse ensino de ciências abstraía e naturalizava as contradições da realidade social, apresentava-se neutro na abordagem de seus objetos de conhecimento.

A abordagem do corpo humano estava prescrita nas quatro séries do ensino primário. O homem se constituía no referente principal na linguagem expressa nesse currículo. O termo “homem” era empregado em um sentido universal e generalizante, que intencionava abranger todo o conjunto da diversidade humana. Sob esse signo – “o homem” colocava-se a mulher subentendida e em subsunção ao homem e reafirmava-se a predominância do masculino sobre o feminino e à natureza. Pois, nessa representação é o homem quem domina a natureza e a mulher apenas ocupa um papel secundário e coadjuvante – uma lógica misógina e eivada de machismo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens do corpo humano, na escola primária, são atravessadas por poderes simbólicos, representações e práticas sociais que implicam em certas formas de subjetividades e em políticas de produção de identidades, que conformam projetos societários e privilegiam padrões culturais. Os conhecimentos provenientes da fisiologia e anatomia, a serem ensinados na escola primária conectam-se aos modelos, aos papéis sociais, aos limites, aos padrões culturais impostos e legitimados aos homens e as mulheres, por meio do conhecimento científico que comporta o tema corpo humano. A seleção de temas e o foco produzido na abordagem do corpo humano, enquanto objeto de conhecimento no ensino primário, priorizava aspectos e fenômenos relativos à manutenção da vida humana articulados às políticas de gênero, às tramas do social e da cultura.

A abordagem dos aspectos estruturais e específicos do corpo humano envolviam rudimentos de anatomia e fisiologia, que intencionavam prover os estudantes com um conhecimento de si mesmo, o aperfeiçoamento das qualidades físicas, a incorporação de hábitos saudáveis, úteis à conservação da saúde e ao afastamento das doenças. O estudo do corpo humano no ensino primário estava em consonância com a finalidade precípua do ensino – a tornar os indivíduos úteis e aptos aos empreendimentos da vida e indicar-lhes a necessidade de constituição da família. Nessa perspectiva, os conhecimentos veiculados sobre o corpo humano

se conectavam aos valores morais e cívicos da época. Assim, o currículo prescrito no ensino de ciências demarcava os limites do que poderia ser conhecido pelos estudantes, sobre a constituição e estruturas externas e internas de seus próprios corpos.

No ensino de ciências simultaneamente se acolheu e engendrou um corpo padrão como ente abstrato, canônico, dissociado de qualquer pessoa – o corpo masculino. Os fenômenos corpóreos foram ensinados e aprendidos a partir e sobre uma perspectiva antropocêntrica e androcêntrica. Por conseguinte, ao abordar o corpo e os fenômenos corpóreos, apenas se falava do homem, do universo masculino. A mulher e os fenômenos biológicos relativos ao corpo feminino eram suprimidos e silenciados no currículo. O corpo feminino não existia de modo explícito no currículo da escola primária. Todavia, o currículo demarcava e enfatizava os papéis sociais e a conduta moral, incumbida às mulheres. Destacavam-se tarefas e atividades relativas ao trabalho doméstico, ao ato de cuidar e a maternidade compulsória. O currículo não abordava as estruturas biológicas do corpo das mulheres, no entanto enfatizava-lhes os papéis sociais, a conduta moral e o comportamento feminino socialmente desejado, vinculando-os aos atributos corpóreos femininos.

A interpretação de fenômenos biológicos, na produção da ciência, encontra-se impregnada pela cultura, pelo social e pelas demandas e interesses políticos de cada contexto histórico, que ambigualmente autorizavam/desautorizavam certas interpretações do corpo humano e de suas partes. Portanto, além de sua inexorável dimensão biológica, o corpo humano, em suas camadas, em sua espessura – sistemas, órgãos, tecidos e células – é também uma produção social, cultural e consequentemente histórica, logo o palco de políticas simbólicas e o cenário de exercícios de poder.

REFERÊNCIAS

AUAD, D. Educação para a democracia e co-educação: apontamentos a partir da categoria gênero. **Revista USP**, São Paulo, n.56, p. 136-143, dezembro/fevereiro 2002-2003.

BIERNACKI, P. & WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, vol. nº 2, November. 141-163p, 1981

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTRO, C. O. **Gestão Maria Angélica de Castro: apropriação das ideias sobre a escola nova no território federal do acre (1946/1951)**. 2011. 239 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação Em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

ELIAS, N. **Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAUSTO-STERLING, A. **Cuerpos sexuados**. Barcelona: Melusina, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GINELLI, G. **História da Educação do Acre**: Período Departamental 1904 – 1920. Livro 1. Departamento de Educação. SEE. Rio Branco, AC: 2008.

GIROUX, H. **Atos impuros**: a prática política dos Estudos Culturais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GOODSON, I. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

HAHNER, J. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a Feminização do magistério no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE GOFF, J.; TRUONG, N. **Uma história do corpo na idade média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LIMA, E. M. Modos diferenciados na produção da escolarização primária no Acre Território: a organização do trabalho docente e dos saberes presentes na educação da infância acriana. In: NASCIMENTO, L. M.; LIMA, E. M.; ALBUQUERQUE, L. B. A. **Moderno/Contemporâneo: reflexões sobre a educação escolar**. Curitiba: Appris, 2012.

MARTINELLO, P. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico**. Rio Branco: UFAC, 1988.

NOGUEIRA, Aprígio R. Relatório do Diretor de Instrução Pública. 1921, p. 2. In: GINELLI, Giovana. **História da educação acreana**. Rio Branco: UFAC/DE, 1982. Volumes I e II

PERTIÑEZ, J.; LOMBARDI, M. História da Prelazia do Acre e Purús. Ordem dos Servos de Maria. Rio Branco – AC, s/d.

ROHDEN, F. A construção da diferença sexual na medicina. **História, ciência e saúde-Manguinhos**, v.19, supl.2 Rio de Janeiro, 2003.

O SILENCIAMENTO DA DOR: FEMINICÍDIO NA BAHIA ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2018

Fadja Mariana Fróes Rodrigues

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -
UESB

Vitória da Conquista - Bahia

Tânia Rocha Andrade Cunha

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -
UESB

Vitória da Conquista - Bahia

RESUMO: A Lei 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), que alterou o artigo 121, §2º, do Código Penal, adicionando o inciso VI, bem como o §2º-A e o §7º, incisos I, II, III, passou a nomear e dar visibilidade à morte de mulheres em razão do gênero, fato este que ocorria há muitos anos, mas que por falta de uma legislação específica, não havia um tratamento jurídico penal próprio para tais situações. Com tal inovação legislativa, as mortes de mulheres em razão da sua condição de gênero saíram da invisibilidade e passaram a ocupar as páginas de jornais, revistas, noticiários da televisão. Neste sentido, estamos vivenciando uma verdadeira “onda” de feminicídios por todo o país. O presente artigo, parte da nossa dissertação de Mestrado, tem como objetivo analisar os casos de feminicídios ocorridos entre os anos de 2015 a 2018 no Estado da Bahia, considerado o segundo Estado com mais feminicídios no Brasil, país que ocupa a quinta

posição em um grupo de 83 países analisados, chegando a uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, conforme dados constantes do Mapa da Violência de 2015. Assim, baseado nos dados que coletaremos (Delegacias, Judiciário, pesquisas de órgãos governamentais e não governamentais e casos divulgados na mídia) vamos analisar os motivos ensejadores da morte de mulheres em razão do gênero no Estado da Bahia; o que faz este Estado ser o segundo em casos de feminicídio; e como tem sido a aplicabilidade e eficiência da nova legislação no combate a esses crimes.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Feminicídio, Estado da Bahia, Legislação.

THE SILENCE OF PAIN: FEMINICIDE IN BAHIA BETWEEN 2015 TO 2018

ABSTRACT: Law 13.104 / 2015 (Law of Femicide), which amended article 121, paragraph 2, of the Penal Code, adding item VI, as well as paragraph 2-A and paragraph 7, items I, II, III, became to name and give visibility to the death of women on the grounds of gender, a fact that has been going on for many years, but because of the lack of specific legislation, there was no proper criminal legal treatment for such situations. With such a legislative breakthrough, the deaths of women due to their gendered status emerged from invisibility into the pages of

newspapers, magazines, and television news. In this sense, we are experiencing a true “wave” of femicides across the country. This article, part of our Master’s dissertation, aims to analyze the cases of femicide that occurred between 2015 and 2018 in the State of Bahia, considered the second state with the most femicide in Brazil, which occupies the fifth position in a 83 countries analyzed, reaching a rate of 4.8 homicides per 100,000 women, according to data from the 2015 Map of Violence. Thus, based on the data we will collect (Police, Judiciary, governmental and non-governmental research and cases reported in the media) we will analyze the reasons for the death of women due to gender in the state of Bahia; what makes this state second in femicide cases; and how the new legislation has been applicable and effective in combating these crimes.

KEYWORDS: Gender, Femicide, State of Bahia, Legislation.

1 | INTRODUÇÃO

A morte de mulheres por sua condição de gênero é um fenômeno recorrente na história humanidade. Se fizermos uma retrospectiva, veremos que desde os tempos mais antigos, quando passamos a nos organizar enquanto sociedades estruturadas, baseadas em relações hierárquicas de poder, mulheres são mortas por questões sexistas, uma vez que sempre foram colocadas em posição de inferioridade em relação aos homens e vistas por estes como propriedades. Este comportamento masculino decorre de valores herdados de uma sociedade patriarcal falocêntrica e androcêntrica.

O termo feminicídio, ou para alguns autores, femicídio, fora usado pela primeira vez em 1976, por Diana Russel e Jill Radford., frente ao Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, em Bruxelas, para denominar *a morte de mulheres por homens pelo fato de serem mulheres como uma alternativa feminista ao termo homicídio que invisibiliza aquele crime letal*¹. Entretanto, alguns autores diferenciam femicídio (assassinato de mulheres) de feminicídio, referindo-se a este como sendo o assassinato de mulheres em decorrência do gênero, ou ainda, o genocídio de mulheres, conferindo a estes atos conotação política, conforme definido por Marcela Lagarde. Conforme entendimento desta autora:

Hay feminicidio cuando el Estado no da garantías a las mujeres y no crea condiciones de seguridad para sus vidas en la comunidad, en la casa, ni en los espacios de trabajo de tránsito o de esparcimiento. Más aún, cuando las autoridades no realizan con eficiencia sus funciones. Por eso el feminicidio es un crimen de Estado. (LAGARDE, 20014, pág.10)

A par das diferenças acima abordadas, adotaremos neste trabalho a nomenclatura feminicídio, seguindo o que foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pela Lei 13. 104/2015, que alterou o artigo 121, §2º, do Código Penal, adicionando o inciso VI, bem como o §2º-A e o §7º, incisos I, II e III.

1. Consoante Diana Russel in RADFORD, Joan. RUSSEL, Diana. Femicide: the politics of woman killing. Preface. New York, 1992. A autora utilizou o termo no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas.

Deste modo, a pesquisa demonstra importância devido ao grande número de casos de feminicídios que estão sendo noticiados pelos mais diversos veículos de imprensa, principalmente depois da edição da “Lei do Feminicídio” no ano de 2015, fato este que fez aumentar a visibilidade e, conseqüentemente, as *notitias criminis* nas delegacias e as denúncias oferecidas ao Poder Judiciário.

Pretendemos, portanto, ampliar o debate sobre os casos de feminicídios ocorridos especialmente no Estado da Bahia; perquirir o motivo pelo qual este Estado é o segundo em casos de feminicídio; identificar os motivos ensejadores da morte de mulheres em razão do gênero no Estado da Bahia; e analisar as causas e o *modus operandi* com que são praticados os crimes, com o intuito de possibilitar a reflexão acerca da criação de políticas públicas eficazes no combate à violência contra a mulher e de bancos de dados estatísticos que permitam o aprimoramento destas políticas, bem como analisar a (in)efetividade da aplicação da novel legislação, que buscou nomear um fenômeno até então invisível aos olhos da sociedade, dando à prática do feminicídio tratamento penal mais rigoroso, haja vista constituir qualificadora do crime de homicídio.

2 | METODOLOGIA

Para aprofundarmos na questão da violência contra a mulher, entendendo a questão do feminicídio, em especial no Estado da Bahia, usaremos uma abordagem bibliográfica e documental, com uma proposta metodológica de pesquisa de natureza explicativa, com construções teóricas sobre a temática central, utilizando-nos de uma abordagem qualitativa. O processo será executado a partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática envolvendo doutrinas pertinentes, publicações de caráter técnico e textos jornalísticos, bem como estudos de casos ocorridos no Estado da Bahia entre os anos de 2015 a 2018 (período de vigência da Lei) para, em seguida, analisar os dados coletados de forma exploratória e crítica.

A partir da análise da bibliografia e dos documentos coletados, teceremos considerações acerca dos objetivos pretendidos nesta pesquisa, possibilitando a reflexão sobre o tema abordado, ampliando as discussões a respeito do feminicídio, esperando contribuir de modo eficaz para o planejamento de políticas públicas que visem diminuir a violência contra a mulher no Estado.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Do passado ao presente: antecedentes históricos da violência contra a mulher.

Ao falarmos de violência contra a mulher, faz-se necessário voltarmos no tempo

para buscar as raízes do sistema patriarcal que impôs às mulheres corresponderem às expectativas masculinas, colocando-as em posição de submissão e obediência ao homem, que cada vez mais preservava e reforçava sua autoridade e, em troca, as protegia e sustentava. Tal sistema surge com a domesticação dos animais que dá início a atividade pastoril. Ao observarem o comportamento dos animais, homens e mulheres descobrem a importância da participação masculina para o ato da concepção, desmistificando, assim, a autossuficiência feminina para gerar filhos.

Sabedor de sua importância no ato de concepção e detentor de força física, o homem parte para conquistar o mundo e a mulher, que até então tinha o “status” de companheira, passa agora a ser sua propriedade, seu “patrimônio” mais valioso. Assim, ao colocarem as primeiras cercas delimitando as suas terras e formarem as primeiras aldeias e cidades, o homem definiu que seu trabalho era cuidar da terra enquanto a mulher deveria permanecer mais tempo dentro de casa. A partir desse momento, a sexualidade das mulheres passou a ser controlada pelos homens e iniciou-se o sistema patriarcal, regime no qual o chefe, o patriarca, exerce autoridade sobre tudo aquilo que considera sua propriedade, entre elas, a mulher:

Iniciou-se, então, a era do patriarcado, regime social em que o patriarca exerce autoridade preponderante sobre suas propriedades. As regras de descendência eram patrilineares; os casamentos, patrilocais; a herança e a sucessão, determinadas pelo masculino (ROCHA, 2009, pág. 47)

Tal forma de pensar e agir ganha ênfase com a tradição judaico-cristã que instituiu a ideia de um homem criado à imagem e semelhança de um Deus masculino, dotado de autoridade sobre suas propriedades e bens, incluindo aqui, a mulher, filhos, escravos e animais. Formou-se então, a projeção de uma mulher feita da costela do homem, Eva, dotada de menor capacidade e criada para aplacar a solidão do homem, Adão. Eva, ao desobedecer a Deus e comer do fruto proibido, foi condenada a sofrer as dores do parto e a servir ao homem. Adão, por sua vez, recebeu como castigo o dever de arar a terra para retirar dela, juntamente com a sua companheira, o sustento de sua família. Nessa história bíblica, de cunho machista e misógino, no qual o castigo da dor coube às mulheres, fica claro o estabelecimento dos papéis masculino e feminino na sociedade, instituídos pelo patriarcado.

Para entendermos melhor o sistema patriarcal, faremos uso do conceito de trazido por Hartmann (1979, pág. 232, *apud* CUNHA, 2010, pág. 2) como sendo o:

Conjunto de relações sociais que tem uma base material e na qual há relações hierárquicas entre homens e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres.

O sistema patriarcal, portanto, baseia-se na superioridade masculina em detrimento da sujeição das mulheres, que são vistas como objetos de satisfação dos homens e são submetidas por estes a um processo de dominação-exploração, que configura verdadeira opressão. Assim, em referido sistema, na estrutura familiar instituída (família patriarcal), o homem é o chefe e a ele é dado o direito de utilizar

de todos os meios, inclusive da força, para fazer valer a sua autoridade e conservar sua posição de superioridade. Como afirma Cunha (2007, pág. 15):

Na estrutura familiar predominante na sociedade ocidental (família patriarcal), o pai é o cabeça da família e, portanto, a ele é atribuído o direito de aplicar as medidas que considere necessárias para preservar e reforçar sua autoridade, conservar sua posição sobre a esposa e filhos e manter a unidade familiar, fundamentada no medo. [...]

É nessa estrutura familiar, herdeira de valores patriarcais, na qual o homem exerce a sua autoridade de modo a conservar sua posição de superioridade sobre esposa e filhos, que se encontra o ambiente favorável para o exercício de todas as formas de violência praticadas contra a mulher (sexual, patrimonial, psicológica, moral e física). Na maior parte das relações conjugais, tal estrutura, ainda hoje, permanece enraizada nas tradições dos povos, em especial nas sociedades de origem patriarcal.

No exercício de suas funções, os homens, reconhecidos como patriarcas, determinam o comportamento e a conduta de suas mulheres, sujeitando-as aos seus mandos e desmandos, executando seus projetos de dominação-exploração e impondo a reificação da mulher frente à sociedade.

Esse sistema patriarcal, que determinou a inferioridade e submissão das mulheres aos homens, considerados seres superiores e dominadores, foi tão forte que perdura até os dias atuais, modificando apenas as suas configurações. O patriarcado está em permanente transformação, contudo, os homens continuam subjugando suas parceiras, exercendo sobre elas sua autoridade e ceifando suas vidas, como afirma Saffioti:

Em geral, pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existente ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação. Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano de *jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requinte de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc. (SAFFIOTI, 2004, pág. 45/46)

E assim, arrastando as correntes que as amarram ao sistema patriarcal, mulheres continuam sendo vítimas, em pleno século XXI, da dominação masculina que as inferiorizam, subjugam, reificam e docilizam seus corpos, violentam-nas psicológica e fisicamente e, como se nada disso fosse suficiente para afirmar a autoridade masculina, ceifam suas vidas, colocando um ponto final em um *continuum* de terror perpetrado durante anos. Desse modo, parafraseando Simone de Beauvoir (1908 – 1986), não se nasce mulher, morre-se por ser mulher.

3.2 A Morte em números: o feminicídio no Estado da Bahia entre os anos de 2015 a 2018.

Diante da formação de uma sociedade que tem suas bases fincadas no sistema patriarcal atreladas ao coronelismo (o chefe, o coronel, o patriarca exercia seu domínio dentro e fora do clã familiar) que durante anos reinou em solo baiano, estamos hoje ocupando a posição do segundo Estado que mais mata mulheres por conta de sua condição. De acordo com o Atlas da Violência 2018, divulgado no dia 05 de junho, no ano de 2016 ocorreram 441 homicídios, o que equivale a 5,7 mulheres assassinadas a cada 100 mil habitantes do Estado, representando um aumento de 81,5% em 10 anos (análise que toma como base os anos de 2006 a 2016). Ficamos atrás apenas do Estado de Roraima, considerado o Estado mais violento do Brasil para mulheres pela sétima vez consecutiva. São 10 assassinatos para cada 100 mil mulheres, segundo dados levantados pela pesquisa acima apontada.

Em pesquisa feita pelo Tribunal de Justiça da Bahia, no período compreendido entre 2015 a 2017, a Bahia registrou 41 casos de feminicídio e 15 de tentativas de crimes contra mulheres. A referida pesquisa ainda aponta que, em sua maioria, as vítimas possuem a cor parda (61%) e têm idade entre 19 a 40 anos (57%), faixa etária semelhante à média da idade dos agressores. Constata-se também, que 57% dos crimes foram cometidos com arma branca e no horário noturno (39%). No entanto, a pesquisa feita pelo TJBA levou em consideração somente a Capital Baiana, deixando de registrar os números de feminicídios ocorridos no interior do Estado, o que sinaliza que esses números podem ser muito maiores.

Insta salientar que a Secretaria de Segurança Pública do Estado não possui um banco de dados com o número de feminicídios ocorridos na Bahia que seja acessível aos pesquisadores, o que dificulta o levantamento da quantidade de mulheres mortas em razão de ser mulher e demonstra uma falta de preocupação dos órgãos estatais em catalogar a quantidade de feminicídios ocorridos no Estado para se pensar em políticas públicas voltadas à proteção das mulheres. Para piorar ainda mais esse cenário, existe uma fragilidade com relação aos dados dos crimes de feminicídio, conforme apontou a pesquisa do TJBA. Pois, em média, existem classificações como homicídio qualificado ou homicídio simples, em crimes que deveriam ser classificados como feminicídios, o que revela uma dificuldade na identificação e classificação da conduta pelos próprios órgãos integrantes do sistema de Justiça.

Apesar da dificuldade em se obter números concretos oriundos de fontes de dados estatísticos confiáveis, é possível, por meio de casos noticiados em veículos de comunicação de grande circulação, fazer um levantamento, ainda que superficial e não oficial, dos casos de feminicídios ocorridos em algumas cidades do Estado da Bahia.

De acordo com reportagem divulgada pelo Jornal Correio da Bahia, datada de 27 de dezembro de 2017, a Polícia Civil do Estado registrou 49 casos de feminicídios

até aquele momento, sendo que 22 foram na capital baiana, ou seja, 44,9%. Ao fechar o ano de 2017, foram contabilizadas as mortes de 59 baianas que morreram pelo simples fato de serem mulheres, conforme reportagem publicada pelo Jornal Digital Metro 1, datada de 08 de março de 2018, que divulgou os dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA).

Segundo tal levantamento, 59 mulheres acima de 18 anos foram mortas pelo simples fato de serem mulheres, sendo que este número sobe para 74 mortes se incluirmos as menores de idade, o que significa que apenas 15,6% dos casos de homicídio praticados contra mulheres ocorridos no Estado foram registrados como feminicídio, indicando a existência de subnotificações. No entanto, tal número ainda é maior do que o apontado no ano de 2016, em que 4,1% dos casos de homicídios contra mulheres foram classificados como feminicídio, conforme divulgado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018.

3.3 O Silêncio das mulheres: o feminicídio como ato de dominação levado ao extremo

A análise que fizemos dos casos de feminicídios noticiados pela imprensa e alguns que tivemos acesso por meio de busca no site do Tribunal de Justiça da Bahia, nos leva a concluir que a maioria dos casos ocorridos no Estado são caracterizados como Feminicídios Íntimos, entendido como aquele que vitimiza a mulher no seu ambiente doméstico e familiar, ligado diretamente à violência conjugal, como ponto extremo de um ciclo de violência que subjuga a mulher de forma contínua. Consoante o “Mapa da violência de 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil”, em mais da metade de casos de agressão relatados por mulheres, entre 18 (dezoito) a 59 (cinquenta e nove) anos de idade, o agressor é seu namorado, cônjuge, ex namorado ou ex cônjuge. Pesquisa feita pelo Ministério da Justiça (2015, pág. 13), assim relata:

À semelhança de outros países da América Latina, o problema do feminicídio no Brasil está estreitamente ligado à violência conjugal: dentre as mulheres assassinadas, muitas morreram pela ação de pessoas com quem mantinham ou mantiveram um relacionamento afetivo. Esse fenômeno é conhecido como feminicídio íntimo.

Segundo dados extraídos do Mapa acima citado, 73,2% dos homicídios cometidos contra homens são praticados mediante uso de arma de fogo e dos cometidos contra mulheres 48,8% são praticados com emprego de armas brancas, (a pesquisa realizada pelo TJBA no ano de 2018 apontou que 57% dos casos analisados, ocorridos na cidade de Salvador, foram praticados com armas brancas). Ou seja, quando a vítima é mulher, é mais comum que as mortes sejam provocadas por estrangulamento, sufocação, por objetos cortantes/penetrantes ou por objeto contundente, indicando, segundo o referido Mapa, *“maior presença de crimes de ódio ou por motivos fúteis/banais”*.

Ainda conforme levantamento realizado pelo multicitado Mapa, outro ponto

diferencial dos homicídios de mulheres é o local onde ocorrem. Em, 27,1% dos casos, a morte de mulheres deu-se no domicílio da vítima, indicando a alta domesticidade dos referidos crimes. No Estado da Bahia a situação não se mostra diferente do restante do país.

Assim, a violência perpetrada por parceiros e ex parceiros é a que mais se destaca nos casos de feminicídios praticados no Estado, os quais pudemos analisar por meio de reportagens, haja vista que o sistema de busca do Tribunal de Justiça da Bahia, não disponibiliza acesso aos processos que tramitam em 1º grau por busca pelos nomes “feminicídio” ou “homicídio de mulheres”.

Em busca por jurisprudência no 2º grau, localizamos apenas três processos que se enquadravam na categoria de análise procurada. São eles: *Habeas Corpus* nº 0013419-19.2016.8.05.0000, processo oriundo da Comarca de Juazeiro -BA (número do processo de Origem 0501429-21.2016.8.05.0146); *Recurso em Sentido Estrito* nº 0006222-18.2016.8.05.0063, oriundo da Comarca de Conceição do Coité; *Habeas Corpus* nº 0014578-60.2017.8.05.0000 (processo de origem nº 0000742-13.2011.8.05.0038), oriundo da comarca de Camacã. Com relação a este último, imperioso salientar que, como o fato ocorreu em 27/12/2010, não foi tipificado como feminicídio, tendo em vista que à época, não havia a qualificadora do inciso VI, do § 2º do art. 121.

No que tange à motivação, esta fica clara quando analisamos os discursos proferidos pelos agressores ou por parentes das vítimas: o sentimento de posse que o agressor nutre com relação à agredida, travestido sob o argumento do ciúme. Nos casos analisados, restou comprovado que os parceiros ou ex parceiros agressores não aceitavam o término do relacionamento ou que suas (ex) mulheres/companheiras tivessem algum comportamento que demonstrasse autonomia em relação a eles, reprimindo tais comportamentos com violência, deixando claro a posição de subjugação e inferioridade que estas ocupavam dentro dos relacionamentos conjugais.

que é irmã da vítima; que o acusado e a vítima já eram companheiros há aproximadamente 06 meses; que o acusado era muito ciumento; que a vítima já tinha tentado se separar do acusado, mas ele não concordava; que o acusado já havia ameaçado de morte a vítima; que na noite anterior ao crime, a vítima falou no telefone com o ex companheiro sobre os filhos do casal; que a vítima recebeu essa ligação do ex companheiro na frente do acusado; que o acusado não gostou e agrediu a vítima com o soco e mordeu também a barriga da vítima; que a vítima tentou se defender e empurrou o réu; que a mãe da depoente interveio e conseguiu acabar com a briga; que a vítima nessa ocasião também pediu para se separar do réu, mas este não concordou; que depois fizeram as pazes; que o acusado e a vítima foram para a festa na companhia da depoente; que não ficaram muito tempo na festa; que a depoente não retornou da festa ao mesmo tempo que o acusado e a vítima; que até o acusado e a vítima saírem da festa, ficou na companhia deles e não viu discussão entre eles na festa; que no dia seguinte estava em casa quando o acusado ligou para sua mãe para avisar que tinha matado a vítima; que foram na casa da vítima e encontraram sua irmã já morta, caída no quarto. (depoimento de D.S.S, fls. 77, Processo nº 0006222-18.2016.8.05.0063) que sua filha F.S.S.C sofreu tentativa de homicídio no dia de

hoje, 12/02/2016, por volta das 2 h da madrugada, praticada pelo companheiro dela M.D.R.P, que a golpeou com 6 facadas pelo corpo, distribuídas pelo rosto, pescoço, costas e garganta, especificamente do tronco para cima da cabeça. (...) Que a casa da declarante é vizinha à casa de F.S.S.C, mas esta estava separada de corpos de M.D.R.P há mais de 10 dias, pois tinha se decidido assim, devido ao ciúmes excessivo dele e agressividade com as palavras. (...) (depoimento de M.J.S.C, fls. 10, Processo nº 0501429-21.2016.8.05.0146)

Tal narrativa se repete em vários casos analisados. No dia 30 de janeiro de 2017, na cidade de Teixeira de Freitas, L.S.J, de 20 anos, foi morta a facadas pelo ex-marido, com quem tinha terminado o relacionamento uma semana antes de morrer; no dia 17 de abril de 2017, em Salvador, A.V. S. P, 15 anos, foi morta a tiros pelo ex-namorado que não aceitava o fim do relacionamento. O casal estava separado havia 8 meses; em 27 de abril de 2017, na cidade de Luís Eduardo Magalhães, E. V. J, 45 anos, foi golpeada no pescoço pelo ex-marido, preso horas depois. Em depoimento, ele disse que não aceitava o fim do relacionamento, que durou dois meses; em março de 2016, na cidade de Alagoinhas, C. J. M, matou com golpes de faca sua ex companheira ao vê-la conversando com outro homem em uma via pública no centro da cidade. O réu foi condenado a 18 anos de prisão por feminicídio; em 30/04/2016, na cidade de Maiquinique, A.F.A matou a facadas sua ex companheira, a professora M.S.S, que no dia do crime decidiu romper de forma definitiva o relacionamento amoroso em razão do comportamento agressivo e do uso exacerbado de bebidas alcoólicas. O réu foi condenado a 12 anos de prisão.

Conforme justificativa do projeto de Lei do Senado nº 292, de 2013 (pág. 2) que alterou o Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio:

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita da posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex parceiro; como subjugação da intimidade e a sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.

Essa situação pode ser constatada nos diversos casos analisados. A prática do feminicídio aparece como última forma de controle do corpo, do sentimento e da alma dessas mulheres. Nesse tipo de crime já não pode haver mais resistência por parte da vítima; é o ato de dominação em sua potência mais extrema. Nos dizeres de HIRIGOYEN (2006, pág. 56), “o homem se recusa a deixar livre sua ex companheira, como se ela fosse propriedade sua”. Constitui, conforme os dizeres da mencionada autora, “a uma tomada de consciência da insuportável alteridade do outro, o que faz ver que não se trata de amor, e sim de fusão” (HIRIGOYEN, 2006, pág. 59).

Assim, imersos em sua superioridade, envoltos pelo ar de autoridade que durante milênios acreditam ter, os homens continuam a matar suas parceiras ou ex parceiras por estarem convictos que elas são suas propriedades, das quais eles podem dispor da forma que quiserem. Agridem seus corpos com brutal violência

no sentido de afirmarem sua posse sobre eles e deixando bem claro que “se não for minha, não será de mais ninguém”. Tal afirmação o coloca na posição de todo-poderoso, afirmação esta que só poderá se concretizar à custa da retirada da vida do outro, em um processo de autoafirmação de si e de seu valor.

4 | CONCLUSÃO

Neste artigo pudemos analisar e verificar, ainda que sem um banco de dados estatísticos oficial, os casos de feminicídios no Estado da Bahia, os motivos da sua ocorrência, as formas e os lugares onde são praticados, levando-nos a inferir que, a maior causa de morte de mulheres em decorrência da sua condição de gênero, dá-se devido à configuração da sociedade baiana, que ainda carrega em si, de modo latente, traços de uma sociedade patriarcal, androcêntrica, falocêntrica e coronelista, que vê na figura do homem o provedor, o patriarca, o chefe da família, colocando a mulher em posição de inferioridade e subjugação, tratando-a como posse.

Os dados estão expostos e os números demonstram que homens matam muito mais mulheres que o contrário, seja pela sua fragilidade física, seja pelos ideais patriarcais ainda difundidos na sociedade. Diante da notável e triste realidade, os poderes públicos não só podem como devem criar mecanismos para diminuir esta violência. Tal situação, para ser modificada, necessita que o poder público estadual passe a enxergar o feminicídio como fator de risco real contra as mulheres. Para isso, é necessário que os órgãos estatais, responsáveis pela segurança pública do Estado, criem um banco de dados oficial com relação à quantidade de feminicídios praticados ao longo dos anos, aparelhe os órgãos da polícia e do judiciário, no sentido de permitir a quantificação, apuração e correta classificação dos casos noticiados, evitando o grande número de subnotificações que acontecem e, a partir daí, desenvolva políticas públicas de combate à prática de feminicídio, passando inclusive por um processo amplo de educação de homens e mulheres desde a mais tenra idade.

É necessário falar sobre violência contra a mulher nas escolas, mas também é necessário educar o agressor, a fim de evitar a prática do feminicídio. Não é suficiente a punição quando o indivíduo não entende e não é educado para respeitar a mulher como sujeito de direitos, portadora de dignidade humana, protagonista de sua própria história, donas dos seus corpos, dos seus sentimentos e vontades, detentora de autonomia.

Sem abrir os olhos para o desenvolvimento de políticas públicas que passe pela prevenção, continuaremos a ser o segundo Estado da Federação que mais mata mulheres em razão de serem mulheres. Assim, concordando com Marcela Lagarde (2004), o feminicídio é um crime de Estado. Pois, quando o Estado não cria mecanismos de prevenção, proteção e repressão adequados, ele também se torna

responsável por esses feminicídios. Sem esses mecanismos auxiliares, a lei, por melhor que seja, não consegue cumprir o papel para o qual fora criada, tornando-se assim, inefetiva. Lei sozinha não consegue resolver o problema. É indispensável que o Estado e seus agentes criem meios de implementação e efetivação da legislação, o que só ocorre por meio de políticas públicas bem pensadas e articuladas com a realidade.

Apesar de ser um marco histórico na luta feminista, a Lei 11.340/2015, pelo menos no Estado da Bahia, objeto de nosso estudo, não consegue ser totalmente efetivada. Isto se verifica pelo aumento do número de casos de feminicídios, conforme demonstrado por meio dos dados apresentados, o que sinaliza que ainda há muito a ser feito em termos de atuação estatal e jurisdicional no combate ao feminicídio. Mas, um passo importante foi dado: começamos a falar sobre ele.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Sousa de. **Femicídio: Algemas invisíveis do público-privado**. São Paulo: Revinter, 1998.

AQUINO, Carol. **Quase metade de feminicídios da Bahia em 2017 foram em Salvador**. Correio da Bahia, Salvador, 27 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/quase-metade-de-femicidios-da-bahia-em-2017-foram-em-salvador/> (acesso em 12/07/2018).

BAHIA. Tribunal de Justiça. **O silêncio acabou**. Salvador. 2018. Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2018/08/Femicidio-O-silencio-nao-acabou.pdf> (acesso em 01/11/2018).

BORGES, Thais; MARINHO, Nilson. **A vasta e vergonhosa lista de feminicídios na Bahia em 2017**. Correio da Bahia, Salvador, 19 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/a-vasta-e-vergonhosa-lista-de-femicidios-na-bahia-em-2017/> (acesso em 15/09/2018)

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **Financiamento da segurança pública, Homicídios, Letalidade/vitimização policial, Sistema prisional, Violência contra a mulher**. 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/> (acesso em 20/10/2018)

BRASIL. Ministério da Justiça. **A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil**. Brasília: Centro de Estudos sobre o Sistema de Justiça; 2015. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicas-de-justica/publicacoes/Biblioteca/publicacao_femicidio.pdf. (acesso em: 30/10/2018).

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2013 (Da CPMI de Violência Contra a Mulher no Brasil)**. Brasília. 2013. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4153090&disposition=inline> (acesso em 30/10/2018).

CERQUEIRA, D. R. C. *et al.* **Atlas da Violência 2018**. Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro. Junho de 2018.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **A dor que dói na alma: violência psicológica contra a mulher**. XVI Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre Mulher e Relações de Gênero, Salvador – Ba, 2010.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O Preço do Silêncio: mulheres ricas também sofrem violência**.

Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007. 260 p.

GALVÃO, Patrícia. **Dossiê violência contra as mulheres**. [Internet]. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio> (Acesso em: 20 de julho de 2018).

HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LAGARDE, M. **Por la vida y la libertad de las mujeres, fin del Feminicidio**. El Día V, hasta que la violencia termine, jornada de protesta y denuncia. 2004. Disponível em: <https://www.cimacnoticias.com.mx/especiales/comision/art001.doc> (acesso em 30/08/2018)

RADFORD, Jill; RUSSEL, Diana (Eds.). **Femicide: the politics of woman killing**. New York: Twayne Publishers, 1992.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado**. Belo Horizonte: Leitura, 2009. 240 p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVEIRA, Bárbara. **Feminicídio: Só em 2017, 59 baianas morreram pelo simples fato de serem mulheres**. Metro 1, Salvador, 08 de março de 2018. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/bahia/50953,feminicidio-so-em-2017-59-baianas-morreram-pelo-simples-fato-de-serem-mulheres.html> (acesso em 15/09/2018)

WASELFISZ JJ. **Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso; 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php (acesso em 20/10/2018)

SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA FÍSICA: DESFAZENDO MITOS

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Giovanna Souza Picolo

Valquiria Nicola Bandeira

Carlos Simão Coury Corrêa

Monica Soares

Andreza de Souza Fernandes

Vanessa Cristina Scaringi

Fernando Sabchuk Moreira

A sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas também possui um caráter social e político. Além disso, a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolo; todos processos plurais e culturais. Dessa forma, ela é “aprendida”, ou melhor, construída, a longo de toda sua vida, de muitos modos por todos os sujeitos. São comuns muitas crenças sobre as pessoas com deficiência física, à respeito de sua sexualidade, as mesmas se convertem em convicções de uma sexualidade atípica, infeliz e fracassada ou até mesmo impraticável; pois sua deficiência explícita é estigmatizada como uma limitação e conseqüentemente como uma incapacidade de viver sua sexualidade de modo pleno. Para o aprofundamento da temática, foi utilizado a bibliografia de Maia (2006), Maia (2011) e Pinel (1993) que também trazem em suas obras autores com considerações sobre

o tema.

Maia (2011), a partir de seus estudos, comenta que se atribui dificuldades orgânicas generalizadas para as questões genitais e sexuais, pois admite-se a sexualidade como sinônimo de sexo, considerando portanto que aqueles que teriam uma disfunção sexual reconhecida teriam também uma impossibilidade de viver sua sexualidade. Somado a isso, há um padrão normativo de que o sexo é destinado à reprodução e, diante da convicção de que a infertilidade é uma regra para as pessoas com deficiência física, a crença de que a sexualidade nesses casos é inexistente e/ou é sinônimo de infelicidade se torna ainda mais expressiva.

A autora (ibid.) complementa que, apesar das dificuldades apontadas em relação aos aspectos orgânicos (sexo) do deficiente físico, muitas vezes, é no aspecto psicossocial se encontram as maiores dificuldades ou limitações gerais em relação a vivência de sua sexualidade. Por conta de um forte preconceito ou ignorância no assunto, muitas pessoas rotulam o sujeito com deficiência física como um ser assexuado, ou seja, sua sexualidade é negada por razão de uma visão fragmentada do corpo “imperfeito”, “improdutivo” ou “não eficiente”. Acrescenta-se também os

preconceitos e estereótipos relacionados à perfeição corporal e a beleza física, o que agrava as dificuldades de relacionamento afetivo-sexual entre as pessoas com deficiência física. (Bogle & Shaul, 1981 et al apud, MAIA, 2011)

O padrão de normalidade, que tem como função excluir aqueles que não se encaixam de acordo com o padrão, se instala por meio de regras e, como diz Chauí (1985 apud MAIA, 2011), quanto mais rígida e despercebidas forem as regras sobre como devemos agir em relação a nossa sexualidade, mais eficazes elas serão no sentido de controlar o modo como nos comportamos; através de um conjunto de normas e valores sobre a sexualidade, que se concretizam por meio diferentes discursos (místicos, jurídicos, religiosos, médicos, psicológicos, científicos, leigos, etc.), que norteiam, em cada grupo social, como “podemos ser” e, atualmente, de como “devemos ser”.

A sexualidade compreendida como um fenômeno histórico e cultural reflete as concepções, valores e critérios sobre o “normal” e o “patológico” que se configuram nos contextos em que se produzem e reproduzem as práticas sexuais” (MAIA, 2010 apud MAIA, 2011, p.29)

A autora (ibid.) incita Shakespeare (2003) que comenta que a sexualidade tida como normal se baseia no modelo patriarcal e heteossexual. Logo, a partir dessa visão estreita é que se investiga muito mais as questões da resposta sexual das pessoas com deficiência (como a ereção e o orgasmo) do que as questões psicológicas e sociais, como o isolamento e a exclusão. Segundo o autor (2003) “para a maioria dos deficientes não é como se faz sexo que causa o maior problema, mas encontrar alguém que o faça.” (SHAKESPEARE, 2003 apud MAIA, 2011, p.72)

Quando se trata de uma pessoa com deficiência, alguns valores sociais importantes para a convivência social, como a igualdade de direitos e oportunidades, são testados pois, teoricamente, essas pessoas deveriam de fato fazer parte da sociedade, estudando, trabalhando e amando. Atitudes como a infantilização das pessoas deficientes negam a eles a possibilidade de participar de forma satisfatória na sociedade e acaba por “justificar” a negação dos direitos sexuais a partir de crenças e mitos sobre sua sexualidade.” (SORRENTINO, 1990 apud MAIA, 2011). Essa existência de ideias que são não são verdades, chamadas pelos autores de mitos, servem para explicar fenômenos obscuros a partir de um discurso de um grupo dominante, que se julga superior, sobre um grupo de outras pessoas.

Os mitos sexuais, de modo geral, se referem ao modo de ver a sexualidade do outro estigmatizado por conta de sua deficiência. Maia (2011) em colaboração de outros autores (AMARAL, 1995; MAIA, 2006, VASH, 1998), comentam que a existência destes mitos afeta a todos: pessoas com deficiência, seus familiares e quem com ele(a) convivem, pois, muitas vezes, essas ideias alimentam situações de discriminação e violência e também de dominação dos não deficientes sobre os deficientes. Também soma-se outras condições discriminativas, como ser homem ou mulher, ser heterossexual ou homossexual, ser idoso ou jovem, etc.

Tais mitos, segundo a autora (2011), abrangem modelos normativos relativos à sexualidade, como: vida social, vida afetiva e amorosa, autoimagem, questões de estética e atratividade, sedução e questões de gêneros. Os modelos normativos também incluem-se nas práticas sexuais, como: desempenho sexual-funcional e o sexo considerado saudável. Em todos os casos, tais modelos normativos são ideológicos e construídos socialmente, onde prometem uma felicidade idealizada e exagerada a todos nós, mas que atingem, diretamente, àqueles que vivem com uma deficiência visível e por ela são estigmatizados.

Os mitos mais comuns acerca da sexualidade dos deficientes físicos são:

- a. relação sexual satisfatória depende somente do pênis ereto;
 - b. a satisfação sexual depende do orgasmo;
 - c. a certas dificuldades orgânicas, com a incontinência urinária por exemplo, corresponde a uma incompetência genital;
 - d. à ausência de sensações corresponde uma ausência de sentimentos;
 - e. a inabilidade de locomoção significa a inabilidade de usufruir e oferecer prazer;
 - f. à perda das funções genitais corresponde a perda da sexualidade;
 - g. pessoas deficientes físicas são assexuadas;
 - h. pessoas deficientes geram filhos deficientes;
 - i. pessoas deficientes físicas devem relacionar-se e casar-se com pessoas também deficientes;
 - j. pessoas não-deficientes só têm relações sexuais com deficientes se tiverem problemas de solidão;
 - k. todo problema sexual da pessoa deficiente física decorre de sua invalidez.
- (MAIA, 2006, p.184)

Estes mitos também podem ser percebidos como afetando diferentes dimensões da vida do sujeito: social, afetiva, sexual e reprodutiva. A vida social inclui a questão da autoimagem, padrões de estética, integração e inserção social. A dimensão afetiva inclui os vínculos de afeto, situações de paixão ou amor. (MAIA, 2011)

Todos esses mitos revelam a rejeição e o preconceito da sociedade em reconhecer, aceitar e contribuir para a manifestação saudável da sexualidade das pessoas com deficiência física, que, em última instância, poderia garantir a elas o direito de exercer sua sexualidade de modo saudável e prazeroso.

Se os valores culturais simbólicos presentes na sociedade tendem a reprimir e controlar a expressão da sexualidade humana, estes tendem a se tornar mais repressivos no que se refere aos portadores de deficiência. Existe a ideia preconcebida de que um corpo fisicamente limitado será também um corpo

sexualmente limitado. Além disso, existe a falácia de que um corpo que não encontra ajuste sexual, que não corresponde ao chamado “padrão de resposta sexual” tenderá para as práticas “grotescas”. Por esta razão, o corpo terá de ser controlado. O que ainda pensa o senso comum é, na verdade, que a manifestação da sexualidade, a obtenção do prazer, é inexistente para os portadores de deficiência física. O preconceito, como valor cultural, cristaliza a ideia de que a pessoa portadora de deficiência é assexuada. (SALIMERE, 1995 apud MAIA, 2006, p.183)

Realizando um apêndice acerca da resposta sexual nos/as indivíduos com deficiência, Pinel (1993) disserta que esta é um mecanismo combinado em três: o hormonal, o vascular e o neurológico. Assim, os hormônios precisam estar em níveis normais e os nervos em pleno funcionamento para que o sangue chegue até os genitais, permitindo que haja uma ereção e ejaculação ou lubrificação vaginal.

Do ponto de vista neurológico, existem dois meios responsáveis pela ereção: o reflexo como resposta à um estímulo local, como o toque ou a mudança brusca de temperatura nos genitais; o psicogênico que depende de que o estímulo chegue do cérebro até o local e voltar. É o tipo de ereção causado por uma fantasia sexual ou qualquer outro estímulo que não envolva a manipulação direta dos genitais.

A autora (1993) cita que as lesões da medula espinhal afetam tanto a parte motora quanto a sensibilidade. Contudo, o efeito sobre a resposta sexual dependerá da extensão do nível da lesão, das medicações e das intervenções cirúrgicas realizadas.

Em geral, podemos afirmar que, quanto mais alto for o nível da lesão medular, mais chances o indivíduo terá de ter uma ereção, porque o mecanismo local da ereção reflexa, situado na região baixa da coluna, estará preservado. Assim, o tetraplégico (portador de paralisia nas pernas e nos braços) tem maior chances de ter uma ereção do que um paraplégico (que tem paralisia só nas pernas). Grosso modo, acredita-se que a maioria dos homens com lesão medular possui condições de ter uma ereção de algum tipo. A ejaculação, por ser um mecanismo extremamente complexo do ponto de vista neurológico costuma estar afetado na maioria dos casos, mesmo havendo ereção. Sabe-se muito pouco sobre o efeito da lesão medular na resposta sexual feminina; a reprodução; no entanto; não tende a estar prejudicada nestas mulheres. (PINEL, 1993, p.317)

A respeito do orgasmo, ela (ibid) comenta a noção limitada do conceito de orgasmo por parte da sociedade; onde, geralmente, se crê que o orgasmo é uma resposta localizada, manifestada através de contrações musculares nos genitais. Nos homens admite-se que é sinônimo de ejaculação.

Porém, o orgasmo é uma função mediada pelo cérebro, ainda que consideravelmente facilitada pelos órgãos sexuais. Logo, órgãos genitais em perfeito estado não garantem a presença do orgasmo, assim como a lesão não implica necessariamente na sua ausência. A resposta sexual engloba alterações no corpo como um todo, não limitando-se apenas nos genitais. Nem todos os orgasmos são idênticos em intensidade na mesma pessoa, logo, as alterações orgânicas causarão mudanças na sua percepção. Durante anos os orgasmos de pessoas com lesões medulares foram denominados de “orgasmos fantasmas” ou “paraorgasmos”. Acerca

disto, Pinel (1993) comenta:

Na verdade, surge aqui uma necessidade de uma ressalva: a postura científica, indubitavelmente, revela sua pretensão ao questionar a existência do orgasmo no outro; em decorrência desse fato, o não-reconhecimento do orgasmo em paraplégicos resultou na cristalização dos preconceitos populares. (PINEL, 1993, p.318)

Atualmente se sabe que há a possibilidade de orgasmo mesmo após uma lesão medular. Apesar de não ser simples nem automático, o orgasmo pode ser construído, num trabalho de reidentificação das sensações, independentemente de ereção, ejaculação ou lubrificação vaginal. (PINEL, 1993)

A autora (ibid) descreve que, como a maioria das lesões medulares se dá em jovens e adultos, o conflito pessoal se encontra no desempenho das habilidades sociais aprendidas e exercitadas antes do acidente, onde era assumido como uma pessoa sexualmente ativa e posteriormente começou a ser tachado de assexual. A abstenção dos profissionais a respeito do tema também estimula a assimilação de preconceitos no deficiente, que é levado a se conformar com a situação de forma evitar qualquer mal-estar.

Contudo, a intenção inconsciente de tais profissionais é evitar que o/a paciente note a falta de informação e formação sobre o tema por parte dos/as mesmos/as que se responsabilizam por sua reabilitação, ou seja, a tentativa de minimizar um problema para evitar reformular valores. Por fim, a reaprendizagem do lesionado está além da fisioterapia, pois inclui a reestruturação social, afetiva e sexual que o capacite novamente para a vida. (PINEL, 1993, p.318).

A sexualidade é significativa para a obtenção de prazer e também favorece a autoestima e a construção de uma identidade sexual equilibrada. Segundo o autor (1993) a grande maioria dos problemas à respeito de sexualidade nos/nas indivíduos com deficiência física é de índole psicossocial. A excitação e a resposta genital são extremamente vulneráveis às mensagens negativas do cérebro, à ansiedade sobre a doença ou a própria preocupação com o desempenho sexual. Todos estes fatores provocam efeitos devastadores no funcionamento sexual que também se somam com a negação da sexualidade do indivíduo; agravando sua autoimagem e auto estima.

Segundo Alzugaray e Alzugaray (1995) et al citados por Maia (2006), os fatores que impedem a plena manifestação da sexualidade em pessoas com deficiência física encontram-se nas três dimensões humanas: a dimensão biológica, a dimensão psicológica e a dimensão sociocultural. A negação da sexualidade das pessoas deficientes físicas ocorre a partir de uma visão segmentada do corpo imperfeito, onde as limitações da sensibilidade nos órgãos sexuais são estritamente relacionadas e generalizadas à vida afetivo sexual, especialmente quando a sociedade entende o conceito de sexualidade restrito somente à genitalidade e ao sexo.(ibid.)

Pinel (1993) traz considerações sobre os preconceitos existentes na sociedade.

Cita que tais preconceitos também se refletem no próprio deficiente, o qual passa a acreditar que a única forma válida de satisfação sexual é aquela onde o ato sexual de repertório limitado, como por exemplo papai-mamãe, invariavelmente culmina em orgasmo. A ênfase dada aos contatos tradicionais pênis-vagina e à obrigatoriedade de orgasmo, quando não deturpado por um “atletismo” sexual, onde o que vale é a “técnica” e o tempo tem limitado expressivamente o potencial sexual de muitas pessoas, sejam elas deficiente ou não. Assim, o desempenho sexual de alguém que tem alterações motoras importantes, por função ou dor (por exemplo lesão medular ou artrite), jamais poderá ser regido pelas regras da maioria, onde tais estas regras nem sempre são as mais satisfatórias inclusive para um indivíduo não-deficiente. “A exploração e a experimentação, tão essenciais para o desenvolvimento erótico afetivo de qualquer pessoa acabam sendo duplamente tolhidas no portador de deficiências que confunde limitação com incapacidade.” (PINEL, 1993, p. 311)

Autores como Maior (1988) e Blackburn (2002), citados por Maia (2006), defendem que a pessoa com deficiência física, os familiares e profissionais devem ter uma noção de sexualidade mais ampliada. Ainda que ocorram dificuldades no plano orgânico, a sexualidade humana ultrapassa a questão biológica; pois passa pelas questões psicológicas e culturais. Embora limitações ocorram na efetivação de uma relação sexual (coito), o impulso sexual estará preservado e merece ser reconhecido. Assim, para se vivenciar a sexualidade de forma plena é preciso que se rompa a dicotomia sexo-sexualidade.

Nas palavras de Maior:

O sexo é um impulso primário, subcortical, modulado por influências corticais normalmente inibitórias, que determinam a ocasião, o modelo e a intensidade da manifestação sexual. Ato sexual é o comportamento assumido, envolvendo áreas erógenas secundárias, jogos preliminares, contato corporal e relação genital. Sexualidade corresponde à soma de impulso sexual, ato sexual e todos os aspectos da personalidade envolvidos na comunicação e no relacionamento interpessoal: diálogos, atividades e interesses partilhados e outras formas de expressar afeto e amor. A sexualidade engloba atitudes e comportamentos masculino e feminino de uma pessoa nas suas relações com o mundo. Para cada indivíduo será mais fácil e gratificante a relação sexual que se fundamente num conceito amplo de sexualidade, com menor influência possível de comportamentos preconcebidos, os quais transformam o sexo em motivo de ansiedade e sentimento de culpa. (MAIOR, 1988, apud MAIA, 2006, p. 174)

Dentro de um conceito amplo de sexualidade, a imagem corporal é um aspecto significativo na construção da identidade pessoal, identidade sexual, autoestima e capacidade de autoaceitação perante um grupo social. Assim, para compreender a relação entre sexualidade e deficiência física é necessário refletir sobre a imagem corporal.

Werebe (1984 apud MAIA, 2006) argumenta que a construção da imagem corporal é relativa, na medida que a representação do corpo influencia a noção que o indivíduo tem acerca de outros corpos e outros objetos (meio ambiente).

A partir de três anos de idade a diferenciação da pessoa em relação aos outros

se consolida, a imagem corporal vai se diferenciando progressivamente do meio. Contudo, quando tratamos da criança com deficiência física, este processo revela a ela um corpo desvantajoso em relação aos outros não deficientes.

Outro fator relacionado à construção da imagem corporal e da identidade sexual é o aspecto afetivo, sensual e erótico relacionado ao outro, em destaque à mãe na primeira infância. A necessidade de afeto, de amar e ser amado, é fundamental para que a criança seja aceita e aceite a si mesma, logo, o meio familiar é fundamental na contribuição na auto estima de filhos com deficiência física.

Entretanto, nas famílias de crianças deficientes pode-se encontrar conflitos, como a manifestação de atitudes ambíguas de frustração e culpa, ou seja, pais e familiares que repelem o nascimento do filho deficiente, além de outras atitudes como: abandono (efetivo ou indireto), negação da deficiência ou uma superproteção da criança. No âmbito da sexualidade, essa construção pode se refletir em dificuldades de socialização e sentimentos de inadequação e solidão na vida adulta.

Outro ponto polêmico destacado por Pinel (1993) é o fato de qualquer informação sobre a sexualidade dos filhos estar inacessível, provoca nos pais de crianças deficientes um constrangimento em relação ao tema. Tal constrangimento ainda é erroneamente interpretado pelos profissionais como uma forma de negação a qualquer tentativa de educação sexual. É relevante compreender que os pais são as primeiras peças mobilizadoras pela coerência do saber lidar com a sexualidade dos/as filhos/as. Em situações onde o/a filho/a não é deficiente, os pais já vivenciam dificuldades por não terem sido aprendido a lidar com o momento posterior à “história da cegonha”. O autor (1993) comenta que, seria ingênuo, assim, pensar que não tenham dúvidas numa situação específica, como a de ter um/a filho/a deficiente. “O conflito emocional é intenso, porque os valores paternos, correspondentes ao da coletividade, são muitas vezes contrários à ligação afetiva.” (ibid., 1993, p. 310)

Há também a tendência de manter a imagem infantilizada nas pessoas deficientes, que não só distorce a visão de suas necessidades reais como também alimenta sua dependência e insegurança. A superproteção familiar e o paternalismo institucional e social nutrem tal acomodação do indivíduo, ou seja, tornam expressivo o bloqueio do desenvolvimento psicossocial. O medo e a vergonha aumentam os de efeitos malignos na socialização do indivíduo, comprometendo, consequentemente, o amadurecimento sexual. (PINEL, 1993)

Werebe (1984 apud MAIA, 2006) também comenta que as crenças, valores e conhecimentos históricos relativos a cada cultura influenciam a elaboração da imagem corporal. Os modelos culturais que propagam uma determinada aparência física como padrão, papéis sexuais e formas de específicas de utilização do corpo refletem uma forma de construção repressora da imagem corporal, da consciência de si mesmo e da autoestima.

Assim, os padrões de beleza e estética corporal são apelativos tanto para pessoas não-deficientes quanto para as deficientes. Ainda que, no segundo caso,

as pessoas sofram de forma mais agressiva e drástica e efeitos desses padrões na vivência e na percepção corporal. Essa influência ideológica não advém somente de forma sutil e inerente nas mensagens da mídia, mas também explicitamente das regras sociais que excluem o/a deficiente da vida sexual.

Werebe (1984 apud MAIA, 2006) indica que os/as deficientes físicos recebem, em geral na adolescência, muitas informações que os impõem a uma negação da sexualidade e os obrigam a uma tomada de consciência de suas limitações diante de um conceito de sexualidade restrito, limitado ou insatisfatório. Tal tomada de consciência será influenciada, parcialmente, pela ausência ou presença de certas sensações físicas, experiências pessoais, observação sobre outros, condições de educação, história de vida, entre outros.

Falar do sexo da pessoa com deficiência física ainda é um dos grandes tabus da sociedade. A experiência e o conhecimento sobre a sexualidade para pessoas com deficiência dependem do processo de socialização, experimentação e desenvolvimento de habilidades sociais.

Segundo Blackburn (2002 apud MAIA, 2006) o desenvolvimento da identidade sexual e da moral são fundamentais para uma transição saudável da infância para a idade adulta, assim como a autoestima e a imagem corporal. Uma educação sexual adequada pode influenciar de forma positiva no processo de socialização de alguém com deficiência física, a família tem papel de destaque no desenvolvimento da saúde psíquica e sexual da criança e do adolescente. A autora (2002) também afirma que a adolescência é um período em que tanto as pessoas, deficientes ou não-deficientes, são sensíveis em relação a sua aparência no meio social. Para um/a jovem não-deficiente, as atividades sociais, em geral, aumentam neste período.

Assim, os relacionamentos interpessoais, o desenvolvimento psicosssexual e atitudes de independência e de autonomia são encorajadas, o que os/as encorajam a enfrentar as dificuldades relacionada à auto-imagem. Contudo, para um/a jovem com deficiência física essas experiências sociais são restritivas, ou até mesmo inexistentes. É comum que as dificuldades físicas (de mobilidade e locomoção) e de comunicação contribuam para um quadro de fragilidade emocional e baixa autoestima.

É por meio do processo de socialização que as interações sociais e os relacionamentos afetivos emergem entre os/as jovens; além disso, através das atividades sociais e dos vínculos de amizade, os/as jovens desenvolvem sua personalidade, sua identidade e sua sexualidade. Contudo, seus comportamentos são vulneráveis às reações do grupo social a que pertencem, o que também inclui pais, professores/as, colegas ou cuidadores/as. Assim, manifestar a sexualidade é uma questão complicada para qualquer jovem, quando se trata do jovem com deficiência física a situação se torna ainda mais delicada.

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE

Durante muito tempo, a sala de aula foi encarada como um local sexualmente neutro. A formação de educadores/as, o comportamento esperado deles/as e a atribuição da educação em sexualidade como tarefa da família reforçam tal caráter supostamente assexuado e reprodutor dos preconceitos e estereótipos vigentes na sociedade. Por reproduzir tais caracteres, a escola se torna também um ambiente dotado de sexualidade, ou seja, com possibilidades de discussões e reflexões sobre a mesma. Além disso, com já visto anteriormente, as pessoas com deficiência também amam, namoram e tem relações sexuais; logo, deveria ser assegurado à elas proposta de educação em sexualidade, com esclarecimentos e informações para garantir seu exercício pleno da sexualidade. Autores como Miskolci (2005), Maia (2011), Poppi e Manzini (1999) e Kieling (1993) tecem considerações sobre o tema.

Miskolci (2005) comenta que comumente se pressupõe que a sexualidade é um assunto privado ou, pelo menos, restrito ao lado de fora da escola; contudo, a sexualidade está presente na escola porque faz parte dos sujeitos o tempo todo onde não é possível transferi-la para outro espaço ou em algum período de tempo como um acessório que se possa despir.

O autor (2005) sugere que o/a professor/a pode abordar questões de sexualidade em base em situações do dia-a-dia na sala de aula, como assuntos em pauta na mídia ou em discussões provocadas pela exibição filmes, textos ou uma reportagem. As discussões devem ocorrer abertamente, jamais de forma obrigatória. O debate dirigido pelo/a professor/a deve buscar o equilíbrio de posições sem cair na parcialidade tornando-o limitado. Informar-se sobre as questões de sexualidade envolve um compromisso que o/a educador/a pode assumir em conjunto de uma construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Logo, advém a necessidade de buscar informações relacionadas à sexualidade sempre por uma perspectiva histórica e contextualizada socialmente. “A informação adequada permite que o profissional enfrente os desafios esperados, mas também os inesperados, da relação com os estudantes e suas formas de comportamento, idéias e questões.” (MISKOLCI, 2005, p.25)

Werebe (1998) define a educação sexual como um processo que engloba um conjunto de ações intencionais e não intencionais desenvolvidas na família, na escola e em outras agências e instituições sociais.

Segundo a autora

A educação sexual compreende todas as ações, deliberadas ou não, que se exercem sobre um indivíduo, desde o seu nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes, comportamentos, opiniões, valores ligados à sociedade. A educação sexual, num sentido amplo, processo global, não intencional, sempre existiu em todas as civilizações, no decurso da história da humanidade, de maneira consciente ou não, com objetivos claros ou não, assumindo características variadas, segundo a época e as culturas. (WEREBE,

Na educação, seja ela intencional ou não, o padrão de normalidade impõe condições rígidas para a adaptação dos indivíduos, o que acarreta em sofrimento pessoal, discriminação e preconceito, violência física e simbólica. A educação deve ocorrer por meio de uma reflexão sobre a sociedade e sobre o próprio sujeito, estimulando tanto a crítica quanto a autocrítica; caso contrário, o estudo acerca da sexualidade se tornará numa ação normativa e representativa. (MAIA, 2011)

Em geral, os processos na educação sexual intencionais ocorrem em instituições sociais educativas, em destaque, as escolas. Como procedimentos já sistematizados, esses programas acabam sendo preparados e executados com grandes defeitos: professores/as mal preparados, objetivos estritamente preventivos e biologizantes (ou seja, aulas sobre sistema reprodutor e métodos contraceptivos nas disciplinas de biologia) e uma escassa oportunidade de reflexão sobre os valores sociais que regem os comportamentos sexuais em diferentes momentos históricos e em diferentes sociedades. A autora cita:

Em meio ao discurso médico-higienista sobre sexualidade na escola reafirma-se a necessidade primordial de uma educação emancipatória (reflexiva, questionadora, política) voltada para a formação de cidadãos e para a transformação social e não apenas para uma educação que favoreça o acúmulo de informações genéricas, desprovidas de reflexão e de contextualização. (MAIA, 2011, p.32)

Os processos intencionais de educação em sexualidade na escola são parte de uma educação sexual mais ampliada e generalizada, que não ocorre intencionalmente e constantemente. Em colaboração com outros/as autores/as, Maia (2011 apud et al) explica que a educação sexual é um processo que é construído ao longo da vida, através de relações sociais que se resultam na vida adulta, na oportunidade de fazer escolhas e viver a própria sexualidade. Assim, a partir dos valores construídos pela educação sexual, é possível aprender o sentido do corpo sexuado, o prazer gerado por ele, assumir e julgar atitudes sobre sua sexualidade e a de outras pessoas.

Para se aprofundar nos aspectos psicopedagógicos da educação em sexualidade, Kieling (1993) se apóia nas contribuições da Psicologia do Desenvolvimento, extraídas de Freud, Reich e Piaget e alguns de seus seguidores. A autora (ibid.) comenta que a educação em sexualidade é colocada como uma disciplina “estranha” na maioria das vezes. Ela questiona tal fato: “Será que os conhecimentos relativos ao processo de ensino-aprendizagem - assim como os referentes ao processo cognitivo (relativo à inteligência) e afetivo da criança - nada têm a ver com a Educação sexual?” (KIELING, 1993, p.194)

É comum a sexualidade humana tratada como algo “exterior” ao indivíduo, dissociado do processo do desenvolvimento do ser humano em todas as suas etapas. A autora (1993) comenta que, geralmente, a atenção dos educadores se volta para o/a jovem somente no início da adolescência, quando as transformações do corpo “exteriores” se impõe ante todos. É como se a sexualidade aparecesse

subitamente na vida do indivíduo com a maturação de seus órgãos genitais. A existência da sexualidade, tanto da criança como do adulto, não recebe a atenção devida da educação em sexualidade - isto porque a criança por ser ainda muito pequena, atribuída muitas vezes como assexuada; e o adulto, porque já deveria tudo sobre o tema.

A autora (1993) resgata Freud (1969) que discorre sobre a energia libidinal responsável pelo desenvolvimento humano e, conseqüentemente sexualidade humana. Tal energia é canalizada para as zonas erógenas (boca, ânus e genitais) em diferentes etapas da vida. Há uma discussão quanto ao entendimento e à duração da etapa refere ao período de latência, onde a energia libidinal é canalizada para o intelecto resultando na ausência da manifestação de comportamentos sexuais. Contudo, a autora (1993) afirma constatar que crianças se masturbam de forma precoce e que com a idade entre 6 e 11 anos, apresentam inúmeros comportamentos sexuais, como o interesse pelo namoro, a curiosidade em relação ao nascimento e a continuidade da masturbação.

Na tentativa de compreender melhor esses fenômenos de “sexualização precoce” a autora recorreu a Wilhelm Reich (1981) que fundamenta sua teoria nos princípios da energia vital de Freud, mas que esta não se restringia aos genitais e sim em todo o corpo. Segundo a autora:

Nas palavras de Gaiarsa (1986, p.13), Reich tentou a “psicanálise do corpo inteiro”. Assim, todo o corpo da criança passa a ser visto como fonte de prazer, como uma ferramenta que possibilita a relação com o outro. Não há mais separação entre mente e corpo - este último sintetiza todo o ser humano. Rech destacou ainda a necessidade de deixar esta energia fluir livremente sem reprimi-la, pois disso dependerá da saúde da sociedade. (KIELING, 1993, p.196)

Logo, o comportamento sexual e o desejo são vistos por Reich não apenas na perspectiva do prazer, mas sim na perspectiva do desejo de comunicação. Tal desejo é inerente ao ser humano e não deve ser reprimido; o indivíduo necessita ter maior conhecimento sobre si mesmo, seu corpo e suas potencialidades. Assim, ele será capaz de viver em sociedade, sendo livre, respeitando a si mesmo e ao outro. (KIELING, 1993). Segundo o autor (1981), quando a pessoa não consegue conhecer a si própria, ela recorre à orientações externas, como imposições sociais, religiosas e fanatismos, que muitas vezes tiram do indivíduo da responsabilidade de suas relações com os outros. Ele conclui citando: “nossas ações deveriam seguir primeiro nossas inclinações internas, nossos sentimentos, e não os códigos externos.” (KIELING, 1993, p.197)

Kieling (ibid.) retoma os estudos de Piaget (1966) que pesquisou a estrutura da inteligência da criança, a forma como ela representa o mundo e o tipo de assimilação que realiza. Piaget fornece elementos para o entendimento de algumas crenças sexuais espontâneas. O desenvolvimento da inteligência da criança se dá a partir de sua ação concreta, onde ela é o centro de todas as coisas. É descobrindo a si mesma que ela parte para a descoberta do mundo e do outro. Ela se descobre

sentindo-se, tocando-se, percebendo-se como um todo, possuindo mãos, pés, cabeça, genitais, etc. Assim, a experimentação de seus genitais faz parte de um processo de autodescoberta, e deve ser entendida como um ponto de vista cognitivo, principalmente no período pré-operatório.

A autora (ibid.) encerra compreendendo a educação como um processo inserido nas relações interpessoais, onde a temática recaís sobre os seus componentes afetivos. Logo, embora se valorize os recursos técnicos-didáticos, como livros, audiovisuais e similares -, eles servem apenas como apoio das reflexões e discussões, e jamais como substitutos da relação inter pessoal. É no diálogo que se desenvolvem as melhores condições para uma real aprendizagem; ademais, é válido lembrar que todo educador deve questionar-se sobre que tipo de indivíduo ele pretende educar e para qual sociedade quer prepará-lo.

Maia (2011 et al) acrescenta, em relação aos deficientes, que seria importante investir em propostas de educação sexual para pessoas com deficiência. Já explicitado anteriormente que essas pessoas também amam, namoram e tem relações sexuais, deveriam ser assegurados à elas os direitos de esclarecimentos e informações em saúde sexual e reprodutiva, por meio de medidas educativas, para garantir o exercício pleno da sexualidade.

Poppi e Manzini (1999) complementam que a educação sexual faz parte do processo educativo e ocupa um importante lugar no processo evolutivo do ser humano, não se constituindo em etapas estagnadas ou de informações isoladas. “Não se trata de dar a criança com deficiência esta ou aquela informação, neste ou naquele período, sobre este ou aquele órgão, mas dotá-la de capacidade para tentar valorizar, com responsabilidade todos os seus órgãos e funções.” (POPPI, MANZINI, 1999, p.155). Quanto às crianças que possuem uma deficiência, pode ser que elas não saibam formular perguntas ou compreender explicações mais profundas, porém o mais importante não é ensinar à elas os fatos fisiológicos, e sim que elas sintam que o assunto *sexo* (grifo dos autores) é natural.

A falta dos pacientes por parte dos profissionais da saúde sobre as questões de sexualidade é comum não somente nos profissionais que trabalham na reabilitação de pessoas com deficiência física, mas também em outras áreas; como explicita Maia (2006). Contudo, algumas iniciativas têm sido promissoras e auxiliam na compreensão de que a sexualidade é um fator importante dentro do programa de reabilitação. Atualmente os esforços científicos e teóricos têm contribuído para avanços na recuperação em relação à sexualidade de pessoas com alguma deficiência física. Já se reconhece a importância da saúde sexual para o bem-estar do indivíduo paraplégico e tetraplégico, e nos programas de reabilitação já se inclui a discussão e o aconselhamento sexual. (Blackburn, 2002 et al apud Maia, 2006). A autora (2006) incita Puhlman (2000):

Puhlmann afirma que as pessoas necessitam sempre de desenvolvimento pessoal e formação visando sua autonomia, autodeterminação e uma personalidade

amadurecida. Na vida da pessoa deficiente física essa qualidade de vida almejada deve prever a realização de ações pessoas que permitam a ela escolher atitudes relacionadas aos seus desejos e às suas necessidades satisfatoriamente. Para isso contribuem tanto uma educação sexual adequada e emancipatória quanto processos de reabilitação que incluam em suas propostas o tema da sexualidade. (MAIA, 2006, p.199)

Ainda que os deficientes físicos possam apresentar limitações orgânicas - da resposta sexual - ou sofrer atitudes discriminatórias e preconceituosas nos relacionamentos interpessoais e sexuais, é preciso salientar, antecipadamente, que não é colocado padrões fixos para as limitações nas deficiências de um modo geral (SALIMERE, 1995 apud MAIA, 2006). Como já abordado anteriormente, a educação voltada à sexualidade dos/as deficientes deve considerá-los, antes de tudo, como pessoas dotadas individualmente de uma história ímpar de vida ocorrida num contexto social próprio. Assim, uma educação sexual que parta de classificações grosseiras leva a possibilidade de deixar de considerar o respeito à individualidade.

Maia (ibid) também ressalta que uma educação em sexualidade destinada à pessoa com deficiência não necessita ser “especial” ou “diferente”. O que deve mudar, na maioria dos casos, são os recursos; tornando-os viáveis para que a educação seja compreensível, de acordo com as especificidades de cada deficiência. Logo, os conteúdos e preceitos éticos das possíveis propostas de educação em sexualidade para a pessoa com deficiência não devem desviar daqueles discutidos para a escola regular. Assim, cabe aos profissionais de diferentes áreas, de forma conjunta, sistematizar e divulgar as iniciativas de implementação efetivas já realizadas e sugerir outras. A respeito, Amor Pan (2003 apud MAIA, 2006) também defende que estes programas não devem se diferenciar daqueles oferecidos às pessoas sem deficiência, enquadrando-se em todo o processo formativo da pessoa, ou seja, ser oferecida de maneira contínua e relacionada com a vida diária do deficiente. Ademais, a educação em sexualidade não pode se resumir a informações biológicas ou dos aspectos higiênicos e sanitários inerentes ao tema.

Em relação à documentos oficiais do âmbito educacional, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) traz considerações acerca da educação em sexualidade nas escolas.

Nos anos finais [do Ensino Fundamental], são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. (BRASIL, 2017, p.327)

Durante a leitura do documento, há quadros referentes às unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades do oitavo ano, aparece na unidade temática Vida e Evolução os objetos de conhecimento “mecanismos reprodutivos” e “sexualidade”. As habilidades definidas são:

- Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.

- Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.
- Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).
- Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.
- Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética). (BRASIL, 2017, p.349)

Quanto à questões de gêneros, o documento traz apenas considerações no campo de linguagens, como gêneros textuais ou gêneros discursivos.

Os antigos Parâmetros Curriculares Nacionais, que traziam o assunto de sexualidade inserido nos Temas Transversais, consideravam que:

O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. A Orientação Sexual não-diretiva aqui proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo portanto caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno. Tal postura deve inclusive auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como uma vivência pessoal. (BRASIL, 1997, p.83)

Posteriormente, o documento cita:

A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando, se não uma isenção total, o que é impossível de se conseguir, uma condição de maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa. [...] Assim, propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde as repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade, com as crianças e os jovens. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança já possui e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhe é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus. (BRASIL, 1997, p.83)

O documento ainda indicava como a temática deveria ser inserida e organizada no dia a dia escolar; sendo primeiramente dentro da programação inicial, por via dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo; e fora da programação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. Além disso

A partir da quinta série, além da transversalização já apontada, a Orientação Sexual comporta também uma sistematização e um espaço específico. Esse espaço pode ocorrer na forma de uma hora-aula semanal para os alunos (dentro ou fora

da grade horária existente, a depender das condições de cada escola). Da quinta série em diante os alunos já apresentam condições de canalizar suas dúvidas ou questões sobre sexualidade para um momento especialmente reservado para tal, com um professor disponível. [...] Se antes os alunos se informavam sobre o aborto, nessas séries surge a discussão sobre as complexas questões que ele envolve. Se antes os alunos recebiam mensagens sobre os valores associados à sexualidade, agora vão discutir, questionar e configurar mais claramente seus próprios valores. É importante que a escola possa oferecer um espaço específico dentro da rotina escolar para essa finalidade. (BRASIL, 1997, p.88)

Ao se comparar ambos os documentos, nota-se que a BNCC não aprofunda suas considerações acerca da temática em sexualidade, mantendo sua maior parte num viés biológico e preventivo. Ademais, o documento não explicita a forma como o conteúdo deve ser inserido e trabalhado dentro do cotidiano escolar, a postura e formação do/a educador/a e muito menos a relevância do assunto dentro da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia que as discussões das limitações no campo da sexualidade, impostas pela deficiência, por meio de programas de educação em sexualidade voltados para deficientes é fundamental e necessária.

Quanto às outras dimensões que contornam e perpassam a deficiência física, há a estigmatização do deficiente, colocando como um ser assexuado; ou ainda os mitos atribuídos sobre tais sujeitos: são sujeitos perversos e hipersexuados, pouco atraentes e incapazes de manter um relacionamento amoroso e sexual; são sujeitos que não usufruem do sexo normal e sua reprodução geram sucessores com deficiências. Tais mitos são infundamentados e refutáveis, pois as práticas sexuais não culminam somente em penetração e orgasmo e os relacionamentos amorosos não são impedidos pelo estigma da deficiência.

Em relação a educação em sexualidade para deficientes físicos há uma crença errônea de que se falar sobre sexo pode estimular a prática sexual inadequada ou perigosa; o que leva a uma ignorância e aumenta os riscos dessa população sofrer algum tipo de violência sexual. Assim, programas de orientação sexual iriam ao encontro dessas pessoas e as auxiliariam a desfrutar de uma sexualidade plena e satisfatória.

Assim, considera-se essencial que a temática apresentada e discutida seja ampliada e aprofundada, que hajam mais encontros entre a população deficiente e membros de seu convívio com profissionais das áreas da saúde e educação; e discussões acerca dos aspectos apontados, subsidiando a construção de propostas formativas que visem às necessidades dos deficientes físicos e a sociedade em que se encontra.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ciências da Natureza Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em 15 jun 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais** : pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>. Acesso em 16 jun 2019.

KIELING, S. S. S. Aspectos Psicopedagógicos da Educação Sexual. In: RIBEIRO. M (Org.). **Educação Sexual**: novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MAIA, A. C. B. **Inclusão e Sexualidade**: na voz de pessoas com deficiência física. Curitiba: Juruá, 2011.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e deficiência**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MISKOLCI, R. Um corpo estranho na sala de aula. In: AMBRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.). **Afirmando diferenças**: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas: Papirus, 2005.

PINEL, A. C. A Restauração da Vênus de Milo: dos mitos à realidade sexual da pessoa deficiente. In: RIBEIRO. M (Org.). **Educação Sexual**: novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

POPPI, M. A. V., MANZINI, Eduardo. J. Concepção do professor especializado sobre a sexualidade do aluno com deficiência. In: MANZINI, E. J.; BRANCATTI, P. R. (Orgs.). **Educação Especial e Estigma**: Corporeidade, sexualidade e expressão artística. Marília: Unesp Marília Publicações, 1999.

OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES: UMA RELAÇÃO VISCERAL

Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa

Universidade Federal de Sergipe

São Cristóvão – Sergipe

Tainá Rocha dos Santos

Universidade Federal de Sergipe

São Cristóvão – Sergipe

deste artigo, foi utilizado o método de revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos feministas; Políticas para as mulheres; Mulher.

FEMINIST MOVEMENTS AND THE INSTITUTION OF POLICIES FOR WOMEN: A VISCERAL RELATIONSHIP

RESUMO: O presente artigo objetiva promover uma breve abordagem sobre a relação intrínseca que existe entre as bandeiras de luta dos movimentos feministas e a instituição de políticas para as mulheres na sociedade brasileira, de modo a considerar os principais avanços e os seus respectivos contextos, assim durante a discussão serão suscitadas as ondas do movimento feminista e suas reivindicações sob a perspectiva de apontar a relação visceral entre os movimentos feministas e as conquistas identificadas, sobretudo a partir da década de 80 do século XX. No decorrer do texto serão destacadas as barreiras que são impostas às mulheres e que as impedem de ocupar os mesmo espaços que o homem de forma igualitária, além colocá-las no âmbito da esfera privada, desta forma para isto o artigo irá tratar acerca da discussão de gênero enquanto categoria de análise, do patriarcado e da divisão sexual do trabalho, elementos relevantes para esta discussão que e permitem fundamentar o debate. E no que se refere à construção

ABSTRACT: This article aims to promote a brief approach on the intrinsic relationship that exists between the flags of struggle of feminist movements and the establishment of policies for women in Brazilian society, in order to consider the main advances and Their respective contexts, so during the discussion will be aroused the waves of the feminist movement and its claims from the perspective of pointing the visceral relationship between the feminist movements and the achievements identified, especially from the Decade of 80 of the TWENTIETH century. In the course of the text will be highlighted the barriers that are imposed on women and that prevent them from occupying the same spaces as man in an egalitarian way, in addition to putting them in the sphere of the private realm, this way the article will deal with the discussion of Gender as a category of analysis, patriarchy and sexual division of work, elements relevant to this discussion, which allow to substantiate

the debate. In terms of the construction of this article, the bibliographic review method was used.

KEYWORDS: Feministic movements; Policies for women; Woman.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo intenta uma breve apresentação sobre as lutas e conquistas do movimento feminista no Brasil. Para a sua elaboração foi utilizado um conjunto de referencial bibliográfico acerca dos movimentos feministas, estudos de gênero e patriarcado; tendo por objetivo abordar os movimentos feministas e o gênero como categoria de análise e apontar as lutas e conquistas destes movimentos, numa perspectiva de empoderamento. Com isso, pretende-se aprofundar o conhecimento nesse campo, tendo em vista que historicamente as políticas sociais foram planejadas majoritariamente por homens, bem como executadas por estes, partindo de uma perspectiva desenvolvimentista pronta a atender exclusivamente os interesses do capitalismo.

É importante salientar que as práticas de opressão, dominação e exploração de gênero que permeiam as sociedades provocam nos indivíduos desejos de mudança, porém para adquirir mudanças de fato faz-se necessário travar lutas entre oprimido e opressor. Assim, a partir do momento que os indivíduos se identificam como parte de um mesmo grupo e percebem as similitudes existentes, a luta por transformação começa a ganhar forma e organização. As práticas opressoras nascem e se fortalecem a partir da falta de vontade de mudanças por parte de quem é responsável em exercer o controle (seja na esfera pública ou privada).

O método utilizado nesta pesquisa se baseou no materialismo histórico-dialético, tendo por objetivo conhecer as categorias que constituem a articulação interna da sociedade, através de aproximações sucessivas do objeto, tendo em vista uma longa elaboração teórico-científica, partindo de uma pesquisa dedutiva, classificada como uma pesquisa que parte de análises gerais às específicas de um objeto.

Desse modo, para abordar as lutas e conquistas do movimento feminista no Brasil fez-se necessário discorrer sobre os movimentos feministas e suas respectivas ondas como forma de contribuição para compreender a luta em questão, bem como tratar o termo gênero como categoria analítica e que transcende as diferenças biológicas (do masculino e do feminino), é imprescindível sair do binarismo que tenta justificar as desigualdades massacrantes entre mulheres e homens.

2 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A intenção desta análise é percorrer, mesmo que de maneira breve, o trajeto pelo qual passou os movimentos feministas no Brasil: seu surgimento, suas bandeiras

de luta, ondas e efervescências – visando considerar o momento em que houve a sua fusão com os estudos de gênero através da institucionalização destes e as suas contribuições para o fortalecimento da militância.

Como é discutido e colocado em praticamente todos os estudos nessa linha, sabe-se que historicamente a figura feminina esteve diretamente atrelada ao subjugado, à submissão do masculino, não obstante o binarismo contribuiu (e ainda contribui) fortemente para tentar legitimar a divisão dos espaços e codificar os indivíduos.

Tomando os espaços delimitados, a partir desta divisão têm-se o público e o privado: a mulher ocupava o espaço privado, sendo ela a responsável pela reprodução, zelo para com os filhos e cuidados com o âmbito doméstico; já o homem, por sua vez, ocupava o espaço público, responsável pela produção, manutenção e tomada de decisões, característica do modelo patriarcal – essa ideia é ratificada a partir das posições de Follador (2009), ao demonstrar que

[...] desde o período colonial a exigência de submissão, recato e docilidade foi imposta às mulheres. Essas exigências levavam à formação de um estereótipo que relegava o sexo feminino ao âmbito do lar, onde sua tarefa seria a de cuidar da casa, dos filhos e do marido, e, sendo sempre totalmente submissa a ele (p. 6).

Dentro desse bojo, em que se constituem as relações de poder, foram delineadas as diversas formas de opressão, dominação, exploração e submissão a que estavam sujeitas todas as mulheres, independente de classe social – ainda que as mulheres de classes sociais subalternas e as negras enfrentaram e enfrentam até os dias atuais mais fortemente as mazelas destas desigualdades.

Em virtude desse cenário/contexto surgiram os movimentos feministas, nos quais as mulheres se insurgiram frente às condições as quais lhes eram impostas, tanto por parte da sociedade quanto por parte das suas famílias. Tais movimentos tiveram como objetivo, num contexto geral, buscar a transformação, mais propriamente a liberdade das mulheres de modo a garantir direitos que se equiparassem aos dos homens; porém, as mulheres que assumiram o papel e postura de feministas foram estigmatizadas, sofreram duras críticas e uma série de estereótipos que foram construídos em seu desfavor, chegando ao ponto de promover a repulsa ao feminismo, realidade que perdura até os dias atuais, conforme argumenta Lisboa (2010):

Quando pergunto para estudantes ou participantes de oficinas, encontros, reuniões de trabalho, o que significa “feminismo” e se elas se consideram “feministas”, a primeira reação da maioria das mulheres é responder: “feminista não, feminina, sim!”. Isto esclarece que, em relação à concepção de feminismo, permanecem estereótipos relacionados a uma época em que “feminismo” era sinônimo de “um grupo de mulheres mal-amadas, rebeldes e separatistas”, consequentemente, mal vistas pela sociedade em geral (p. 69).

Já Duarte (2003), categoricamente afirma que o

[...] Feminismo poderia ser compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo. Somente então será possível valorizar os momentos iniciais desta luta – contra os preconceitos mais primários e arraigados – e considerar aquelas mulheres, que se expuseram à incompreensão e à crítica, nossas primeiras e legítimas feministas (p. 152).

Assim, ao fazer uma análise do que defende Duarte (2003), é possível apreender que para obter o caráter de feminismo não há necessariamente a obrigação de que se esteja compondo um coletivo, uma vez que os atos ou práticas individuais que se oponham ao modelo de opressão e subordinação que atingem as mulheres devem ser compreendidos como feminismo; tal categorização vai além quando defende a valorização das pioneiras deste campo – não nos referimos aqui apenas às pioneiras que compunham os movimentos, mas inclusive àquelas que tiveram atitudes individuais com objetivos de transformação.

Os movimentos feministas são caracterizados por suas bandeiras de lutas e por suas ondas. Nesse caso, a palavra *onda* é utilizada como forma de evidenciar que em dados momentos os movimentos estiveram muito agitados por conta de inquietações e perturbações, e, conseqüentemente, fazia-se necessário construir uma agenda visível de luta, mas em outros momentos estiveram calmos, porém nunca em descanso profundo.

Os anos considerados áureos no movimento feminista foram: 1830, 1870, 1920 e 1970 – ressaltando uma distância de aproximadamente 50 (cinquenta) anos entre uma fase e outra, que faz surgir um relevante questionamento: caso esse distanciamento volte a se cumprir, significa que estamos próximos da quinta onda do movimento feminista? Se tomarmos como linha de frente as desigualdades ainda presentes, seria possível afirmar que sim!

Compreender o movimento feminista e suas bandeiras de luta nos convida a refletir sobre a necessidade de ir além da equiparação de direitos, em que o “X” da questão é construir uma sociedade desprendida de preconceitos e de estereótipos. Pedro e Guedes (2010) colocam que

A luta das mulheres está na libertação das amarras de um senso moral construído pela cultura machista, cristalizada durante séculos. Não é apenas pela igualdade econômica e política que as mulheres conquistam seu espaço; mas são, também, na construção de uma sociedade livre de relações preconceituosas e discriminações. Trata-se de uma luta pela liberdade, para além da equiparação de direitos, e pelo respeito à alteridade (p. 5).

Para se compreender a instauração e disseminação do patriarcado na construção social do Brasil, se faz necessária a apreensão em torno ao que vem a ser o patriarcado na sua essência, demarcando os aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos que foram consolidados ao longo tempo. Assim, o conceito de patriarcado passou a expressar o conflito entre os sexos, quanto à sujeição de um sexo pelo outro, a partir da dominação masculina sobre o sexo feminino, permitindo

que o homem possua o direito/poder sobre a mulher.

Para Saffioti (2015, p. 58), tal poder expressa uma “[...] forma de expressão de poder político [...]” em que o homem, apenas por ser homem, detém o direito político sobre a mulher. Este direito também permite ao homem um poder sexual sobre as mulheres, oportunizando o acesso ao corpo da mulher e tornando-a um mero objeto e, conseqüentemente, destituindo-a de seu direito à liberdade.

Dessa forma, as primeiras manifestações dessa adversidade entre homens e mulheres foram constadas juntamente às primeiras formas de sociabilidade, quando da divisão sexual do trabalho, através da opressão da mulher pelo homem, diante da desvalorização das atividades designadas às mulheres e da elevação da importância das atividades desenvolvidas pelos homens, independente destas serem realmente relevantes para a sobrevivência de determinadas sociedades.

Em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (1984), Friedrich Engels expõe que a união conjugal surgiu como um contrato social do casamento, em que o homem assumia total poder sobre o processo de fecundação da vida, sobre os filhos, o trabalho externo e a direção geral da casa. Neste contrato, o papel da mulher passou a ser definido como simples objeto sexual, como a reprodutora, a serva, sendo transigente às deslealdades do marido, resguardando uma postura casta e fiel ao seu cônjuge. Por consequência disso, o matrimônio se tornou um meio de assegurar ao homem a fidelidade da mulher, a paternidade dos filhos e o poder sobre o relacionamento, bem como, à vida desta como um todo.

De acordo com Saffioti (2015) podemos observar que

[...] imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando os filhos e outras crianças adolescentes segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo (p. 108).

Desse modo, o termo patriarcado originou-se da ideia do pai como *o chefe da família* e detentor do poder soberano sobre os demais membros desta. Nesse sentido, Saffioti (2015) caracterizou este termo como uma estrutura de poder, apoiada tanto em ideologias quanto na violência, regida por uma hierarquia que perpassa todos os espaços sociais.

Foi dentro desse contexto que as mulheres despertaram e expuseram o desejo de aprender a ler e escrever – o que se destinava somente aos homens, pois as poucas mulheres que tinham acesso as letras o tiveram por meio de espaços privados (conventos ou suas próprias casas). Assim, a primeira onda dos movimentos feministas se expressou como uma avocação as primeiras letras. Afinal, como participar da esfera pública e buscar a libertação sem ter o acesso a leitura e a escrita? Se as mulheres não tinham suas capacidades cognitivas estimuladas o mais certo é que os homens iriam se beneficiar desta condição através da garantia dos seus privilégios.

Grosso modo, a primeira onda (1830) foi uma fase marcada pela abertura das primeiras escolas destinadas às mulheres, em que se propuseram a passar seus conhecimentos para as demais, seja em sala de aula, seja através de suas produções e publicações, através do enfrentamento de duras críticas, pois era assertiva a ideia de que mulheres não precisavam ler e escrever.

Nessa esfera, várias mulheres ocuparam os espaços das produções (literárias e jornalísticas) e trouxeram discussões com caráter incentivador, buscando o rompimento da sujeição. Destacaram-se nesse bojo Nisia Floresta (1810 – 1885), Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779 – 1860), Clarinda da Costa Siqueira (1818 – 1867), Delfina Benigna da Cunha (1971 – 1857) e Ana Eurídice Eufrosina de Baravandas.

Se a primeira onda buscou o direito por ler e escrever, a segunda (1870) se ateve em levantar a bandeira pela ampliação da educação e na discussão pelo direito ao voto. Foi um momento marcado por grande fervor: grupos de mulheres já estavam organizados; jornais e revistas tinham produções por vários estados do país e traziam em seus textos experiências da luta de mulheres em outros países, e convidavam suas leitoras a movimentarem-se e livros eram publicados. Como marca desse período vale destacar a peça “O voto feminino” (1878), de Josefina Álvares, que teve sua imagem odiada, vindo a ser perseguida na imprensa.

Nesse período já eram registradas as primeiras notícias de mulheres cursando nível superior (medicina e direito) em outros países – mas a ideia não era bem digerida, afinal, segundo os preceitos patriarcais, as mulheres seriam incapazes de exercer profissões consideradas masculinas e conciliar suas obrigações femininas: à mulher era reservada, por exemplo, a profissão de professora, que tinha um desenho ligado ao cuidado e a benesse e que poderia ser exercida em sua própria casa. Borges e Cruz (2015, p. 69) defendem que “[...] a segregação ocupacional por gênero pode corresponder tanto a um agrupamento vertical (diferenciais na razão por sexo de acordo com o status relativo de emprego) quanto a um agrupamento horizontal (diferenciadas de acordo com sexo e especialização)”.

Com isso, é possível visualizar que para que os privilégios masculinos fossem garantidos era necessário manter as mulheres circunscritas ao privado. Albuquerque (2007) aponta que

[...] o homem e a mulher isolados um do outro não passam de partes diferentes de um todo que somente se concretiza com a divisão do trabalho sexual, origem da solidariedade conjugal. Segundo seu pensamento a diferenciação e atribuição de funções femininas e masculinas se dão baseadas nas disparidades biológicas (p. 4).

O início do século XX foi marcado pela terceira onda do movimento feminista – uma fase que pleiteou o direito ao voto, (com destaque para o nome de Bertha Lutz) o que inflamou ainda mais os homens daquela época, pois viam essa possibilidade como uma afronta. A pretensão por cursos de nível superior e a abertura do

mercado de trabalho também compuseram a bandeira de luta daquele momento, demonstrando que estava cada vez mais difícil manter as mulheres nos espaços privados, pois o movimento estava organizado e, além disso, o campo literário contribuía para ampliar as discussões. Diversas autoras publicavam livros e artigos que eram verdadeiros chamados para as mulheres despertarem, e neste campo destacaram-se: Maria Lacerda de Moura, Ercília Nogueira Cobra, Diva Nolf Nazário, Rosalina Coelho Lisboa, Gilka Machado, e Aldazira Bittencourt.

Para espanto, o estado do Rio Grande do Norte, através do seu governador da época, aprovou o direito ao voto feminino, atitude que impulsionou ainda mais a luta do movimento – para maior surpresa foi eleita à primeira mulher prefeita no Brasil, naquele estado no ano de 1929. Todavia, a nível nacional, a luta seguia e somente em 1932 o presidente Getúlio Vargas reconheceu à mulher o direito de votar, mas pelo motivo da suspensão das eleições as mulheres só conseguiram exercer esse direito no ano de 1945.

A quarta onda do movimento feminista ocorreu na década de 1970, e neste período a luta das mulheres transcendeu a agenda de luta em prol da liberdade feminina, pois o país vivia em regime ditatorial.

No campo do movimento feminista o grande marco foi a revolução sexual e a publicação de livros e jornais – no primeiro caso o aliado foi a pílula anticoncepcional, que permitia que as mulheres se desassociassem da obrigação a maternidade, e o controle de natalidade passou a compor as discussões em torno das políticas públicas, não obstante foram também discutidos pelos movimentos feministas o direito ao prazer e ao aborto. Nesta mesma década, mais especificamente no ano de 1975, foi reconhecido o ano internacional da mulher, em que a ONU (Organização das Nações Unidas) declarou o dia 08 de março como o Dia Internacional da Mulher, e encontros e conferências aconteceram pelo mundo com o objetivo de discutir alternativas para eliminar as formas de preconceitos e discriminações sofridas pelas mulheres.

A partir de então, passou a ser possível identificar uma nova roupagem dos movimentos feministas e o aspecto era de muita bravura e destemor, pois foi nesse período que estudantes feministas, professoras e alunas começaram a debater sobre as questões ligadas a discriminação da mulher e que foram institucionalizados os estudos nesse campo, sendo legitimados a partir do surgimento dos diversos núcleos nas universidades que desenvolveram pesquisas acerca do assunto.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela institucionalização dos estudos de gênero: nas universidades brasileiras os grupos de estudos seguiam a todo vapor, isso se deu por influência do ressurgimento do movimento feminista na década de 1960 no cenário internacional, que, por conseguinte impulsionou este campo no Brasil. De acordo com Costa, Sardenberg e Vanin (2010),

A retomada do projeto feminista no panorama internacional, em meados dos anos 1960, despertou um crescente interesse em torno de estudos e pesquisas voltados

para a problemática da mulher, engendrando, nesse processo, a construção de um “novo” campo de reflexão que perpassa diferentes tradições disciplinares. Inicialmente caracterizado como “estudos sobre mulheres” e, mais tarde, com a construção do conceito de “gênero”, também como estudos de “gênero” e, mais recentemente, como estudos feministas, esse campo emergente de estudos acadêmicos vem se institucionalizando no Brasil desde os anos 1970 (p. 57).

Mas, lamentavelmente, nas primeiras décadas da institucionalização desses estudos os debates, pesquisas, produções e publicações ficaram restritos entre as academias.

Nesse era nasceu a concepção “gênero”, que surgiu possuindo um sentido denotativo a palavra mulher ou ainda se referindo às disparidades sexuais: masculino e feminino. Facina e Soihet (2004) alertaram “[...] que gênero, emerge na década de 1970, como o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual” (p. 9). Como já foi dito aqui, os estudos circunscritos ao gênero naquela época não avançaram no sentido de ultrapassar o masculino e feminino enquanto biologicamente diferentes e nem tampouco compreendia que o estudo de um (mulher) implica no outro (homem). Scott (1990), predecessora da categoria gênero, frisou que “No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de mulheres” (p. 6).

No Brasil, o debate sobre o conceito de gênero começou a ser introduzido nas áreas de ensino e pesquisa no final da década de 1980 e teve mais evidência nos anos 1990, em que “O reconhecimento do gênero como categoria, na comunidade acadêmica ascende pela via do movimento de mulheres fato que remete investigá-lo como construção história” (MOREIRA, et al., [200?], p. 2).

Para compreender gênero enquanto categoria de análise é imprescindível se desprender das dicotomias, do binarismo e das características que codificam os seres humanos e que determinam papéis para cada indivíduo; é preciso também entender as formas como são delineadas as relações de poder na sociedade a partir de uma visão que consiga identificar que estas relações tem suas raízes fundadas no patriarcado, por conseguinte deve-se levar em consideração a dominação, opressão exploração e subordinação que se dão em detrimento da garantia dos privilégios daqueles que detém o poder. De acordo com Mirales (2006),

[...]. O debate sobre o tema cresceu em profundidade, passando, paralelo à noção de patriarcado, a explicar os processos de dominação-exploração aos quais as mulheres estão submetidas. Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, ligado a fatores políticos e econômicos, adquirindo contornos históricos e sociais específicos em cada sociedade. Nesse sentido, pensar gênero significa verificar processos de dominação-exploração, dos quais não se separam raça/etnia e classes sociais (p. 1).

É indispensável assimilar que o patriarcado na sociedade brasileira foi herdado do ocidente a partir da colonização do Brasil por Portugal, em que o modelo de sociedade patriarcal interferiu negativamente na vida de homens de classes sociais mais pobres, porém essa negatividade incidiu principalmente na vida das mulheres em geral, sendo válido destacar que “[...] a sociedade ainda assume bastante força

patriarcal, favorecendo um contexto de dominação de um sexo sobre o outro, neste caso, do homem sobre a mulher” (PINHEIRO, 2008, p. 5), em que essa dominação passou a ser legitimada com base nos estereótipos das diferenças construídas entre o ser homem e o ser mulher.

Então, como é possível perceber, tomar gênero como categoria de análise é debruçar-se para além do olhar biológico e é fundamental incorporá-lo nos estudos acadêmicos, nas políticas públicas, nos debates políticos de forma que possibilite enxergar questões socioeconômicas, étnicas, raciais, geracionais, territoriais e que compreenda as nuances existentes em cada grupo. Ainda assim, a apreensão desta categoria de análise deve perpassar as relações sociais, nos remetendo, antes de tudo, ao movimento feminista o qual no seu surgimento ainda que distante de uma apropriação crítica e reflexiva de bases teóricas buscou desenvolver mudanças no seio de uma sociedade que designava (e ainda designa) espaços desiguais para homens e mulheres – desde o âmbito privado ao público.

Deste modo vamos nos reportar de maneira efêmera a quarta onda do movimento feminista, que teve um novo formato acerca da sua bandeira de luta em consequência inclusive do momento que o país vivia, já que a luta era também por liberdade política. Nessa fase (a partir da década de 1970) o movimento foi marcado por muito fervor e se introduziu em diversos espaços, salientando que “[...] Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular” (SARTI, 2004, p. 42).

Grosso modo a década de 1980 foi extremamente marcante para os movimentos de mulheres: em 1985, houve a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); neste mesmo ano a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), realizou o seu IV congresso onde foram discutidas questões relacionadas as mulheres do campo; em 1986 a Central Única dos Trabalhadores (CUT) realizava seu II congresso, em que organizou uma comissão de mulheres e deu abertura para tratar de questões relacionadas as trabalhadoras do campo e da cidade.

Paralelo a todos os momentos, a mulher esteve em bastante evidência, os movimentos cresciam e nos sindicatos era expressiva a participação feminina e o CNDM contribuía para o fortalecimento das bandeiras. Porém, é possível afirmar que a garantia dos direitos da mulher, frente ao mercado de trabalho, por exemplo, ainda passa por dificuldades quanto a prática em razão das forças opressoras nas relações de gênero e da divisão sexual do trabalho. Desse modo, cabe aqui nos reportarmos a seguinte colocação:

A maioria dos estudos formados por uma análise de gênero enfatiza as dificuldades que as mulheres enfrentam ao participar do programa de titulação nos mesmos termos que os homens e ao receberem títulos de terra em seus próprios nomes ou juntamente com seus cônjuges ou companheiros[, por exemplo]. Dada a divisão de trabalho predominante quanto ao gênero as mulheres não são levadas a sério

Sales (2007) ressalta que “A participação em movimentos sociais incentiva as mulheres mais atuantes a romper com a rígida divisão de papéis, com o lugar já predeterminado na família, no trabalho, e a ocupar espaço no campo político” (p. 442).

No que diz respeito a divisão sexual do trabalho, o qual relega as mulheres as ocupações de menor relevância, é possível afirmar que

A divisão sexual do trabalho alimenta a invisibilidade do trabalho da mulher e dificulta o acesso à tomada de decisões de ordem comunitária. As organizações de classe onde se privilegiam as diferenças de gênero supõem caminhos abertos por onde trilhar as mudanças práticas e estratégicas contra a opressão e as suas faces (Garcia, 2002, p. 270).

Ao analisar estas colocações é notório o quanto a divisão sexual do trabalho é determinante para desqualificar o papel das mulheres nos seus espaços e inclusive por elas mesmas, não obstante para transformar essa construção uma série de medidas devem ser tomadas com o propósito de garantir a efetivação dos direitos.

Mais recentemente, durante o governo Lula, outras conquistas foram alcançadas, a exemplo da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), em 2003; da realização de Conferências de Políticas para Mulheres; além da publicação de normas e diretrizes que orientam a execução das políticas, de modo a incluir as questões de gênero nas práticas sociais.

Farah (2004) acredita que

A inclusão da questão de gênero na agenda de governos subnacionais – ou sua incorporação por políticas e programas governamentais, ainda que não explicitada na agenda governamental – ocorre por influência de diferentes atores, com variações de área para área. Atores ‘supra-locais’ influenciam a agenda local por meio de programas, diretrizes e normas federais que induzem e constroem a ação dos governos subnacionais (p. 66).

Um dos documentos elaborados pela SEPM foi o Plano Nacional de Políticas para Mulheres que aponta objetivos, metas e estratégias transversais que alcancem todas as mulheres:

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) vai beneficiar você, mulher, sua família e sua comunidade. Para que ele se torne realidade e mude, de fato, a vida de todas as mulheres, é necessário que os Governos Federal, Estaduais e Municipais trabalhem em conjunto e, também, que a sociedade seja parceira em sua execução. [...] E mais: que todas estejam representadas - mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens mulheres, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras – e participem, ativamente, em suas localidades (BRASIL, 2003, p. 10).

A percepção sobre a necessidade de transversalizar as políticas públicas também foi uma conquista nos governos mais recentes, em que foram pensados mecanismos para compensar as assimetrias de gênero que foram construídas ao longo dos tempos, e como já foi citado aqui anteriormente, a garantia de direitos na legislação por si só não proporciona a sua efetivação.

3 | CONCLUSÕES

Conhecer a trajetória das lutas das mulheres no Brasil é de extrema importância para assimilar o que os movimentos feministas representam no cotidiano de cada mulher, demonstrando que é necessário que a luta seja fortalecida e discutida em todos os espaços de forma que proporcione o reconhecimento de cada mulher enquanto sujeito de direitos que ainda precisam ser efetivados.

Desta forma, os movimentos de mulheres são capazes de contribuir com a desconstrução dos papéis que são delimitados a homens e a mulheres, e que são fortalecidos através da divisão sexual do trabalho ao inferiorizar o trabalho feminino: a resistência deve ser fortalecida, uma vez que a resistência em efetivar a garantia disposta na Constituição Federal de 1988, ultrapasse o argumento da incapacidade das mulheres em gerir sua vida.

Contudo, observa-se que da última década até meados da década atual, para além das conquistas e das transformações nas relações de gênero no contexto brasileiro, já caminhamos rumo ao empoderamento das mulheres, visto que foram contempladas diversas ações transversais com o propósito de alterar o cenário das relações de opressão e desigualdades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, V. M. S. Divisão Sexual do Trabalho: complementariedade ou conflito? **Revista Urutágua**, (DCS/UEM), n. 13, ago./set./out./nov. 2007.

BORGES, J. L.; CRUZ, M. H. S. Tendência da feminização da força de trabalho na medicina: considerações sobre o caso do Brasil e Portugal. In DIAS, A. F.; CRUZ, M. H. S. (orgs.). **Educação e Igualdade de Gênero**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília: SEPM, 2003.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Rede de Enfrentamento a Violência contra mulher**. Brasília: SEPM, 2011.

COSTA, A. A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2010. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em 29 out. 2018.

DEERE, C. D.; LÉON, M. **O empoderamento da Mulher**: Direitos à terra e direitos a propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, 2003, 17 (49), p. 151-172.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FACINA, A.; SOIHET, R. Gênero e Memória: algumas reflexões. **Gênero**, Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, Niterói, v. 5. n. 1. p. 9-19, sem. 2004.

FARAH, M. F. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, v. 12 n. 22004, p. 47-71, 2004.

FOLLADOR, K. J. A Mulher na Visão do Patriarcado Brasileiro: Uma Herança Ocidental. **Revista fato & versões**, n. 2,v. 1, p. 3-16, 2009.

GARCIA, M. F. Trabalhadoras rurais e luta pela terra no Brasil: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Terra Livre**, a. 19, n. 19, p. 257-272, jul./dez. 2002.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontro e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálisis**, UFSC, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.66-75, jan/jun 2010.

MIRALES, R. Desigualdades de Gênero e Formação do Assistente Social. **Revista Alamedas** – Revista Eletrônica do NDP, 2006, jan./jun., v. 1, n. 1. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/234/0>. Acesso em 19 out. 2018.

MOREIRA, M. R. Á.; et al. **O lugar de gênero na formação da/o Assistente Social**. [200?].

PEDRO, C. B.; GUEDES, O. S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina, jun., 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11509471-As-conquistas-do-movimento-feminista-como-expressao-do-protagonismo-social-das-mulheres.html>. Acesso em 19 out. 2018.

PINHEIRO, J. C. O Patriarcalismo presente na Contemporaneidade: Contexto de Violência. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST66/Leonardo_Jose_Cavalcanti_Pinheiro_66.pdf. Acesso em 19 out. 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALES, C. M. V. Mulheres Rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2) p. 437-443, maio/ago. 2007.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, 12(2), maio/ago. 2004.

SCOTT, J. Gênero, Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 16(2), jul./dez. 1990.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E OS DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL

Rosária de Fátima de Sá Pereira da Silva

Mestrado em andamento pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ (PPGSS-UFRJ)

Assistente Social

<https://orcid.org/0000-0001-8982-6711>

Texto inicialmente apresentado na modalidade Comunicação Oral, no IX Congresso Internacional da ABEH, tendo sido posteriormente publicado nos Anais do referido Congresso Internacional. Para a republicação deste trabalho consideramos pertinente a reapropriação teórica dos debates propostos no texto original e, por conseguinte, sua reedição.

RESUMO: Este trabalho deseja oferecer subsídios para uma análise das políticas públicas de gênero referenciadas no cenário político, econômico e social Brasileiro desde os idos da década de 1970 até a implementação da Lei 11.340/2006. Neste viés, elucidaremos a perspectiva da intersectorialidade das políticas sociais como uma possível estratégia de garantia e ampliação de direitos humanos das mulheres. O percurso deste trabalho se dará na apresentação das relações de gênero no contexto da sociedade capitalista burguesa, articuladas às relações de produção e reprodução da vida, na qual compreendemos como historicamente determinadas. Ao final, abordaremos a atuação do Assistente Social nas políticas públicas de gênero, seus limites,

possibilidades e desafios postos à profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Intersectorialidade. Políticas Públicas. Gênero. Serviço Social.

PUBLIC POLICIES FOR GENDER AND SOCIAL SERVICE: A DEBATE ON THE INTERSECTORALITY OF SOCIAL POLICIES AND THE CHALLENGES FOR THE PROFESSIONAL PRACTICE OF SOCIAL WORKERS

ABSTRACT: This study intends to provide support for a general public policies analysis referenced in the Brazilian political, economic and social scenario from the beginning of the 1970s until sanction of Law number 11.340 / 2006. On that matter, we will elucidate the intersectorial perspective of social policies as a possible strategy to guarantee and expand women's human rights. The guidelines of this work will be presented in the presentation of gender relations in the bourgeois capitalist society context, articulated to the relations of production and reproduction of life, in which we understand as historically determined. Alter all, we will discuss the role of the Social Worker in the gender public policies, their limits, possibilities, issues and challenges facing the profession.

1 | INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o conceito de gênero apropriados pelo Serviço Social Brasileiro apresentam vasta contribuição na produção de conhecimento científico e contribuem para fomentar a disputa teórica em torno desta temática. O desenvolvimento de pesquisas nesta perspectiva, não é por acaso. Trata-se de uma temática que vem ganhando fôlego, não somente neste campo profissional, mas de muitas outras áreas das Ciências Sociais e Humanas. Para esta análise, partimos do pressuposto, assim como (BEZERRA e VELOSO, 2015; p.7) de que “as relações de gênero se constituem enquanto uma categoria em disputa”. Louro (1996, p.7), assinala que o conceito de gênero se caracteriza pela instabilidade e vitalidade. A primeira, por estar envolta numa grande trama epistemológica, que possibilita a apreensão de variados olhares a partir de um mesmo conceito teórico. Ao mesmo tempo, a segunda, se justifica pela sua consolidação enquanto categoria analítica, em que se reveste de materialidade, processualidade e historicidade. A insurgência do pensamento pós-moderno, sobretudo no pós 1968, que evidenciou o rompimento com a razão moderna, mas principalmente no abandono da crítica à economia política, específica da teoria social de Marx, além da recusa da categoria da totalidade, da aceitação dos fenômenos sociais apenas pelo seu modo de ser, ou seja, por sua aparência e, ainda, pela convicção de que a sociedade burguesa constitui o ponto final da história (COUTINHO, 2017). Associada a estas questões que compõem a perspectiva pós-moderna, situamos que o debate de ideias alavancadas no pós 1968, contribuiu para que os intelectuais Marxistas perdessem cenário nas discussões de gênero, dentre outras coisas, sob o argumento de que a categoria “sujeito universal” negava as particularidades dos indivíduos, representando apenas os interesses específicos de homens brancos (BEZERRA e VELOSO, 2015; p. 7). Desse modo, compreendemos que as relações de gênero são historicamente determinadas no contexto da sociedade burguesa. O conceito de desigualdade de gênero é definido por Safiotti como sendo as relações de dominação-exploração sofridas pelas mulheres no contexto da sociedade capitalista e patriarcal. A autora formula que as relações de gênero são reguladas não apenas pelas relações homem-mulher. Mas também, relações homem-homem e relações mulher-mulher. Desse modo, a autora ressalta que “gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFIOTTI, 1997; p.47).

Ao pensar tais desigualdades no interior da sociedade capitalista e patriarcal evidenciamos que essas são “duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida, e, apesar de o patriarcado ser anterior ao advento do capitalismo, este agudiza as relações existentes em qualquer sociedade baseada na propriedade

privada” (BEZERRA e VELOSO, 2015; p. 62). Nessa conjuntura, as relações de gênero, inseridas na dinâmica das classes sociais, desdobram em significativos problemas para classe trabalhadora, no que concerne a divisão sexual do trabalho (SAFIOTTI, 1988). A autora afirma ainda que a divisão sexual do trabalho está na base da subordinação da mulher, ou seja, fundamenta-se numa relação de dominação em que subordina o fenômeno da reprodução das relações sociais à produção. Nesta relação simbiótica, Bezerra e Veloso analisam que: “as relações de produção não se restringem ao domínio público, estão também inseridas na vida privada, da mesma forma que as relações de produção extrapolam a vida privada, invadindo o âmbito da produção pública” (2015, p.63).

A realidade social está historicamente em movimento e transformação. Na mesma proporção, ocorrem as relações de dominação patriarcal, que também acompanham os impactos históricos das transformações sociedade capitalista. No entanto, isso não quer dizer que essas relações se atenuem com o tempo. Ao contrário, incorporam outros modelos nas mesmas estruturas de poder acirradas na sociedade (SAFIOTTI, 1997). A autora explicita: “Se na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e de morte sobre sua esposa e filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano “de jure”. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade” (SAFIOTTI, 1997; p.48). Com base no exposto, é fundamental observar que as relações de gênero são constituídas de historicidade e sociabilidade. Uma vez que a naturalização dessas relações não possibilita uma perspectiva de transformação dessa realidade. Destarte, as relações de gênero devem ser compreendidas no bojo das relações sociais e, por conseguinte possíveis de transformação, pois esta compreensão alimenta a luta pela elaboração de políticas públicas com ênfase no gênero, com a perspectiva de contribuir objetivamente com a transformação dessas relações (BEZERRA e VELOSO, 2015). A reflexão sobre as relações de gênero na sociedade capitalista é extremamente importante e contribui para pensarmos a construção da política pública de gênero. Destacamos que a atuação do Estado, a fim de coibir a violência, cria mecanismos para o seu enfrentamento, possibilitando que este fenômeno não esteja restrito ao espaço da convivência privada e das relações de intimidade. Mas, principalmente, esteja inscrito no âmbito relacional.

2 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E INTERSETORIALIDADE: UM DEBATE NECESSÁRIO

A Crise no Estado de Bem-estar Social teve sua insurgência demarcada com o processo de estagnação do Capital, após uma vasta onda de crescimento econômico instaurado no Pós Guerra. Esse período de recessão que se corporifica no início dos 1970, nos países de Capitalismo Central, avança pelas décadas seguintes e

consubstancia num forte processo de esgotamento da acumulação Capitalista, trazendo impactos macroeconômicos nos âmbitos da produção e da reprodução social e um pacote de ajustes fiscais como medidas para estancamento da crise (SOARES, 2002). Neste sentido, em 1974, o Brasil, vivenciava o período derradeiro da ditadura militar com o aprofundamento da crise do milagre econômico. Ao mesmo tempo em que ganha fôlego um amplo movimento de luta pela restituição do sistema democrático. No bojo dessas relações de coerção e resistência, as demandas por políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher estavam na ordem de prioridade dos questionamentos dos movimentos feministas.

A participação dos movimentos feministas no Brasil, no cenário político, traz maior visibilidade para a mulher e às suas lutas por igualdade. Contribui para o favorecimento de um viés mais institucionalizado do movimento, que marcadamente se consolidou nesta mesma década, com representatividade nos Conselhos da Condição da Mulher e em cargos eletivos. Há também forte influência do feminismo acadêmico, com destaque para as pesquisas na área de saúde e violência contra a mulher (CISNE, 2014).

Analisando a trajetória do movimento feminista no Brasil, observamos que dentre os anos de 1970 e 1980, a pauta reivindicatória estava direcionada para o pensamento de que o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres é impossível, neste contexto da sociedade capitalista patriarcal, em que as relações sociais estão fundadas nas relações entre as classes antagônicas. Nas quais se materializam em outras formas de hierarquia, tais como a hierarquia de gênero (CISNE, 2014). As mulheres não apenas questionavam novos direitos, mas incorporavam a sua pauta de luta uma maior aproximação da esfera estatal, sob o argumento de que somente as mulheres estariam aptas a dialogar acerca de suas próprias demandas. Rechaçando, assim, a possibilidade dos homens em falar em nome do movimento organizado e ratificando a formação do movimento feminista como o de representação e auto-organização das mulheres (CISNE, 2014).

Em meio aos avanços e retrocessos em direção ao projeto democrático, o movimento feminista não era o único protagonista. Ao contrário, o país experimentou um período de grande efusão dos movimentos sociais, paralelamente à criação de alguns partidos políticos que engrossavam as fileiras dos grupos sociais que pressionavam pela redemocratização do país e pela conquista da cidadania. Às mobilizações dos grupos feministas para o reconhecimento da igualdade de gênero no cenário político e social, e ainda, para que o Estado Brasileiro efetivamente se posicionasse frente às reivindicações para uma legislação que coibisse a violência de gênero, foram amplamente adensadas pelo recrudescimento dos Organismos Internacionais, que através de acordos políticos e de cunho econômico, exerceram grande influência para que o Brasil ratificasse os tratados e acordos internacionais para efetivação políticas de enfrentamento à violência, com a responsabilidade de responder juridicamente pelos compromissos assumidos. O momento político era

oportuno para articulação dos movimentos sociais e de suas pautas reivindicatórias que ganharam relevo, mesmo que parcialmente, na Constituinte. A Carta Magna foi um importante instrumento legal para o reconhecimento (formal) da igualdade de gênero. No que se refere à violência contra a mulher, esta normativa incluiu, em seu artigo 226, o seguinte parágrafo: *O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações* (CF, 1988, art226, §8). Desse modo, segundo a Constituição Federal, “a igualdade existe, o problema reside na prática, instância na qual a igualdade legal se transforma em desigualdade, contra tal tem sido sem trégua a luta feminista” (SAFIOTTI, 1997; p.46). Ao longo dos anos de 1990, conforme análise de (BEHRING, 2003), o Brasil, adentrou num período marcado por uma nova ofensiva burguesa, resultando num ciclo de adequações às novas exigências do capitalismo mundial. Situando este período como um processo histórico de características muito diferentes do pós 1964. Essa trajetória política, econômica e social aqui evidenciada é importante para compreendermos o terreno da garantia de direitos, neste contexto de desigualdades de gênero, que são adensadas pelo crescimento das forças produtivas engendradas no interior da sociedade burguesa. Queremos com isso situar que a política social obedece às requisições de classe, que historicamente estabelecem entre si e o Estado uma dinâmica de reprodução do capital. Sendo assim a política social é o campo de atuação do Estado, interdependente da política econômica, que se complexifica por incidir em diferentes dimensões da vida social dos sujeitos. Assim, concordamos com (ALMEIDA, 2014) quando afirma que a política social é fruto de um processo de correlação de forças entre as classes fundamentais que são consubstanciadas na sociedade burguesa. Essa trajetória, ainda segundo o autor, formata percursos políticos de reconhecimento de direitos sociais, articulando formas de institucionalização da proteção social através do trabalho, da família, organizando práticas de controle e estabelecimento de consenso social. Nesta contradição, apreendemos a intersectorialidade das políticas sociais com ênfase nas políticas públicas de gênero, oferecendo elaborações, que segundo (PEREIRA, 2014) sintetizam as políticas sociais como um processo intrinsecamente contraditório, à medida que atendem interesses de classes antagônicas. A autora reforça que esse movimento exige um esforço em compreender as tendências e contra tendências das políticas sociais, no intento de apreender estratégias políticas dialeticamente interligadas. Essa trama possibilita refletir sobre a importância da intersectorialidade das políticas sociais, no bojo das políticas públicas de gênero, à medida que o fenômeno da violência tem por característica a multidimensionalidade, a historicidade e a transversalidade às demais políticas públicas. Desse modo, pensar as políticas públicas de gênero relacionando-as a discussão sobre intersectorialidade, requer a superação da lógica fragmentada da política social que a secciona. Essa leitura possibilita mudanças no interior das políticas sociais, com vistas à aquisição de uma nova institucionalidade desdobrando-se num novo tipo de relação entre o

Estado e a sociedade (PEREIRA, 2014).

A legislação brasileira, no período posterior ao da promulgação da Constituição Federal, sofreu significativas mudanças a despeito do enfrentamento à violência de gênero. Exemplo disto são as alterações realizadas no Código Penal e no Código Civil. Tais alterações foram indicadas substancialmente pelas recomendações do Comitê CEDAW e na Convenção de Belém do Pará, que serviram de base para as reivindicações do movimento feminista, em torno do diálogo com o Poder Legislativo (MEDEIROS, 2016). Apesar dos notórios avanços, os casos de violência doméstica perpetrada pelo parceiro íntimo, ainda não encontravam no Estado Brasileiro, políticas efetivas para coibir a violência contra as mulheres e respostas jurídicas de caráter punitivo ao agressor. Ressaltamos que somente em 2004, a partir da lei 10.886/04, que o Estado Brasileiro reconheceu a violência doméstica como um tipo penal (BASTERD, 2007). Atualmente, o debate em torno da questão dos direitos das mulheres ganhou ainda mais destaque, em razão da Lei 11.340/06 (Maria da Penha). A formulação do Projeto de Lei específica para enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, foi criado um grupo de trabalho denominado o Consórcio das ONGS feministas que construíam a primeira versão do Projeto de Lei, encaminhado em 2003 à bancada feminista do Congresso (BASTERD, 2007). Como não poderia fugir à regra, foi fruto de intensa articulação social, principalmente após a condenação do Brasil pela comissão interamericana de direitos humanos pela violação das obrigações referentes à prevenção da violência de gênero, especialmente a violência doméstica. A Lei Maria da Penha define as diversas formas de violência – violência física, psicológica, patrimonial, sexual e moral; cria medidas protetivas de urgência; define os procedimentos para o atendimento dos agentes policiais; prevê a prisão preventiva e/ou em flagrante do agressor; dispõe sobre o encaminhamento do agressor para programas de recuperação e reeducação; propõe medidas integradas de prevenção da violência doméstica e familiar; assegura a inclusão da mulher em situação de violência no cadastro de programas assistenciais de transferência de renda em todas as esferas de governo; ressalva que, para efeitos da lei, as relações íntimas independem de orientação sexual; retira a competência da Lei 9.099/95 para julgar os casos de violência doméstica e proíbe que os crimes sejam punidos com pagamento de cestas básicas ou multas, dentre outras medidas. Este novo instrumento legal cria, ainda, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar, com competência cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006a). Nesse sentido, as ações implementadas pelo estado, a partir da referida legislação, ampliaram o sistema de serviços e introduziram uma lógica de atuação mais articulada. A trajetória da política impetrada pelos grupos de mobilização social, com o intento de inserir a pauta da violência de gênero na agenda política do Estado, trouxe relevantes respostas à sociedade brasileira. Em 2011, foi criada a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estabelecendo os princípios e

diretrizes de prevenção e combate à violência, assim como assistência e garantia de direitos. A Política Nacional foi elaborada a partir do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM (2004). A Política Nacional também está em consonância com a Lei Maria da Penha e com os Acordos e Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil. A formulação da Política Nacional objetiva esclarecer os fundamentos conceituais e políticos do enfrentamento à violência, ao passo que deseja orientar acerca das diretrizes para a execução desta Política (BRASIL, 2011a).

Pougy (2012) analisa que a intervenção profissional no âmbito da violência de gênero requer um projeto de articulação das políticas sociais que coadune os elementos impressos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência com os instrumentos que alicerçam a sua consecução, tais como o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, a Política Nacional de Assistência Social e os dispositivos que a complementam, bem como trabalho e renda, moradia, dentre outras. A reflexão da autora se fundamenta na concepção que as políticas públicas de gênero direcionam esforços para garantir os direitos humanos e o direito das mulheres a viver uma vida sem violência. Nessa medida, a proposta que se sustenta é que neste campo de correlação de forças que incidem no âmbito das políticas sociais, conforme vimos anteriormente, possamos experimentar o redimensionamento no campo da atenção integral às mulheres na perspectiva de gênero. Consideramos que este é um ponto nevrálgico na constituição de políticas públicas de gênero que tenham por objetivo favorecer essencialmente às demandas postas nos serviços de atendimento à mulher, vislumbrando das relações de gênero, raça e classe social na produção da violência e no processo de ruptura das violações dos direitos das mulheres.

3 | A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Consideramos importante uma breve análise da perspectiva da transversalidade de gênero nas políticas sociais, como uma alternativa de ampliação do sistema de garantias de direitos humanos para as mulheres. O Plano Nacional de Enfrentamento à violência define seu objetivo como o de “Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral deste fenômeno”. (BRASIL, 2011a: 36). Compreendemos que introduzir as relações de gênero como fio condutor da Política Nacional, possibilita a ressignificação histórica desta política pública e a possibilidade da ampliação de seu alcance, ou seja, incorporando o debate da transversalização de gênero em todos os níveis. Isso pressupõe um esforço para compreender essas relações como estruturantes e condicionantes das relações sociais, apreendendo que a estrutura político-econômica em que a sociedade está sedimentada, afeta de modo muito diferenciado homens e mulheres. Seja na divisão sexual do trabalho, seja no acesso a bens e fontes de renda, seja na educação e nas instâncias de decisão.

Abordamos o conceito da intersectorialidade como um contributo à análise da política pública de gênero, numa perspectiva de totalidade, pois compreendemos que este é um conceito dotado de significados e representações. De acordo com (PEREIRA, 2014) o conceito de intersectorialidade, à luz do pensamento dialético, supera os intentos de explicá-la como a fragmentação dos setores. Ao passo que as políticas sociais fazem parte de um todo indivisível, já que cada política contém elementos das demais. A qualificação das políticas em setores obedece a uma lógica de arranjo técnico e burocrático, como uma perspectiva de facilitar a gestão das demandas. A autora elucida a intersectorialidade como uma “relação que não redunde num amontoado de partes, mas em um todo unido, no qual as partes que o constituem ligam-se organicamente, dependem umas das outras e condicionam-se reciprocamente” (PEREIRA, p.33: 2014). Para compreender a intersectorialidade no bojo da política pública de gênero, importa ter a clareza de que as políticas sociais são um complexo de totalidade, permeadas por relações de reciprocidade e contradição (PEREIRA, 2014).

O debate sobre a transversalidade de gênero, no contexto da implementação das políticas sociais, requer associá-la à dimensão da intersectorialidade como uma possibilidade de vislumbrar os sujeitos em sua totalidade, numa perspectiva de conceber a realidade em sua forma e através de mediações apreender seu conteúdo. A intersectorialidade, conceitualmente, emerge da lógica de superação da fragmentação e da focalização impressas historicamente nas políticas sociais, que tiveram seu processo de acirramento, como já explicitado, no processo de contrarreforma do estado, na década de 90, a partir do receituário neoliberal, determinando um amplo processo de mudanças nas formas de gestão das políticas (ALMEIDA, 2014). Cabe neste espaço apontar que nossa perspectiva é a de conceber a intersectorialidade das políticas públicas de gênero como um caminho possível à apreensão dos sujeitos históricos e suas múltiplas determinações engendradas no contexto da sociedade burguesa. O agnosticismo, base fundante da racionalidade burguesa, não reconhece a essência histórica e concreta dos fenômenos e se manifesta numa razão instrumental, que inaugura uma racionalidade hegemônica, com sólidos impactos, inclusive nas políticas sociais, obscurecendo o protagonismo destes sujeitos, impulsionando práticas interventivas formuladas em manuais de atendimento e sistemas burocráticos, pragmáticos e manipulatórios (GUERRA, 2013).

4 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS POSTOS À PROFISSÃO

O cenário supracitado, assim como o processo de trabalho assinalado, concede ao Serviço Social um campo profícuo de análise e intervenção. Sobre isso nos lembra (IAMAMOTO, 1999) que o momento presente desafia as assistentes sociais

a se qualificarem, no intento de apreender por meio de mediações as mudanças que ocorrem na realidade social. Entre as possibilidades contidas na prática está, sobretudo, a necessidade da constante produção de conhecimento acerca da complexa realidade em que cada profissional se insere em diferentes espaços de trabalho, visando dar suporte a sua intervenção. Neste contexto, a apropriação das categorias atinentes ao debate das políticas públicas de gênero, quais sejam: relações de gênero, patriarcado, relações étnico-raciais, classe e dentre outras que corroboram para a obtenção da totalidade dessa dimensão, deverão circunscrever a base da apreensão crítica para embasar a intervenção técnica na realidade social. Seja no espaço das políticas públicas de gênero ou em qualquer outro espaço, o assistente social intervém sobre um objeto de trabalho, ou seja, sobre este incide alguma ação profissional. Por isso, para o assistente social, é essencial o conhecimento da realidade em que atua, a fim de compreender como os sujeitos sociais experimentam e vivenciam as situações sociais (IAMAMOTO, 1999).

As relações de gênero constituem um tema muito caro ao Serviço Social, pois está materialmente em consonância com o projeto-ético-político profissional, que pressupõe a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (CFESS – Código de Ética Profissional, 1993)”.

As políticas sociais são um campo privilegiado da prática profissional de Assistentes Sociais. Contudo, como sinalizamos, as políticas sociais se constituem como espaços de contradição e correlação de forças, ao passo que mesmo tempo obedecem às reivindicações do Capital e as da classe trabalhadora. Esta análise somente será possível se construída a partir de uma leitura Marxiana da realidade social, pois assim como analisa (GUERRA, 2013) é através da apropriação das categorias fundamentais do método em Marx que vislumbraremos uma sociedade construída na práxis, em que o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética nos oferecerão os fundamentos para apreender essa realidade para além de sua forma. Desvelando os fenômenos em sua estrutura e dinâmica. Neste sentido, entendemos que somente assim encontraremos possibilidade de efetiva transformação.

No cenário que outrora apresentamos, fornecemos subsídios para descortinar essa realidade para além do que está na superficialidade fenômenos. É necessário sair do óbvio, desvelar os fenômenos de modo a alcançar sua essência. Está é uma possibilidade que se efetiva na práxis social, pois nos termos de (LUKÁCS, 1968): “Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras”. Desse modo, salientamos que as possibilidades dos sujeitos de construírem a história, se efetivam por meio da práxis. O passo fundamental para essa apreensão é entendermos qual lugar ocupa o assistente social, no espaço profissional? Quais são os instrumentos e técnicas que a categoria se apropria para a intervenção? Que interesses estão implícitos ou até mesmos explícitos? Este debate

que propusemos deseja analisar os modelos de políticas públicas que orientam a prática profissional e sua estruturação organizacional que atuam como limitadores dos potenciais de intervenção dos profissionais, pois apresentam as possibilidades de atuação reduzidas a modelos de diagnóstico e intervenção pautados em manuais de “como fazer” e de “técnicas de como solucionar problemas” (GUERRA, 2012). Uma leitura simplificada desta tendência privilegia uma intervenção que não esteja orientada pelas possibilidades contidas na prática e, por isso, reproduzam ações imbuídas nos fundamentos do pragmatismo. Realizando uma prática empirista, reiterativa, paliativa e burocrática, já como sinalizava (NETTO, 2006; p.117).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O Serviço Social, inscrito na divisão social e técnica do trabalho como uma profissão interventiva, recebe características determinadas historicamente, quais sejam: uma intervenção condicionada pelos componentes estruturais do cotidiano e por sua relação com a questão social (GUERRA, 2012). Ao verificarmos os assistentes sociais na divisão do trabalho, permite-nos pensar que profissão tem sua especialização fundada no atendimento às respostas imediatas das demandas oriundas sociedade capitalista. Desse modo, é importante refletir que a apropriação da realidade social através da razão instrumental não nos é suficiente para criar mecanismos de luta e resistência e de elaboração de propostas de atuação que tenham como direção a emancipação dos sujeitos.

Dessa feita, as possibilidades de rompimento com essa prática burocratizada e pragmática, estão contidas na própria realidade social. Cabe a nós buscar os fundamentos sociais, históricos e políticos emanados numa perspectiva crítica, que nos ajudarão a criar estratégias concretas de superação desse cotidiano que nos limita e reduz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. S. de. “Essa violência mal-dita”. In: ALMEIDA, S. S. de. (Org.) **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

ALMEIDA, Ney Luiz de. “Descentralização e intersetorialidade: desafio para a consolidação da política de educação”. In: MONNERAT, Giselle Lavinias, ALMEIDA, Ney Luiz de, SOUZA DE, Rosimary Gonçalves (orgs.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2014.

BARSTED, L. L. “A resposta legislativa à violência contra as mulheres no Brasil”. In: ALMEIDA, S. S. de. (Org.) **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

BEZERRA, V; VELOSO, R. **Gênero e Serviço Social: desafios de uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva 2015.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011a.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011b.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011c.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006a.

BRASIL. Secretaria Especial de Política para Mulheres. **Instrumentos Nacionais de Direitos das Mulheres. Brasília**. 2006b.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez. 2003.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS. 1993.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016.

COUTINHO, Carlos N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular. 2017.

FLEUY-TEIXEIRA, E; MENEGHEL, S (orgs). **Dicionário Feminino da Infância: Acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo. Cortez. 2013.

_____. **Expressões do Pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares**. In: Revista Katályis. Florianópolis: UFSC-PPGSS. Vol.16. 2013.

IAMAMOTO, Marilda. "Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social". In, CFESS. **Atribuições privativas do assistente social em questão**. Brasília (DF). Fevereiro de 2002.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez. 1999.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez. 2001.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas. 1978, p.1-18.

MEDEIROS, L. **Em briga de marido e mulher o Estado deve meter a colher: políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica**. Rio de Janeiro: PUC-Rio. São Paulo: Reflexão. 2016.

MELO, M. C. G de. RODRIGUES, "A.S. Políticas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica: os centros de referência de atendimento às mulheres e a abordagem interseccional". In **O Social em Questão**, nº 38, Rio de Janeiro, maio-agosto de 2017. Disponível em <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acessado em 24 de novembro de 2017.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez. 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. "A intersectorialidade das Políticas Sociais na perspectiva Dialética". In: MONNERAT, Giselle Lavinias, ALMEIDA, Ney Luiz de, SOUZA DE, Rosimary Gonçalves (Orgs.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

POUGY, L.G. Notas sobre políticas e Gênero e Serviço Social. In: **Revista Praia Vermelha**. UFRJ-PPGSS. Rio de Janeiro. V. 22. 2012.

_____. Desafios políticos em tempos de lei Maria da Penha. In: **Revista Katalysis**. Florianópolis: UFSC-PPGSS. V.13, n.1. jan/jul.2010.

SAFFIOTI, H. I. B. "Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero". In **Cadernos Pagu**, n. 16, Campinas, 2001. Disponível em <https://www.pagu.unicamp.br/pt-br/numeros>. Acessado em 27 de novembro de 2017.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. (Coleção Brasil Urgente). 2004.

_____. "Movimentos sociais: face feminina". In CARVALHO, N.V (Org). **A condição feminina**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1988.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. "Sistema de Proteção Social, Intersectorialidade e Integração de Políticas Sociais". In: MONNERAT, Giselle Lavinias, ALMEIDA, Ney Luiz de, SOUZA DE, Rosimary Gonçalves (Orgs.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2014.

POR UMA DRAMATURGIA FEMINISTA: JORNADAS DE F(R)ICÇÃO

Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Artes, Programa de Pós graduação
em Artes, Departamento de Ensino da Arte e
Cultura Popular
Rio de Janeiro-RJ

RESUMO: A história da performance como linguagem artística trama-se simbioticamente com a dos movimentos e das teorias feministas. A performance autobiográfica feminista é, entretanto, a que mais propõe tranças com a dimensão política daquilo que é pessoal, investigando criticamente a dicotomia público/privado, tão cara às proposições feministas. Este trabalho vem justamente pensar sobre estas relações e como acabam por afetar o contexto específico da criação dramaturgical no teatro contemporâneo. Tomando como disparo a criação dos textos teatrais *Fogo de Monturo* e *Quarança*, desenvolvidos por esta pesquisadora com dois diferentes coletivos, nas cidades de Natal-RN e São Paulo-SP, traça-se uma cartografia acerca de estratégias de criação artísticas em dramaturgia, articuladas a abordagens feministas, encaminhando-nos para o conceito de *Dramaturgia de F(r)icção*, onde o modelado e o real se entrelaçam numa jornada de retroalimentação.

PALAVRAS-CHAVE: Performance;

Autobiografia; Feminismos; Dramaturgia de F(r)icção.

FOR A FEMINIST DRAMATURGY: F(R) ICTION JOURNEYS

ABSTRACT: The history of performance as an artistic language weaves symbiotically with that of feminist movements and theories. The feminist autobiographical performance is, however, the one that most proposes braids with the political dimension of what is personal, critically investigating the public / private dichotomy, so dear to feminist propositions. This work comes to think about these relationships and how they end up affecting the specific context of the dramaturgical creation in contemporary theater. Taking as a starting point the creation of the theatrical texts *Fogo de Monturo* and *Quarança*, developed by this researcher with two different collectives, in the cities of Natal-RN and São Paulo-SP, we draw a cartography about strategies of artistic creation in dramaturgy, articulated to feminist approaches, leading us to the concept of fiction dramaturgy, where the modeled and the real intertwine in a journey of feedback.

KEYWORDS: Performance; Autobiography; Feminisms; F (r) fiction playwriting.

INTRODUÇÃO

A *arte da performance* eclode exatamente como uma trama de várias linguagens artísticas, sendo em gênese fronteira, transdisciplinar e híbrida. A performance traduz-se fundamentalmente na(o) artista, que, a partir de sua própria dimensão-corpo, destampa temas idiossincráticos, a ritualizar mitologias pessoais e tocar instâncias memoriais de teceduras coletivas. Discorre Cohen:

A performance está ontologicamente ligada a um movimento maior, uma maneira de se encarar a arte; A live art. A live art é a arte ao vivo e também a arte viva. É uma forma de se ver arte em que se procura uma aproximação direta com a vida, em que se estimula o espontâneo, o natural, em detrimento do elaborado, do ensaiado. A live art é um movimento de ruptura que visa dessacralizar a arte, tirando-a de sua função meramente estética, elitista. A ideia é de resgatar a característica ritual da arte, tirando-a de “espaços mortos”, como museus, galerias, teatros, e colocando-a numa posição “viva”, modificadora. (2002, p. 38)

Instaurada como gênero artístico na década de 1970 e profundamente vinculada às vanguardas artísticas do início do século XX, a performance restaura uma atmosfera de rompimento com o formalismo nas artes, procurando estreitar as linhas entre arte e vida, e reenergizar profundamente o estatuto da própria arte, trazendo à baila questões acerca da(o) artista e suas instâncias de existência.

Na lida com *leitmotifs autobiográficos*, ou como melhor compreendo *escritas de si* (RAGO, 2015), a arte da performance é liberada de maiores artificialismos. Na arte performática feminista, que será influenciada pelo movimento de mulheres em profunda ebulição também neste período, as *escritas de si* são instaladas essencialmente no discurso do corpo, que se transfigura em *lôcus* de protesto político, renovando agendas ideológicas de mulheres.

Para Goldberg (2006), a performance autobiográfica pode ser considerada a mais comum entre as mulheres artistas e foi por meio dela que muitas denunciaram as opressões sofridas. As ações performáticas permitiam que as *performers* transitassem por questões como a subjetivação dos corpos, os ideais de beleza e a violência. Roth (apud PINHO, 2016) aponta a autobiografia performática de mulheres em três vertentes:

- Vinculada à experiência pessoal;
- Vinculada com o passado coletivo;
- Vinculada com a exploração de estratégias de ativismo feminista específico.

Dentro desta classificação, podemos ainda elencar as *performances autoexploratórias* muito experimentadas por mulheres artistas e que se transfigura pela invenção de uma *persona* ou personagem, a criação de egos imaginários, míticos ou alternativos, tendo-os como metáforas para discussões de suas agendas como mulheres artistas.

A performance avança no tempo, como especial plataforma de crítica social,

ativismo e intervenção, debatendo identidades políticas minoritárias, dissidentes, subalternas, tornando o espaço do corpo estratégico para a manifestação de transgressões. Desta maneira, a arte performática configura-se como laboratório para desconstrução de identidades hegemônicas e fomento à consciência política.

Entende-se ainda que no cume dos debates feministas, a performance desvela-se na subversão dos discursos falocêntricos, na desconstrução do conceito de sujeito homem, branco, universal e, portanto, 'naturalmente' dominante.

Importante atentar que a performance tendo por premissa a subversão, promove deslocamentos físicos e simbólicos da(o) artista na apreensão do mundo, entendendo que esta(e) artista está na sua incessante experiência consigo mesma(o) e com as teceduras sociais, adensando aí seu calibre antropológico. Como nos lembra Fabião:

Uma experiência, por definição, determina um antes e um depois, corpo pré e corpo pós-experiência. Uma experiência é necessariamente transformadora, ou seja, um momento de trânsito de forma, literalmente uma trans-forma. As escolas de transformação são evidentemente variadas e relativas, oscilam entre um sopro e um renascimento. (2009, p. 237)

Esta noção de experiência que vai se tornar fundamento da arte da performance, especificamente das performances feministas, acaba por contaminar muito do que se vem elaborando contemporaneamente no campo das demais linguagens artísticas, em especial, no teatro e sua escrita dramatúrgica.

Embebida da noção de experiência, boa parte da dramaturgia produzida no teatro do século XXI vai se afastar dos moldes clássicos de criação, da ideia de ficcionalizar personagens, de tramar diálogos centrados na palavra (SZONDI, 2001), para alçar voo nas escritas de forte teor performático biográfico, nas *escritas de si*.

Investigar este processo de contágio entre as performances feministas e o teatro contemporâneo, pela via da dramaturgia, vem a ser uma relevante contribuição deste artigo, que estreita ainda os limites entre os estudos literários e os estudos da artes da cena, tendo em vista que se configura a partir do mergulho em de dois casos de criação, as peças: *Fogo de Monturo* (2015) e *Quarança* (2017), por mim engendradas.

METODOLOGIA

Desde 2001, envolvida com as discussões que abarcam o campo da arte da performance e trabalhando suas conexões com o teatro contemporâneo, venho na qualidade de dramaturga investindo na criação de *dramaturgias autoexploratórias*, *dramaturgias de personas* ou *figuras*, que surgem em ações performáticas na relação íntima com suas atuantes. Em geral, estas dramaturgias partem do processo de criação por mim intitulado de *Mitodologia em Arte*:

Com inspiração primeira na ideia de Mitodologia, cunhada por Gilbert Durand (1990), a *Mitodologia em Arte* lida com forças pessoais que movem o atuante na

relação consigo mesmo e com o campo artetnografado, num processo contínuo de retroalimentação. Da perspectiva durandiana e seus predecessores estudiosos do imaginário, entendemos que o ser humano tem uma vocação mitológica e ritualística, performática, como também aponta Victor Turner (1974) em seus estudos sobre a Antropologia da Experiência (LYRA, 2015, p. 12).

O processo mitodológico vem desembocar numa perspectiva de dramaturgia onde a negociação entre o *si mesmo* da/o artista e o mundo, entre o real e o ficcional, é uma tônica. Na artesanaria destas dramaturgias acredita-se que existe um dado *f(r)iccional* que propõe o trânsito da/o atuante na vida social/existencial, em contextos de *outridade*, instaurando um estado *liminar*. Sobre esta ideia de *f(r)icção* e suas reverberações no *topos* do teatro, acrescento:

Em consonância com as ideias Victor Turner (2005), no âmbito da *Antropologia da Experiência*, o *ator de f(r)icção*, que atua sob a *máscara ritual de si mesmo*, é aquele que inventa uma realidade que, é, concomitantemente, espontânea e refletida, condensa o condicionamento sociocultural, fixado culturalmente e o eu, a ação sobre si mesmo, a autoconsciência. O *ator de f(r)icção* vivencia suas próprias imagens, seu *trajeto antropológico*, que estão inevitavelmente atreladas ao trajeto antropológico de sua cultura original. (LYRA, 2015, p. 178)

A discussão do estado liminar de atuantes nas vias da atuação, desemboca numa dramaturgia menos construída na distância da cena e essencialmente gerada no redemoinho dos processos criativos, onde as atuantes desvelam-se enquanto *personas*, num estado de retroalimentação, escrevem-se a si mesmas(os).

Essa escrita acaba por legitimar um espaço de atuação de mulheres sobre seus próprios temas, descortinando as instâncias cotidianas e domésticas da vida pessoal, e relativizando as suas posições de subalternidade e silenciamento experimentados historicamente.

As dramaturgias criadas sob esta perspectiva procuram estetizar a existência, comportam um desejo das(os) atuantes em escavar suas memórias, suas redes de imagens, destampando caminhos de *individuação* (JUNG, 2001). As especificidades dos *eus* que narram suas idiossincrasias, tendo a fábula como especial plataforma de expressão.

É justamente no campo do processo de criação que são percebidas as subjetividades vividas pelas(os) atuantes na sua multiplicidade, trazendo à tona além de questões de gênero e marcas da colonização, condições econômicas e materiais da vida.

Sendo assim, essas dramaturgias são exposições da subjetividade das(os) atuantes, assim como a minha própria subjetividade em retroalimentação. Desta perspectiva, as dramaturgias se configuram estrategicamente como *ritos de passagem* (VAN GENNEP, 2011), e toma o *mito* como suporte, na salvaguarda da narrativa mítica enquanto espaço de reconto da gênese do que é pessoal em trama retroalimentativa com as demandas sociais, intrinsecamente políticas.

Na trama com outras mulheres no cume da criação dramaturgica, experiências múltiplas são devoradas e transvaloradas revelando histórias e geografias várias

misturando-se indistintamente no tecido textual. É uma dramaturgia de encruzilhada, alquimizada pelas cartografias traçadas por cada uma de nós, delineando trajetórias subjetivas e limites transitórios.

Neste entrelugar do processo criativo são cozidos no caldeirão: *as intertextualidades, as múltiplas jornadas, os espaços, os tempos e os diversos meios de enunciação de imagens, entre narrativas, músicas, sons, movimentos*. Constrói-se o que chamo de *Mandala Dramatúrgica*, que sempre precede a elaboração dos textos propriamente ditos.

Sobre esta estratégia explico:

A encruzilhada de personas e mitemas em torno de um mito-guia firma-se na construção da *Mandala Dramatúrgica*. A *Mandala* vem a se constituir como uma síntese do processo criativo, consolidando a dinâmica entre o eu (atuantes) e a alteridade, o cosmos. A *Mandala*, assim como mapa em contínua exploração cartográfica, é a exposição plástica e visual do retorno à unidade pela delimitação de um espaço-tempo divino da criação por meio de um caleidoscópio de cores, uma profusão de fragmentos, estabelece o terreno de meditação acerca de todo processo vivenciado, fomentando a criação dramatúrgica e cênica. (LYRA, 2015, p. 73)

A saber, esse caminho de criação dramatúrgica começou a fazer sentido a partir do ano de 2009, após toda uma experiência performática pessoal envolvendo a mitologia da santa guerreira *Joana d'Arc*, iniciada em 2005, com meu *Mestrado em Artes da Cena*, desenvolvido na UNICAMP. Foi em 2009, já no curso de meu Doutorado na mesma universidade, que aportei, junto com mais quatro atrizes, na comunidade de Tejucupapo, na zona da mata norte de Pernambuco, onde, em 1646, aconteceu a primeira batalha com participação de mulheres registrada em solo nacional.

Na trama com as atuais mulheres de Tejucupapo, que desde 1990 fazem um espetáculo teatral restaurando a peleja de suas antepassadas contra os inimigos holandeses, revelaram-se textos vários acerca de deusas míticas e as experiências pessoais das atrizes-criadoras, estimulando uma rede de memórias e significações e provocando o surgimento da primeira *Mandala Dramatúrgica* e, por conseguinte, a dramaturgia do espetáculo intitulado *Guerreiras (2009)*, sob minha direção.

Foi exatamente *Guerreiras* o disparo para jornada de construção *mandálica* em textos subsequentes referentes aos seguintes espetáculos/performance: *Homens e Caranguejos (2012)*, *Salema (2012)*, *Cara da mãe, Obscena, Fogo de Monturo (2015)*, *Thérèse (2016)*, *Quarança (2017)*, *Louise ou desejada virtude da resistência, Yriadobá e A Bárbara (2018)*. Tais espetáculos vem justo integrar um conjunto de trabalhos em dramaturgia e encenação, gerados *mitodologicamente* e que trazem também em comum o trânsito por questões acerca da mulher, dos arquétipos femininos e diferentes feminismos que norteiam as lutas das mulheres em solo nacional.

Neste artigo nosso foco recai em duas destas criações mais recentes: *Fogo*

de *Monturo* e *Quarança*. O primeiro texto foi desenvolvido com o *Arkhétypos de Teatro*, grupo de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a segunda dramaturgia foi elaborada com as atrizes d'A *Próxima Companhia*, de São Paulo. No livro *Dramaturgia feminista*, que acaba por compilar os dois textos, sintetiza-se:

A fábula dramática *Fogo de Monturo* nasce em 2014 do ventre de mulheres que migraram de suas terras de origem em busca de conhecimento e que ocuparam os bancos das universidades, avançando às ruas das capitais na luta pela justiça e pela liberdade contra os fuzis dos milicos da repressão. Fátimas, Sufocos, Irenes, mulheres como as do vilarejo de *Monturo* desabrocham entre a revolução sexual, a liberação feminina e os ideais de esquerdas, combatendo as iniquidades e a coação das tantas ditaduras. Selecionado como finalista do Concurso de dramaturgia feminina 2015, no projeto LA SCRITTURA DELLA DIFFERENZA, organizado pela Compagnia Metec Alegre, com sede em Nápoles, na Itália, *Fogo de Monturo* eclode das entranhas da puta antepassada Gaba Machado, assombração de *Monturo*, acabando por celebrar a tenacidade heroica de nossas guerrilheiras nacionais. (LYRA, 2017, p.12)

Sobre *Quarança* acrescenta-se:

Na trilha da belicosa de *Fogo de Monturo*, a peça *Quarança*, de 2016, tece com fios vermelhos toda uma linhagem materna silenciada. Criada a partir de uma tríade de estímulos: o *mito-guia* (Aracy Guimarães Rosa), os *impulsos pessoais* das atrizes-criadoras e a figura híbrida de *Diadorim*, de João Guimarães Rosa, *Quarança* fabula sobre a jornada de Rosa Ararim, moradora de um lugarejo conhecido como *Alereda*, onde o sol é insistente e a terra esturricada está ocupada por um exército de jagunços, liderados pelo temido Sô Déo. Em *Alereda*, as mulheres são violentadas, mortas e, uma a uma, quaradas ao sol, veladas sem lua, extintas carbonizando o chão. Além de Rosa, sua avó Zanararim, as pranteadeiras e redeiras são as guerreiras artífices desta peleja contra uma sociedade marcada pelo ferrete patriarcal. (IDEM)

As tranças construídas nestes textos teatrais vinculam-nos a proposições contemporâneas de escrita dramática, dentro da perspectiva apontada por Ryngaert: *O teatro ainda narra, mas cada vez menos de forma prescritiva e adesista. Os pontos de vista sobre a narrativa se multiplicam ou se dissolvem em enredos ambíguos* (1998, p. 85).

A tecedura de ambos os textos, dá-se em pedaços, em retalhos, costurados em diversas partes, que intitulo de *movimentos*. Um mosaico de máscaras e *mitemas* é composto com um efeito de quebra-cabeças, de caleidoscópio, solicitando-me junto com as outras atrizes, a ação performática de combinação contínua de suas peças.

A escrita dramática descontínua por fragmentos dotados de título é uma tendência arquitetural das obras contemporâneas, (...). Esses efeitos de justaposição das partes são buscados por autores muito diferentes que os denominam cenas, fragmentos, partes, movimentos, referindo-se explicitamente, como faz Vinaver, a uma composição musical (...) (RYNGAERT, 1998, p. 86).

Pelo viés da *Mitodologia em Arte*, a encenação/performance materializa-se na encruzilhada proposta pela dramaturgia, a dramaturgia por sua vez, é gerada a partir da encruzilhada das ações performatizadas, sempre em ato colaborativo. Como *uróboros*, o processo traduz-se sob o signo da autofecundação. *Fogo de Monturo* e

Quarança traduzem-se num texto performativo, ou seja, aquele que é gerado pela performance, ao mesmo tempo proporcionando-a, criado nela.

Com a imprescindível coparticipação das(os) artistas criadoras (es), talho nestas dramaturgias um conjunto de depoimentos das mais variadas *matizes* do feminino reunidos em torno do que se chama de *mito-guia*, este mito vai se servir como aporte ou *leitmotiv* principal para a construção da dramaturgia, distribuindo-se em diversos outros *leitmotive*, os *mitemas* ou pacote de imagens de traços comuns, que funcionam como vetores no todo da narrativa. São estes *leitmotive* que, de certa forma, organizam as emissões sobre o *leitmotiv* principal, criando uma teia de diversos influxos e, por isso, intertextual.

Importante pensar que intertextualizar os *mitemas*, não significa elaborar uma “colagem”, onde simplesmente agrupam-se cenas por associação, mas é, antes de tudo, um processo de hibridização, que reconstrói textos, citações, fragmentos, narrativas, estabelecendo redes de significações com vários planos de leitura (literal, mítica, simbólica) onde a palavra é apenas um dos elementos.

A articulação e montagem desta rede intertextual, desta cartografia disposta plasticamente na *Mandala Dramatúrgica* é gerada então a partir das experiências cênicas em processo, responsáveis por estabelecer o campo de personas, bem como pelas ambiências fomentadas nas experiências em laboratório de ensaio.

Em síntese, na realização da dramaturgia, prevaleceram seis estratégias de criação:

- Desvelamento do mito-guia;
- A mística: Investigação sobre o mito-guia (laboratórios, filmes, textos em prosa e textos dramatúrgicos, imagens...);
- A artetnografia: Pesquisa em contexto/campo de alteridade;
- Levantamento dos *mitemas* em torno do mito-guia, tendo como bases as fontes externas e a pesquisa artetnográfica;
- Experiências mitodológicas corporais, a partir do mito-guia e seus *mitemas* (experiências mitodramáticas e mitocênicas);
- Cruzamento de todas estas referências numa só cartografia intertextual, a *Mandala dramatúrgica* que em si gera a dramaturgia.

O desvelamento do *mito-guia* é operação basilar na construção dramatúrgica e é este que ocupa o centro da *Mandala Dramatúrgica*. Esta ação de desvendamento do *mito-guia* também pode ser observada em métodos do imaginário, como a mitocrítica de Gilbert Durand:

Uma das ações mais importantes da mitocrítica é desvelar o mito diretor e para isso é fundamental a repetição e redundância deste discurso mítico, pois nenhum elemento é imaginariamente pertinente se ele não for repetido diretamente ou indiretamente por meio de outros elementos de valor simbólico equivalente. Esses elementos que constituem uma espécie de sincronia do relato, devem ser interpretados, não somente para identificar e nomear o mito subjacente, mas também para revelar as TENSÕES que no seio da obra colocam em relação

No tocante à dramaturgia e consequentemente à encenação, o *mito-guia* serviu enquanto *leitmotiv* principal, como tema disparador de preenchimento do imaginário em *Fogo de Monturo* e *Quarança*. No dizer de Botelho: *O senso de unidade temática é decisivo para dar coerência à estrutura fragmentada e não-linear do texto* (apud LYRA, 2010, p. 18). Mas importante entender que esta coerência sugerida pelo *mito-guia* ou mito diretor nada tem a ver com a ideia de sentido, no dizer aristotélico, e sim com outro tipo de prática mais conectada com abordagens contemporâneas de relação com o texto dramático, como aponta Ryngaert:

De fato, damos sentido incessantemente quando observamos diferentes redes (narrativas, temáticas, espaciais, lexicais...), já que tentamos interligá-las. Diante de textos complexos é importante escapar de uma hierarquização grande demais da análise, a que privilegia justamente redes narrativas ou temáticas em detrimento de estruturas propriamente teatrais (o diálogo e o que ele revela das relações entre os personagens, o sistema espaço-temporal...) (1998, p. 27).

A investigação de fontes externas, ou seja, livros, filmes, textos em prosa, textos dramáticos, imagens, foi de fundamental importância no início da pesquisa, fornecendo pistas sobre o trajeto do *mito-guia* tanto em *Fogo de Monturo*, quanto em *Quarança*. Entretanto, é válido afirmar que, as pesquisas de campo ou *artetnográficas* como chamo foram também imprescindíveis na produção da dramaturgia, condensando imagens corporais, sonoridades, músicas e textos articulados, advindos do contato direto em contextos de alteridade, apontando também ali influxos para a construção das *Mandalas* e a posteriores dramaturgias.

A fase das experiências mitológicas em sala de ensaio e da pesquisa artetnográfica sobressaíram-se enquanto principais espaços de produção e deságue de referências sobre o *mito-guia*. Nestas experiências, firmaram-se o fluxo de ideias, as referências inconscientes das participantes, as imagens fomentadas nos estudos e nas pesquisas em campo. As pulsões pessoais a partir do tema, os experimentos davam-se por meio de sonoridades e os instrumentos musicais, com objetos, vestes e estruturas cenográficas da mitologia, sendo fundamentais para a construção dramática e posterior encenação.

Importante também afirmar o quanto a camada de personalidade ganhou legítimo espaço na investigação da cena e da dramaturgia nestes dois textos, que trafegam por uma espécie de escrita-resgate de tempos e espaços, em si performática, uma escrita-memorial das mulheres artistas participantes dos processos.

CONCLUSÕES

Compreende-se que esse caminho de escritura dramática, pela sua vocação ao colaborativo e à tecedura coletiva; pelo desejo de intertextualizar, de trançar experiências *f(r)iccionais*; e pelo salto aos influxos arriscados de criação, com a

ação de performar camadas de personalidade das artistas, acaba por se figurar como uma estratégia de criação feminista por excelência. Diz Tiburi: (...) *o feminismo é um método, no sentido de caminho que se faz ao caminhar, sem garantia alguma que se chegará no destino desejado* (2018, p. 44).

Naturalmente, o presente artigo não tem a pretensão de esgotar questões sobre todo esse processo de construção dramática, mas por meio dele, podemos, em alguma medida, vislumbrar que a dramaturgia feminista acaba por se figurar com estratégias de criação que se contrapõem substancialmente à prevalência do discurso de autoria masculina e seus impulsos verticais de criação.

Entende-se por fim que o desejo de construir este caminho de criação acabou por me potencializar e também àquelas que comigo traçaram as diferentes jornadas, desembocando em debates dos *modos de construção textual* nas artes da cena impregnados pelos influxos performáticos, também dos *temas* que forjam o protagonismo feminino e renovam a representação da mulher no campo da dramaturgia contemporânea nacional.

REFERÊNCIAS

COHEN, Renato. **Performance como Linguagem – Criação de um espaço-tempo de experimentação**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FABIÃO, Eleonora. **Performance e teatro: Poéticas e políticas da cena contemporânea**. In: Sala Preta. Revista de Artes Cênicas. PPGArtes Cênicas da ECA/USP, 2009, pp. 235-246.

GOLDBERG, Roselee. **A arte da performance: Do futurismo ao presente**; tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

JUNG, Carl. **O eu e o inconsciente**. São Paulo: Editora Vozes, 2001.

LYRA, Luciana. **Dramaturgia feminista: Fogo de monturo e Quarança**; São Paulo: Giostri, 2017.

_____. **Mitodologia em artes no cultivo do trabalho do ator. Uma experiência de f(r)icção**. 2015. Relatório Final de Atividade (Pós-Doutorado), Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2015.

_____. **Guerreiras e Heroínas em processo: Da artetnografia à Mitodologia em Artes Cênicas**. 2010. Tese (Doutorado em Artes), Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP, 2011.

_____. **Guerreiras: Texto teatral e Trilha sonora original**. Recife-PE: Brascolor Editora, 2010.

PINHO, Armando F.; OLIVEIRA, João Manuel. **Olhar político feminista na performance artística autobiográfica**. *Revista ex aequo*, Minho: Universidade do Minho, n 26, 2012.

PITTA, Danielle Perin Rocha. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Rio de Janeiro, Editora Atlântica, 2005.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da**

subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RYNGAERT, *Jean-Pierre*. **Ler o teatro contemporâneo.** São Paulo, Martins Fontes, 1998.

SZONDI, Peter. **Teoria do Drama Moderno [1880-1950].** São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos.** Rio de Janeiro, Rosa dos tempos, 2018.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem.** Petrópolis. Vozes, 2011.

PARTEIRAS E DOULAS BRASILEIRAS: AUTONOMIA E ARTICULAÇÕES FEMINISTAS EM REDE

Danielle Andrade Souza

Universidade Federal de Campina Grande,
Paraíba

danielle.pp@hotmail.com

RESUMO: Sob a ótica da atuação de parteiras e de doulas, esse estudo procurou, no contexto do ativismo virtual, relacionar o fenômeno do ‘parto ativo’ e o ciberativismo nos meios digitais. A questão que norteou a pesquisa foi, de que maneira dois grupos de mulheres (parteiras e doulas) acionam as demandas ciberativistas sobre a causa do parto ativo no Brasil, notadamente no terreno das redes sociais? Os resultados apontaram que, na medida em que, parteiras e doulas se propõem à missão de ‘servir’, ressignificam a sua forma de existir nas redes sociais/digitais, e ainda, conseguem promover um arranjo participativo que as auxilia num contexto de organização política, não só enquanto categoria de gênero como enquanto categoria profissional.

PALAVRAS-CHAVE: parteiras e doulas brasileiras; redes sociais digitais, ciberativismo.

BRAZILIAN MIDWIVES AND DOULAS:

AUTONOMY AND FEMINIST

ARTICULATIONS IN NETWORK

ABSTRACT: From the perspective of midwives and doulas, this study sought, in the context of virtual activism, to relate the phenomenon of ‘active childbirth’ and cyberactivism in digital media. The question that guided the research was how two groups of women (midwives and doulas) trigger the cyberactivist demands on the cause of active childbirth in Brazil, especially in the field of social networks? The results pointed out that, as midwives and doulas propose to the mission of ‘serving’, they redefine their way of existing in social / digital networks, and also promote a participatory arrangement that helps them in a context of political organization. , not only as a gender category but as a professional category.

KEYWORDS: brazilian midwives and doulas; digital social networks, cyberactivism.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a crítica à assistência ao parto começou a partir de algumas abordagens que se traduziram em várias perspectivas. De acordo com Diniz (2005), a primeira abordagem para o movimento foi o parto sem dor na Europa¹; depois, o parto sem

1.. Uma das militantes que levantou essa bandeira, inclusive, hoje uma das mais respeitadas do mundo, foi Janet Balaskas, uma educadora perinatal sul-africana que idealizou juntamente com outras ativistas, um dos maiores movimentos que contribuíram para

medo; posteriormente, o parto sem violência; e, mais recentemente, o parto natural, advindo do movimento *hippie* e da contracultura.

A idéia de humanização entrou no Brasil junto com a contracultura *hippie*, mas foi a partir da criação do Rehuna (rede de humanização do parto e nascimento) na cidade de Campinas, no ano de 1993, que esse movimento tomou mais força.

O grupo fundador tinha grande influência feminista e conclamava as mulheres a um papel ativo frente ao nascimento do filho, denunciando a desapropriação da identidade feminina, a medicalização e a desconsideração da parturiente como um sujeito de direitos. O parto se transformou numa linha de montagem que colocava o bem estar da família em segundo plano, privilegiando interesses comerciais. Do ponto de vista da estratégia de atuação é da REHUNA, o mérito de ter buscado a então nascente medicina baseada em evidências como referência técnica para a sua defesa de idéias, caminho que se mostrou muito produtivo no decorrer dos anos. (Marques, 2013: 26).

A humanização do nascimento, por sua vez, é um movimento gestado a partir dos questionamentos sobre a sexualidade surgidos em meados do Século XX. De acordo com Balaskas (2015, p. 13), “apesar de os trabalhos de Grantly Dick-Read terem sido produzidos nos anos 1940, e de Robert Bradley ter começado seu trabalho de desmedicalização do parto e inserção do parceiro no ambiente de nascimento nos anos 50, foi depois da publicação de *Birth Without Violence*, de Frédérik Leboyer, que a discussão sobre uma nova abordagem do parto tomou um forte impulso”.

O movimento Feminista conceitua o termo humanização² como

[...] uma atenção que reconhece os direitos fundamentais de mães e crianças, além do direito à tecnologia apropriada, baseada na evidência científica. Isso inclui: o direito à escolha do local, pessoas e formas de assistência no parto; a preservação da integridade corporal de mães e crianças; o respeito ao parto como experiência altamente pessoal, sexual e familiar; a assistência à saúde e o apoio emocional, social e material no ciclo gravídico-puerperal; e a proteção contra abuso e negligência.

Inúmeros profissionais (obstetras, pediatras, enfermeiras, parteiras, doulas) foram agregando-se ao movimento de humanização, em torno de uma série de reivindicações que hoje estruturam o ideário do movimento. Curiosamente o Brasil³ é hoje, um dos países com o maior número de parteiras leigas. De acordo com Pires (1989: 108), “desde que foi institucionalizado o curso de formação de parteiras

mudar a história do parto e da obstetrícia na Europa. Hoje ela tem vários livros publicados. O mais recente chama-se Parto Ativo (2015), que já está na terceira edição publicada no Brasil. Ela liderou o movimento organizado de mulheres que denunciou e aboliu práticas obsoletas e agressivas na assistência obstétrica da Inglaterra. Nesse país, a forma mais comum de se referir à humanização do nascimento é chamando-o de ‘Parto Ativo’

2. Rede Feministas de Saúde. Dossiê – Humanização do Parto. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.re-desau.de.org.br/home/conteudo/biblioteca/biblioteca/dossies-da-rede-feminista/015.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017, p. 14.

3. Parafraseando Darcy Ribeiro, em seu livro O Povo Brasileiro (1995), afirma que existem “Ilhas-Brasil” ou cinco brasis. São eles: “a) o Brasil da cultura sertaneja do nordeste e do centro, baseada na produção do couro e do gado; b) o Brasil da cultura crioula do litoral, baseada nos engenhos de açúcar; 3) o Brasil da cultura cabocla da Amazônia, baseada nos seringais, na coleta de drogas da mata e na pesca dos rios; 4) o Brasil caipira do sudeste e do centro, baseado na economia do café e da subsistência, nascida dos bandeirantes; e 5) o Brasil da cultura gaúcha das instâncias de gado e da cultura agrícola dos imigrantes, do sul do país, mais especificamente, os alemães e italianos”.

agregado a escolas de Medicina, por intermédio da Lei de 3 de outubro de 1832, foram retiradas delas a autonomia e a vinculação à comunidade, transformando-as em auxiliares, subordinadas às regras emitidas pelas escolas médicas”. Conhecidas popularmente no País pelo nome de ‘parteiras leigas’, a maioria das parteiras são mulheres de referência em suas comunidades, representam lideranças dos grupos em que atuam, e de acordo com o Ministério da Saúde, geralmente são mais velhas e, embora não tenham formação acadêmica, dominam uma gama de técnicas e de conhecimentos sobre gestação, parto e pós-parto, que adquiriram pela tradição oral com mães, tias, avós ou madrinhas.

Neste cenário, o Movimento das doulas (inspirado pelo médico francês Michel Odent e outros) nos chama bastante à atenção, porque está crescendo e se multiplicando cada vez mais. Atualmente, só no Brasil, pelo Grupo de Apoio à Maternidade Ativa⁴ (GAMA), estão cadastradas, por causa de formações realizadas nessa organização, cerca de 800 doulas de várias regiões do País. Etimologicamente, a palavra *doula*, cuja pronúncia correta é “*dúla*”, vem do termo grego clássico “*dúlī*”, que significa “escrava”. Desde a Antiguidade, essa palavra designa uma criada doméstica ou escrava. Ou seja, “doula” significa “mulher que serve”. Nos dias de hoje, aplica-se às mulheres que dão suporte físico e emocional a outras mulheres antes, durante e depois do parto. As doulas são acompanhantes de parto que começaram a surgir no Brasil de forma mais organizada.

Em julho de 1997, no Hospital Sofia Feldman (HSF), em Belo Horizonte, foi desenvolvido o projeto ‘Doula Comunitária’. Mulheres voluntárias da comunidade formaram um grupo de 14 doulas para acompanharem as parturientes. Poucos meses depois da implantação, o projeto⁵ teve repercussão favorável na comunidade, foi divulgado na imprensa falada, na escrita e em eventos científicos e implantado em outros hospitais. Assim, a profissão de doula surgiu para preencher essa lacuna e vem oferecendo seus serviços de ajuda às mães, durante o parto, em todo o Brasil. Elas atuam como uma espécie de protetora das mulheres e, quando necessário, de seus companheiros. Sua presença também pode ajudar e apoiar as enfermeiras obstetras, as obstetrizes e os médicos obstetras a atenderem a um número maior de partos naturais.

Sabemos que no ciberespaço, cada sujeito é um potencial produtor e reproduzidor de informação, o que acontece quando se criam redes colaborativas de informação, por meio do compartilhamento de opiniões e de relatos pessoais que, em segundos, passam do caráter pessoal/individual para coletivo/comunitário.

4. Esse é um grupo de capacitação que tem como missão promover uma atitude positiva, ativa e consciente em relação à maternidade e visa formar doulas (acompanhantes de parto) aptas a acompanharem parturientes em qualquer estágio do trabalho de parto, dando conforto físico, emocional, afetivo e psicológico e proporcionando à mulher uma experiência de parto o mais positiva possível.

5. Os próprios participantes do Hospital Sofia Feldman capacitaram as doulas, como já aconteceu em Betim e em Montes Claros. Depois que esse projeto foi implantado no Hospital Sofia Feldman, em média, 70% das mulheres são acompanhadas durante o trabalho de parto por familiares ou doulas. Ver <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/380>

Ocupações virtuais de *sites* de corporações ou governos, ações *hackers*, petições *on-line*, mobilização e coordenação de protestos através da utilização da internet, cobertura jornalística alternativa e digital, são alguns exemplos. Assim, a utilização de NTICs pelos movimentos sociais, vem “mudando a maneira pela qual os ativistas comunicam, colaboram e manifestam” (GARRETT, 2011, p. 2002). Embora esses processos recebam nomeações distintas, podem ser agrupados em torno do nome ciberativismo, entendido de forma ampla, como a utilização de NTICs por movimentos sociais e ativistas. (Alcântara, 2016: 315-316)

Portanto, no ciberespaço, a comunicação é interativa, contribui para o aparecimento de redes sociotécnicas participativas, que transcendem a simples interligação social, como ocorria na esfera das mídias tradicionais, e as redes sociais, entre todos os outros dispositivos via internet, são expressões que surgem para, cada vez mais, estruturar o universo da cibercultura. De acordo com Lemos (2010: 33), “o desenvolvimento do ciberespaço já suscitou novas práticas públicas. Nesse sentido, ressaltamos o portal da Rede pela Humanização do Nascimento (ReHuNa) que agrega uma ampla população vinculada a causa.



Figura 1 – Site da Rede Brasileira pela Humanização do Parto e do Nascimento

O ReHuNa é uma organização da sociedade civil que vem atuando desde 1993 em forma de rede de associados em todo o Brasil. Seu principal objetivo é a divulgação de assistência e cuidados perinatais, além de procurar diminuir as intervenções desnecessárias e promover um cuidado ao processo de gravidez, parto, nascimento, amamentação, baseado na compreensão do processo natural e fisiológico. A ReHuNa opera apoiando, promovendo e reivindicando a prática do atendimento humanizado ao parto/nascimento em todas as suas etapas, a partir do protagonismo da mulher, da unidade mãe/bêbê, e da medicina baseada em evidências científicas. Essa missão vem sendo buscada na prática diária de pessoas, profissionais, grupos e entidades filiados à rede e preocupados (as) com a melhoria da qualidade de vida, o bem-estar e bem nascer.

As redes sociais funcionam como auxiliares, como ferramentas que protagonizam um dos atuais fundamentos do ciberespaço, e são aliadas aos trabalhos de ONGs, que consideram a internet como um espaço democrático de discussão, ampliação e estudos de novos conceitos e opiniões dos mais diferentes grupos existentes na sociedade civil. Como já tratamos neste trabalho, as redes alteram o *status* técnico-

científico do conhecimento comunicacional. O conceito de redes sociais tem raízes nas Ciências Sociais, com base em diferentes perspectivas, referenciadas a partir de experiências específicas (Scherer-Warren, 2005), que vão desde a Sociologia (redes sociais) até a Informática (redes de computadores). Uma reconfiguração se dá entre indivíduos, tecnologias digitais e território, características da ação social *em e nas* redes.

Uma rede de atores não se reduz a um único ator, mas é composta de elementos heterogêneos conectados – sejam eles humanos ou não-humanos. Por um lado, essa rede de atores deve ser diferenciada dos tradicionais atores da sociologia, que exclui qualquer componente não-humano. Por outro, não deve ser confundida com um elo que liga de modo previsível elementos estáveis e definidos perfeitamente, porque as entidades das quais ela é composta podem a qualquer instante redefinir sua identidade e suas relações, fornecendo elementos novos para o que Latour chama de “rede sociotécnica”. (Maia, 2011: 123)

Quando nos detemos a realizar a tarefa de elencar as características-padrão de desenvolvimento do que tecem as redes de auxílio a humanização do nascimento, buscamos parâmetros nos escritos de Castells (2017), onde por analogia pontua-se assim cada uma delas: a) seus movimentos são conectados em rede de múltiplas formas; b) ocupam o espaço urbano; c) evidenciam o espaço da autonomia como nova forma espacial; d) são atemporais; e) são espontâneas em sua origem, mas, geralmente, desencadeadas por uma centelha de indignação; f) são virais; g) o espaço da autonomia é o grande palco para a passagem da indignação à esperança; h) criam companheirismo; i) sua horizontalidade favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de liderança formal; j) são profundamente autorreflexivas; k) não são violentas, em princípio; l) raramente são pragmáticos; m) voltados para a mudança dos valores da sociedade; n) são muito políticas, em um sentido fundamental.

O ‘parto humanizado’ é um movimento reflexivo que almeja reorganizar a conduta de atendimento ao parto a fim de promover um maior respeito aos direitos reprodutivos das mulheres e uma diminuição da morbi-mortalidade materna e neonatal. (Marques, 2017, p. 25)

Nesse sentido, cabe ressaltar a inteligência coletiva das redes ciberfeministas, em particular, no âmbito do movimento de humanização do nascimento no Brasil.

As redes ciberfeministas⁶ auxiliam, inclusive, na confecção do Plano de parto, que é um documento redigido durante a gestação e registrado no cartório, que contém, uma lista do que a mulher deseja e do que não deseja que aconteça durante o parto, incluindo as leis que dizem respeito à gestação, como, por exemplo a Lei 11.108/200531, que dispõe sobre o direito ao acompanhante durante o procedimento, assim como normativas e portarias do Ministério da Saúde, a fim de efetivar os direitos da gestante. (Oliveira e Pinto, 2016: 395-396)

6. Amigas do Parto, a Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento e o Despertar do Parto e o Nascer Sorrindo são algumas das redes que estão presentes em páginas da web, em blogs e nas redes sociais, articulando ideias e pessoas, divulgando informações e atualizando-se constantemente, e estimulam atividades para mães, pais e bebês, como cursos, workshops, rodas de apoio e de conversa e estimulam a capacitação de parteiras tradicionais. (Oliveira e Pinto, 2016)

Portanto, as conexões⁷ em rede são estruturas livres e abertas, que podem expandir um universo virtual de forma ilimitada e criar uma sociedade com indivíduos que compartilham as mesmas ferramentas de comunicação. Essa estrutura social, baseada em conexões em rede, é considerada totalmente dinâmica e leva em conta as inovações e os novos modos de uso, um aliado ao seu desenvolvimento e à sua expansão, diferente de causar qualquer ameaça a sua existência.

O número de conexões, de alguma maneira, se torna uma espécie de índice de sucesso. Quando um grupo considerável de pessoas está acessando um determinado portal, por exemplo, há uma tendência de que seus conhecidos também se interessem por isso, aumentando de maneira exponencial a audiência a partir de conexões ramificadas, não horizontais. Isso ajuda a explicar, por exemplo, o crescimento rápido de virais: quanto mais uma informação é divulgada, maior será sua divulgação, em uma perspectiva circular. Quanto mais um livro é lido e comentado, mais será lido e comentado. (Martino, 2015: 80)

No contexto ciberfeminista, quando as redes se fortalecem, a participação política das mulheres é ampliada juntamente com a expansão do acesso às TICs⁸. A considerar que o ciberfeminismo nasceu como um fenômeno social e político e é um movimento recente, onde seus primeiros passos foram dados na terceira onda feminista (iniciada entre as décadas de 80 e 90) e que promove a ideia de que as TICs poderiam reconfigurar a sociedade.

METODOLOGIA

Por meio da Rede Brasileira de Humanização do Nascimento (ReHuNa), identificou-se num universo de 1099 sujeitos (entre parteiras e doulas), uma amostra de 211 respondentes. Para tanto, procurou-se construir o perfil sociodemográfico dos sujeitos da pesquisa (o qual ainda não será apresentado neste texto⁹) e averiguar o

7. Partindo do trabalho do pesquisador Albert-László Barabási, Martino (2015: 79) afirma que Barabási, “estudando a estrutura das conexões há pelo menos vinte anos, observou uma série de elementos constantes em vários tipos de redes, das ligações biológicas entre células até a arquitetura da internet e das redes sociais conectadas”. “Dentre essas constantes, uma das mais importantes diz respeito a uma persistente desigualdade entre os nós que compõem a rede. Ainda segundo Martino (2015: 80), o modelo de Barabási prevê a estruturação de boa parte de uma rede, seja biológica, comercial, afetiva ou digital, em torno de algumas conexões, aumentando consideravelmente sua importância”. “Esses nós (hubs) mais importantes agregam dados e informações cruciais e são os responsáveis, muitas vezes, por intermediar um número considerável de relações que não existiriam se não fosse por eles.”

8. A expressão “tecnologias da informação e comunicação” se refere ao papel da comunicação (seja por fios, cabos ou sem fio) na moderna tecnologia da informação. Entende-se que as TIC consistem de todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação, o que inclui o hardware de computadores, rede, telemóveis, bem como todo software necessário. Em outras palavras, as TIC envolvem TI e quaisquer formas de transmissão de informações e correspondem a todas as tecnologias que interferem e nos processos informacionais e comunicativos dos seres. Também podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, a automação e a comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica, de ensino e aprendizagem, entre outras. A expressão foi usada, pela primeira vez, em 1997, por Dennis Stevenson, do governo britânico, e promovida pela documentação do Novo Currículo Britânico em 2000.

9. Em razão do pouco espaço que tínhamos aqui neste paper, optamos por divulgar este perfil, em outra oportunidade.

movimento dessas mulheres articulado a ações ciberativistas.

Em termos metodológicos, a pesquisa de campo foi subsidiada pela abordagem quali-quantitativa, onde o principal instrumento de coleta de dados foi um questionário de 60 perguntas. Na interpretação dos dados, utilizou-se o SPSS, buscando uma correlação entre as variáveis quantitativas, e de forma complementar, usou-se o método da Análise de Conteúdo, em Bardin (1977). A seguir, vamos apresentar o resultado de apenas cinco variáveis que foram levantadas através das 60 questões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sendo assim, numa amostra de 211 respondentes, dos quais 166 foram de doulas, 9 foram de parteiras, e 36 preferiram não se identificar, buscamos identificar onde residiam as parteiras e doulas, acreditávamos que esse mapeamento não só nos auxiliaria na compreensão de onde elas estavam, mas principalmente, evidenciaria onde se dava mais acentuadamente a atuação delas.

Na tabela a seguir, é possível demonstrar detalhadamente, por cidade e região: 46 mulheres encontram-se na região sudeste, 28 no sul do país, 20 no nordeste, 13 no centro-oeste, e apenas 3, na região norte do país.

| Região | Estado | Cidade | Quantidade |
|---------------------|--------------------|----------------------|------------|
| Norte | Amazonas | Manaus | 1 |
| Nordeste | Alagoas | Maceió | 2 |
| Nordeste | Bahia | Feira de Santana | 1 |
| | | Rio de Contas | 1 |
| | | Jacobina | 1 |
| | | Guanambi | 1 |
| Nordeste | Ceará | Fortaleza | 2 |
| | | Eusébio | 1 |
| | | Juazeiro do Norte | 1 |
| Centro Oeste | Distrito Federal | Brasília | 5 |
| Centro Oeste | Goiás | Goiânia | 1 |
| | | Trindade | 1 |
| Centro Oeste | Matogrosso | Rondonópolis | 1 |
| Centro Oeste | Mato Grosso do Sul | Campo Grande | 1 |
| | | Dourados | 2 |
| | | Aral Moreira | 1 |
| | | Fátima do Sul | 1 |
| Sudeste | Minas Gerais | Belo Horizonte | 10 |
| | | Contagem | 1 |
| | | Conselheiro Lafaiete | 1 |
| | | Ouro Preto | 1 |
| | | Juiz de Fora | 1 |
| | | Campanha | 1 |

| | | | |
|----------|---------------------|-------------------------|----|
| Nordeste | Paraíba | João Pessoa | 2 |
| | | Campina Grande | 3 |
| Sul | Paraná | Curitiba | 7 |
| | | Marechal Cândido Rondon | 2 |
| | | Cascavel | 2 |
| | | São José dos Pinhais | 3 |
| Nordeste | Pernambuco | Recife | 3 |
| | | São Caetano | 1 |
| Nordeste | Piauí | Teresina | 1 |
| Nordeste | Sergipe | São Cristóvão | 1 |
| Sudeste | Rio de Janeiro | Rio de Janeiro | 16 |
| | | Búzios | 1 |
| | | Arraial do Cabo | 1 |
| Nordeste | Rio Grande do Norte | Natal | 4 |
| Sul | Rio Grande do Sul | Canoas | 2 |
| Norte | Rondônia | Porto Velho | 1 |
| Sul | Santa Catarina | Florianópolis | 5 |
| | | Blumenau | 2 |
| | | Joinville | 2 |
| | | Brusque | 1 |
| | | Criciúma | 1 |
| | | Guarda do Embau | 1 |
| Sudeste | São Paulo | São Paulo | 6 |
| | | Pirassununga | 1 |
| | | Presidente Prudente | 1 |
| | | Sorocaba | 1 |
| | | Santos | 1 |
| | | Indaiatuba | 1 |
| | | São Carlos | 1 |
| | | São Bernardo do Campo | 1 |
| | | Porto Ferreira | 1 |
| Norte | Tocantins | Palmas | 1 |

Tabela 1 – Localidades onde há parteira e/ou doula

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Com esse mapeamento, entendemos ser, o ciberespaço, um lócus da existência destes grupos. Hoje, ele representa o “habitat” desta (s) rede (s) feminista (s), tal como trata Castells (2000, p. 40) “a cibercultura é o processo pelo qual atores sociais conscientes de múltiplas origens oferecem aos outros seus recursos e crenças, esperando receber o mesmo em troca e mesmo mais: compartilhar um mundo diversificado e, assim, pôr fim ao medo que o outro sempre inspirou”. Para tanto, abaixo o gráfico demonstra que 94,3% dos respondentes usam a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo; e apenas 5,7% afirmaram que não. Aqui predominam usuários da internet que têm o objetivo de apoiar a causa do parto ativo no Brasil.

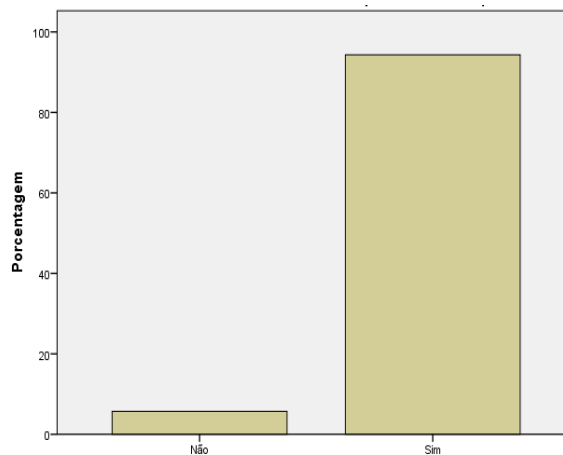


Gráfico 1 – Uso da internet como ferramenta de apoio à causa do parto ativo

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Essa dinâmica é inclusive referenciada no livro de Janete Balaskas, pela tradutora e doula, representante no Brasil da educadora, Talia Gevaerd de Souza. No texto do livro, ela relata que a internet é o grande espaço para aproveitar e articular as estratégias de divulgação da bandeira do movimento da causa.

Já de acordo com o gráfico a seguir, 98,6% dos respondentes afirmaram que é possível mudar comportamentos e mentalidades com o compartilhamento de informações nas redes sociais, e apenas 1,4% não acreditam que isso é possível.

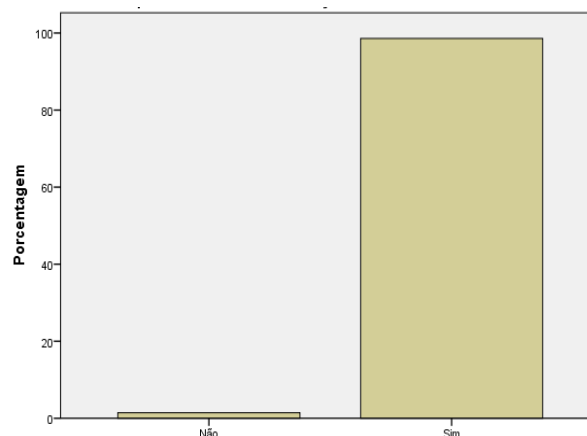


Gráfico 2 – Crença na possibilidade de transformar comportamentos e mentalidades por meio do compartilhamento de informações nas redes sociais

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Os sujeitos são produtores e reprodutores de informação, e portanto, informação e comunicação acabam por serem palavras-chaves para que se evite muitos problemas. As pessoas engajadas na causa divulgam amplamente um documento¹⁰

10. Esse documento, garantido pela legislação brasileira, é feito em conjunto com o obstetra (ou pré-natalista nas Unidades Básicas de Saúde) e precisa ser assinado pelo médico e pela gestante. Diversas UBSs, assim como médicos e hospitais particulares, têm o plano de parto já impresso, e a gestante apenas assinala o que deseja. Mas não é necessário haver um modelo pronto ou único de plano de parto para que sua vontade seja expressa - você pode escrever o próprio plano.

que deve ser redigido especialmente para e pela mulher grávida, denominado de ‘plano de parto’¹¹, compartilham pelas redes sociais, e falam a respeito da necessidade de se produzir o plano de parto. Também encontramos instituições que fazem esse trabalho de orientação, demonstrando como se organizam as informações em torno desse documento e orientando/ensinando “como fazer”, do ponto de vista prático e legal. É o caso do modelo disponibilizado pela empresa ‘Despertar do Parto’¹². A democratização do conhecimento e da prática da cidadania na internet modificou o papel de simples utilizador (consumidor/receptor de informação) para o de indivíduo/cidadão com potencial e capacidade de produzir conteúdos.

Sabemos que as pessoas vivem, na maior parte do tempo, “presas” às redes sociais; portanto não foi muito difícil deduzir, tampouco causou tanta surpresa, a confirmação de que a maioria estivesse habitando firmemente esse universo virtualizado. Afinal, de acordo com o gráfico abaixo, 82% dos respondentes dedicam seu tempo às redes sociais em prol da causa do parto ativo e 18% não o fazem.

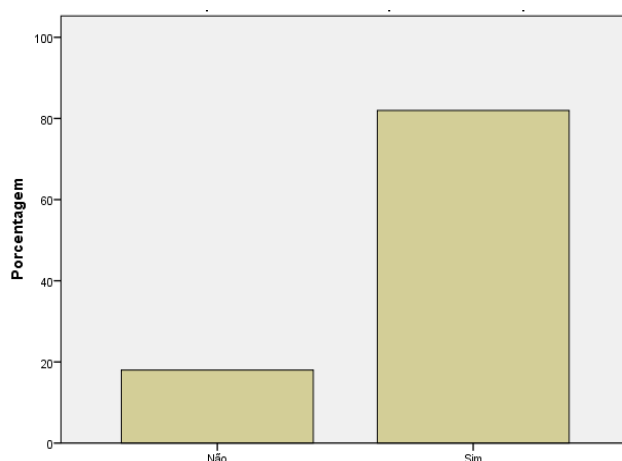


Gráfico 3 – Tempo de dedicação às redes sociais em prol da causa do parto ativo

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Porém o fato de mais de 80% afirmarem que dedicam seu tempo, nas redes sociais, à causa do parto ativo, não garante apenas a afirmação de que estejam lá, mas sim que, possam estar praticando ativismo *on line* nas redes sociais. Supomos que há uma intencionalidade significativa acerca das estratégias de convencimento. Porém, para afirmar a efetiva existência da cibermilitância, em prol de um objetivo maior que levanta a bandeira da causa, necessitaríamos de perceber o que se publica e como se publica nas redes sociais, o que não foi possível realizar neste

11. De acordo com o portal educativo, denominado de Baby Center, o plano de parto é um documento em que a gestante deixa registrado por escrito o que deseja em relação às etapas do trabalho de parto, aos procedimentos médicos e aos cuidados com o recém-nascido no pós-parto. Ele permite que a futura mãe opine sobre o que julga ser melhor para seu corpo e para seu bebê. Parece se tratar de uma ferramenta que ajuda a parturiente e o médico a conversarem sobre os procedimentos que serão ou não realizados durante o nascimento do bebê, e as redes sociais poderiam servir de promotoras dessa informação, tão importante para os atores, bem como para reforçar e publicizar em prol da própria causa.

12. Ver <http://www.despertardoparto.com.br/modelo-de-plano-de-parto.html>

primeiro momento de pesquisa.

Dando prosseguimento, de acordo com o próximo gráfico, 80,1% dos respondentes afirmam que já deram instruções a mulheres pela internet sobre como deveriam parir ativa e naturalmente; enquanto 19,9% disseram que não fizeram isso.

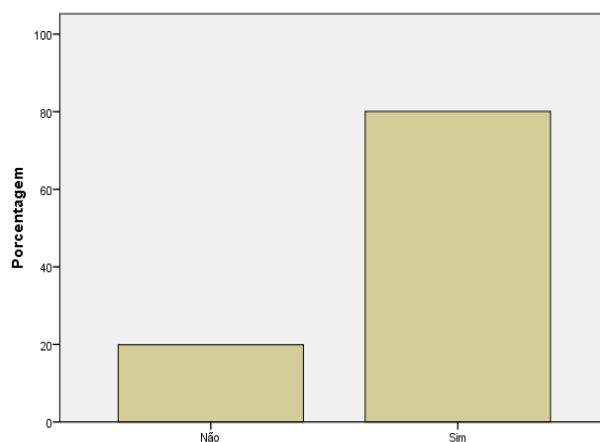


Gráfico 4 – Sobre terem dado instruções a mulheres pela internet de como deveriam parir ativa e naturalmente

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

No que se refere à aferição da expectativa do grupo sobre a real opção pelo modelo de assistência ao parto ativo, quase que predominante, o/s grupo/s acreditam na potencialidade das mulheres. Podemos deduzir que esperam não só uma espécie de mudança de comportamento ou mentalidade, mas também uma postura de conscientização em relação ao contexto sociocultural que vivem hoje no país, além de efetivamente “comprarem” a (s) ideologia (s) que permeiam a causa.

Por fim, de acordo com o gráfico de número 5, 62,3% dos respondentes afirmaram que utilizam linguagem escrita nos canais nas redes sociais; apenas 27,5% utilizam linguagem visual, e somente 10% utilizam a linguagem audiovisual, vejamos:

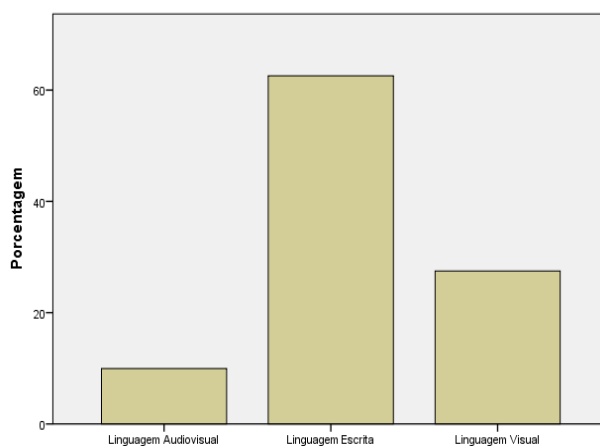


Gráfico 5 – Linguagem predominantemente utilizada nas redes sociais

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Assim, a linguagem escrita foi a que predominou no uso dos respondentes, para nossa surpresa, pois nossa suposição era a de que a linguagem do audiovisual seria a mais valorizada, em virtude de uma significativa quantidade de vídeos brasileiros produzidos e postados no Youtube, evidenciando momentos da hora do parto dentro do modelo de assistência ao parto ativo/ humanizado.

CONCLUSÕES

De maneira conclusiva, nossa análise aponta para uma maior expressividade do movimento de humanização, nos eixos sul e sudeste do país, onde as doulas, por sua vez, revelam-se cada vez mais protagonistas deste ‘ciber-cenário’, na medida em que, operam na produção de conteúdos levando a uma maior conscientização da importância de buscar ou mesmo se informar sobre o parto humanizado, a considerar por exemplo, a disseminação de informações pelo movimento, como a desmedicalização do parto, ou mesmo, a inserção do parceiro no ambiente de nascimento.

Os próprios meios tecnológicos e as posições de gênero instituídas até então, começaram a se modificar frente aos desafios da contemporaneidade e a participação das parteiras e doulas nesse contexto, revelou-se essencial, especialmente, na medida em que ao promover a circulação de informações, as trocas de experiências entre outras, as tornam cada vez mais informadas e conscientes sobre seus direitos, seus corpos e sua saúde, além de auxiliarem toda uma população ou comunidade, a se tornarem também.

REFERÊNCIAS

BALASKAS, Janet. **Parto ativo**. São Paulo: Ed. Ground, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FRAGOSO, Suely, et. al. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre, Sulina, 2015.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social - uma introdução à teoria do ator-rede**. Edufba-Edusc, Salvador, Ba-Bauru, SC, 2012.

LEMOS, André. **Cultura das redes**. Salvador, Edufba, 2003.

LEMOS, André e LÉVY, Pierre. **O futuro da Internet – em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo, Paulus, 2010.

MARQUES, R. A. **Ciberativismo em defesa do parto humanizado e da descriminalização do**

aborto: as diferenças na defesa dos direitos reprodutivos. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais – linguagens, ambientes e redes.** 2ª Edição. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2015.

OLIVEIRA, Rafael Santos de & PINTO, Gabriela Rousane. **Mães de suas decisões: o papel do ciberfeminismo no empoderamento da mulher e na reivindicação de direitos relativos ao parto a partir do acesso à informação.** Revista da Universidade Católica de Brasília, 2016.

PIRES, Denise. **Hegemonia médica na Saúde e a Enfermagem.** São Paulo, Cortez, 1989.

Rede Feminista de Saúde. **Dossiê – Humanização do Parto.** São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.redesaude.org.br/home/conteudo/biblioteca/biblioteca/dossies-da-rede-feminista/015.pdf>>.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil.** 2ª ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

OS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS DO USO ABUSIVO DO ÁLCOOL E AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA PSICOLOGIA NO TRATAMENTO DE MULHERES ADULTAS

Ana Paula Almeida dos Santos

Faculdade Social da Bahia, Curso de Psicologia
Salvador – BA

Rafael Antonio Oiticica de Miranda

Faculdade Social da Bahia, Curso de Psicologia
Salvador – BA

Alexandra Soares dos Santos

Faculdade Social da Bahia, Curso de Psicologia
Salvador – BA

José Euclimar Xavier de Menezes

Faculdade Social da Bahia, Curso de Psicologia
Salvador – BA

Marcos Moura Nogueira

Faculdade Social da Bahia, Curso de Psicologia
Salvador – BA

RESUMO: Ao que tudo indica, o consumo de álcool em nossa sociedade é intensamente aceito e estimulado. Porém, quando o seu registro captura a mulher como sujeita que o realiza, fatores psicossociais e preconceitos estão interligados como elementos dificultadores de plano terapêutico. Na atualidade, o consumo abusivo do álcool entre as mulheres está interligado com o cuidado com a casa, com a família e a vida laboral. Aditado à essa dupla atribuição, questões como escolaridade, faixa etária, violência doméstica, física e sexual parecem constituir-se variantes que precipitam

ao consumo abusivo de álcool no âmbito familiar. A atuação de profissionais da psicologia pensa e efetiva o tratamento de usuárias (os) de álcool voltado-se para a dimensão singular, estimulando a promoção da autonomia e de potencialidades. Parece ausente na práxis terapêutica uma preocupação com as políticas públicas que deem ao problema um dimensionamento mais adequado, sobretudo se se pensa no papel da psicologia para pensar e intervir com ações promotoras de prevenção do consumo de álcool.

PALAVRAS-CHAVE: Alcoolismo. Mulheres. Psicologia. Fatores Psicossociais.

THE PSYCHOSOCIAL PROCESSES OF ALCOHOL ABUSE AND THE THEORETICAL PERSPECTIVES OF PSYCHOLOGY IN THE TREATMENT OF ADULT WOMEN

ABSTRACT: It seems that alcohol consumption in our society is widely accepted and encouraged. However, when its registration captures women as subjects, psychosocial factors and prejudices are interconnected as hindering elements of the therapeutic plan. Currently, alcohol abuse among women is intertwined with caring for the home, family and working life. Added to this dual attribution, issues such as education, age, domestic, physical and sexual violence

seem to be variants that precipitate alcohol abuse in the family. The performance of professionals in psychology thinks and effectively treats alcohol users, focusing on the singular dimension, stimulating the promotion of autonomy and potentialities. It seems to be absent in therapeutic praxis a concern with public policies that give the problem a more appropriate dimension, especially if one thinks about the role of psychology to think and intervene with actions promoting alcohol consumption prevention.

KEYWORDS: Alcoholism. Women. Psychology. Psychosocial Factors.

1 | INTRODUÇÃO

A utilização do álcool em nossa sociedade tem um caráter atípico quando comparado a outras drogas. Seu consumo é incentivado pelos seus fabricantes e a mídia fazendo com que sua disponibilidade e custo sejam acessíveis à boa parte da população, prejudicando a atuação de profissionais da saúde referente ao seu consumo e a sensibilização de que é uma questão de saúde pública (OLIVEIRA et al., 2012). Na literatura são descritas diversas deduções sobre o que induz ao uso abusivo do álcool, já que a bebida recompensa seu comportamento, levando a uma aparente sensação de conforto, abertura social e afasta fatos que incomodam a/o sujeita/o (WILSNACK e OBOT, 2005 apud SILVA e LYRA, 2015).

Para o público feminino, a situação é mais complexa. O uso de substâncias psicoativas por mulheres é pouco aceito socialmente, além de sofrerem mais rápido os efeitos já que possuem maior proporção de tecido gorduroso, variações no decorrer do ciclo menstrual e diferenças na concentração gástrica do metabolismo do álcool (LIMA et al., 2017).

Segundo Silva (2012), o alcoolismo feminino não é apenas questão de saúde, mas também se refere a papéis exigidos às mulheres pela sociedade, no âmbito familiar e social, visto que é exigido dela uma postura de cuidadora e quando esse papel não é atendido acontecem divergências entre os familiares. Dessa forma, a mulher não é mais vista como o pilar da família, e sim como alguém que não cumpre suas funções e acaba sendo julgada pelos familiares, que não compreende que a mesma necessita de um olhar cuidadoso para o tratamento do alcoolismo.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta em 2003 o aumento mundial no número de mulheres em uso abusivo do álcool, destacando um elevado aumento na América do Sul (BAUER, 2004). Isso se deve, segundo Pretto (2004), à inserção mais acentuada da mulher no mercado de trabalho juntamente com sua inserção na vida política.

De acordo com a Portaria N° 1.028, de 1º de julho de 2005 do Ministério da Saúde, ficou determinado que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria.

Dessa forma, o presente trabalho visa identificar os fatores psicossociais

relacionados ao uso abusivo do álcool entre mulheres adultas, relatando os impactos da representação social entre o álcool e as mulheres, analisar os processos psicossociais que levam as mulheres ao consumo abusivo do álcool e identificar quais perspectivas teóricas da psicologia compõe esse tratamento.

Tendo em vista o álcool como um problema social, onde a mulher é mais vulnerável devido à falta de equidade de gênero nos tratamentos atuais e a pouca investigação de cada caso particular, este âmbito necessita de uma política pública específica.

2 | METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da presente revisão sistemática, foram consultadas as seguintes bases eletrônicas: BVS-PSI, LILACS, Pepsic e Scielo. Os descritores utilizados foram “alcoolismo”, “psicologia”, “perspectiva teórica”, “álcool”, “representações sociais”, “políticas públicas” e “substâncias psicoativas”. Foram selecionados trabalhos publicados entre os anos de 2000 e 2017, que tiveram como objeto de estudo mulheres com uso abusivo de álcool em idade adulta ou na terceira idade, assim como os artigos que abordaram os fatores psicossociais do uso abusivo do álcool entre as mulheres adultas. Foram usados apenas trabalhos publicados em língua portuguesa.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi identificado que a maioria das mulheres alcoolistas começaram a utilizar o álcool na infância ou adolescência, por influência de familiares e amigos (Figura 1). As primeiras bebidas consumidas são as fermentadas (cervejas, vinhos e etc.), depois evoluindo pra os destilados (cachaças, conhaques e licores) (ESPER et al., 2013; OLIVEIRA et al., 2012; SANTOS e SILVA, 2012; ELBREDER et al., 2008; MONTEIRO et al., 2011; NÓBREGA e OLIVEIRA, 2005; CAMPOS e REIS, 2010; CESAR, 2006).

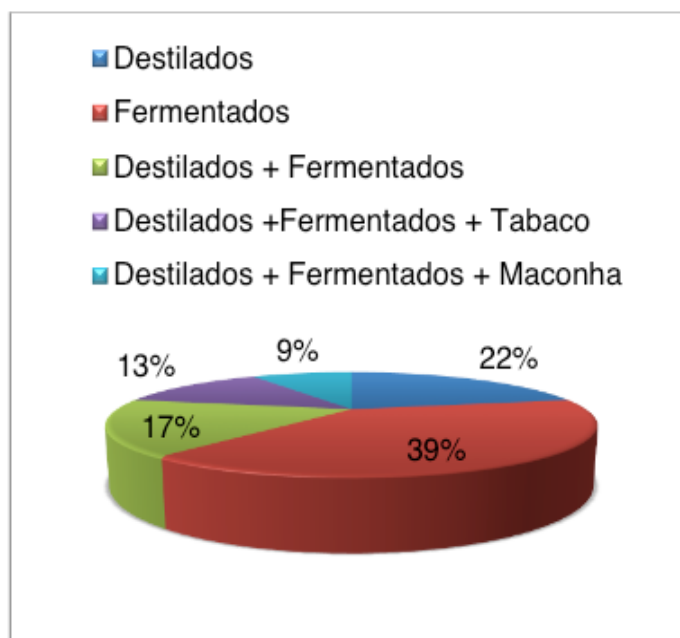


Figura 1- Tipos de bebidas e associações consumidas pelas mulheres alcoolistas segundo os trabalhos pesquisados.

Robbins e Martin (1993, apud CESAR, 2006) demonstram que as atitudes masculinas referentes ao consumo excessivo do álcool são refletidas no ambiente extrafamiliar, o que é diferente das atitudes femininas, a qual o consumo está principalmente relacionado ao ambiente doméstico. Essas expressões ocorrem devido à forma de educação que a sociedade impõe para os sexos. Segundo Smart (1980, apud CESAR, 2006) a exprobação que as mulheres passam remetem a uma culpabilidade resultando a um processo de consumo solitário e abusivo do álcool.

Outro dado significativo apontado nos trabalhos avaliados (Figura 2) é que as mulheres alcoolistas sofreram algum tipo de violência (física, psicológica, moral ou sexual) (ESPER et al., 2013; MONTEIRO et al. 2013; NÓBREGA E OLIVEIRA, 2015; CESAR, 2006).

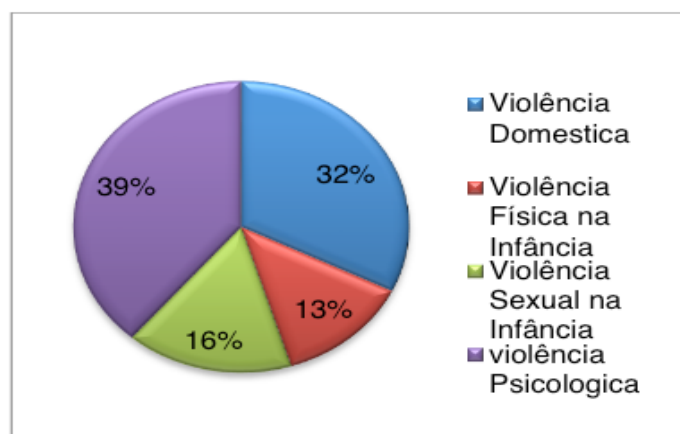


Figura 2 - Tipos de violência sofrida por mulheres alcoolistas segundo os trabalhos pesquisados.

Gomberg (1981, apud CESAR 2006) constatou que mulheres vítimas de violência na fase infanto-juvenil costumam ter companheiros também alcoolistas.

Segundo o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulher (UNIFEM), o Brasil apresenta um índice de uma mulher espancada a cada 15 segundos por um homem e sete a cada dez mulheres são vítimas de seus esposos. A pesquisa também evidencia que uma das causas da violência é a utilização do álcool (45%) (BRASIL, 2005).

A respeito da escolaridade (Figura 3), retirando todos os estudos analisados referentes a públicos específicos do ensino médio ou superior (DEA et al., 2004; SILVA; PADILHA, 2013; SOLDERA et al., 2004; FRANKLIN et al., 2016; ABREU et al., 2017), uma grande quantidade da porcentagem de mulheres que utilizam o álcool possui baixa escolaridade (ÁLVAREZ, 2007; LIMA et al., 2017), ou seja, analfabetas, com ensino fundamental incompleto ou completo. Não foram encontrados estudos com pessoas graduadas.

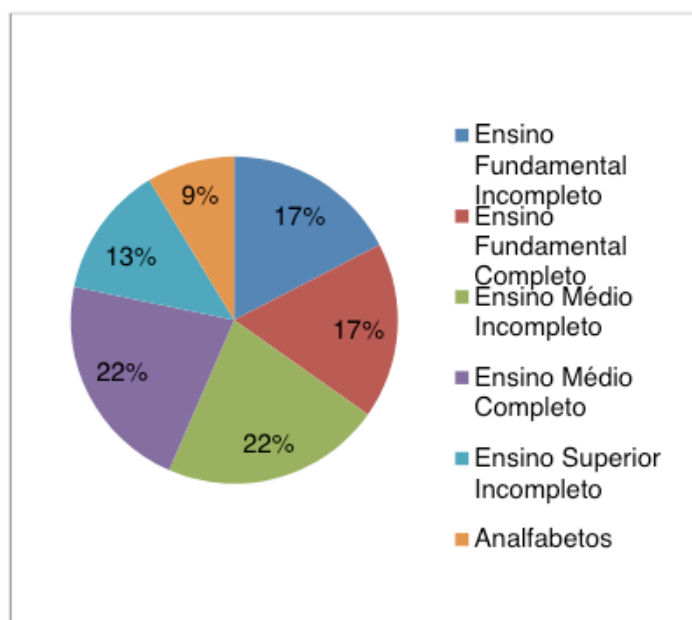


Figura 3 - Escolaridade de mulheres segundo os trabalhos pesquisados.

Outro aspecto relevante é a faixa etária das mulheres alcoolistas (Figura 4), evidenciando que as mulheres de 40-60 anos correspondem ao maior público com uso abusivo de álcool (ESPER et al., 2013; OLIVEIRA et al., 2012; SANTOS e SILVA, 2012; ELBREDER et al., 2008; MONTEIRO et al., 2011; NÓBREGA e OLIVEIRA, 2005; CAMPOS e REIS, 2010; CESAR, 2006).

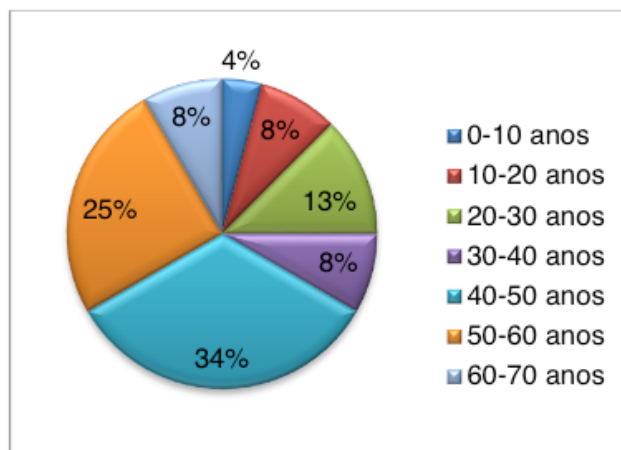


Figura 4 - Faixa etária de mulheres alcoolistas segundo os trabalhos pesquisados.

Dos poucos trabalhos que mostravam alguma intervenção (Figura 5), foram usadas técnicas como a aplicação de questionários e entrevistas. Somente um trabalho usou o sociodrama (DEA et al., 2005) e um o programa SMART (RANGÉ e MARLATT, 2008).

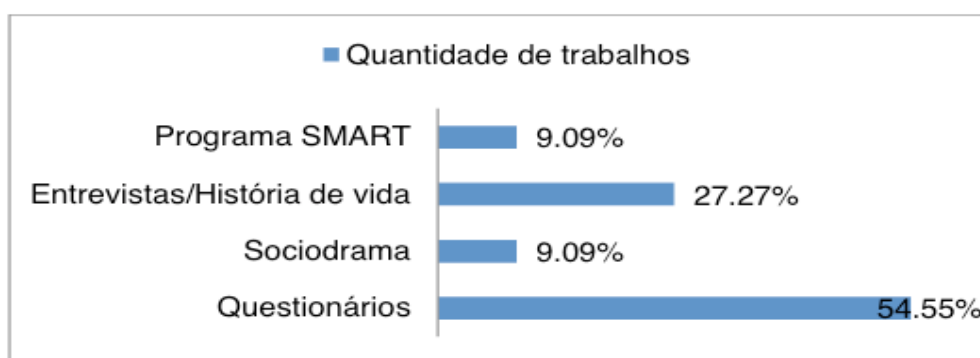


Figura 5 - Técnicas de intervenção utilizadas no tratamento de mulheres alcoolistas segundo os trabalhos pesquisados.

Umas das dificuldades encontradas pelas mulheres quando procuram o tratamento é a falta de identificação por parte dos profissionais de saúde, pois grande parte dos problemas biológicos que são apresentados pelas mulheres alcoolistas não é reconhecida pelos profissionais porque não é algo comum na sociedade; além da representação social das mulheres não corresponderem a esse desvio de conduta e de papéis dentro da nossa cultura. Na maioria das vezes as mulheres se dirigem às unidades de saúde a procura de cuidados para outro tipo de enfermidade. Porém, quando conseguem se consultar, a questão do álcool não é exposta devido a toda estigmatização que passam e a crítica que sofrem devido ao uso abusivo do álcool (ZILBERMAN E BLUME, 2005).

4 | CONCLUSÃO

Por muito tempo o alcoolismo foi direcionado somente aos homens, pois devido ao papel que as mulheres exercem na sociedade não cabia o uso abusivo do álcool. Pode-se apontar que a utilização do álcool entre as mulheres está permeada por questões psicológicas e sociais. As mulheres alcoolistas demonstram uma trajetória de vida que evidenciam que o contexto de violência, baixa escolaridade, influência de amigos e do consumo no ambiente familiar proporciona o consumo exagerado do álcool.

Levando em consideração que o tratamento de usuários de álcool deve ser voltado ao singular e promover a autonomia e potencialidades do usuário (LIMA et al., 2012 apud LIMA et al., 2017), o trabalho que a (o) psicóloga (o) conseguem realizar junto a profissionais da enfermagem e medicina para o público feminino, proporcionariam uma melhor eficácia nos quadros clínicos e na qualidade de vida dessas usuárias.

Dessa forma uma ação mais ativa na prevenção do consumo de álcool, ainda quando estão na infância e adolescência, seria de suma importância para a não continuidade desse consumo abusivo. Uma qualificação maior dos profissionais de saúde para apoiar essas mulheres também é necessária para um maior efeito do tratamento, porém deve ser realizado sem preconceito, julgamento da mesma e com interdisciplinaridade da equipe. Assim também como produção de pesquisas e artigos sobre o tema, para uma melhor discussão dentro da sociedade não somente acadêmica.

REFERÊNCIAS

ABREU, T. T.; MAURÍLIO, A. O.; LIGUORI, C. C., et al. O consumo de bebida alcoólica e o binge drink entre os graduandos de Medicina de uma Universidade de Minas Gerais. J. bras. psiquiatr. vol.67 no.2 Rio de Janeiro Jan./June 2018.

ÁLVAREZ, A. M. A. Fatores de risco que favorecem a recaída no alcoolismo. J. bras. psiquiatr. v.56 n.3 Rio de Janeiro. 2007.

BAUER, J. **O Alcoolismo e as mulheres: Contexto e Psicologia**. São Paulo: Cultrix, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentando a violência contra a mulher** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

CAMPOS, E.A.; REIS, J.G. **Representações sobre o uso de álcool por mulheres em tratamento em um centro de referência da cidade de São Paulo, Brasil**. Interface -Comunic., Saúde, Educ., v.14, n.34, p.539-50, jul./set. 2010.

CESAR, Beatriz Aceti Lenz. **Alcoolismo feminino: um estudo de suas peculiaridades Resultados preliminares**. J Bras Psiquiatria, 55(3): 208-211, 2006

DEA, H. R. F. D; SANTOS, E. N.; ITAKURA, E.; OLIC, T. B. **A inserção do psicólogo no trabalho de prevenção ao abuso de álcool e outras drogas** – Psicologia Ciência e Profissão – 108-115 – 2004.

ELBREDER, Márcia Fonsi ; LARANJEIRA, Ronaldo; SIQUEIRA, Marluce Miguel de; BARBOSA, Dulce Aparecida. **Perfil de mulheres usuárias de álcool em ambulatório especializado em dependência química.** *J. bras. Psiquiatr.* vol.57, n.1, pp.9-15, 2008.

ESPER LH, CORRADI-WEBSTER CM, CARVALHO AMP, FURTADO EF. **Mulheres em tratamento ambulatorial por abuso de álcool: características sociodemográficas e clínicas.** *Rev Gaúcha Enferm.* 2013;34(2):93-101.

FRANKLIN, TAF, CARDOSO, LKB, VEIGA, LDB, et al. Comportamentos de Risco a Saúde em Adolescentes Residentes em Município de Pequeno Porte. *J. res.: fundam. care.* jul./set. 10(3): 704-710. 2018.

INGLEZ-DIAS, A.; RIBEIRO, J. M.; BASTOS, F. I.; PAGE, K. **Políticas de redução de danos no Brasil: contribuições de um programa norte-americano.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. Vol.19, n.1, pp.147-158. 2014.

LIBERALI, R. **Metodologia Científica Prática: um saber-fazer competente da saúde à educação.** Florianópolis: (s.n.), 2008.

LIMA, I. M. B.; COELHO, H. F. C.; ANDRADE, J. M. **Uso do método Respondent Driven Sampling para avaliação do alcoolismo em mulheres.** *Saúde debate.* Vol.41, n.114, pp.801-811. 2017.

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza et al. **Relatos de mulheres em uso prejudicial de bebidas alcoólicas.** *Esc Anna Nery* (impr.)2011 jul-set; 15 (3):567-572

NÓBREGA, M. P. S. S.; OLIVEIRA, E. M. Mulheres usuárias de álcool: análise qualitativa. *Rev. Saúde Pública* vol.39 no.5 São Paulo Oct. 2005.

OLIVEIRA GF, LUCHESI LB. **O discurso sobre álcool na Revista Brasileira de Enfermagem:1932-2007.** *Rev. Latino-Am Enferm.* 2010;18(Spec):626-33.

OLIVEIRA GC et al. **Consumo abusivo de álcool em mulheres.** *Rev Gaúcha Enferm., Porto Alegre (RS)* 2012 jun;33(2):60-68.

PINHEIRO, S. N.; LAPREGA, M. R.; FURTADO; E. F. Morbidade psiquiátrica e uso de álcool em gestantes usuárias do Sistema Único de Saúde. *Rev. Saúde Pública*, vol.39, n.4, pp.593-598. 2005.

PRETTO, Z. **O atravessamento da história do gênero nas relações atuais de gênero.** Florianópolis: UFSC, 2004.

RANGÉ, B. P.; MARLATT, G. A.C. Terapia cognitivo-comportamental de transtornos de abuso de álcool e drogas. *Rev. Bras. Psiquiatr.* v.30 supl.2 São Paulo out. 2008.

SANTOS, Alessandro Marques dos; SILVA, Mara Regina Santos da. **A experiência de cuidar da mulher alcoolista na família.** *Rev. esc. enferm. USP*, vol.46, n.2, pp.364-371, 2012.

SILVA. Maria das Graças Borges da; LYRA. Tereza Maciel. **O beber feminino: socialização e solidão.** *Saúde debate* vol.39 no.106 Rio de Janeiro jul./set. 2015

SILVA, Maria das Graças Borges da. **O pensar e o agir das mulheres assistidas em um centro de atenção psicossocial de álcool e outras drogas: alcoolismo feminino e o caminho para a recuperação** Recife: [s.n.], 2012.

SILVA, S. E. D.; PADILHA, M. I.O alcoolismo na história de vida de adolescentes: uma análise à luz das representações sociais.Texto contexto - enferm. vol.22 no.3 Florianópolis jul./set. 2013.

SOLDERA, M.; DALGALARRONDO, P.; FILHO, H. R. C.; SILVA, C. A. M. **Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados.** Rev. Saúde Pública v.38 n.2 São Paulo abr. 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. ***Global status report on alcohol and health 2014.*** Luxemburgo: WHO, 2014 [Acesso em: 18 de setembro de 2018]. Disponível em: < http://www.who.int/substance_abuse/publications/en/>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. ***Global status report on alcohol and health.*** Suíça: WHO, 2011 [Acesso em: 18 de setembro de 2018]. Disponível em: <http://www.who.int/substance_abuse/publications/en/>

ZILBERMAN ML, BLUME SB. **Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas.** Rev Bras Psiquiatr, 27(Supl II): S51-5, 2005.

RELAÇÕES DE GÊNERO E PLANEJAMENTO REPRODUTIVO EM RELACIONAMENTOS HETEROSSEXUAIS: NEGOCIAÇÕES, LIMITES E O PROTAGONISMO FEMININO

Suzianne Jackeline Gomes dos Santos

Universidade Federal do Piauí

Teresina, Piauí

Mary Alves Mendes

Universidade Federal do Piauí

Teresina, Piauí

RESUMO: O planejamento reprodutivo compreende um conjunto de ações e formas de regulação de fecundidade, dentre elas a esterilização voluntária por meio da laqueadura ou vasectomia. Neste artigo, objetivo compreender como se apresenta o processo de negociação do controle de fecundidade no âmbito familiar, observando como os arranjos de gênero se apresentam nessas escolhas. Apresento alguns resultados de pesquisa de mestrado sobre relações de gênero e a escolha pela laqueadura por mulheres residentes em Teresina – Piauí. Com isso, trago uma abordagem quanti-qualitativa direcionada por uma pesquisa documental e de campo através das narrativas de vida de cinco mulheres que vivenciam a maternidade e realizaram a laqueadura pelo serviço público de saúde. Os resultados encontrados, em escala local, indicam a predominância da laqueadura como método contraceptivo e a presença de serviços públicos de saúde generificados, diante de limites no fornecimento da vasectomia antes de

2015. Em relação às narrativas dessas mulheres, os processos de negociação contraceptiva entre o casal perpassam por silenciamentos e reiterações de relações de gênero assimétricas, marcadas pela diferenciação no grau de responsabilidades, pelo significado do uso da camisinha no casamento e pela resistência à vasectomia - que aparecem atreladas à ideia de perda da virilidade e à masculinidade hegemônica. Diante disso e de limites em outros métodos contraceptivos, a laqueadura apresenta-se como um ideal contraceptivo ao possibilitar minimizar algumas vivências reprodutivas e da divisão sexual do trabalho no ambiente doméstico, representando uma autodeterminação em meio à disciplinamentos e produzindo outros significados, relacionados à uma maior autonomia.

PALAVRAS-CHAVE: relações de gênero; reprodução; laqueadura.

GENDER RELATIONS AND REPRODUCTIVE PLANNING IN HETEROSEXUAL RELATIONSHIPS: NEGOTIATIONS, LIMITS AND FEMALE PROTAGONISM

ABSTRACT: Reproductive planning comprises a set of actions and forms of fertility regulation, including voluntary sterilization through tubal ligation or vasectomy. This article aims to

understand how the process of negotiation of fertility control in the family is presented, observing how gender arrangements are presented in these choices. I present some results of master's research on gender relations and the choice of sterilization by women living in Teresina - Piauí. With this, I bring a quantitative and qualitative approach directed by a documentary and field research through the life narratives of five women who experience motherhood and performed ligation by the public health service. The results found on a local scale indicate the predominance of tubal ligation as a contraceptive method and the presence of generalized public health services, due to limits in the provision of vasectomy before 2015. Regarding the narratives of these women, the contraceptive negotiation processes between the couple go through silences and reiterations of asymmetrical gender relations, marked by the differentiation in the degree of responsibility, the meaning of condom use in marriage and the resistance to vasectomy - which appear linked to the idea of loss of virility and hegemonic masculinity. Given this and limits in other contraceptive methods, sterilization is a contraceptive ideal, as it allows to minimize some reproductive experiences and the sexual division of labor in the domestic environment, representing a self-determination in the midst of disciplines and producing other meanings, related to a greater autonomy.

KEYWORDS: gender relations; reproduction; tubal ligation.

1 | INTRODUÇÃO

Escolhas relacionadas à sexualidade, reprodução e contracepção são permeadas por um conjunto de práticas disciplinares sobre o corpo e normas regulatórias sobre a população, mas também por estratégias de confronto e de deslocamento das relações de poder (FOUCAULT, 2010). No Brasil, a busca e a consolidação dos direitos reprodutivos e sexuais são marcadas por correlações de forças e diferentes posicionamentos do Estado, instituições religiosas e sociedade civil, destacando-se a luta de mulheres por decidirem sobre os seus corpos.

Os movimentos feministas brasileiros das décadas de 1970 a 1990 ampliaram a problematização sobre as desigualdades de gênero direcionando a atenção ao espaço doméstico, maternidade, reprodução e sexualidade (SCAVONE, 2004). Essa luta pela (re)apropriação do corpo significava romper com a normativa heterossexual, direcionada para um “modelo de sexualidade baseada no sexo-procriação”, que restringia as vivências sexuais e reprodutivas de mulheres (ÁVILA, 2003, p. 466). Assim, os direitos reprodutivos e sexuais consistiram em uma maneira de mulheres autodeterminarem suas trajetórias reprodutivas (CORRÊA, ÁVILA, 2003; SCAVONE, 2004) e possibilitar uma “sexualidade plástica”, descentralizando o exercício da sexualidade das exigências da reprodução e possibilitando vivenciá-la de maneira mais livre (GIDDENS, 1993, p. 10).

Com a promulgação da lei de planejamento reprodutivo, em 1996, operacionalizou-se junto aos serviços públicos de saúde um conjunto de ações no intuito de regular a fecundidade, seja para a constituição, restrição ou ampliação

do número de filhos(as) de mulheres, homens ou casais, proporcionando acesso a uma diversidade de tecnologias contraceptivas e reprodutivas (BRASIL 1996). Todavia, ainda é presente na sociedade o direcionamento da responsabilidade contraceptiva às mulheres (SCAVONE, 2004; RAMIREZ, 2002; MINELLA, 2005). No cenário teresinense, observa-se uma centralidade da laqueadura como forma ideal de controlar a fecundidade (CRIZÓSTOMO, SOBRA, NERY, 2004).

Considerando que a decisão pela laqueadura é resultado de um processo complexo de interesses e vontades ao longo da história de vida das mulheres (MINELLA, 2005), é importante refletir sobre as suas trajetórias reprodutivas e contraceptivas até a decisão pela laqueadura. Desse modo, este artigo visa compreender como se apresenta o processo de negociação do controle de fecundidade no âmbito familiar, observando como as relações de gênero se apresentam nessas escolhas. Este estudo apresenta parte dos resultados de pesquisa de Mestrado em Sociologia, cujo objetivo foi analisar como as relações sociais de gênero perpassam e configuram o processo de escolha de mulheres pela laqueadura como forma de controle da fecundidade. Esta pesquisa seguiu os preceitos éticos e foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), recebendo parecer favorável, nº 2.552.478.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O ponto de vista feminista possibilitou uma ruptura com os modelos hierárquicos, propondo um contradiscurso ao conceito universal de homem e de mulher permitindo, assim, a consolidação de outra linguagem e forma de fazer ciência (HARDING, 1993; RAGO, 1998). Com isso, tomo como norte epistemológico os estudos feministas e de gênero, entendendo que “os sujeitos se produzem em relação e na relação” (LOURO, 1996, p. 10), ao tempo que se compreende gênero como uma estrutura social que delimita padrões para as atividades cotidianas de mulheres e homens, definindo arranjos de feminilidades e masculinidades que estão sempre em “processo de construção, contradição e transformação” (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 49).

Trata-se de um estudo quanti-qualitativo, em que foi realizada uma pesquisa documental para obter percentuais da esterilização voluntária no contexto piauiense e teresinense. Utilizou-se da base de dados do Ministério da Saúde, processados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), através da plataforma tabnet.datasus. Nesse levantamento, foram pontuados os procedimentos de esterilização masculina e feminina ocorridas nos últimos dez anos (2008-2018). Também foi consultada a base de dados SOULMV, de um hospital local responsável pela cirurgia de vasectomia e laqueadura, com a finalidade de ter um demonstrativo do perfil de teresinenses que optaram pela esterilização voluntária em 2017.

Além disso, foi realizada pesquisa de campo entre os meses de abril e julho de 2018, na qual contou-se com a colaboração de uma Unidade Básica de Saúde para intermediar o contato com cinco (5) mulheres que vivenciam a maternidade

e realizaram o procedimento de esterilização voluntária, por meio da laqueadura, em serviços públicos de saúde de Teresina. Essas interlocutoras possuíam idades entre 27 a 42 anos, consideraram-se pardas (4) e negra (1), a maioria estudou até o ensino médio e ocupam-se do trabalho doméstico, sendo que duas também realizam trabalho remunerado (cabelereira e empregada doméstica). Todas se encontram em relacionamento afetivo heterossexual (casadas ou em união estável), possuem entre 2 a 4 filhos(as), com renda familiar entre um a três salários mínimos.

Para acesso às vivências dessas mulheres, utilizou-se a técnica de narrativa de vida por possibilitar reconhecer a complexidade das relações sociais mediante a experiência vivida. Estes relatos conectam a subjetividade com os acontecimentos de suas vidas, apresentando uma variedade de significados relacionados às suas motivações, sentimentos e planos (BOLÍVAR, 2012). Nesse sentido, obteve-se narrativas do tipo temática, isto é, aquelas delimitadas com base em um assunto ou período particular da vida de uma pessoa (MORIÑA, 2017). No caso em questão, centrou-se no relato sobre aspectos da trajetória reprodutiva até a realização da laqueadura.

O processo analítico ocorreu por meio da técnica de análise de narrativas conforme proposta por Fraser (2004), com base nas etapas, a saber: ouvir as narrativas, observando como inicia o seu desdobramento, emoções e sentidos produzidos; interpretar individualmente cada relato identificando suas especificidades; compreender os domínios de experiência presentes nas narrativas; observar as assimetrias de poder e correlações de força que se referem principalmente às relações de gênero; realizar a análise comparativa entre os relatos e a análise geral.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

De 2008 a 2018, foi presente e significativa a realização de laqueadura por mulheres piauienses. Todavia, o registro de vasectomia consta apenas a partir de 2015, o que é questionável tendo em vista que a lei passou a vigorar no final da década de 1990. Considerando o período de 2015 a 2018, no qual consta ambos os procedimentos, foram realizadas 2.160 esterilizações voluntárias no Piauí, com 94% de internações para laqueadura e 6% para vasectomia (DATASUS, 2018).

Ocorreu um aumento no número de homens que optaram pela vasectomia, embora pouco expressiva. Em relação à laqueadura, predominou a sua realização junto ao agendamento prévio (98%) em detrimento das situações junto ao parto cesáreo (2%). Ponderou-se sobre uma associação entre a esterilização feminina e práticas clientelistas diante do aumento deste procedimento nos anos de eleição e o seu posterior declínio, corroborando para indicativos da troca de votos pelo acesso ao procedimento. Isso demonstra um recorte de gênero, visto que o mesmo não ocorre com a vasectomia, sendo a esterilização feminina um dos serviços mais

oferecidos durante o período eleitoral (TRESSA, 2016).

No que tange a realidade teresinense, em 2017, também predominou a laqueadura (88%) em relação à vasectomia (12%). Realizando um comparativo entre as pessoas de cada sexo, a maioria encontrava-se entre 26 a 39 (55,26% dos homens e 89,61% das mulheres), encontravam-se em um relacionamento conjugal (39% das mulheres e 55% dos homens) e estudaram até o ensino médio (65 % das mulheres e 52% entre os homens).

A ausência da vasectomia em alguns períodos no contexto piauiense e o percentual de ambos os procedimentos nos últimos anos denotou a presença de um regime de gênero no fornecimento, acesso e/ou promoção do planejamento familiar via esterilização cirúrgica, centralizando tal tecnologia contraceptiva nas mulheres (CONNELL, PEARSE, 2015). Assim, pressupõem-se a presença de serviços de saúde generificados (LAURETIS, 1994), com limites em um cuidado que atente para as relações de gênero e processos sociais de construção das masculinidades e feminilidades (MINELLA, 2005).

Em relação às trajetórias contraceptivas das mulheres entrevistadas, os resultados mostraram que antes de realizarem a laqueadura já haviam utilizado outros métodos, tais como a tabela, camisinha masculina e anticoncepcionais hormonais (orais ou injetáveis). Em suas trajetórias reprodutivas e contraceptivas, tiveram dificuldades na negociação e decisão da forma de regular a fecundidade no âmbito familiar, apresentando-se como uma das motivações para realizarem a laqueadura. Essas “escolhas” contraceptivas resultaram de processos de silenciamentos ou tensões junto ao parceiro, reafirmando a responsabilidade contraceptiva às mulheres e, o que representa desigualdades entre os gêneros na regulação da fecundidade.

Em relação ao uso ou não do preservativo masculino, a escolha é regulada por normas sociais, sendo influenciada pelo grau da relação afetiva e nível de confiança que a mulher possui no parceiro (GUNE, 2008). Vivenciar a sexualidade sem o uso do preservativo significa uma prova da fidelidade do(a) parceiro(a) e confirmação da relação de confiança. Para não gerar desconfiças sobre este terreno de lealdade e segurança do relacionamento, cabe à mulher “se adaptar” e optar por outras formas contraceptivas.

Já tinha me relacionado com um homem só, mas era como foi num período muito curto, que logo eu me casei com ele [atual parceiro], a gente usava só preservativo, não tinha necessidade de medicação. [...] Depois, quando me casei, comecei a ter relação sem camisinha com o meu marido, porque a gente era casado mesmo. [...] É que, com o tempo, usar só preservativo com o próprio marido? [...] Com o marido da gente, a gente sempre procura uma forma de tomar o remédio, se adaptar mesmo a transar sem camisinha. (Adélia).

Assim, em suas narrativas, a participação masculina no âmbito contraceptivo assumiu posição secundária, por não se reconhecerem com a mesma responsabilidade que as suas companheiras (GIFFIN, CAVALCANTI, 1999; CARVALHO, SCHOR, 2005) ou pelo fato de algumas mulheres não quererem “incomodar” o parceiro com

tais questões (MINELLA, 2005, p. 49). Todavia, quando estas buscam o diálogo, foi presente a postura masculina de autoridade e de definição da prática contraceptiva (THERBORN, 2015) ao estipular a restrição ao uso do preservativo masculino e/ou à vasectomia. Tais limites foram vivenciados por Alzira e Adélia, pelo fato de seu parceiro “não gostar” de utilizar o preservativo por considerar ruim, “é chupar bombom com casca, com papel”.

Enquanto a vivência sexual masculina foi ampliada pelo não uso do preservativo, a experiência de Alzira e Adélia foi limitada diante do medo de uma gestação, sendo que essas posturas de seus parceiros colocam a elas a incumbência do uso de alguma tecnologia contraceptiva. Ademais, a crença de que a responsabilidade contraceptiva é de quem pari (SALEM 2004; OLIVEIRA, BILAC, MUSZKAT, 2011) foi presente na postura do marido de Alzira, sendo a negociação do uso do preservativo em momentos de risco (período fértil) marcada por tensões e reiteraões dos arranjos de gênero no ambiente familiar, tendo ela que “se virar” para não engravidar.

Quando tava no período mais próximo da minha menstruação eu dizia pra ele, “Cairo, é melhor tu te prevenir”. “Ah, porque tu não vai tomar, não vai no posto pegar uns comprimidos” [menção à fala do marido]. E eu não, porque aqueles comprimidos me deixam é, meu estomago enjoado, que eu tentei tomar uma vez e me senti ruim, por isso é que eu nunca mais tomei, não tomei mais de jeito nenhum. E aí eu: não, pois quem vai é você, que vai usar camisinha, sim. E ele: eu mermo que não vou usar, que aquele negócio é muito é ruim. E eu disse: pois tu é quem sabe, criar mais outro aí, que quando a gente tá mais próximo de menstruar é que é mais perigoso. Aí assim, “te vira, eu não tô nem aí, tu te vira”, a maioria dos homens pensa assim, que as mulheres é que tem que se prevenir, acham que só porque são homem, as mulheres que tem que se prevenir em tudo. Eu até, uma vez, eu até questionei pra ele, que tudo ele queria, eu faço, ele nunca quer fazer nada por mim, que nem é só por mim, é por ele também, mas aí como ele não aceitou, nunca aceitava usar camisinha (Alzira).

Diante dessas “adaptações”, em todas as narrativas foi presente o uso de anticoncepcionais orais ou injetáveis durante certo período. Todavia, esta opção resultou em dificuldades e custos biológicos, físicos e sociais (CABRAL, 2011). Para Alzira e Cecília, os efeitos colaterais fizeram com que optassem por observar seus corpos e compreender o período fértil, tendo como base contraceptiva o registro do período menstrual.

Aí eu tava naquela, naquela tabela, aí era cinco dias antes e cinco dias depois [da menstruação]. Eu ia mais pela tabela, porque a camisinha me dava alergia, me cortava muito, eu não gostava e assim (...) e o anticoncepcional é porque sempre me dava aquele enjoo, aquela gastura e eu não suportava (Cecília).

Para Clarice, a dificuldade apresentou-se quando encontrava-se trabalhando, no limite ao acesso à medicação junto ao serviço público de saúde, o que ocasionou em atrasos no uso e posterior gestação. Já Adélia, tinha dúvidas sobre a utilização do anticoncepcional oral “nunca procurei ter essa compreensão de medicação” e tendo dificuldades em disciplinar o corpo com o uso contínuo da medicação: “não me acostumava”, “não tomei porque eu esquecia, aí ficava grávida”. Aliado a essa

dificuldade, também há restrições no conhecimento sobre a variedade de tecnologias contraceptivas, sendo que estes limites no acesso aos métodos influem no campo de possibilidades na trajetória de suas vidas, uma vez que a ampliação das formas contraceptivas poderia contribuir para mudar os cursos da vida.

[...] Eu acredito assim, que da minha primeira gravidez, se, por exemplo, nessa época eu já queria estudar, fazer faculdade, que, se eu soubesse, se eu tivesse mais informação eu não teria engravidado, porque eu teria colocado o D.I.U. [Dispositivo Intra-Uterino], certamente eu teria tido filho agora, né, depois de formada e tudo (Adélia).

No que se refere à esterilização feminina e masculina, a possibilidade de ficar infértil produziu sentidos distintos para as mulheres e seus parceiros. A ideia de esterilidade afetou simbólica e fisicamente dimensões diferentes da vida de cada um. Enquanto a vasectomia feriu a sexualidade masculina e a sua representação enquanto *homem macho*, a laqueadura limitou a vivência da maternidade, podendo corroborar na ampliação da vivência sexual de mulheres livres da preocupação com gestações (COSTA, 2001).

Durante os percursos de busca e decisão pela laqueadura, a maioria das mulheres dialogou com os seus parceiros sobre a possibilidade de eles realizarem a vasectomia. Todavia, falar em vasectomia com os seus parceiros trazia uma série de discursos e significados sociais sobre o que tal procedimento acarretaria em suas vidas, indo mais além do que o fato de não poder gerar vidas. Nas narrativas das mulheres, tal possibilidade era representada pelos seus parceiros como algo que os deixaria “capado” (Janaína), “não é mais homem pra mulher nenhuma” (Adélia), “viraria viado” (Cecília), que leva a “falatórios” sobre a sexualidade masculina (Janaína).

Conforme Connell (2016, p. 101), “as razões por trás da resistência dos homens incluem ameaças à identidade que ocorrem junto com as mudanças”, sendo a realização da vasectomia compreendida como algo que irá ferir diretamente a virilidade que fundamenta o discurso hegemônico do *ser homem macho*. Falar em masculinidades é também lembrar o espaço cultural, uma vez que os modelos regionais influenciam nas relações de gênero e nas masculinidades hegemônicas em nível local, delineando “uma estrutura cultural que pode ser materializada nas práticas e nas interações cotidianas” (CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2013, p. 267). Na construção histórica dos homens nordestinos, um elemento considerado basilar foi a sua capacidade de intervenção na vida social, a sua potência, o seu lado viril, sendo o nordestino “definido, acima de tudo, como uma reserva de virilidade, um tipo masculino, um macho exacerbado” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003, p. 231). Com isso, optar ou não pela vasectomia influi em como alguns homens irão perceber-se como *macho* e o valor que os demais homens e mulheres atribuem à sua masculinidade e, por conseguinte, a aspectos de sua identidade masculina e nordestina. (BOURDIEU, 2018; ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003).

Ademais, como a esterilização remete ao campo reprodutivo, alguns homens compreendiam que caberia às mulheres realizarem, reiterando a divisão sexual do trabalho (HIRATA, KERGOAT, 2007).

[...] ele disse assim: “Não, pode ser que não der certo pra mim ir. Isso não é coisa pra mim fazer”. Machismo, bobagem. Aí eu até brinquei com ele: “Rapaz, tu não vai deixar de ser homem não.” [...] É porque acha que ele não poderia passar por isso, que quem tinha que fazer era eu mesmo (Alzira).

Diante do posicionamento dos seus parceiros a respeito de não fazerem vasectomia e nem usarem o preservativo, das dificuldades junto a contracepção hormonal feminina e o desejo de não terem mais filhos(as), faz com que estas mulheres considerem a laqueadura como o método ideal. Entre elas, a esterilização feminina apareceu como um método familiar que já conhecem por terem membros da família que já o realizou (mãe, irmãs, tias, sogras), fazendo parte dos seus planos e de alternativas para findar a reprodução.

Tais ideias se assemelham a uma naturalização deste procedimento no ciclo reprodutivo de mulheres (CITELI, SOUZA, PORTELLA, 1998) e a uma “cultura da esterilização” (BERQUÓ, 1993, p. 374). Todavia, considerando a sua materialidade cotidiana enquanto mulheres, esposas, mães, donas-de-casa e trabalhadoras, a escolha pela laqueadura se constituiu mais como uma “estratégia de confronto” (FOUCAULT, 2014, p. 138) à forma como as relações de gênero são estruturadas, principalmente no âmbito familiar marcado pela sobrecarga de trabalho doméstico e cuidados com os(as) filhos(as), com tempo mínimo ou ausente para realizarem o cuidado de si e a realização de seus projetos como estudos, cursos profissionalizantes e trabalho remunerado.

Alzira, ao dizer “já que tem que ser comigo, então tem que ser eu que vou procurar o médico mesmo”, observou-se que a realização da laqueadura em contextos de relações de gênero assimétricas foi marcada pela “dialética submissão-decisão ou subalternidade-autonomia” (NICOLAU *et al*, 2010, p. 396). Assim, para estas mulheres, a cirurgia da esterilização feminina surgiu como uma possível solução às suas preocupações e uma resposta às pressões relacionadas ao campo reprodutivo e contraceptivo, aos afazeres domésticos, à conduta de mãe responsável, às dificuldades financeiras e necessidades de melhorias na renda familiar.

Por mais que não tenha provocado deslocamentos na dinâmica das relações de gênero no âmbito familiar, a laqueadura estabilizou a esfera reprodutiva. Diante do fato de não terem mais filhos(as), amenizou o dispêndio de tempo junto ao cuidado infantil, representando uma autodeterminação em meio à disciplinamentos e produzindo outros campos de possibilidades.

Depois que eu fiz eu me achei mais mulher [...] Eu me sinto mais livre [risos], mais aliviada eu me vejo que eu não vou ter mais filho, não vou mais engravidar [...] Eu queria voltar a estudar e trabalhar, que é tudo que eu quero (Janaína).

Pra mim significou ser livre, ser liberta [...] Acho que a diferença é que, eu tô

laqueada, então eu não vou ter mais bebê e que esse motivo “ah, não vai ter mais bebê”, me dar mais, me deixa mais liberta a fazer outras coisas, fazer curso, que eu quero fazer curso de colorimetria. Que isso não vai ser mais um impedimento pra mim, porque quando a gente fica grávida, acaba impedindo a gente de fazer algumas coisas, por exemplo, os cursos que eu queria, que eu já tinha feito a inscrição, eu não ia fazer um curso de química e tudo grávida, eu não ia poder mexer com cabelo (Adélia).

Realizar a laqueadura também ampliou a sexualidade, proporcionando maior segurança e liberdade para essas mulheres, já que agora o medo e culpa de uma gestação indesejada dificilmente paira por seus pensamentos.

A relação é completa, tudo normal, mas antes eu tinha medo, porque tinha esse negócio de ficar grávida ou não (Adélia).

Agora, depois da ligação, me veio um pouquinho mais de segurança. Me veio um pouquinho mais de tranquilidade. [...] Me deu mais segurança nisso. Eu fico mais relaxada. Sem medo, sem trauma, porque antes eu sempre ficava naquele medo (Alzira).

Nesse sentido, pondero que, para essas mulheres, a resistência ao contexto de desigualdades sociais e de gênero vividas não seria pelo confronto direto, mas no sentido de estabilizar algum aspecto em sua vida para viver melhor, no caso, a maternidade e cuidado infantil. A realização da laqueadura trata-se como uma “estratégia de confronto” (FOUCAULT, 2014, p. 138) que se operacionaliza pelos “interstícios das disputas domésticas” (ROMANELLI, 1995, 84), através do que lhe parece possível e palpável. Assim, a laqueadura pode aparecer como uma forma de resistência cotidiana (SCOTT, 2002) que se faz dentro do que parece ser a norma (centralidade das mulheres no controle reprodutivo).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de gênero influem direta ou indiretamente em como as mulheres e demais pessoas compreendem a reprodução e delineiam as responsabilidades contraceptivas. Na maioria das vezes, os ambientes familiares reproduzem as práticas discursivas dos arranjos tradicionais de gênero, sendo estes marcados pela divisão sexual do trabalho, cabendo às mulheres a incumbência do controle reprodutivo e contraceptivo, o cuidado com os(as) filhos(as) e os afazeres domésticos.

Os serviços públicos de saúde também refletem as desigualdades de gênero diante da forma como foi organizado e é operacionalizado o programa de planejamento familiar, haja vista a organização recente do procedimento de vasectomia, limites no fornecimento de informações sobre a diversidade dos métodos contraceptivos e formas de utilização dos mesmos, ocasionando em dificuldades e frustrações das mulheres com métodos contraceptivos reversíveis.

Considero a trajetória contraceptiva das mulheres pode ser representada como um efeito dominó ou bola de neve, na qual a configuração de um aspecto

da escolha contraceptiva influi em outros consecutivamente e interliga-se a outros campos de sua vida. A reduzida ou ausente participação masculina na contracepção faz com que as mulheres tomem para si a responsabilidade de não engravidarem, que passa a ser vivenciada em meio a dificuldades tanto no acesso à informação e aos serviços de saúde, como na avaliação negativa dos anticoncepcionais diante dos efeitos ocasionados à saúde, além da rotina e disciplina de sempre tomar a medicação. Isso pode ocasionar em limites no controle reprodutivo e, assim, em gestações indesejáveis. Atrelado à resistência masculina à vasectomia, as mulheres acabam optando por um método que consideram ser mais eficaz e que não depende da colaboração dos parceiros, de um controle contínuo ou de maior conhecimento sobre seus corpos.

Com a realização da laqueadura, consideram que podem retomar projetos individuais, já que não terão mais gestações e filhos(as) a caminho. Assim, observo a escolha pela laqueadura, para a maioria dessas mulheres, como um terreno dialético que, ao passo que denota um “lugar comum” e “familiar” no cuidado reprodutivo, também se configura como processo de autodeterminação e autonomia, sentindo-se liberta, segura e com menos impedimentos.

Compreendo a importância deste método para a materialidade de suas vidas enquanto mulheres, mães, esposas, donas de casa e trabalhadoras. Todavia, há muito que ser (des)construído coletivamente no que tange aos discursos normativos que diferenciam vivências e responsabilidades para mulheres e homens. Considero necessário desconstruir os discursos sobre “o falo como significante nuclear de uma forma de ser regional, de uma identidade regional” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p. 252) e importante promover e fortalecer o conhecimento sobre gênero junto aos serviços de saúde, a fim de promover formas de masculinidades e feminilidades não dicotômicas e relações de gênero menos assimétricas e hierárquicas.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M.B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19(Sup. 2):S465-S469, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a27v19s2.pdf>. Acessado em: 10 out 2018.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **Nordestino uma invenção do falo**: uma história do gênero masculino (Nordeste - 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

BERQUÓ, E. Brasil, um caso exemplar – anticoncepção e partos cirúrgicos – à espera de uma ação exemplar. **Estudos feministas**. Florianópolis, n.2, p. 366-381, 2º semestre, 1993. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/923_511_brasilumcasoexemplarelzaberquo.PDF. Acessado em: 02 out. 2018.

BOLÍVAR, A. Dimensiones epistemológicas y metodológicas de la investigación (auto)biográfica. IN: ABRAHÃO, M.H.M.B.; PASSEGGI, M. da C. **Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**: Tomo I. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012, p. 27-70.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 6ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 9.263/1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9263.htm. Acessado em: 01 out. 2018.

CABRAL, C. da S. **Práticas contraceptivas e gestão da heterossexualidade: agência individual, contextos relacionais e gênero**. Tese. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2011.

CARVALHO, M.L.de O; SCHOR, N. motivos de rejeição aos métodos contraceptivos reversíveis em mulheres esterilizadas. **Saúde Pública**, São Paulo, vol. 39, n. 5, p. 788-94, outubro, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/672/67240149014.pdf>. Acessado em: 21 out. 2018.

CITELI, M.T.; SOUZA, C. de M.; PORTELLA, A.P. Corpo e reprodução: reveses da anticoncepção entre mulheres pobres. IN: DUARTE, L.F.D., LEAL, O.F., (orgs). **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. 210 p. ISBN 85-85676-46-9.

CONNEL, R. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nversos, 2016

_____. PEARSE, R. **Gênero**. São Paulo: nVersos, 2015.

_____. MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, janeiro-abril, 2013, p. 241-282. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014> Acessado em: 02 out 2018.

CORRÊA, S.; ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos brasileiros. IN: BERQUÓ, E. (orgs) **Sexo e vida**: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003, p.17-78.

COSTA, R. G. Sonho do passado versus plano para o futuro: gênero e representações acerca da esterilidade e do desejo por filhos. **Cadernos pagu**, 2001, p.105-130. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em: 10 out 2018.

CRIZÓSTOMO, C.D. SOBRA, C.S.de J; NERY, I.S. Saúde Reprodutiva: as relações de gênero no planejamento familiar. **Esc Anna Nery R Enferm**. vol. 8, núm. 3, p. 411-419, dezembro, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1277/127718062012.pdf>. Acessado em: 18 out. 2018.

DATASUS. **Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)**, 2018. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/qiuf.def>. Acessado em: 05 jan 2018

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora WMF, 2010

_____. O sujeito e o poder IN: **Ditos e escritos**, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2014.

FRASER, H. Doing Narrative Research: Analysing Personal Stories Line by Line. **Qualitative Social Work**. Vol. 3(2): 179–201, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240698235_Doin_Narrative_Research_Analysing_Personal_Stories_Line_by_Line. Acessado em: 10 set. 2018.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIFFIN, K; CAVALCANTI, C. Homens e reprodução. **Estudos Feministas**. Florianópolis. p. 53-71.1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/11954/11221>.

Acessado em: 23 set 2018

GUNE, E. Momentos liminares: dinâmica e significados no uso do preservativo. **Análise Social**, vol. XLIII (2.º), 2008, p. 297-318. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n187/n187a05.pdf> . Acessado em: 10 out 2018.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos feministas**. vol. 1. n.º1, Rio de Janeiro, p. 7-32, 1993. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>. Acessado em: 22 mai. 2017.

HIRATA, H. Novas configurações da divisão Sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez, 2007. p. 595-609. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acessado em: 10 out 2018.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B.H. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p 13-44.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero IN: LOPES, M.J.M.; MEYER, G.E.; WALDOW, V. R. (orgs) **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes médicas, 1996, p. 7-25.

MINELLA, L. S. **Gênero e contracepção**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

MORIÑA, A. **Investigar con historias de vida**: Metodología biográfico-narrativa. Educación Hoy Estudios nº 142. Narcea Ediciones. 2017.

NICOLAU, A. I. O. *et al.* História reprodutiva de mulheres laqueadas. **Acta Paul Enferm**, 23(5): p. 677-83, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/apv/v23n5/15.pdf>. Acessado em: 02 set 2018.

OLIVEIRA, M.C.; BILAC, E.D.; MUSKAT, M. As novidades do gênero: homens e anticoncepção em camadas médias. IN: QUADROS, M.T. de; LEWIS, L. (orgs.) **Homens e dinâmicas culturais: saúde reprodutiva, relações raciais e violência**, Recife: ed. UFPE, 2011 p. 23-54.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história IN: PEDRO, J. GROSSI, M. (orgs). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres: 1998.

RAMIREZ, M. C. Do centro à periferia: os diversos lugares da reprodução nas teorias de gênero. IN: ALMEIDA, E. *et al.* **Gênero em matizes**. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2002.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. IN: CARVALHO, M. do C. B. de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995, p. 73-88

SALEM, T. “Homem...já viu, né?”: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular IN: HEILBORN, M.L. (org). **Família e sexualidade**. 1ª ed, Rio de Janeiro: Ed FGV, 2004, p. 16-61

SCAVONE, L. **Dar vida e cuidar da vida**. São Paulo: UNESP, 2004

SCOTT, J.C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, n.º 1, p. 10-31, 2002. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_86.pdf Acessado em: 10 out 2018

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

TRESSA, S. V. C. e. O Brasil no combate à compra de votos nas eleições. **Estudos Eleitorais**. Volume 11, númro 2, maio/agost 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3596>. Acessado em: 05 de out 2018

REPERCUSSÕES HOMOSSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

José Renato Santos de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia, Campus VII,
Senhor do Bonfim - Bahia

Ingrid de Souza Silva

Universidade do Estado da Bahia, Campus VII,
Senhor do Bonfim - Bahia

Tatiane Pina Santos Linhares

Docente da Universidade do Estado da Bahia,
Campus VII, Senhor do Bonfim -Bahia

Tatiana Tarrão dos Santos

Psicóloga do NASF, Senhor do Bonfim - Bahia

RESUMO: Historicamente no Brasil, a homossexualidade foi vista pela sociedade e Psicologia como doença ou desajustamento. Assim a perspectiva de construção social do gênero e da sexualidade é questionada por ser considerada disruptiva à família conservadora, não devendo ser tratada na escola. **Objetivos:** compreender os estigmas que envolvem a sexualidade no ambiente educacional. **Justificativa:** o trabalho acerca dessa temática se faz indispensável para uma melhor compreensão da homossexualidade no ambiente escolar, além do entendimento das diferentes formas de discriminação, violência, preconceitos e doutrinação heteronormativa, presentes nos discursos e comportamentos de alunos e professores, pertencentes a um núcleo escolar inserido no interior da Bahia. **Métodos:**

Relato de experiência: vivências de um projeto de extensão com temáticas sugeridos por alunos e professores. Gerado de ações disparadoras (apresentações de curta metragem), permitindo a inserção do público alvo nas discussões. Ano: 2017 e meados de 2018; Participantes: docente e discentes do curso de Enfermagem da UNEB, Campus VII, em uma unidade escolar da rede estadual de ensino, Senhor do Bonfim-BA. **Resultados:** A temática estimulou a reflexão frente a ações discriminatórias presente no ambiente escolar e na sociedade, discriminação exposta a partir dos discursos dos alunos ao serem confrontados com opiniões e relatos que divergem da dimensão patriarcal e heteronormativas. **Conclusão:** A abordagem da temática na escola ajuda no processo educativo de convivência com a diversidade sexual e de gênero, além de contribuir para o processo de humanização, rompendo estigmas e formando um cidadão/ã consciente das relações sociais. **PALAVRAS-CHAVE:** Escola, Diversidade e Sexualidade.

HOMOSEXUAL REPERCUSSIONS IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: Historically in Brazil, homosexuality has been viewed by society and psychology

as a disorder or unbalanced. So a social construction perspective of gender and sexuality is questioned because it is considered disruptive in a conservative family, not being treated at school. **Goals:** Understand the stigmas surrounding a sexuality in a educational environment. **Justification:** work on this theme is indispensable for a better understanding of homosexuality at school, beyond the understanding of the different ways of discrimination, violence, prejudice and heteronormative indoctrination of the discourse and behavior of students and teachers belonging to a school core in a town from Bahia. **Methods:** Experience reported: experiences of an extension project with themes suggested by students and teachers. Generated triggering actions (short presentations), allowing the inclusion of the target audience in the discussions. Year: 2017 and mid 2018; **Participants:** professor and students of UNEB Nursing Course, Campus VII, in a school unit, Senhor do Bonfim-BA. **Results:** The theme stimulated reflection on discriminatory actions present in the school environment and in society, discrimination exposed from students' discourses when confronted with opinions and reports that differ from the patriarchal and heteronormative dimension. **Conclusion:** The approach of the theme in school helps in the educational process of living with sexual and gender diversity, besides contributing to the humanization process, breaking stigma and forming a citizen aware of social relations.

KEYWORD: School, Diversity and Sexuality

INTRODUÇÃO

Ao longo de nossa história a depender do momento histórico, dos valores sociais estabelecidos e dos costumes, a sexualidade e as relações homoafetivas e sexuais tiveram significados diferentes (FARIAS, 2010).

A homossexualidade foi uma invenção da sociedade burguesa europeia do século XIX, uma realidade linguística, cultural e política, não uma essência ou fato natural, um conjunto de definições conceituais inventadas, carregadas por preconceitos da época, como também com as intenções político-econômicas da sociedade capitalista cristã (FERRARI e BARBOSA, 2014).

Por volta do século XX a psicologia teve um papel central na legitimação e na perpetuação do estigma relacionado às orientações não heterossexuais, uma vez que à interpretação dominante da psicologia e da psiquiatria a respeito da homossexualidade, auxiliaram no reconhecimento e manutenção da homossexualidade como doença. O “homossexualismo” era descrito primeiro como um transtorno de personalidade e em seguida como um transtorno de identidade sexual. Tal condição foi descrita nas duas primeiras edições do manual diagnóstico de doenças psiquiátricas da Associação de Psiquiatria Americana (APA) (COSTA e NARDI, 2015).

Somente em 1973, em virtude da falta de bases empíricas que associavam a homossexualidade a indicadores de transtornos psicológicos e devido às pressões

do movimento pelos direitos sexuais LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais) a homossexualidade é retirada da categoria diagnóstica de doença pela APA e então retirada do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (FARIAS, 2010; COSTA e NARDI, 2015).

Com advento de tais mudanças em 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu que a homossexualidade não deveria ser considerada doença (FARIAS, 2010). Dentre as mudanças significativas, temos a alteração do termo “homossexualismo” para “homossexualidade”, modificando o significado trazido pelo sufixo “ismo”, relativo à doença, para a ideia do sufixo “dade” de “modo de ser” (FARIAS, 2010).

Posteriormente o termo homossexualismo deu lugar ao termo homofobia, o qual é amplamente utilizado para definir violência contra a população homossexual. “Homofobia é o pavor de estar próximo a homossexuais – e no caso dos próprios homossexuais, auto aversão”. Historicamente ao ser estabelecida, a definição de homofobia agravou a situação, uma vez que muitas cortes permitiram agressores (“anti-homossexuais”) reivindicar que suas ações se deviam a transtornos psicológicos proveniente de uma homossexualidade latente e reprimida, diminuindo a responsabilidade individual para as consequências do preconceito, reconhecendo o comportamento discriminatório como imutável e inevitável, encorajando a manutenção da ocorrência (COSTA e NARDI, 2015).

Nessa perspectiva o reconhecimento de direitos sexuais da população LGBT na Europa e na América do Norte desenvolve-se a partir de demandas que invocam o direito à privacidade e o direito de não sofrer discriminação, tratando da não-intromissão estatal ou de terceiros nas escolhas e práticas individuais (RIOS, nd). Percebe-se que nas últimas décadas o panorama construído é o do entendimento de que os direitos sexuais e reprodutivos fazem parte dos direitos humanos, a vivência da sexualidade importa não apenas a liberdade e a autonomia, mas todo o conjunto de direitos de cidadania (BARSTED, 2005).

É notável que os mesmos estabelecem tensões históricas e remetem a temas que têm sido, por séculos, alvo de muitos embates na área dos direitos humanos (MATTAR, 2008). E através destes, devido a luta constante e significativas dos movimentos de mulheres e, mais recentemente, de grupos de pessoas LGBTQI+, em diferentes lugares do mundo, a herança cultural patriarcal e heteronormativa para o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da população LGBTQI+ cedeu em partes mínimas (BORRILLO, 2009; MATTHEWS & ADAMS, 2008).

Todavia as pessoas com condição sexual que diverge dos padrões heteronormativos impostos em sociedade, sofrem não apenas discriminação, violações e violências físicas, bem como a omissão dos seus direitos sexuais e reprodutivos e a falta de posicionamentos e direcionamentos jurídicos relacionados a tal tema (HASSLER, 2010).

No contexto escolar essa discriminação, violência e perpetuação de preconceitos

se mantém forte, Rios (2017) apud Louro (2003, p. 57) reforça que a escola, desde a sua origem, entende e produz “diferenças, distinções, desigualdades” sociais, étnicas, geracional, de gênero, de orientação sexual dentre outras. Assim se reproduz a todo instante práticas educativas pautadas na heteronormatividade, onde por meio de métodos pune verbalmente e fisicamente e reforça a todo instante que a escola não é lugar para a diferença.

O atual cenário político brasileiro ainda coloca em risco vários avanços sociais no campo da afirmação dos direitos das mulheres e da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais/transgêneros conquistados a partir do marco democrático de 1988. Atribuindo legalidade para que alguns segmentos sociais e políticos discordem que os temas da sexualidade e do gênero devam ser tratados na esfera pública, em espaços como a escola, ressaltando que assuntos relacionados à sexualidade são de ordem privada, restritos ao ambiente familiar (BRANDÃO, 2018).

Porém no ambiente familiar as questões de gênero sempre foram estereotipadas, “famílias tradicionais” ainda são receosas quanto a temática homossexualidade, quando a temática é trabalhada dentro do contexto escolar, esse grupo familiar tende a retrair-se e ir contrário a temática ali explanada (OLIVEIRA, 2017). Além de perseguir, intimidar, desqualificar e desmontar o modelo contrário a seus “valores”, estes grupos entendem que a perspectiva de construção social do gênero e da sexualidade pode ser questionada, pois a mesma é considerada disruptiva à família conservadora e não deve ser tratada no ambiente escolar.

A escola, enquanto instituição educativa, se estrutura a partir de discursos subordinados a um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças, responsável por reduzir à figura dos que não se adequem ao único modelo reconhecido pela heteronormatividade e pelos arsenais multifacetados a ela ligados, caracterizando o “diferente” como estranhx, inferior, pervertidx ou contagiosx (RIOS, 2019).

É importante ressaltar que a escola nunca foi um território neutro, a mesma sempre foi um território de disputa, conflitos e de jogo de interesses, onde historicamente e atualmente prevalece a vontade da burguesia e Aquelxs que não se percebem dentro dos padrões e estereótipos de gênero sofrem com inúmeras retaliações em nome de uma suposta normatividade (RIOS, 2017 apud ARROYO, 2011).

Pesquisas sobre homossexualidades nas cidades pequenas do interior do Brasil são praticamente inexistentes, como se homossexualidade fosse uma questão urbana e metropolitana (FERRARI e BARBOSA, 2014). Nessa perspectiva o trabalho acerca dessa temática se faz indispensável para uma melhor compreensão da homossexualidade no ambiente escolar, além do entendimento das diferentes formas de discriminação, violência, preconceitos e doutrinação heteronormativa, presentes nos discursos e comportamentos de alunos e professores, pertencentes a um núcleo escolar inserido no interior da Bahia.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de um relato de experiência de um projeto de extensão da Universidade do estado da Bahia, Campus VII, intitulado “Educação Sexual nas escolas”, fundamentado na educação popular em saúde, visando as trocas de saberes, elucidações e direcionamentos frente as temáticas que envolvem a sexualidade.

Os temas sempre sugeridos por alunos e professores, sendo as temáticas adequadas para idade dos participantes. Desenvolvido em 2017 e meados 2018 durante as práticas do projeto de extensão “Educação Sexual nas Escolas”, em um colégio estadual no município de Senhor do Bonfim-BA.

Durante o curso das oficinas estiveram presentes uma psicóloga pertencente ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), uma docente e sete discentes do curso de Enfermagem da UNEB, Campus VII, bem como discentes e docentes da instituição alvo, totalizando no ano de 2017, 108 meninas e 137 meninos, e no ano de 2018, 88 meninas e 52 meninos, com faixa etária compreendida entre 14 e 20 anos, além de 10 docentes pertencentes a referida escola.

As ações foram desenvolvidas em 33 encontros por meio de oficinas com duração de 2 horas cada. O projeto utilizou como estratégias, ações disparadoras como apresentações de curta metragem, por exemplo o curta: ***Eu não Quero Voltar Sozinho***, um filme brasileiro dirigido por Daniel Ribeiro (2010) que conta a história de um adolescente deficiente visual que muda de vida totalmente com a chegada de um novo aluno em sua escola, decorrendo a partir daí a inocência da descoberta do amor entre dois adolescentes homossexuais.

Além do curta foram utilizados durante as oficinas recursos audiovisuais, como placas com os termos homofobia, homossexualidade, homossexualismo, homoafetividade, heteronormatividade, slides contendo definições de termos que envolvem a problemática, panfletos, banners, todos voltados a temática em questão, permitindo a partir destes recursos a inserção do público alvo nas discussões.

Em parceria com os professores da instituição alguns temas escolhidos foram trabalhados em sala de aula antes das oficinas. Com isso, anteriormente a abordagem temática, as problemáticas propostas foram utilizadas pelos docentes da instituição como base para produção de redações pelos alunos. Sendo então explanados pelos voluntários do projeto Educação Sexual nas Escolas acerca da temática, com uma certa facilidade, já que os alunos apresentavam uma melhor interação com o tema por já possuir questionamento e opiniões.

A temática então foi apresentada, as discussões foram realizadas a partir de indagação do que os adolescentes sabiam sobre sexualidade, da relação que tinham com colegas homossexuais, da aceitação familiar, da repercussão do tema no comportamento dos alunos dentro e fora da escola. Posteriormente foi exibido o curta, para que assim as opiniões fossem então expostas em debate. As plaquinhas

utilizadas serviram como ponto de partida e mediação para o debate. As contribuições verbais dos participantes das oficinas, são intitulados como: P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7.

RESULTADOS

Levado com temas norteadores a diversidade sexual, a homofobia e a questão das novas bases familiares no século XXI foi possível observar que os alunos do ensino médio, com idade entre 14 e 20 anos, possuem um bom embasamento referente as questões abordadas, mesmo que muitas vezes equivocadas, onde estes relataram as diversas formas de preconceitos (verbal, físicos e psicológicas) vivido por casais homossexuais, como também expõem o seus julgamentos morais perante a problemática.

Durante o curta os alunos demonstraram espanto ao perceber o relacionamento homoafetivo entre os dois meninos. Ao serem questionados sobre o vídeo, os mesmos ressaltaram:

P1: “O filme apresenta um relacionamento entre gays”;

P3: “É uma doença”;

P4: “São adolescente, os mesmos não conhecem o que é certo ou errado”.

Gay, viadinho, mulherzinha, bichinha, maricona são conceitos pejorativos que marcam e demarcam a vida e o corpo de meninos gays ainda na infância, no ambiente escolar e social (RIOS, 2017).

Em outras oficinas desenvolvidas na referida instituição de ensino, a partir da utilização de slides, o qual abordava temas ligados a sexualidade, alguns adolescentes se reservaram longe dos demais alunos e dos monitores do projeto, demonstrando o não interesse em participar da temática, quando questionado aos que se faziam ativos na discussão, sobre o motivo da não interação, os mesmos citaram:

P5: “Aqueles ali são evangélicos, não gostam de discutir estes temas na escola, pois dizem que só se defende o público gay”; evadindo-se do ambiente antes do fim da atividade;

P7: “Este tanto de doença (sexual), é culpa dos viado”.

A formas de preconceitos e discriminação atribuída *àquelxs* que rompem a heteronormatividade naturaliza a homofobia e faz com que indivíduos homossexuais vivenciem a experiência dos insultos, xingamentos e da agressão física como penalidade *àquelxs* classificadxs desviantes e diferentes (RIOS, 2019). Já que ao longo dos tempos, em diferentes contextos sociais e culturais, a homossexualidade

foi motivo de punição, vergonha, segregação e violência contra aqueles que rompem a barreira da heteronormatividade (RIOS, 2017).

Ao assistir os grupos existentes na escola (sua composição: homens e mulheres) foi perceptível que a homossexualidade no ambiente escolar é vivida de maneira diferente entre os indivíduos do sexo masculino e feminino, é notório que o indivíduo do sexo masculino é mais estigmatizado e atingido por preconceitos, fazendo com que muitas vezes o mesmo não saiba o grupo ao qual pertence, ver-se muito reclusão e exclusão por parte dos meninos relacionadas aos meninos homossexuais, nota-se uma inclusão dos indivíduos nos grupos femininos e suas companhias quase que exclusivamente femininas.

Quanto ao público feminino, na maioria dos casos, meninas homossexuais tendem a ser bem acolhidas, tanto por o público masculino, quanto o feminino, nota-se a presença das mesmas nos dois grupos, de maneira aceitável, porém algumas meninas ainda estabelecem distanciamento de meninos e meninas homossexuais, devido a crenças familiares e/ou religiosas que não permitem que determinados tabus sejam quebrados.

Percebe-se ainda que à segregação desenvolve uma necessidade integrativa por parte dos indivíduos homossexuais que são excluídos dos grupos de discentes, por vezes são expressadas tentativas de busca por atenção, é perceptível o aluno homossexual, principalmente do sexo masculino, a tentativa em ser o destaque naquele local, falando por vezes acima do tom, sendo o indivíduo de destaque do ambiente, atraindo para si a atenção das pessoas que estão ao seu redor, demonstrando uma necessidade crescente de ocupação do espaço que é seu por direito, de ser visto, compreendido, acolhido e respeitado como os demais indivíduos heterossexuais que ali estão.

Quanto às repercussões no ambiente escolar, as mesmas são transcritas por meio dos resultados negativos refletidos no ambiente escolar, retratado a partir índices de evasão escolar, desinteresse nas disciplinas ofertadas, conflitos com professores e colegas e agressividade com os familiares que não compreendem a sexualidade.

Nesse pensamento Nery e colaboradores (2014) salienta que estudantes que não relatam ter sido alvos da discriminação homofóbica avaliaram sua experiência escolar de forma positiva, enquanto que seus pares que experienciaram essa discriminação não avalia da mesma maneira.

Ainda nessa perspectiva podemos ressaltar a associação destes estigmas e conflitos familiares (que muitas vezes não sabe lidar com a sexualidade) ao uso abusivo e precoce de álcool, uma vez que os sujeitos da pesquisa encontram-se vulneráveis psicologicamente e socialmente, além de terem o acesso facilitado a esta droga lícita, fato esse que pode ser presenciado através da visualização do consumo de bebidas alcoólicas, tempo após o fim das atividades; através da reunião dos grupos de estudantes em uma praça pública próxima ao ambiente escolar.

Ao analisar o papel da família no desenvolvimento dos indivíduos homossexuais, percebemos que em sua maioria a família não se faz presente na vida do adolescente, uma vez que se mostram despreparados e cercados de tabus, repassando ao docente e demais membros da escola assistir e garantir o “aporte familiar”, o desenvolvimento cognitivo e social destes alunos, ficando evidente a não aceitação, a falta de preparo e os conflitos familiares, devido a não compreensão da orientação sexual destes indivíduos.

Ainda em conformidade com o que foi mencionado anteriormente é válido destacar as desigualdades socioeconômicas deste locus e seu público, uma vez que a escola a qual a temática foi trabalhada não possui mecanismos suficientes para oferecer suporte (psicológico, educacional) para com o grupo em questão (homossexuais), a mesma não detém de recursos econômicos e humanos suficientes para a resolução das necessidades relacionadas à sexualidade, já que se traduz em uma escola pública, com orçamento na maioria das vezes defasado, a qual educa alunos pertencentes a regiões rurais e áreas urbanas menos favorecidas economicamente (periferia), cercadas de pobreza, machismo, submissão, violência e ignorância, denegrindo a autonomia, usurpando os direitos, forçando os indivíduos homossexuais a assumir um tripulo comportamento perante a família, escola e sociedade.

Ao analisar a relação sexualidade e religião foi mencionado:

P2: “Não é coisa de Deus”;

P6: “O correto para estas pessoas é se manter em abstinência, já que Deus não criou o homem para casar-se com outro homem”;

Ao avaliar a relação aluno e professor, é notório que a mesma se desenvolve a partir dos valores morais que esse professor possui. É evidente a boa relação entre aluno homossexual e professor quando este é desrotulado de preconceitos e valores que segregam. Do mesmo modo quando o professor e os alunos heterossexuais são carregados de dogmas religiosos e valores morais que segregam, as relações destes tendem a ser conflituosas, fortalecendo doutrinas conservadoras excludentes, alavancando os índices de conflitos, agressões físicas e verbais e perpetuação de estigmas. Em alguns momentos durante as oficinas os professores se fizeram distantes do local da oficina e alguns quando se faziam presente era para controlar os ânimos e doutrinar os alunos que ali se faziam presentes.

DISCUSSÃO

Para Farias (2010) as formas de combate a diversidade sexual presentes em cada cultura influenciam a maneira como o sujeito lida com sua própria sexualidade,

modificando também a maneira como os mesmos acreditam que as demais pessoas deveriam se comportar. Para o autor na atualidade o preconceito é forte e enraizado em nossa cultura e determinados grupos sociais ainda acreditam que a homossexualidade é uma opção, em um cenário que a única opção consiste na escolha de contar ou não para a sociedade sobre seus desejos homossexuais, ao fato de querer ou não se assumir perante o social.

Rios (2017) salienta que criam-se artifícios que inviabilizam o sujeito homossexual de vivenciar com plenitude seus direitos como cidadão. Rios (2017) apud Scott (1986), Britzman (1996), Louro (1997) chamam atenção para o fato de que tanto a hetero quanto a homossexualidade são construções sociais e culturais e, não é algo determinado meramente por fatores biológicos.

Costa e Nardi (2015) diante dessa temática, ressaltam que resultados de pesquisas psicológicas no contexto anglo-saxão, sobretudo norte-americano relacionado a homofobia, expressam que: homens e mulheres têm atitudes similares em relação a mulheres homossexuais, mas homens tendem a ser mais preconceituosos em relação a homens homossexuais; mulheres tendem a ser menos preconceituosas do que homens; pessoas com idade mais avançada tendem a estigmatizar mais os indivíduos não heterossexuais do que aquelas de meia idade; uma maior escolaridade está associada a um menor grau de preconceito; pessoas que tiveram contato prévio com indivíduos não heterossexuais tendem a ser menos preconceituosas do que aquelas que nunca tiveram.

Para Santos (2012), para o homem é muito mais difícil conviver com um homossexual, devido ao receio e preconceito de ser comparado a um “gay”, cria-se uma barreira entre o heterossexual e o homossexual. No caso da mulher, as críticas em ter um amigo “homo” masculino são bem menores, mas ao ter uma amiga “lésbica” a situação muda, pois a amizade dar lugar a um suposto interesse afetivo, contudo, as recriminações recaem com mais fervor em cima do homem, favorecendo então na exclusão social destes grupos vulneráveis. Podemos então concluir que existe uma correlação entre o machismo e preconceito homossexual. Fato esse que pode justificar a exclusão de indivíduos homossexuais de grupos afetivos por indivíduos heterossexuais, principalmente do sexo masculino.

Rios (2017) esclarece que a escola se configura como um importante instrumento social de adestramento dos corpos, e assim, acabam por constituir as identidades de gênero e as formas de ser e de viver a masculinidade e a feminilidade, a homossexualidade e a heterossexualidade. Nesse ambiente os sujeitos “diferentes” acabam por criar mecanismos de sobrevivência dentro dos espaços escolares, por considerar que os mesmos são seus por direito.

Já Ferrari (2014) elucida que essa regulação cria a imagem de um homossexual “aceitável”, que geralmente é aquele que não se transforma em travesti, que não é promíscuo, que não faz sexo em locais públicos, que não desmunheca, que se previne contra contágios e que, sendo discreto, mas fora do “armário”, assume

relações estáveis nos moldes do casamento monogâmico heterossexual e assim passa a ser aceitável em todos os ambientes, inclusive no escolar.

Rios (2017) ainda reforça que os mitos, contemporâneos, criados em torno da homossexualidade, estabelecem noções normativas que atribuem à heterossexualidade o status de sexualidade estável e natural, portanto, “normal”, classificando como anormal toda e qualquer manifestação sexual ou de gênero fora dos padrões estabelecidos pela heteronormatividade.

No que tange a sexualidade no ambiente familiar, Nery (2015) ressalta que a família é o contexto ideal para formação desses indivíduos. No entanto, a forma como isso ocorre depende em muito das peculiaridades de cada família, que pode sentir-se despreparada para a abordagem do tema. Entende-se que manter uma comunicação harmoniosa e eficaz com o filho adolescente pode ser uma das tarefas de maior dificuldade que os pais podem enfrentar, é difícil lidar com a sexualidade de seus filhos quando eles próprios ainda são cercados de tabus e indefinições, alguns deles não possuem base teórica ou histórica para isso, já que, quando adolescentes, o assunto também foi negligenciado por seus pais.

Quando analisamos a relação da religião com a discriminação propiciada por alunos nesse ambiente, podemos ir de acordo com o pensamento de Santos (2012) que nos referencia que a perspectiva que os alunos e professores heterossexuais têm a respeito dos alunos homossexuais pode ser muito diversificada, dependendo de influências como família, religião e a sociedade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos relatos expostos e dos resultados encontrados percebemos que a questão sexual no ambiente escolar, possui muitos viés negativos, ao discutir as possíveis soluções relacionadas às repercussões homossexuais no contexto escolar, deve-se primeiramente destacar a necessidade de oferta e capacitação de professores, que em sua maioria, mesmo sem preparo e conhecimentos relativo a sexualidade, atuam no cenário aqui discutido, procurando resolubilidade para demandas dos alunos homossexuais.

Necessitamos ainda romper as barreiras da discriminação e preconceito, geradas a partir da não compreensão da sexualidade. Faz-se importante a atuação das universidades, na oferta e incentivo de pesquisas relacionadas aos problemas aqui discutidos e dos serviços de saúde, o qual deve atuar em parceria com setor educação, garantindo o bem estar físico, mental e social destes indivíduos, já que a não elucidação das necessidades escolares relacionadas a homossexualidade, alavanca o número patologias e corrobora para o aumento do índice de suicido.

Se faz importante ainda o envolvimento e capacitação da família nesse processo educacional, uma vez que temas que envolvem a sexualidade não é de

responsabilidade exclusiva da escola, dos profissionais de saúde e/ou da esfera governamental, cabe a todos de forma interdisciplinar a oferta de condições necessárias para o crescimento pessoal e psicológico destes indivíduos.

A abordagem da temática na escola ajuda no processo educativo de convivência com a diversidade sexual e de gênero, além de contribuir para o processo de humanização, rompendo estigmas e formando um cidadão/ã consciente das relações sociais a que está submetido.

REFERÊNCIAS

BARSTED, L.L. Conquistas da sexualidade no campo do direito. **Sexualidade - Gênero e Sociedade**, Ano XII, n. 23/24/25, p. 160-172, out. 2005.

Borrillo, D. A homofobia. In T. Lionço & D. Diniz (Eds.), **Homofobia e educação**: um desafio ao silêncio (pp. 14-46). Brasília: Letras Livres. EdUnB. (2009).

DOS SANTOS, Vanessa. **HOMOSSEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR**. Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012.

COSTA, A. B.; NARDI, H. C. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. **Temas em psicologia**, v. 23, n. 3, 2015.

FARIAS, M. O. Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, p. 104-115, 2010.

FERRARI, Anderson; BARBOSA, José Gabriel Couto de viveros. Homossexualidades masculinas e cidade pequena. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 8, n. 11, 2014.

HASSLER, M.L. Direitos humanos e homossexualidade: conquistas e desafios-uma contribuição. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v.3, n.1, p.22. 2010.

Mattar, L. D. (2008). Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. SUR. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, 5, 60-83.

Matthews, C. R., & Adams, E. M. (2008). Using a social justice approach to prevent the mental health consequences of hetero sexism. **Journal Primary Prevent**, 30, 11-26.

RIOS, R.R. **DIREITOS SEXUAIS DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNEROS NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, nd.

RIOS, Pedro Paulo Souza; DIAS, Alfrancio Ferreira. “Então me classificavam como estranho”: entre narrativas na construção do estranho no corpo de professores gays. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, v. 4, n. 11, p. 539-557, 2019.

RIOS, Pedro Paulo Souza; ROCHABARROS, Edonilce; VIEIRA, Andre Ricardo Lucas. Narrativas de vida e formação de professores gays:(auto) biográficas acerca do estranho que habita em mim. **Educação**, v. 42, n. 1, p. 227-240, 2017.

“SOMOS HUMANOS NA RUA”: USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS ATENDIDOS PELO PROJETO PONTO DE CIDADANIA

Alexandra Soares dos Santos

Faculdade Social da Bahia, Curso de Psicologia
Salvador – BA

Ana Paula Almeida dos Santos

Faculdade Social da Bahia, Curso de Psicologia
Salvador – BA

Rafael Antonio Oiticica de Miranda

Faculdade Social da Bahia, Curso de Psicologia
Salvador – BA

Sueli Jesus Santana

Faculdade Social da Bahia, Curso de Psicologia
Salvador – BA

Mônica Coutinho Cerqueira Lima

Faculdade Social da Bahia, Curso de Psicologia
Salvador – BA

RESUMO: A conjuntura da população em situação de rua no Brasil é bastante precária. O problema maior vivenciado por esses grupos é a vulnerabilidade social a qual ficam expostos diariamente, minimizada com a instalação de abrigos e programas implementados pelas Políticas Públicas. O projeto *Ponto de Cidadania* constituiu-se um desses dispositivos que, em parcerias com universidades, oferecia aos graduandos a possibilidade de atuação em suas unidades, e a construção de conhecimentos e de novas tecnologias psicossociais para lidar com uma questão tão complexa e ainda sem

respostas efetivas, no sentido da produção de novos direcionamentos de vida, com cidadania, para essa parcela da população. O objetivo deste artigo é sistematizar a experiência realizada por um grupo de estudantes de Psicologia na disciplina Práticas Integrativas II, da Faculdade Social da Bahia. Trata-se de um relato de intervenção no projeto Ponto de Cidadania, unidade Pela Porco, que partiu da análise das representações sociais das pessoas usuárias de Substâncias Psicoativas atendidas pelo citado projeto, para implementar ações relacionadas a saúde, autocuidado e autoestima. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva e exploratória, com a ida ao local e posteriormente aplicação de oficinas. A experiência levou os estagiários à constatação de que a baixa autoestima da população em situação de rua está relacionada aos estigmas sociais pelos quais são culturalmente identificados. E viabilizou a reflexão sobre a contribuição da/o psicóloga/o para tornar a vida desses moradores mais humanizada numa sociedade tão excludente.

PALAVRAS-CHAVE: População em situação de rua; Representação Social; Projeto Ponto de Cidadania; Exclusão Social; Vulnerabilidade.

“WE ARE HUMAN ON THE STREET”: USERS
OF ALCOHOL AND OTHER DRUGS SERVED

ABSTRACT: The situation of the population in street situation in Brazil is precarious. The biggest problem experienced by these groups is the social vulnerability which are exposed daily, minimized by the installation of shelters and programs implemented by the Public Policy. The *Ponto de Cidadania* project constitutes one of these devices, in partnership with universities, offers graduating students the possibility of work in their units, and the construction of knowledge and new psychosocial technologies to deal with such a complex issue and still unanswered effective in the sense of the production of new directions of life, citizenship, for this population. The purpose of this article is to systematize the experience held by a group of psychology students in the discipline Integrative Practices II, the Faculdade Social da Bahia. This is an intervention project report on *Ponto de Cidadania* unit Pela Porco, which started from the analysis of social representations of people of Psychoactive Substances users assisted by that project, to implement actions related to health, self-care and self-esteem. The methodology used was a descriptive and exploratory research, with the trip to the site and later application workshops. The experience led the trainees to the realization that low self-esteem of the population living on the street is related to social stigmas for which they are culturally identified. And it allowed the reflection on the psychologist helping to make the lives of these more humane residents in a society so exclusive.

KEYWORDS: People on the streets; Social representation; Projeto Ponto de Cidadania; Social exclusion; Vulnerability.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo relata uma experiência de estágio de intervenção com moradores em situação de rua, atendidos pelo projeto Ponto de Cidadania (PC). Tal experiência foi realizada por um grupo de acadêmicos do curso de Psicologia da Faculdade Social da Bahia (FSBA) na disciplina Práticas integrativas II, componente curricular que consiste em produção e execução de projeto de intervenção sobre um tema previamente investigado.

A prática foi norteadada pela adoção de conceitos básicos que fundamentaram as atividades propostas, tais como população em situação de rua (COSTA; RENUCO, 2005), representações sociais (MOSCOVICI; NEMETH, 1974), exclusão (WANDERLEY, 2001) e autoestima (MAIA, 2005). E pretendeu verificar como os usuários do projeto lidam e se expressam, mediante as atividades desenvolvidas em seu espaço. O local de realização foi no projeto *Ponto de Cidadania*, unidade Pela Porco, na cidade de Salvador-BA, espaço que pretende responder a necessidade premente de melhoria das condições de vida das pessoas em situação de rua, via de regra usuárias de substâncias psicoativas. A intervenção intencionou enfatizar a política de autocuidado desses usuários, como possibilidade de inclusão social e ruptura com os estigmas históricos e socialmente construídos. Para alcançar tal

objetivo, foram realizadas oficinas relacionadas a saúde, autocuidado e autoestima, com a participação de profissionais voluntários.

Ao chegarem ao espaço do projeto PC, a equipe de estudantes experimentou situações diversas que retratam a dinâmica dos moradores em situação de rua daquela região. Essa vivência resultou na reflexão sobre os estigmas sociais pelos quais a população em questão é culturalmente identificada. E mostrou a necessidade de uma formação e atuação mais crítica e consciente, por parte dos profissionais de Psicologia, de modo a garantir o atendimento mais humanizado – o que representa um desafio no contexto de uma sociedade tão excludente.

O objetivo desse artigo é apresentar a sistematização dessa experiência, enfatizando a busca de estratégias para compreender a realidade analisada e intervir de forma significativa nas interações sociais desses “invisíveis” da sociedade, através de ações de autocuidado, dispositivos de apreciação de si, poder pessoal e mais conforto nas interações sociais.

Como o trabalho não encerrou com a intervenção no *Ponto de Cidadania*, serão brevemente comentadas outras pesquisas científicas e de extensão, realizadas em contextos semelhantes ou sobre a mesma temática, que fortalecem a necessidade de os profissionais de Psicologia terem um olhar sensível à população em situação de rua, bem como implementarem práticas que possibilitem a inclusão social da população em situação de rua, e ruptura com os estigmas históricos e socialmente construídos.

2 | POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A conjuntura dos moradores em situação de rua no Brasil é bastante precária. O maior problema enfrentado por eles é a vulnerabilidade social a qual ficam expostos diariamente, e que não se alcança um término e sim, talvez, certa diminuição, com abrigos e programas implementados pelas Políticas Públicas. Isso traz como consequência a exclusão social que os empurra para as periferias da sociedade, transformando-os em invisíveis para a população em geral. Além disso, poucos conseguem qualquer tipo de auxílio, como saúde, educação, emprego, e as políticas públicas destinadas a essa população não conseguem atingir a todos.

De acordo com o Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas) de 2016, estima-se que cerca de 102 mil pessoas estão em situação de rua, estudo esse que considerou os dados disponibilizados por 1.924 municípios. Os especialistas envolvidos dizem que esse número tende a aumentar, ainda mais após as reformas trabalhista e da previdência. Junta-se a isso o fato de não se ter um programa de contagem e classificação dessa população, tornando difícil a elaboração e implementação de medidas que os devolvam à plena cidadania.

Historicamente a população em situação de rua foi desconsiderada e

abandonada por toda a sociedade. No entanto, enquanto cidadão brasileiro, cada indivíduo que compõe esse grupo tem estabelecidos seus direitos e deveres, como consta na *Constituição Federal de 1988*, independente de sua cor, raça, religião ou condição social e econômica. A Constituição em seu Artigo 5º, por exemplo, diz que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, não podendo ser violado o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Logo, esse grupo tem total direito em acessar cada um desses fatores “assegurados” por lei (BRASIL, 2010).

Foi também a partir de 1988, com a *Lei Orgânica de Assistência Social*, que o Estado passou a assumir seu compromisso de manter políticas públicas de atenção à população de rua. Contudo, somente em 2009 é que foi dado um passo de maior relevância e efetividade, com a *Política Nacional para a População em Situação de Rua*, instituída pelo Decreto lei 7.053 (BRASIL, 2009), que determina reconhecimento e concretização dos direitos individuais e sociais da população em situação de rua, constituindo uma conquista, principalmente, dos movimentos sociais em defesa dessa população. Mesmo assim, o que ainda se percebe nos últimos anos é a cultura de segregação, preconceito e violência à população de rua. A figura do “mendigo” permeia no imaginário das pessoas. E a representação social difundida é aquela de pessoas preguiçosas, alcoólatras e marginais e que estão nas ruas porque querem “coisas fáceis” (BRASIL, 2010). A mesma ideia recai sobre os usuários de drogas lícitas e ilícitas, o que faz serem enxergados como “marginais” que não possuem nenhum entendimento da situação deles mesmos e de sua relação com nossa sociedade – quase que “não humanos”.

3 | CONCEITOS NORTEADORES DA INTERVENÇÃO

Como a temática aqui exposta trata da atenção às pessoas em situação de rua, foi necessária a adoção de alguns conceitos básicos que fundamentaram a elaboração do projeto, bem como a etapa de intervenção que aqui será sistematizada. Nesse aspecto, entendemos população em situação de rua conforme denominada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (COSTA; RENUCO, 2005) e por estudiosos desse fenômeno. A saber, é um grupo populacional heterogêneo, mas que compartilha de características comuns, como a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular.

Dentro do grupo populacional analisado, fez-se um recorte dos usuários de álcool e outras drogas, com a intenção de observar a relação entre a representação social deles e o nível de autoestima por eles apresentado. Para isso, tomou-se por base a concepção de Representações Sociais segundo Moscovici e Nemeth (1974, p. 48 *apud* ARRUDA, 2002) que as define como conjuntos dinâmicos de

comportamentos e relações com o meio; ação que modifica uns e outros, a partir de uma lógica própria e uma linguagem particular. Em suma, são ciências coletivas, destinadas à interpretação e à construção da realidade.

Tratar sobre usuários de drogas é considerar sua realidade histórica, enquanto grupo minoritário e visto com inúmeras formas de pré-conceitos, dentro de todos os segmentos da sociedade, sendo em diversos aspectos colocados em posição de inferioridade. Sua representação, portanto, é decorrente da exclusão social a que é submetido. Em vista disso, vale ressaltar a concepção de Wanderley (2001) sobre exclusão segundo o qual, na contemporaneidade, mostra-se diferente das formas anteriormente existentes, uma vez que cria indivíduos desnecessários à sociedade produtiva, renegados ao status de descartáveis e impossibilitados de inserção.

O perfil predominante dos moradores de rua é de homens, entretanto, existem também mulheres que se encontram nesta situação, e por conta do preconceito, da exclusão social e da desvalorização que este sexo sofre, elas são obrigadas a criarem estratégias próprias de sobrevivência para conviverem com os empecilhos e adversidades que são encontrados nas ruas, que vão desde o próprio estigma do sexo na sociedade em si ou na rua, até a maioria das mulheres serem usadas como “moeda de troca” entre eles próprios ser considerado “normal”.

Todas essas situações levam a população em geral a atribuir rótulos às pessoas em situação de rua, tais como loucas, sujas, perigosas, coitadas, vagabundas – estigmas esses que colaboram para que seja ratificado o descaso com essa população. Entende-se estigma, segundo explicitado na cartilha do CFP (2002), *Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*, que diz ser um atributo depreciativo, que designa uma pessoa como anormal, por ela apresentar uma característica de ordem física, psicológica (caráter), social (raça, religião) diferente do grupo estabelecido.

Serem visto como um lixo da sociedade, estar à margem do convívio social é uma realidade vivenciada pela população em situação de rua (PSR). O fato de não serem percebidos e estarem sempre associados a enfermidades como, alcoolismo, tuberculose, HIV, dependência química, fazem acelerar o processo de exclusão dessa dada população que vive em acentuada miséria e inutilidade social. Faz-se necessário fazer uma avaliação profunda das características, histórias, valores, saúde física e mental, táticas de sobrevivência entre outras condições que fundamentem a compreensão dos motivos que levaram essa população a procurar na rua seu refúgio (VARANDA; ADORNO, 2004).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na proposta desenvolvida, compreendeu-se que a política de autocuidado/ autoestima elevada pode ser um instrumento efetivo na ruptura com esse universo

simbólico perverso que acomete as pessoas em situação de rua. Em conformidade com Maia (2005), entende-se a autoestima como a opinião positiva sobre si, que envolve valor ou sentimento que se tem de si mesmo, expresso em amor próprio, somado a todos os outros comportamentos e pensamentos que demonstrem autoconfiança, segurança nas relações e interações com outras pessoas e com o mundo.

É importante também refletir sobre a população em situação de rua diante da atual conjuntura social e política. Sobre isso, o artigo de Silva (2013) aborda o momento da chegada de dois mega eventos ocorridos na Cidade do Rio de Janeiro, situação na qual esses moradores se viram obrigados de forma arbitrária a serem transferidos para outros locais. Um problema social numa sociedade capitalista sendo praticado à revelia, sem o consentimento prévio dessa população, atitude essa tão contestada pelos movimentos sociais há décadas no país. E isso é somente um exemplo do que acontece quando nas grandes cidades se quer esconder as misérias sociais, contradizendo as práticas das Políticas Públicas voltadas a esse grupo e também a própria Constituição Federal.

A representação social culturalmente associada à população em situação de rua é reforçada nos meios de comunicação midiáticos, invisibilizando alguns aspectos da sua realidade, ao mesmo tempo em que ressalta os estereótipos socialmente predominantes. É preciso pensar que “Ao pautar uma matéria, a mídia, ao mesmo tempo em que apresenta e representa determinados acontecimentos, mediados por sua versão dos fatos, estão silenciando outros” (PORTO, 2009, p. 17 *apud* OLIVEIRA; FEITOSA, 2016). Já é de conhecimento de todos que a população em situação de rua tem sido estigmatizada e violentada socialmente de diferentes maneiras. Romper com estas concepções é necessário e urgente; denunciá-las é um compromisso ético-político da Psicologia, para potencializar sujeitos de direitos, ainda que afiliados à rua.

Outras pesquisas enfocam os aparelhos das Políticas Públicas voltadas a essa população. Dentre eles estão Engstrom e Teixeira (2016), que tratam das diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que reconheceu em 2011, frente à heterogeneidade brasileira, a necessidade de um leque maior de modelagens de equipes de atenção básica, dentre essas, as para essa população. Dessa forma, houve nesse ano a normatização das equipes de Consultório na Rua (eCnaR) com modelo de Atenção Primária à Saúde flexível às diversas realidades do país, que tiveram como referências as Unidades Básicas de Saúde/SUS. A eCnaR deve configurar-se, assim, como a principal porta de entrada dessa população para a rede de serviços e deve atuar integrada à Rede de Atenção à Saúde (RAS), assim como a outras redes intersetoriais. A proposta é desenvolver ações de saúde individuais e coletivas, promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde, considerando o contexto de vida da população. Essas equipes são formadas por várias categorias

profissionais, como Enfermeiro; Psicólogo; Assistente Social, Terapeuta Ocupacional, Médico, Agente Social, Técnico ou Auxiliar de Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal dando um caráter interdisciplinar à atuação. Configura-se, portanto, em mais um campo de trabalho para o psicólogo que se interessar em atender a população em situação de rua.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ângela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gêneros. **Cadernos de Pesquisa**. n. 117. p. 127-147, novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: Ministério da Casa Civil, 2009.

BRASIL. **Conhecer para lutar**: Cartilha para formação política. Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua. Movimento Nacional da população de Rua. Outubro de 2010. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Adolescência e psicologia**: concepções, práticas e reflexões críticas / Coordenação Maria de Lourdes Jeffery Contini; organização Sílvia Helena Koller. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 010, de 21 de julho de 2005**. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia-1.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

COSTA, Ana Paula Motta; RENUCO, Adelina Baroni. **População em Situação de Rua**. Relatório de Consultoria, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília-DF, abril de 2005.

ENGSTROM, Elyne Montenegro; TEIXEIRA, Mirna Barros. Equipe “Consultório na Rua” de Manguinhos, Rio de Janeiro, Brasil: práticas de cuidado e promoção da saúde em um território vulnerável. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1839-1848, June 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000601839&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 ago. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2003.

MAIA, Enrique. **Mas, o que é auto-estima?** Publicado em 7/4, 2005. Disponível: <www.impaonline.com.br/Artigos/voce/auto-estima.htm>. Acesso em: 02 abr. 2016.

OLIVEIRA, Francisco José; FEITOSA, Maria Zelfa de Souza. Representações Sociais e População em Situação De Rua: A Visibilidade Construída Pela Mídia. **Revista FSA**, Teresina, v. 13, n. 2, art. 12, p. 226-243, mar./abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12819/2016.13.2.12>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

SILVA, Sonia Ambrozino da. População em situação de rua no Rio de Janeiro: novos tempos, velhos métodos. **Psicologia Política**. v. 13. n. 27. p. 337-350. Maio – Ago. 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v13n27/v13n27a09.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69, Apr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S0104-12902004000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2019.

WANDERLEY, Mariângela B. Exclusão Social. In: **Artimanhas da exclusão**. 2001. Disponível em: <<https://blogpsicologiablog.files.wordpress.com/2011/09/as-artimanhas-da-exclusc3a3o-sawaia-org.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

SEGREGAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS DE 2002 E 2014

Débora Juliene Pereira Lima

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Varginha/MG

Ana Márcia Rodrigues da Silva

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Varginha/MG

Edna Raimunda Teodoro

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Varginha/MG

RESUMO: O mercado de trabalho brasileiro é marcado historicamente pela segregação e discriminação das mulheres. Elas recebem salários inferiores, mesmo sendo mais escolarizadas, e representam minoria na ocupação de cargos de liderança. Diante disto, por meio deste trabalho objetiva-se analisar a segregação de gênero do mercado de trabalho brasileiro. Para isso, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2002 e 2014, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses microdados revelam que há predominância de homens nas funções de chefia, ao passo que as mulheres ocupam, em sua maioria, os cargos subordinados. As categorias de trabalho que pagam as maiores remunerações (como cargos de liderança e profissões como de juiz/a) ainda são

predominantemente ocupadas por homens. Enquanto isso, as mulheres são a maioria no setor de limpeza, por exemplo. Além disso, verifica-se que a proporção de homens com carteira assinada é maior que a de mulheres. Em 2002, os percentuais de homens e mulheres que possuíam carteira assinada eram respectivamente de 31,64% e 24,38%. Em 2014, os respectivos percentuais eram de 41,22% e 34,38%. Os dados também revelaram que as mulheres possuem maior escolaridade que os homens, o que permite concluir que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro não está relacionada com a qualidade produtiva, mas com a segregação.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação; Mulheres; Mercado de Trabalho.

WOMEN'S SEGREGATION IN THE BRAZILIAN LABOR MARKET IN 2002 AND 2014

ABSTRACT: The Brazilian labor market is historically marked by segregation and discrimination of women. They receive lower salaries, even though they are more schooled, and represent a minority in leadership positions. Therefore, this paper aims to analyze the gender segregation of the Brazilian labor market. For this, it used the microdata from the Brazilian National

Household Sample Survey (PNAD), from 2002 and 2014, from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). These microdata reveal that there is a predominance of men in the functions of leadership, while most women occupy subordinate positions. The highest paid categories of work (such as leadership positions and professions as judge) are still predominantly occupied by men. Meanwhile, women are the majority in the cleaning sector, for example. In addition, it appears that the proportion of men with a formal license is higher than that of women. In 2002, the percentage of men and women who had a formal contract was 31.64% and 24.38%, respectively. In 2014, the respective percentages were 41.22% and 34.38%. The data also revealed that women have higher education than men, which allows us to conclude that gender inequality in the Brazilian labor market is not related to productive quality, but to segregation.

KEYWORDS: Segregation; Women; Labor Market.

1 | INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho no Brasil sofreu mudanças que possibilitaram uma maior inserção das mulheres. No entanto, essa inserção foi marcada por desigualdades.

As desigualdades podem ser analisadas pela persistência da segregação ocupacional e setorial. Isto porque, os homens e mulheres não exercem os mesmos tipos de trabalho e também não se distribuem uniformemente entre os setores da atividade econômica (GALLEAZI et al, 2003).

Apesar de terem aumentando seu nível de escolaridade e suas qualificações, as mulheres ainda são minoria na ocupação de cargos políticos e de liderança. Além disso, auferem as menores remunerações.

Por tratar-se de um problema relevante, que afeta a condição de vida das mulheres, por meio deste trabalho objetiva-se analisar a segregação de gênero no mercado de trabalho brasileiro. Para investigar se esses problemas ainda persistem foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes aos anos de 2002 e 2014. Esses microdados foram utilizados para verificar o nível de escolaridade, a taxa de ocupação, o ramo das atividades que as mulheres estão inseridas e a proporção de mulheres e homens que trabalharam na semana de referência.

Este trabalho está dividido em cinco seções. Na segunda seção são apresentadas algumas considerações sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho e as desigualdades de gênero no ambiente produtivo. Na terceira seção é apresentada a metodologia. Na quarta seção estão os resultados e a discussão. Por fim, na quinta seção apresentam-se as considerações finais.

2 | A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

As mulheres se inseriram no mercado de trabalho por volta da segunda metade do século XX. Neste período, sua taxa de participação se ampliou de maneira contínua, sem importantes variações diante das diversas conjunturas econômicas (GALEAZZI et al., 2003).

De acordo com Cheron e Esping (2009), neste contexto abriu-se espaço para inserção feminina no trabalho fora do lar. Isto retratava também uma necessidade econômica por conta perda de valor real dos salários.

Durante a década de 1970 houve expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, especialmente as de classe média. Para Leone e Hoffmann (2004), este fator possibilitou o aumento da contribuição feminina para a renda familiar.

Essa inserção ocorreu em função das transformações no sistema produtivo. Entre elas, destacam-se: o crescimento da urbanização e a expansão dos setores modernos da economia, e também as mudanças nos valores culturais e nas práticas sociais (OLIVEIRA, 2003).

Conforme Oliveira (2003), as conquistas das mulheres durante esse período de transformações foram muitas. Elas passaram a ocupar funções mais valorizadas e qualificadas no espaço profissional. Outra conquista importante foi na legislação. Pode-se destacar a busca pela igualdade e o combate à discriminação no ambiente de trabalho.

Fatores como o aumento da escolaridade, a redução da fecundidade associada à expansão do número de divórcios contribuíram para a inserção das mulheres em cargos tradicionalmente ocupados por homens, como os de direção e chefia. Assim, a mulher deixou de estar vinculada somente ao serviço doméstico e passou a ocupar funções de liderança (MIRANDA; MAFRA; CAPPELLE, 2012).

Segundo Costa e Oliveira (2003), as mulheres alcançaram um espaço significativo no mercado de trabalho. Todavia, sua inserção foi marcada pela a persistência da desigualdade em relação aos homens. Estas desigualdades podem ser observadas entre os rendimentos auferidos e na própria qualidade do emprego.

Desta forma, os homens ainda representam maioria nos postos de trabalho de liderança e auferem as maiores remunerações. Esse aspecto é conhecido como segregação ocupacional de gênero.

A segregação ocupacional é uma condição histórica do mercado de trabalho no Brasil. Ela se manifesta quando os indivíduos tendem a trabalhar em diferentes ocupações, mesmo sendo igualmente qualificados e produtivos. A cor e o gênero acabam sendo os fatores determinantes para a ocupação de certos postos de trabalho.

Nesse sentido, a segregação diz respeito a uma assimetria na contratação de trabalhadores. Esta assimetria ocorre de acordo com o sexo, a cor, a nacionalidade

e a própria qualificação. Com isso, os trabalhadores se concentram em segmentos distintos (RIBEIRO; ARAÚJO, 2016).

A segregação de gênero ocorre quando as mulheres ocupam, majoritariamente, determinadas atividades produtivas e os homens, outras. Isto é evidenciado pelos dados do IBGE do ano de 2009 que revelaram que as mulheres ainda ocupam, em sua maioria, postos de trabalhos relacionados ao seu papel histórico, como o trabalho doméstico, por exemplo.

No que se refere aos rendimentos, as diferenças de rendimentos variam conforme situações ocupacionais ou atributos. As condições de desigualdades nas quais as mulheres se encontram podem ser percebidas nas remunerações inferiores que elas recebem. Essas diferenças de ganhos podem ser verificadas mesmo em situações nas quais elas possuem os mesmos atributos produtivos, o que revela a discriminação vivenciada entre os gêneros (GALEAZZI et al., 2003). Ainda conforme os dados do IBGE, no Gráfico 1 apresentam-se os diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres no ano de 2009.

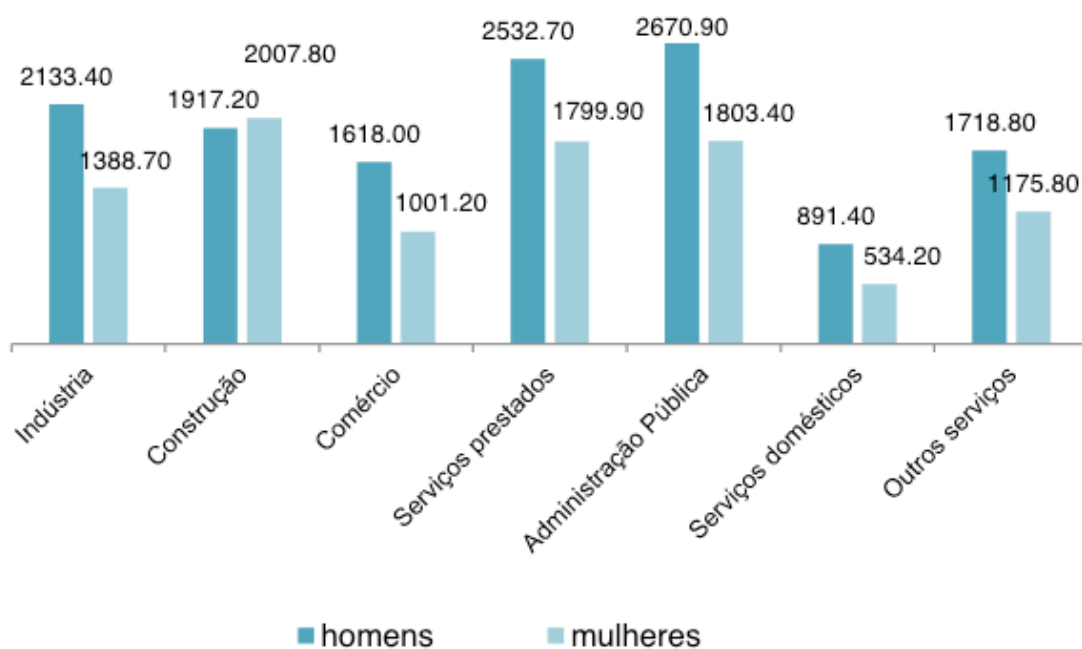


Gráfico 1 – Rendimento médio habitual da população ocupada, com 11 anos ou mais de estudos, segundo grupamentos de atividade em 2009, considerando a média das estimativas mensais

Fonte: IBGE (2010).

Pode-se verificar pelo Gráfico 1 que a renda média das mulheres é menor que a dos homens. A média anual entre os seus rendimentos indicam que as mulheres recebiam 72,3% dos rendimentos dos homens em 2009.

3 | METODOLOGIA

Para investigar a segregação de gênero no mercado de trabalho brasileiro foi realizado um estudo descritivo, transversal com abordagem quantitativa. Neste intuito, foram utilizados os microdados da PNAD dos anos de 2002 e 2014.

A PNAD é realizada anualmente e permite a obtenção de informações demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, escolaridade, rendimentos, categorias de trabalho, entre outras. A PNAD foi escolhida para essa pesquisa em função da sua periodicidade anual. Além disso, ela permite uma investigação das categorias de ocupação e dos indivíduos por posição na ocupação. Para extração dos microdados da PNAD foi utilizado o software STATA.

A partir da extração de dados, para o alcance do objetivo estabelecido, foram realizadas análises por meio de estatísticas descritivas das variáveis: proporção de mulheres e homens que trabalharam na semana de referência; percentual de homens e mulheres por posição na ocupação; percentual de homens e mulheres conforme ocupações específicas; e nível de escolaridade. Os resultados estão apresentados na próxima seção.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 apresenta-se o percentual de homens e de mulheres que trabalharam na semana de referência da pesquisa nos anos de 2002 e 2014.

| Trabalhou | 2002 | | 2014 | |
|-----------|--------|----------|--------|----------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Sim | 65,4 | 41,3 | 64,9 | 44,1 |
| Não | 34,6 | 58,7 | 35,1 | 55,9 |

Tabela 1 – Percentual de homens e mulheres que trabalharam na semana de referência aos anos de 2002 e 2014 no Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs dos anos de 2002 e 2014.

Na Tabela 1, nota-se que em 2002 o percentual de mulheres que trabalharam era de 41,3%, enquanto o de homens era de 65,4%. Já no ano de 2014, o percentual de mulheres que trabalharam aumentou para 44,1%, ao passo que o percentual de homem reduziu-se discretamente para 64,9%. Com isso, percebe-se que os percentuais pouco se alteraram, com ligeiro aumento do percentual de mulheres que trabalharam.

Na Tabela 2, tem-se o percentual de mulheres e homens por posição na ocupação para os anos de 2002 e 2014. Esse percentual revela que a proporção de homens com carteira assinada é maior do que a proporção de mulheres nos dois

anos. Entre os funcionários públicos, as mulheres estiveram em maior número, tanto no ano de 2002 (9,06%), como no ano de 2014 (10,26%).

Os trabalhadores domésticos com carteira assinada e sem carteira assinada foram representados pelas mulheres em sua maioria. A maior parte dos empregadores é formada por homens (5,33% em 2002 e 4,52% em 2014). A proporção de mulheres empregadoras foi de 2,61% em 2002 e 2,33% para o ano de 2014.

| Posição na ocupação | 2002 | | 2014 | |
|---|--------|----------|--------|----------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Trabalhador com Carteira de trabalho assinada | 31,6 | 24,3 | 41,2 | 34,3 |
| Funcionário público | 4,7 | 9,06 | 4,91 | 10,2 |
| Trabalhador sem carteira de trabalho assinada | 22,8 | 13,6 | 16,5 | 12,2 |
| Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada | 0,6 | 4,0 | 0,4 | 4,1 |
| Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada | 0,6 | 13,5 | 0,4 | 9,9 |
| Empregador | 5,3 | 2,6 | 4,5 | 2,3 |
| Não remunerado | 5,4 | 9,0 | 1,9 | 4,0 |
| Outros | 29,0 | 23,94 | 30,19 | 23,0 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |

Tabela 2 – Proporção de mulheres e de homens por posição na ocupação nos anos de 2002 e 2014 no Brasil (%)

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs dos anos de 2002 e 2014.

Segundo Lima et al. (2013), mesmo quando as mulheres se inserem em níveis mais altos de hierarquia, dentro de uma organização, por exemplo, elas sofrem com discriminação. Na tabela a seguir tem-se o percentual de homens e mulheres entre legisladores e cargos de liderança.

| Ocupação | 2002 | | | 2014 | | |
|--|--------|----------|-------|--------|----------|-------|
| | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total |
| Legisladores do poder público | 88,89 | 11,11 | 100 | 88,71 | 11,29 | 100 |
| Dirigentes gerais da Administração Pública | 92,96 | 7,04 | 100 | 94,44 | 5,56 | 100 |
| Diretores de empresas e organizações | 73,56 | 26,44 | 100 | 70,65 | 29,35 | 100 |
| Gerentes de produções e operações | 69,82 | 30,18 | 100 | 65,49 | 34,51 | 100 |

Tabela 3 – Percentual de homens e mulheres em categorias de ocupação de legisladores e de cargos de liderança para os anos de 2002 e 2014 no Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs dos anos de 2002 e 2014.

Com base na Tabela 3, demonstra-se que nas ocupações de legisladores do poder público, as mulheres tiveram menor participação (11,11% no ano 2002 e 11,29% no ano de 2014). Os dirigentes gerais da Administração Pública são homens em sua grande maioria nos dois anos analisados (92,96% em 2002 e 94,44% em 2014). Os diretores de empresas e gerentes de produção também foram representados por homens na sua maioria. Esses dados revelam que os cargos de direção, que estão associados a uma maior remuneração e prestígio social, são ocupados por homens em sua grande maioria.

Por outro lado, no setor de limpeza o cenário se inverte, como pode ser visto na Tabela 4. Essa ocupação foi escolhida por estar ligada ao trabalho doméstico, onde as mulheres sempre foram maioria.

| Gênero | 2002 | 2014 |
|----------|-------|-------|
| Homens | 7,29 | 8,13 |
| Mulheres | 92,71 | 91,87 |
| Total | 100 | 100 |

Tabela 4 – Percentual de homens e mulheres no setor de limpeza nos anos de 2002 e 2014 no Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs dos anos de 2002 e 2014.

Como se mostra na Tabela 4, a atividade de limpeza é caracterizada pela maior participação feminina (92,71% no ano de 2002 e 91,87% no ano de 2014). A participação dos homens nesse setor foi de apenas 7,29% em 2002 e de 8,13% em 2014.

Na Tabela 5, apresenta-se a participação de homens e de mulheres que atuavam como professores/as em diferentes níveis de ensino.

| Nível de ensino | 2002 | | | 2014 | | |
|--------------------|--------|----------|-------|--------|----------|-------|
| | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total |
| Ensino infantil | 0 | 100 | 100 | 3,8 | 96,2 | 100 |
| Ensino fundamental | 6,54 | 93,46 | 100 | 10,21 | 89,79 | 100 |
| Ensino médio | 33,05 | 66,95 | 100 | 38,44 | 61,56 | 100 |
| Ensino Superior | 49,3 | 50,7 | 100 | 48,76 | 51,24 | 100 |

Tabela 5 – Percentual de homens e de mulheres ocupados/as como profissionais do ensino nos anos de 2002 e 2014 no Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs dos anos de 2002 e 2014.

No ano de 2002, os profissionais do ensino infantil eram mulheres na sua totalidade. No ensino fundamental os homens representavam 6,54% e as mulheres 93,46%. Pode-se verificar pelos dados da Tabela 5 que à medida que o nível de ensino se eleva, aumenta a participação dos homens e diminui a participação das mulheres.

Apesar dos homens terem aumentado sua participação nos níveis de escolaridade mais elevada, as mulheres se mantêm como maioria em todos os níveis. No ensino superior, a diferença de participação entre os gêneros é menor do que nos outros níveis de ensino, sendo que em 2014 as mulheres representavam 51,24% do total e os homens 48,76% (Tabela 5).

Isso demonstra que as mulheres representam a maioria dos profissionais no setor da educação. Pode-se perceber, no entanto, que a diferença na quantidade de mulheres e homens na atividade de ensino se reduz na medida em que aumenta o nível de ensino.

Na Tabela 6, têm-se trabalhadores e trabalhadoras das áreas de ciências jurídicas, ciências exatas, ciências da saúde e comunicação nos anos analisados. Pode-se verificar que as mulheres aumentaram sua participação na advocacia (de 39,71% em 2002 para 47,7% em 2014). No entanto, os homens ainda são maioria nessa profissão.

| Profissionais | 2002 | | | 2014 | | |
|---------------|--------|----------|-------|--------|----------|-------|
| | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total |
| Advogado/a | 60,29 | 39,71 | 100 | 52,30 | 47,70 | 100 |
| Juiz | 60,61 | 39,39 | 100 | 61,54 | 38,46 | 100 |
| Dentista | 42,38 | 57,62 | 100 | 43,75 | 56,25 | 100 |
| Médico/a | 51,07 | 48,93 | 100 | 51,00 | 49,00 | 100 |
| Engenheiro/a | 82,72 | 17,28 | 100 | 83,02 | 16,98 | 100 |
| Programador | 69,23 | 30,77 | 100 | 88,75 | 11,25 | 100 |
| Jornalista | 50,60 | 49,40 | 100 | 45,74 | 54,26 | 100 |

Tabela 6 – Proporção de homens e de mulheres que atuam como profissionais da área de ciências jurídicas, ciências exatas, saúde e comunicação nos anos de 2002 e 2014 no Brasil (%)

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs dos anos de 2002 e 2014.

A profissão de juiz/a é ocupada majoritariamente pelos homens (60,61% em 2002 e 61,54% em 2014) e a participação das mulheres nessa profissão se reduziu no período analisado. Na medicina e no jornalismo a participação dos homens e das mulheres é bastante próxima. As profissões de programador/a e de engenheiro/a se destacam por uma participação muito maior de homens (Tabela 6).

Apesar da menor participação das mulheres em ocupações que exigem maior escolaridade, elas são, em média, mais escolarizadas. Na Tabela 7, é possível observar a proporção de homens e mulheres conforme os anos de estudo nos anos

de 2002 e 2014.

| Anos de estudos | 2002 | | 2014 | |
|------------------|--------|----------|--------|----------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Menos de 1 | 25,62 | 23,71 | 19,85 | 18,38 |
| 1 | 4,69 | 3,95 | 3,2 | 2,74 |
| 2 | 5,57 | 5,24 | 4,01 | 3,53 |
| 3 | 6,48 | 6,39 | 4,68 | 4,25 |
| 4 | 10,79 | 10,47 | 8,43 | 7,94 |
| 5 | 7,11 | 6,93 | 5,98 | 5,38 |
| 6 | 4,48 | 4,43 | 4,1 | 3,76 |
| 7 | 4,62 | 4,59 | 4,17 | 3,78 |
| 8 | 7,31 | 7,37 | 8,79 | 8,17 |
| 9 | 2,66 | 2,78 | 3,27 | 3,13 |
| 10 | 2,56 | 2,78 | 3,09 | 3,14 |
| 11 | 11,42 | 13,57 | 18,62 | 20,57 |
| 12 | 0,92 | 1,22 | 2,07 | 2,51 |
| 13 | 0,76 | 0,85 | 1,38 | 1,54 |
| 14 | 0,66 | 0,89 | 1,26 | 1,72 |
| 15 ou mais | 3,76 | 4,24 | 6,89 | 9,23 |
| Não determinados | 0,59 | 0,59 | 0,21 | 9,46 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |

Tabela 7 – Percentual de homens (H) e de mulheres (M) por anos de estudo nos anos de 2002 e 2014 no Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs dos anos de 2002 e 2014.

Nota-se na Tabela 7, que 25,62% dos homens e 23,71% das mulheres tinham menos de um ano de estudo em 2002. No ano de 2014 essa situação melhorou e a proporção, tanto de homens quanto de mulheres, nessa faixa de escolaridade se reduziu. Na faixa de escolaridade de 11 anos ou mais, que representa o ensino superior, a proporção de mulheres é maior nos dois anos analisados. Pode-se observar também que, à medida que a escolaridade avança, aumenta-se o percentual de mulheres.

Com base na Tabela 7, demonstra-se ainda que o grau de escolaridade aumentou de maneira geral do ano de 2002 para o ano de 2014, com destaque para o grupo com mais de 11 anos de estudo. Ou seja, tratam-se de indivíduos com curso superior.

Segundo Lima et al. (2013), embora as mulheres tenham uma escolaridade superior a escolaridade dos homens, quando se eleva o nível hierárquico no trabalho, menos mulheres são encontradas. Esta ideia foi evidenciada com os dados apresentados anteriormente.

Com isso, as estatísticas descritivas revelam que no mercado de trabalho brasileiro há segregação de gênero nos anos de 2002 e 2014. As mulheres estão

inseridas principalmente em atividades de serviços domésticos, limpeza, dentre outros. Nas atividades de ensino, a proporção de mulheres diminui na medida em que aumenta o nível de ensino. Por outro lado, os homens ocupam a grande maioria dos cargos de direção, gerência e de legislador/a. Apesar disso, as mulheres apresentaram maior escolaridade média que os homens. Esses dados revelam que o mercado de trabalho brasileiro segrega as mulheres.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho brasileiro é historicamente caracterizado pela segregação de gênero. As mulheres ocupam, na sua maioria, determinados postos de trabalho que, em geral, pagam as menores remunerações. Essa inserção desigual das mulheres e a segregação que elas sofrem foi o tema central desse trabalho.

O objetivo foi identificar se ainda persiste a segregação de gênero no mercado de trabalho brasileiro nos anos de 2002 e 2014. Para isso, foi apresentado um breve histórico da trajetória da inserção das mulheres nesse mercado. Os microdados das PNAD mostraram as ocupações nas quais as mulheres estão inseridas e seus níveis de escolaridade.

Constatou-se que as mulheres ainda ocupam, em sua maioria, as mesmas funções que ocuparam historicamente, como educação e serviços de limpeza, por exemplo. Já nos cargos de diretores/as, gerentes e juízes/as, os homens estão sempre em maior número.

Apesar disso, verificou-se que o nível de escolaridade das mulheres é mais elevado que o dos homens. Isto permite concluir que o mercado de trabalho não avalia somente as qualidades produtivas, mas também o gênero do profissional. As mulheres sofrem discriminação e segregação (não explicada por fatores produtivos), uma vez que auferem as menores remunerações e enfrentam dificuldade para ocupar cargos de liderança, mesmo sendo, em média, mais escolarizadas que os homens.

REFERÊNCIAS

CHERON, C; EPPING, L. Trabalho, gênero, raça e pobreza na região metropolitana de Porto Alegre: análise da realidade e alternativas para modificá-la. In: I SEMINÁRIO SOCIOLOGIA E POLÍTICA UFPR 2009, Curitiba. Sociedade e política em tempos de incerteza, Curitiba, **Sociologia e Política**, 2009, p. 1-14.

COSTA, P. L., OLIVEIRA, S. M. A inserção da mulher nos setores de atividade econômica dos mercados de trabalho metropolitanos: reafirmando as desigualdades. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 3, p. 79-93, 2003.

GALEAZZI, I. M. S. et al. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v.3, 2003.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Revista do Departamento de

Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, v.14, n.2, p.35-58, maio/ago. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA-IBGE. **Pesquisa mensal do emprego-PME**. Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Microdados. 2002 e 2014.

LIMA, G.; CARVALHO NETO, A.; LIMA, M.; TANURE, B.; VERSIANE, F. O teto de vidro das executivas brasileiras. **Pretexto**, Belo Horizonte, v.14, n. 4, p. 65-80, out/ dez 2013.

MIRANDA, A.; MAFRA, F.; CAPPELLE, M. Relações de gênero e poder: um estudo com professoras-gerentes em uma universidade pública. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 110-136, set/out/nov/ dez 2012.

OLIVEIRA, Z. L. C. Trabalho e gênero: a construção da diferença. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 3, p. 111-117, 2003.

RIBEIRO, R.; ARAÚJO, G. S. Segregação ocupacional no mercado de trabalho segundo cor e nível de escolaridade no Brasil contemporâneo. **Nova Economia**. v.26 n.1 p.147-177, 2016.

TERRITÓRIO DE NARRATIVAS: LOCAIS DESTINADOS ÀS MULHERES NOS DISCURSOS PRODUZIDOS NOS MUSEUS DO CENTRO HISTÓRICO BELENENSE

Silvia Raquel de Souza Pantoja

Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Faculdade de Artes Visuais
Belém - Pará

Melissa Walesk de Oliveira Dias Souza

Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Faculdade de Artes Visuais
Belém - Pará

RESUMO: O presente trabalho é uma análise sobre os locais que mulheres ocupam nas narrativas de museus no Centro Histórico de Belém, este que consiste principalmente no Complexo Feliz Lusitânia, abarcando museus – que são sua maior parte em modelo tradicional – e praças. Para tal objetivo foi recorrido a observações diretas destes espaços de museu e aplicado questionário virtual para mulheres, o qual obteve 40 participações. A partir de teorias e discussões voltadas para a área da Museologia e tendo em vista a ausência de mulheres dentro de espaços de memórias que são os museus, podemos pensar e analisar a necessidade social e museológica de se problematizar essas relações, sejam elas com mulheres na posição de artista, na representação de narrativas que uma obra pode transmitir ou em outras atividades relacionadas a estas instituições. Com isto, traçamos nossa pesquisa somente com autoras como forma de buscar bases para este trabalho que também viesse a partir de mulheres. A

exposição museológica funciona como discurso que possui peso no olhar do visitante através da educação não formal, uma vez que possui poder de legitimação de discursos, tornando-os verdadeiros. Entendendo dessa maneira a importância das exposições museológicas, cabe a problematização e discussão acerca da invisibilidade feminina dentro destes espaços, acentuando a necessidade de refletir acerca de suas causas, em como intervir nessa realidade e na pluralidade da questão, acentuando sobre questões inerentes à teoria museológica e ao feminismo.

PALAVRAS-CHAVE: Museu, Museologia, Mulher, Feminismo, Memória.

NARRATIVE TERRITORY: PLACES FOR WOMEN IN THE SPEECHES PRODUCED AT THE MUSEUMS OF THE BELENENSE HISTORIC CENTER

ABSTRACT: This paper is an analysis of the places women occupy in the narratives of museums in the Historic Center of Belém, which consists mainly of the Feliz Lusitânia Complex, encompassing museums - which are mostly traditional models - and squares. For this purpose it was resorted to direct observations of these museum spaces and applied a virtual questionnaire for women, which obtained 40

participations. From theories and discussions focused on the area of Museology and considering the absence of women within the memory spaces that are museums, we can think and analyze the social and museological need to problematize these relationships, whether with women in position of artist, in the representation of narratives that a work can transmit or in other activities related to these institutions. With this, we trace our research only with authors as a way to search bases for this work that also came from women. The museum exhibition works as a discourse that has weight in the visitor's eye through non-formal education, since it has the legitimating power of discourses, making them true. Understanding in this way the importance of museological exhibitions, it is appropriate to discuss and discuss the female invisibility within these spaces, emphasizing the need to reflect on their causes, how to intervene in this reality and the plurality of the issue, emphasizing on issues inherent to museological theory and feminism.

KEYWORDS: Museum, Museology, Woman, Feminism, Memory.

1 | INTRODUÇÃO

Tendo em vista a noção de Museu na qualidade de fenômeno evidenciado por Tereza Scheiner (2005) como:

livre e plural, podendo existir em qualquer espaço, em qualquer tempo. [...] Como fenômeno o Museu está sempre em processo, revelando-se sob múltiplas e diferentes faces. E todas as formas conhecidas de Museu serão vistas como suportes manifestações do fenômeno numa dada realidade (p. 95)

Sendo este um espaço de discussões de âmbito histórico, artístico e social e de tantas outras questões, entende-se a ausência de discursos igualitários, que perpassam a questão de gênero, sexualidade e raça, e de direito à memória neste caso, como uma das maiores problemáticas dos museus como também espaços de política, pois estes devem ser lugares democráticos, pensando assim na inclusão dos diversos agentes da sociedade.

Este trabalho tem a intenção de fazer sua discussão com um pensar direcionado principalmente para o campo da Museologia, fazendo relações a partir dessa área entorno do papel comunicacional, social e educacional do Museu. Pensar como seus discursos produzidos através de exposições podem afetar seus públicos, tendo em voga aqui o público feminino, e problematizando os lugares destinados às mulheres e suas representações nestes locais.

2 | METODOLOGIA

Buscamos utilizar somente autoras como forma de trazer a representação feminina nesta pesquisa desde a bibliografia levantada, o que vemos com extrema importância para demonstrar igualmente a produção de mulheres na academia. Para isto, nos baseamos no que Linda Alcoff (2016) cita ser uma “epistemologia

decolonial revolucionária” acerca de como e por quem o conhecimento é produzido, discorrendo que

O projeto de decolonização epistemológica (e a mudança da geografia da razão) requer que prestemos atenção à identidade social não simplesmente para mostrar como o colonialismo tem, em alguns casos, criado identidades, mas também para mostrar como têm sido silenciadas e desautorizadas epistemicamente algumas formas de identidade enquanto outras têm sido fortalecidas. Assim, o projeto de decolonização epistemológica presume a importância epistêmica da identidade porque entende que experiências em diferentes localizações são distintas e que a localização importa para o conhecimento. (p. 136)

Bem como, faremos uso de documentos direcionados ao Pensar Museológico como o da Mesa Redonda de Santiago (1972), Declaração de Quebec (1984) e a Declaração de Caracas (1992) que foram importantes para trazer novas perspectivas ao campo museal, entendendo seu caráter social, político e educativo, afirmando os museus como locais de práticas de cidadania. Além disso, foram realizadas visitas aos museus do Centro Histórico de Belém como forma de observação direta do espaço e foi aplicado questionário virtual direcionado às mulheres, no intuito de levantar dados a se discutir neste trabalho, o qual obteve 40 participantes.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O centro histórico de Belém é composto principalmente pelo Complexo Feliz Lusitânia – nome este problemático considerando a historicidade local e sua base no colonialismo e vivências violentas –, que consiste em um espaço que engloba: Forte do Presépio (que abarca o Museu do Encontro); Praça D. Frei Caetano Brandão; Palacete das Onze Janelas (também conhecido como Museu Casa das Onze Janelas); Museu de Arte Sacra (antigo Palácio Episcopal); Catedral Metropolitana de Belém; Ladeira do Castelo; Museu do Círio; Museu da Imagem e do Som (MIS-PA) ; Museu do Estado do Pará (MEP) e Museu de Arte de Belém (MABE). Esse complexo apresenta a história de Belém a partir de um olhar colonial que contempla em sua maior parte o homem branco e sua hegemonia. Da arquitetura aos objetos em exposição, pouco se vê de mulheres, seja no acervo exposto ou na produção.

Vamos citar brevemente acerca de algumas exposições destes museus, os quais em sua maioria apresentam exposições permanentes, focando posteriormente na interpretação dos dados levantados com o questionário aplicado.

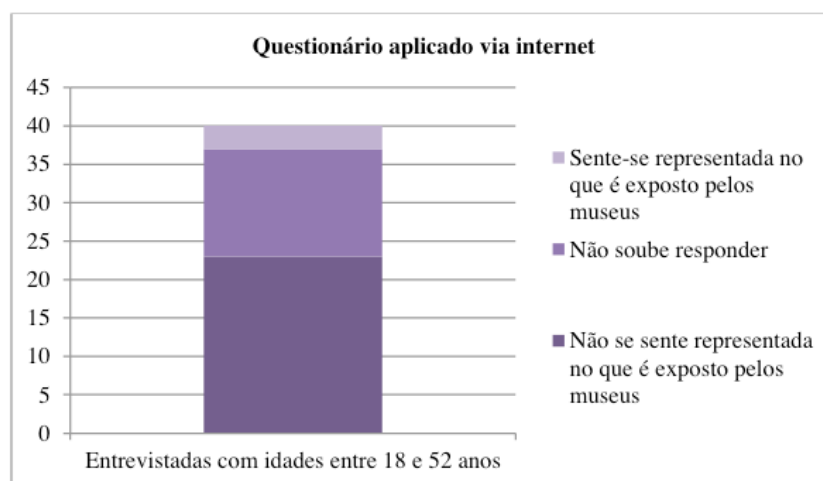
A Casa das Onze Janelas (que atualmente encontra-se fechada para reformas por tempo indeterminado) muda com frequência suas exposições de curta duração, sendo este um espaço voltado para arte contemporânea. Assim, constantemente são expostas obras voltadas às mulheres e exibem artistas locais como Berna Reale, Rosângela Britto, Drika Chagas e Keyla Sobral.

Outro espaço que traz a imagem da mulher é o Museu do Estado do Pará. Este museu possui exposição permanente desde 2008, seu acervo faz referência à história do Pará e seus governos. Há peças que indica como viviam os habitantes

da cidade de Belém, principalmente na Belle Époque, período em que houve um aumento significativo da exportação de arte, moda e costumes da Europa para a região amazônica. Dessa forma, surge o Art Nouveau em Belém, movimento artístico que apresenta novos materiais produzidos a partir de novas tecnologias da revolução industrial, além de forte presença de fauna, flora e imagem da mulher. O MEP que possui diversos acervos referentes à decoração da “bela época”, dispõe de inúmeras peças referentes a esse movimento artístico que exaltava o feminino.

Na exposição de longa duração possui telas que estão dispostas em uma sala, reunindo quadros que foram adquiridos pelo Governo do Estado do Pará antes da institucionalização do museu. Assim, algumas dessas obras utilizam-se da imagem de mulheres como a obra no estilo romântico *A Morte de Virgínia* (1905) de Antônio Parreiras, baseada no romance iluminista francês de Bernardin de Saint-Pierre *Paulo e Virgínia* publicado em 1787; e *Interior de Cozinha* (1907) de Oscar Pereira da Silva, apresentando uma senhora sentada a beira de um fogão a lenha em cozinha de casa com aspecto humilde, em ação comum ao cotidiano e ao ambiente familiar; tendo também uma única tela de autoria feminina, *A Cigana* (s/d) de Cristina Capper Alves de Souza, a qual até o momento da publicação do trabalho não conseguimos mais informações. Além disto, é necessário destacar que o MEP também recebe constantes exposições de curta duração, as quais artistas mulheres e obras que representam o feminino igualmente são presentes em mostras anuais como o Prêmio Diário Contemporâneo de Fotografia e o Arte Pará.

Ao Museu de Arte de Belém atribui-se a importante presença de obras da artista Antonieta Santos Feio – a exemplo do quadro *A Vendedora de Cheiro* (1947) que já foi exposta em exposição do Instituto Tomie Ohtake em 2017 – e Dahlia Déa como as únicas mulheres com obras exibidas na exposição de longa duração. A figura feminina em si, aparece em quadros com representações indígenas como a tela *A fundação da cidade de N. Sra. de Belém do Pará* (1908) de Theodoro Braga e outras telas de estilo romântico na qual retratam mulheres com vestes de moda europeia vide influência da Belle Époque na cidade de Belém.



Assim, partindo para os resultados do questionário aplicado via Internet com

40 mulheres (1 transgênero e 39 cisgêneros) com idades entre 18 e 52 anos, elas informaram visitar museus para conhecer novas culturas; lazer; por interesse profissional; apoio a artistas e pesquisa. Segundo essas mulheres, diversas foram as causas apresentadas para as ausências femininas no museu: a falta de mulheres atuando na área; as representações femininas em segundo plano; a hipersexualização de seus corpos; narrativas não pertencentes às mulheres; visão colonizadora, hegemonia branca e católica lusitânia; *romantização* da história; falta de incentivo dos governos e disponibilização dos espaços públicos para mulheres em suas diversas áreas de atuação; a presença de discursos separatistas entre homens e mulheres; cultura institucionalizada de silenciamento que são reflexos da sociedade patriarcal; falta de divulgação quando há exposições ou trabalhos que abarquem o universo feminino e falta de exploração e pesquisa desse universo. Como positivo, foi citada a representação da imagem de mulheres em quadros e esculturas; momentos em que a pessoa que faz a mediação cita a presença feminina; no geral, concluem que a representação é escassa, mas existente, tanto da mulher amazonida quanto da intencionalidade de artistas paraenses em colocar em voga a mulher no cerne da questão.

As entrevistadas apontaram, ainda, como propostas para solucionar o problema da falta de reconhecimento nos museus, maior incentivo para as visitas às nossas obras de patrimônio; evidencialização da mulher em movimentos culturais locais através dos circuitos artísticos e políticos; dar visibilidade às lutas e conquistas femininas e sua importância para a formação histórico-social; circuitos de eventos e palestras nos museus abordando o tema; abertura dos museus tradicionais aos novos discursos; ressignificação dos acervos históricos já expostos através da evocação de memórias soterradas; maior presença ativa do educativo do museu na comunicação, com aproximação dos grupos universitários; aproximação com a comunidade; implementar mais didática e linguagem acessível na comunicação do museu; incentivo do museu à reflexão; dar visibilidade à mulher negra (tendo em vista que esta é uma luta ainda maior dentro do movimento negro); abertura de editais voltados para o tema e fazer com que as exposições e atividades acerca do tema não abarquem somente o público feminino.

A partir do que foi apresentado pelas mulheres entrevistadas, podemos adentrar um pouco no que tange à teoria museológica, e tratar acerca do que é e do que se propõe a Nova Museologia. Em 1972, a Mesa Redonda de Santiago apresentou algumas ideias do que viria a ser a Nova Museologia. Assim, além de fazer menção à importância da interdisciplinaridade no campo museológico, insere um novo conceito para a ação de museus que é o de Museu Integral, defendendo uma integração dos museus à vida das pessoas atuando em prol de problemas como os de aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos. Dessa forma, o museu é uma instituição com o dever de servir às sociedades as quais faz parte, participando através de seus elementos integrados na contribuição ao desenvolvimento e engajamento das

comunidades nas quais está inserido fazendo relações entre passado e presente, atentando para as realidades vividas, causando reflexões às ações humanas, e, por conseguinte adquirindo uma função social, uma vez que “atribuir um valor cultural é prerrogativa e decisão do campo apropriada a questões da sua realidade, o contexto museológico” (LIMA, 2013).

Nesse contexto, inclui-se também a Declaração de Quebec com princípios base da Nova Museologia, sucedendo a primeira expressão no evento de Santiago, se apresentando como uma museologia de caráter social que se preocupa com questões de âmbito social, cultural e econômica, buscando se consolidar como um movimento interessado em primeiro plano no “desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo em que as associa aos projetos de futuro” (Declaração de Quebec, 1984), aproximando comunidades e seus saberes e fazeres a favor de um desenvolvimento cíclico que respeite a diversidade de seus patrimônios.

Após 20 anos da Mesa Redonda de Santiago, vem a Declaração de Caracas para reiterar com algumas das considerações anteriormente mencionadas no Chile e também estabelecer novas visões acerca do cenário museal e museológico que vinham se constituindo. Esta declaração apresenta apontamentos importantes para se entender o contexto ao qual a América Latina estava passando na década de 1990 demonstrando uma preocupação com o que poderia se seguir no século XXI, bem como expõe as angústias da ausência de política cultural que abrangesse a área, e a iminência de privatizações, retirando as responsabilidades do Estado em relação ao patrimônio cultural, tendência essa que corremos o risco novamente. Assim, a declaração manifesta suas considerações e recomendações acerca das temáticas de comunicação, patrimônio, liderança, gestão e recursos humanos.

No documento de Caracas queremos frisar algumas passagens acerca das considerações da temática de comunicação que diz respeito ao caráter comunicativo do museu como um aparelho que deve proporcionar uma interação entre comunidades, processos e produtos culturais, hoje, esta ação sendo entendida como parte do ato e processo de musealização de acervos:

[...] como signos da linguagem museológica, os objetos não têm valor em si mesmos, mas representam valores e significados nas diferentes linguagens culturais em que se encontram imersos; [...] o processo de comunicação não é unidirecional, mas um processo interactivo, um diálogo permanente entre emissores e receptores, que contribui para o desenvolvimento e o enriquecimento mútuo [...]; [...] na América Latina os museus, geralmente, não são conscientes da potencialidade de sua linguagem o de seus recursos de comunicação, e muitos não conhecem as motivações, interesses e necessidades da comunidade em que estão inseridos, nem seus códigos de valores e significados; [...] o museu é um importante instrumento no processo de educação permanente do indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo sua identidade, consciência crítica e auto-estima, e enriquecendo a qualidade de vida individual e colectiva; (Declaração de Caracas, 1992)

O Museu lida diretamente com o humano, por isso é tido como um aparelho

de representação da sociedade. Dessa maneira, um objeto não transmite somente uma história, ele pode transmitir multiplicidades de significados de acordo com as perspectivas observadas sobre ele. Assim, há um valor social no lugar em que ele se encontra, daí a importância da representatividade nessa espacialidade do museu enquanto território de narrativas e espaço de educação para seus públicos.

Pensar na história e trabalhos de mulheres além de seus corpos, enquanto patrimônio é um exercício de se pensar em como se constitui e por quem. E pensar não somente nos patrimônios institucionalizados, mas também nas demais expressões artístico-culturais que igualmente podem ser entendidas por patrimônio porque fazem parte de uma representação social, mantendo dessa forma uma relevância e que merecem ser valorizados como bens. De acordo com o que Simioni (2011, p. 383) apresenta, expor mulheres pensando nelas dessa maneira e as inserindo em meios majoritariamente masculinos nos permite compreender a particularidade das trajetórias das artistas e obras percebidas em sua materialidade, sem dar autonomia excessiva.

Assim como a arte marginal da literatura de Carolina de Jesus que há muito foi espetacularizada como poetisa negra, pobre e favelada. Só lhe era permitido a fala, a manifestação por escrito de forma pública, enquanto curiosidade vinda da favela, mas a partir do momento que ela queria se lançar como escritora na indústria, deixa de satisfazer a elite e passa a incomodar com o crescente sucesso e com as críticas sociais. Tentam impô-la a máscara do silenciamento, citando Grada Kilomba, desse modo, “Falar é uma espécie de negociação entre quem discursa e quem ouve” (2017, p. 9). Somente depois de seu centenário de nascimento é que a escritora tem sido redescoberta e pesquisada.

A ausência das mulheres negras deve estar em discussão uma vez que são inegáveis os privilégios da mulher branca também em meio às artes. Deve-se compreender a importância do feminismo negro em se fazer presente visto que as necessidades desse grupo são diferentes. Espaços de arte e cultura são importantes no processo de visibilizar negras de maneira não estereotipada respeitando suas artes, histórias, individualidades e pluralidades, de forma que

as desloquem do contexto da escravidão e do lugar da “subalterna”, não estará somente promovendo uma construção de um novo discurso para a historiografia oficial, mas, não incentivando as práticas de racismo e de desrespeito às mulheres negras. SILVA (p. 199, 2017)

Os museus como locais de práticas sociais e territórios simbólicos de narrativas, vinham se expandindo na vida da população brasileira e no âmbito das políticas culturais desde a década de 1970, ocorrendo um fortalecimento desses espaços por meio da resignificação e multiplicação, ou seja, novos museus começaram a surgir, tanto fisicamente como em conceitos. Essa mudança ocorreu, em parte também pelo *boom* dos movimentos sociais, tendo estes efeitos tocado o campo da Museologia e dos museus, pois estes últimos passaram a serem vistos como processos e práticas

culturais de relevância social com a Nova Museologia em detrimento da Museologia Tradicional.

Instituições como Museus possuem uma forte narrativa de legitimação de discursos. A exposição e a forma como o acervo é exposto carrega um discurso que será embasado por peças e diferentes contextos. Acervos são, geralmente, compreendidos como provas físicas do que ocorreu na história, e museus como instituições que pesquisam e aceitam essa verdade. Quando uma peça é retirada de seu contexto original e inserida dentro de um contexto museal, ela precisa ser ressignificada, dessa forma, a peça passa por um processo de musealização, adquirindo um novo valor enquanto um objeto de museu.

Segundo Lima (2013) “A Musealidade se caracteriza por uma nova ‘realidade’ que empresta ao que interpreta um toque diferenciador, exclusivo, marcado pela distinção”. Assim, podemos entender o espaço de museu como um aliado à visibilidade dada a grupos silenciados ao longo da organização da história social. Essa questão tem sido uma discussão da Nova Museologia, que compreende a arte e a história não como espaços de verdades e respostas, mas sim de reflexões, indagações e desconstruções. Quando uma exposição é montada omitindo a existência de mulheres, o museu está deixando de ser um espaço democrático e segue reafirmando identidades sociais criadas no contexto colonialista que fortalece certas identidades em detrimento de outras que são silenciadas e desautorizadas. Dessa forma, para Djamila Ribeiro (2017) referente ao que Alcoff fala sobre as identidades criadas em uma lógica colonial,

[...] o objetivo principal ao confrontarmos a norma não é meramente falar de identidades, mas desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar. [...] entender como poder e identidade funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades. [...] as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimentos de outros. (p. 31)

O feminismo passou por uma questão de aprisionamento em relação a uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, situação essa que segundo Sueli Carneiro (2003) foi consequência da

[...] incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. (p. 118)

Assim, as mulheres sempre foram silenciadas e invisibilizadas acerca de suas atuações ao longo da história, sendo elas, segundo a historiadora Soihet (2016, p. 215), subalternizadas na sociedade brasileira em geral “por suas supostas fragilidade e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária” e em prol de um protagonismo patriarcal.

4 | CONCLUSÕES

No campo das artes as mulheres estiveram presentes de forma sexualizada, com seus corpos nus em quadros e esculturas que ajudavam e ainda ajudam a reafirmar padrões femininos estéticos. Sendo esse um incômodo que parte de mulheres, seus feminismos e entendimentos sob seus corpos, compreende-se o movimento de trazer a história das mulheres para dentro dos museus como uma ação que parte de fora para dentro, mas que deveria ser o contrário. As narrativas que podem ser proporcionadas também através dos objetos de museu, precisam ter um protagonismo feminino e feminista, são memórias que desejam se fazer presentes nestes espaços institucionais para gerar um sentimento de pertencimento e reconhecimento social, podendo quebrar regimes de gênero e sexualidade que enquanto mulheres, nos são impostos.

Podemos refletir o quanto a Nova Museologia tem se preocupado em trazer os museus com suas exposições e atividades cada vez mais para perto das comunidades e seu público. Em Belém, ainda nos encontramos distante ao que se propõe o movimento da Nova Museologia, nos deparamos com museus que não demonstram preocupação em expor temáticas relacionadas às mulheres (cisgêneros ou transgêneros) com a mesma intensidade em que se expõem homens, em obras e artistas. Com isso, os museus presentes no centro histórico também não desenvolvem ações educativas voltadas especificamente às mulheres.

Trazendo para dentro do museu as discussões acerca das ausências de representatividade social que quando notadas podem vir a causar incômodo e fazem com que não nos identifiquemos com o espaço e com as narrativas retratadas, pensa-se em como as mulheres foram e continuam sendo silenciadas dentro desses espaços, seja no acervo, seja dentre artistas. A respeito dessa inquietude com a representação feminina nas exposições de arte, temos o exemplo do grupo Guerrilla Girls que nasce em 1985, na cidade de Nova Iorque, um grupo de mulheres com máscaras de gorila que denunciam o machismo e o sexismo nesses espaços institucionais.

Com a realização do questionário aplicado às mulheres participantes pudemos causar reflexões acerca dos espaços de museu, levantando questões de como somos lembradas a partir dos lugares que ocupamos dentro dos museus? Somos lembradas? Ocupamos de fato estes lugares?

E tendo em vista essas invisibilidades, a constituição de acervos históricos apresenta-se problemática nas ações de exposição e pesquisa. O processo das pesquisas de acervo já é bastante meticuloso, demandando tempo, como também pode ser burocrático, visto que a gestão de instituições museológicas dificultam algumas das vezes a abertura para que seus acervos possam ser pesquisados por pessoas de fora da instituição, uma via de mão dupla que poderia ser seguida, ajudando tanto o pesquisador quanto o museu sendo beneficiado pela pesquisa, possibilitando

a comunicação desses objetos e contribuindo no processo de musealização dos mesmos. Contudo, acervos masculinos, brancos, heteronormativos, europeus e católicos, ou seja, dos grupos social e economicamente dominantes sempre foram priorizados em pesquisas, armazenamento e exposição. Sendo assim, encontramos uma escassez de material para pesquisa e exposição histórica em relação às mulheres, considerando o acervo oposto.

Observamos que as mulheres vêm sendo bastante apresentadas enquanto artistas e motivos em artes nas exposições temporárias, contudo chamamos atenção para as ausências no âmbito das exposições permanentes e que devido ao tempo de inauguração das mesmas, obviamente carecem de reformulações e de um olhar mais contemporâneo acerca de seus objetos e narrativas, buscando ressignificá-los. É preciso, nos museus, um maior movimento em relação às mulheres e seus feminismos, além da preocupação com o público feminino que também precisa estar presente e se sentir representado no museu. Isso pode se dar através da escuta e diálogo do que esse público feminino tem para dizer.

O museu como instituição a serviço da sociedade é local de construção e fortalecimento de identidades. Por isso, o museu deve estar sempre em processo, tal como a sociedade e trazendo para seu âmbito aquilo que é pauta além dos muros da instituição. Demonstrando uma emancipação necessária em relação às narrativas do passado e sem reflexões críticas, e de decolonizar-se.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1. 2016.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49. 2003.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3. 1990.

KILOMBA, Grada. A Máscara. In: **Debate e Pensamento**, 2017.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização: um juízo/uma atitude do campo da museologia integrando musealidade e museália. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 3. 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** 2017.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: **MAST Colloquia-Museu: Instituição de Pesquisa**. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro. 2005.

_____. Museu, Museologia e a 'Relação Específica': considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 3, 2013.

SILVA, Joana A. Flores. Não me olhe como vê: o não lugar das memórias, narrativas e trajetórias das mulheres negras nos museus de Salvador. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 53, n. 9. 2017.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. A difícil arte de expor mulheres artistas. **Cadernos pagu**. 2011.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto. 2012.

TRABALHO, POLÍTICA E GÊNERO: O PAPEL DA MULHER NA HISTÓRIA E O RESGATE DO FEMINISMO

Fernanda Andrade Silva

Universidade Federal de Sergipe, Programa de
Mestrado Profissional em Ensino de História, São
Cristovão – Sergipe.

RESUMO: Este artigo pretende refletir acerca da importância da inserção da mulher na política e no mundo do trabalho no Brasil. Mostra que o sistema de representações construído historicamente criou e recriou estereótipos para a mulher, seja ela trabalhadora ou não. A emergência dos movimentos sociais vem projetando no país outra concepção de cidadania, baseada no trabalho, na vida e na luta social. Foi a partir desse problema que esse artigo procura desenvolver uma investigação cujo resultado se configurasse como uma pesquisa capaz de permitir a compreensão dos fatos acima descritos, investigando, sobretudo, do ponto de vista histórico-cultural, os diferentes condicionantes dessa realidade. Os resultados apontam para uma experiência bem sucedida, mulheres que romperam com a ordem vigente e resolveram se engajar em movimento coletivo exercendo uma cidadania com capacidade para enfrentar os problemas cotidianos da coletividade, da exploração, da miséria, da desigualdade social, muito presente ainda na formação da sociedade brasileira.

PALAVRA-CHAVE: gênero – memória –

política – sindicalismo - trabalho.

WORK, POLICY AND GENDER: THE ROLE OF WOMEN IN HISTORY AND THE RESCUE OF FEMINISM

ABSTRACT: This article reflects on the importance of women's inclusion in politics and the world of work in Brazil. Shows that the system of representations built historically created and recreated stereotypes for women, whether working or not. The emergence of social movements in the country has been designing another conception of citizenship based on work, life and social struggle. It was this problem that this article seeks to develop an investigation whose results are configuring it as a research able to allow the understanding of the above facts, investigating, especially the historical-cultural point of view, different conditions of this reality. The results point to a successful experience, women who broke with the existing order and decided to engage in collective movement exerting a citizenship able to cope with the everyday problems of the community, exploitation, poverty, social inequality, very present still in formation of Brazilian society.

KEYWORD: gender – memory – policy – unionism - job.

1 | INTRODUÇÃO

As transformações sociais ocorridas na década de 60 em Alagoas criaram as condições necessárias para a construção da mulher como sujeito políticos. Isso se deve não somente pela inserção da mulher no mercado de trabalho e à universidade, mas também pela sua própria consciência e participação política na sociedade. Sendo assim, é importante questionar o papel da mulher diante dessas transformações na sociedade brasileira, assim como as atividades em família e o seu papel nesse novo contexto.

A partir dessa perspectiva, discute-se a relação entre mulher e sua participação na política, entendendo que a partir dos anos 60 e bem metade dos 70, o espaço público era reservado ao homem, o qual estava inserido mais facilmente na vida social. Dessa forma, surgiram inquietações, as mulheres envolvidas com a revolução cultural-sexual adentraram o espaço público e político que até então era consagrado a pessoas do sexo masculino, criaram grupos de trabalhadores e trabalhadoras que faziam reivindicações pelos seus direitos e buscavam melhores condições de vida (TELES, 1993. P. 60-61). O fato das mulheres resolverem se organizar em movimentos e sindicatos, demonstra a visão política que elas tinham e o anseio por se tornarem protagonistas da sua própria história.

Este trabalho apresenta reflexões, ao tratar de movimento feminista e trabalho feminino, faz referência à história de mulheres que foram contrárias à ordem vigente de sua época. Sendo assim, os elementos aqui desenvolvidos seguem uma reflexão teórico-históricas explanada por Teles (1993), em sua obra “Breve história do feminismo”, a autora retrata como as mulheres trabalhadoras se reuniram em associações em busca de melhorias no trabalho, e, principalmente, contra a discriminação existente, sendo São Paulo o estado pioneiro no Brasil a despertar para esse movimento, primeiro em associações de bairros e creches e logo após em paróquias da cidade (TELES, 1993.p-75).

Para realização desse trabalho foram importantes os estudos de autores que se preocuparam com a condição feminina e a ruptura de valores acerca do papel da mulher na sociedade brasileira no século XX. Um desses estudos sobre mulher destaca-se o de Heleieth Saffioti (1969), que analisa a estrutura familiar, a educação da mulher, a presença feminina como força de trabalho e as lutas feministas, a fim de compreender o papel reservado a mulher na sociedade; também foram utilizados como aportes teóricos, Teles (1993) e Margareth Rago (2000), em “Trabalho feminino e sexualidade”, que enfatiza a associação entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade social, onde inicialmente a vida pública estava associada ao homem e as mulheres ocupavam cargos secundários, de menor importância ou improdutivo; Maurice Halbwachs (1990), Thompson (1992), Benjamin (1983) que se ocuparam com memória e História Oral, e Jacques Le Goff, em História e Memória. Trata-se, sobretudo de colocar abertamente questões concernente ao modo de análise dos

papéis sexuais e suscitar indagações quanto às formas pelas quais a historiografia recente pode se apropriar do campo do estudo do feminismo.

2 | MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

O termo memória nos remete a princípio, sobre algo relativo às funções psíquicas, as quais se encontram diretamente ligadas a um período de tempo cujo já aconteceu. O ato de lembrar, não é uma ação apenas de um único indivíduo, mas sim pertencente a uma coletividade. De acordo com Maurice Halbwachs (1990), “a memória é um punhado de narrações, que se contrapõem entre si formando as lembranças”. O autor (Halbwachs, 1990) ressalta ainda o poder de exatidão a qual a lembrança tem, quando esta se encontra estribada com as dos outros. Para perceber e sentir a lembrança, Halbwachs evidencia que não há necessidade de presença real de pessoas ou objetos, apenas evocar em pensamento para que as lembranças sejam concretas no determinado presente. Dessa maneira, essa lembrança é uma recriação de um passado em comum, ou seja, de uma memória coletiva e inserida num contexto familiar e social. “Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não confundem.” (HALBWACHS, 1990.p-26)

A consistência de determinada lembrança está sujeita ao valor que o grupo deposita internamente, do contrário, ela se ofusca em detrimento do proveito dos participantes nessa associação. Outro ponto relevante é acerca da memória individual, ela possui a capacidade de se conservar, pois a memória coletiva, isoladamente não explica todos os fatos por si só, senão que as declarações se harmonizem.

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 1990.p-33).

Contudo, a especificidade da história é ligar o passado, ao presente e restaurar essas lacunas existentes. A memória coletiva, como o próprio termo identifica, é a capacidade de transportar relatos, ou depoimentos ainda ferventes de um grupo. Portanto, cada novo ato, tudo se renova, por conseguinte, emergindo novas interpretações. A permanência de certas memórias depende do prolongamento da vida dos indivíduos de cada grupo, pois são essas pessoas que tornarão essas lembranças vivas na sociedade repassando as histórias de geração em geração. “Se a duração da vida humana for duplicada ou triplicada, o campo da memória coletiva, medido em unidade de tempo, será bem mais extenso.” (HALBWACHS, 1990.p-83).

Dessa maneira, segundo Berson (1999), as seleções das imagens são feitas através de mecanismos fisiológicos, estes por sua vez mobilizam o agente propulsor de tudo, que é o cérebro. Portanto, o externo, ou imagem é acoplado ao cérebro

tornando uma única peça (BERSON, 1999.p-14). Ainda de acordo com o autor, o corpo ou matéria é uma ferramenta capaz de exteriorizar e assimilar imagens, criando assim a memória ou lembranças. Eclea Bosi (1994), ao se estudar Berson (1999) afirma que as imagens guardadas são respostas que o próprio corpo desenvolve, a partir de experiências com o meio externo e tudo o que rodeia. (BOSI, 1994.p-44)

Segundo a autora, as imagens exteriores juntamente com a linguagem, por sua vez acabam por se transformar em lembranças. O ato de narrar essas lembranças é justamente a consequência de uma vivência coletiva, de troca de experiências. (BOSI, 1994.p-85). E assim, Eclea Bosi (1994) vai retratar o que Benjamin (1983) aborda mais adiante: A carência de narradores, a escassez de comunicação entre os indivíduos, demonstrando o que é feito com a preservação dessa reminiscência. “Todas as histórias contadas pelo narrador inscrevem-se dentro da sua história, a de seu nascimento, vida e morte. E a morte sela suas histórias com o selo do perdurável ” (BOSI, 1994.p-88). Michael Pollak (1989), assim como Halbwachs (1990), acentua a importância da cultura para memória coletiva, e esta por sua vez é cercada por hierarquias, as quais contribuem para sua singularidade. Toda essa memória acontece em um determinado período e esse fator é, primordial ao se estudar memória. Por isso, Pollak (1989) ressalta que a memória coletiva tem a função de conservar e tornar harmônica o que um determinado grupo tem em comum. “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLACK, 1989. P 07).

Sendo assim, para que esta memória seja perpetuada ela necessita aparecer e a história oral se tornou o principal meio pelo qual, trouxe a tona, discursos os quais estavam à margem da história, denominados por Pollak como memórias subterrâneas. “Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias recorrentes” (POLLACK, 1989.p-02). Diferenciando-se de Halbwachs, Pollack acredita, pois, no seu ponto de vista, que a memória marginal uniformiza e dar maior valorização à história. A partir de um momento em que as memórias são disputadas, o que estava em silêncio é então submerso (POLLACK, 1989.p-03).

Conforme Le Goff (1990) afirma, a memória refere-se à linguagem, como fundamento aglutinador e comportamental do indivíduo e depositado no seu inconsciente. E esse lembrar é algo manipulado pelos grupos dominantes, os quais selecionam o que será ou não esquecido. Para Le Goff (1990), as sociedades sem escrita são preferencialmente denominadas por memória coletiva, distinta, porém pouco abrangente. Para ele, a história coletiva se entremeia tanto aos costumes, que acaba por embaralhar o que é de fato história, e o que hipoteticamente existe. “A história dos inícios torna-se assim, para retomar uma expressão de Malinowski, um “cantar mítico” da tradição” (LE GOFF, 1990, p-370).

Contudo, as primeiras civilizações não detinham a capacidade de escrita,

transmitindo e imortalizando a sua memória através de monumentos e esculturas. O que Le Goff quer especificar é que esse documento quer seja em pedra, ou papel, contém a função de tornar essa recordação célebre. “Todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta” (LE GOFF, 1990, P-374).

Ap princípio Benjamin (1983) vai tratar da escassez de uma narrativa propriamente dita, já que ele mesmo afirma que na atualidade as pessoas tem se distanciado e essa narração só é realmente verdadeira a partir da experiência, do convívio com os outros: “É a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção” (BENJAMIN, 1983, p-198).

Benjamin (1983), assim como Halbwachs (1990), enfatiza que essa memória, ou como ele próprio cita de narrativa, advém de experiências e isso é nada mais, nada menos que a coletividade. Portanto, ele descreve que a história se eterniza a partir do exercício social que é se comunicar.

O conceito de memória remonta das sociedades da antiguidade clássica, como a grega, e seu surgimento inteligivelmente é demonstrado através do mito.

Os gregos da época arcaica fizeram da Memória uma deusa, Mnemosine. É a mãe das nove musas que ela procriou no decurso de nove noites passadas com Zeus. Lembra aos homens a recordação dos heróis e dos seus altos feitos, preside a poesia lírica (LE GOFF, 1990.p-378).

Em “*O Narrador*”, Benjamin (1983) deixa evidente a crítica que faz a sociedade moderna, com sua problemática central, que é o aparecimento de uma nova forma de fazer história, ou seja, de que tudo mudou. Assim, preocupa-se com a coletividade, já que não há trocas de experiências, consentindo lacunas temporais entre os sujeitos dessas sociedades contemporâneas, ocasionando um esfacelamento coletivo juntamente com a acomodação dos indivíduos.

3 | HISTÓRIA ORAL

A partir da Nova História, foi possível uma abertura maior de possibilidades de pensar a história. Para essa nova história, os elementos coletivos são importantes no enredo da história, porém o foco particular, os individuais, é valorizado quebrando com os paradigmas tradicionais. Essa nova perspectiva manifestou-se juntamente com o surgimento da Escola dos Annales, assim também como o desenvolvimento da Micro-História, o que transformou o panorama da história contemporânea mundial.

A História Oral se desenvolveu após a II guerra mundial, com a necessidade de conhecer a experiência dos indivíduos da época. Contudo, foi possível repensar a relação passado e presente na história, tornando assim a memória como também uma construção do passado, porém refletidas no presente. Sendo assim, foi possível aos historiadores uma ampliação não apenas nas relações sociais, mas também de técnicas e ferramentas de pesquisa, utilizando outras fontes além da escrita, tornando um auxílio multidisciplinar.

A ideia da história oral como história dos excluídos, dos marginalizados, acabou por se espalhar por todo o mundo através da obra “*A voz do passado: História oral*”, de Paul Thompson (1992), foi um marco e consolidou a percepção de uma história do povo, sendo contrária a história até então concebida como positivista. Obviamente essa nova forma de observar a história foi aceita com fortes resistências, por esse motivo abriu-se uma linha de estudos voltada para a classe dos trabalhadores e das minorias, pois não se admitia a nova conjuntura que diz que o passado é construído segundo as necessidades do presente. Sendo assim, segundo Thompson (1992), a história oral é uma história mais comovente e verdadeira, pois para o autor, as sociedades arcaicas não utilizavam a escrita, tinham que basear tudo de acordo com a cultura e a memorização, ou seja, a história oral sempre foi a história total desses povos.

Dessa maneira, a história oral participa como um importante papel na percepção das representações dos atores sociais sobre a própria história, ampliando e permitindo uma variedade de pontos de vista (THOMPSON, 1992.p-25).

4 | GÊNERO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS MULHERES

A proposta aqui apresentada tem como eixo o papel da mulher na história, refletindo acerca das relações de trabalho, seus valores ideológicos e políticos. Haja vista que são recentes as abordagens historiográficas sobre as mesmas em que se procura transpor o silêncio e a relativa invisibilidade a que estavam relegadas. Por conseguinte, busca-se resgatar as identidades coletivas, concedendo às mulheres a condição de sujeito da história. Segundo Rachel Soihet (1997), os estudos historiográficos sobre mulheres só foram possíveis a partir de uma mudança nos paradigmas do século XX, o qual começou a se dedicar a temáticas que até então se encontrava isoladas da história dita positivista. A História Cultural preocupou-se com identidades coletivas amplas, pluralizando sujeitos como objetos de investigação histórica facultando as mulheres, suas atribuições como sujeitos da história.

Como visto, a história positivista do século XIX foi considerado um retrocesso temático, devido ao seu teor político e público, onde são privilegiadas figuras públicas, excluindo assim as mulheres e os demais grupos pouco explorados. A partir da Escola dos Annales, foi possível o desligamento de uma historiografia que focava temas ideológicos, para se ativer a histórias reais. O Marxismo considerava um tema controverso e problemático, mas a partir da década de 60, correntes revisionistas Marxistas, que já se encontravam a par da história social, concebendo os grupos marginalizados, inclusive as mulheres como objeto histórico.

O desenvolvimento de novos campos como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino. Apoiam-se em outras disciplinas – tais como a literatura, a linguística, a psicanálise, e, principalmente a antropologia – com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Assim, a interdisciplinaridade, uma prática enfatizada nos últimos tempos pelos

A popularização do movimento feminista nos anos 60 contribuiu para o surgimento da história das mulheres. Contudo, as reivindicações ocorridas nos Estados Unidos e em outros países desencadearam mobilizações a favor de universidades dedicadas ao estudo das mulheres. Dessa forma, as diversas pesquisas e estudos no campo da história das mulheres, fez crescer cada vez mais o reconhecimento do seu papel na história e na sociedade.

A importância do estudo da história das mulheres focou não apenas as suas reivindicações trabalhistas e sexistas, mas também uma incorporação e melhoramento na história. Joan Scott (1990) enfatiza a importância do movimento feminista da década de 60 nos Estados Unidos, onde ressalta a política feminina como ponto de partida dessa mudança. Para a autora, existe uma conexão entre a história das mulheres e a política. A partir da rigidez no próprio movimento feminista, em relação à identidade coletiva das mulheres, abre espaço para o questionamento da classe e suas adversidades (SOIHETE, 1997).

Portanto, o enfoque desses estudos é mostrar a relação entre homens e mulheres, e não a mulher a submissão do homem na história. Por esse motivo é criada a categoria de gênero a fim de estabelecer as questões sobre a diferença sexual, porém salientando que a construção social é feita a partir dos papéis de ambos na história, não pode ser estudado separadamente.

A questão de gênero é de suma importância para esta pesquisa, pois a partir da década de 70, o termo gênero foi utilizado para reforçar os estudos acerca da diferença sexual. O gênero se torna uma construção social para distinguir os papéis próprios aos homens e as mulheres. A abordagem de gênero também concerne o aspecto relacional entre homens e mulheres, onde nenhuma compreensão de qualquer um dos dois possa existir através de um estudo que os considere totalmente em separado. “Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos” (SCOTT, 1990.p-03). Sendo assim, gênero serve como recusa as justificativas biológicas de que existe sexo superior ao outro, contribuindo para a construção de identidades próprias.

5 | A LUTA DAS MULHERES

No que se refere às pesquisas voltadas aos movimentos de luta das mulheres, surgem duas vertentes: Os movimentos feministas, que visam à luta por direitos de cidadania das mulheres, e a outra que busca intervir no que não está de acordo.

Nas primeiras décadas do século XX, a mulher passou a trabalhar fora do lar para, muitas vezes, sustentar ou ajudar na renda familiar. Porém, esse trabalho feminino era visto com depreciação, ao passo que essa forma de trabalho era uma construção masculina:

Não é à toa que, até recentemente, falar das trabalhadoras urbanas no Brasil significava retratar um mundo de opressão e exploração demasiada, em que elas apareciam como figuras vitimizadas e sem nenhuma possibilidade de resistência. Sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal (RAGO, 2000.p-579).

Dessa forma, as mulheres tiveram que ultrapassar a barreira dos tabus, além dos assédios sexuais e morais para poder ocupar a vida pública que até então era estritamente masculina. Por sua vez, as mulheres de origem mais humilde e negra, eram qualificadas como destituídas de qualquer direito e cidadania, diferentemente das imigrantes europeias. Mesmo após anos da abolição da escravidão, as mulheres negras ainda permaneciam ocupando trabalhos que a sociedade na época considerava degradantes:

Os documentos oficiais e as estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais revelam um grande número de negras e mulatas entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas, e suas fotos não se encontram nos jornais de grande circulação do período – como o Correio Paulistano e o Estado de S. Paulo ou o Jornal do Comércio e A Noite, do Rio de Janeiro –, ao contrário do que ocorre com as imigrantes europeias (RAGO, 2000.p-583).

O que se enfatizava na época não era o fato das mulheres terem uma rotina exaustiva nas fábricas, ou que recebiam um salário muito abaixo do homem, mas sim que o trabalho feminino estava atrelado ao esfacelamento da família, a moral e os bons costumes. Logo, a mulher trabalhadora era vista como uma figura imoral por almejar um lugar na vida pública, haja vista a mulher está intrinsecamente atrelada à vida privada.

Muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economicistas ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade (RAGO, 2000.p-585).

Com a modernização das cidades, as elites trocaram o mundo rural pelos centros urbanos, e com isso as mentalidades e os costumes também foram se modificando. Porém, as relações familiares continuavam embasadas em um forte teor masculinizado, tanto nas camadas mais ricas, como as menos abastadas. Nesse contexto, o trabalho começou a ser um assunto bastante discutido, mas debatido ao lado da moralidade e relacionado à sexualidade e outras questões que denegriam a imagem da mulher que pretendia trabalhar fora do lar (RAGO, 2000: 589).

Portanto, é importante que saibamos sempre lembrar a luta dessas mulheres pelo espaço público em um país que ainda continua muito estigmatizado pela figura patriarcal e o preconceito. Então, é fundamental conservar a tradição de luta, pois apesar das modernizações, o Brasil ainda carrega fortemente a presença do clientelismo e a violência que perpassa a vida da mulher. As mulheres têm lutado nos

últimos anos para que o espaço público seja de fato democratizado, consolidando assim a questão feminina e a conquista dos seus direitos.

6 | CONCLUSÃO

Ao resgatar neste trabalho um pouco da história de mulheres trabalhadoras, aspectos sobre a questão de gênero, e sua luta em busca de visibilidade política, mostrou que a trajetória de vida dessas mulheres rompeu com a ordem vigente e que elas são protagonistas de uma história que não se resume apenas à vida familiar, mas sim encontraram uma forma de perpetuar seus discursos, suas alegrias e dramas. Por isso, as mulheres exerceram uma cidadania com capacidade para enfrentar os problemas cotidianos da coletividade, da exploração, da miséria, da desigualdade social, muito presente ainda na formação da sociedade brasileira.

Sendo assim, podemos afirmar que o princípio de muitas mulheres militantes que se envolveram com política, inseridas em um projeto coletivo que tinha como objetivo a luta de classe e melhores condições de vida, fez com que as colocassem em papel de evidência. E, com efeito, as conjunturas ligadas ao passado das mulheres as colocavam à margem da vida social daquela época. Elas, por conseguinte, acabam por desbaratar duas hierarquias: a de gênero, e a do poder.

Podemos dizer que a iniciativa dessas mulheres no contexto retratado, fez ressurgir a análise da problemática do papel feminino no trabalho, na vida social e de seu status em evidência. Sabemos o quanto é difícil esgotar um assunto de tão grande dimensão como este, mas é possível uma reflexão a fim de que se dê continuidade desses estudos, pois a história se faz no cotidiano, com pessoas comuns e vidas distintas. Esperamos que a pesquisa realizada, em torno das questões femininas, em especial mulheres trabalhadoras, possa contribuir para levantamentos posteriores que possibilitem análises mais aprofundadas acerca do tema proposto.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho**. 3.ed. São Paulo. Brasiliense, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio Sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8.ed. São Paulo. Cortez, 2002.

_____. **O que é Sindicalismo?** Primeiros Passos. 18.ed. São Paulo. Brasiliense, 1991.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. Trad. José Lino Grünnewald (et. al). São Paulo, Abril Cultural, 1983.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**. São Paulo, Companhia das letras, 1994.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. São Paulo. Banco de dados da Fundação Carlos Chagas, 2007.

- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, s/d. PP. 423-477. São Paulo, 1990.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo. Boitempo, 2004.
- _____. **O Capital**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo. Nova Cultural, 1996. V.1.
- _____. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luiz Cláudio da Costa e Silva. São Paulo. Martins Fontes, 2002.
- PERROT, Michelle. **Práticas da memória feminina**. Revista Brasileira de História. São Paulo, 1989.
- POLLACK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 2 (3), 1989.
- RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade**. In. Mary Del Priori; História das mulheres do Brasil. 3.ed. São Paulo. Contexto, 2000.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovanni. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis. Vozes, 1969.
- SCOTT, Joan W. **Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica**. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife. Corpo e Cidadania, 1990.
- _____. **História das mulheres**. In. BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo. Unesp, 1992.
- SOIHETE, Rachel. **História das mulheres**. In. CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Rio de Janeiro. Campus, 1997.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo. Brasiliense, 1993.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. I. A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.
- VIANNA, Cláudia. **Os nós dos “nós”**: crise e perspectivas da ação docente em São Paulo. São Paulo. Xamã, 1999.

TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERAS(OS) EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: NORMATIVAS BRASILEIRAS

Gabriela Bothrel Echeveria

Centro Universitário Tiradentes, Maceió - Alagoas;

Vivianny Kelly Galvão

Centro Universitário Tiradentes, Maceió - Alagoas;

Verônica Teixeira Marques

Centro Universitário Tiradentes, Maceió –
Alagoas.

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir as políticas públicas no encarceramento da população brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros (LGBT) na última década, a partir dos dados oficiais e de revisão bibliográfica. São usados para isso os dados disponíveis pelo Ministério da Justiça, no levantamento nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2014), o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2015), intitulado Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneras e Intersexuais (LGBTI) nas Américas, bem como análise das portarias e projetos de lei que versam sobre o acolhimento à população LGBT nos Estados de Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo. Estudos como de Campell (et al., 2016) apontam que, desde o momento da prisão até entrada à unidade prisional são marcados por violências (principalmente contra mulheres travestis, transexuais e trans), de modo que tais

violências acabam sendo perpetradas pelos/as próprios/as agentes públicos de segurança. Entendendo que em uma série de situações, o reconhecimento dos seres humanos como sujeitos de direito pode excluir na teoria e/ou na prática outros seres humanos, e como afirma Butler (2017), as estruturas jurídicas, em sua linguagem, constituem um campo do poder, ainda que o aparato jurídico exista, os dados apresentados expressam que pessoas com gênero-divergente do padrão ainda sofrem diversas violações e violências em nosso país. Mesmo o Brasil tendo legislação direcionada à população LGBT, os desafios ainda são muitos, principalmente em relação à segurança.

PALAVRAS-CHAVE: População “T”, cárcere, normativas.

TRAVESTIS, TRANSEXUAL AND TRANSGENDERS IN CARRIER SITUATION: BRAZILIAN REGULATIONS

ABSTRACT: This paper aims to discuss public policies on the incarceration of the Brazilian population of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender / Transgender / Transgender (LGBT) in the last decade, based on official data and bibliographic review. The data available from the Ministry of Justice in the National Survey on Penitentiary Information (INFOPEN, 2014), the

report of the Inter-American Commission on Human Rights (IACHR, 2015), entitled Violence against Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and (LGBTI) in the Americas, as well as analysis of ordinances and bills dealing with the reception of LGBT people in the states of Alagoas, Rio de Janeiro and São Paulo. Studies such as de Campell (et al., 2016) show that from the moment of arrest until entry to the prison unit are marked by violence (mainly against transvestite, transsexual and trans women), so that such violence ends up being perpetrated by own public security agents. Understanding that in a number of situations, the recognition of human beings as subjects of law may exclude in theory and / or practice other human beings, and as Butler (2017) states, legal structures, in their language, constitute a field of. Although the legal apparatus exists, the data presented express that people with gender-divergent standards still suffer various violations and violence in our country. Even though Brazil has legislation targeting the LGBT population, there are still many challenges, especially regarding security.

KEYWORDS: “T” population, prison, normative.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo discutir as políticas no encarceramento da população brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/ Travestis/ Transgêneros (LGBT) na última década, a partir dos dados oficiais e de revisão bibliográfica. Foram utilizados os dados disponíveis pelo Ministério da Justiça, no levantamento nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2014), o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2015), intitulado Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneras e Intersexuais (LGBTI) nas Américas, bem como análise das portarias e projetos de lei que versam sobre o acolhimento à população LGBT nos Estados de Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo. Estudos como de Campell (et al., 2016) apontam que, desde o momento da prisão até entrada à unidade prisional são marcados por violências (principalmente contra mulheres travestis, transexuais e trans), de modo que tais violências acabam sendo perpetradas pelos/as próprios/as agentes públicos de segurança. Entendendo que em uma série de situações, o reconhecimento dos seres humanos como sujeitos de direito pode excluir na teoria e/ou na prática outros seres humanos, e como afirma Butler (2017), as estruturas jurídicas, em sua linguagem, constituem um campo do poder, ainda que o aparato jurídico exista, os dados apresentados expressam que pessoas com gênero-divergente ainda sofrem diversas violações e violências em nosso país.

No direito brasileiro, toda pessoa (física e jurídica) é também sujeito de direito. Entretanto, há alguns sujeitos de direito que não possuem personalidade juridicamente reconhecida. Ocorre que, em uma série de situações, o reconhecimento dos seres humanos como sujeitos de direito pode excluir na teoria e/ou na prática outros

seres humanos. As especificidades atreladas à “essência” da construção do sujeito/pessoa no direito decorrem das escolhas de quem cria as estruturas e de quem as interpretam (CÓDIGO CIVIL, 2002).

Segundo Butler (2017, p. 23), “[a]s estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder”. Aderindo à crítica às categorias de identidade naturalizadas pela estrutura jurídica, vale perguntar junto com a autora qual o sentido de estender a representação a sujeitos cuja construção se dá mediante a exclusão daqueles que não se encaixam na existência normativa não explicitada do sujeito? Sob a ótica dos direitos humanos, a personalidade é um direito reconhecido na Declaração Universal de 1948 das Nações Unidas.

As estruturas jurídicas frequentemente qualificam o sujeito conforme nacionalidade, idade, gênero, etnia etc. Essa qualificação do sujeito retira a generalidade – ser humano considerado em si – e cria especificidades para a pessoa. É neste ponto que a referida crítica de Butler revela o poder e o conservadorismo das estruturas jurídicas de linguagem.

As especificidades das normas jurídicas baseadas em uma identidade de gênero fixa e biologicamente determinada distanciam a aplicação dessas normas – garantidoras e protetivas – daqueles que ficam fora do conceito de sujeito ali estabelecido. Quando quem legisla opta por qualificar o sujeito de direito com base no gênero, revela-se o quão exclusivo se torna o acesso aos direitos naquele país. Os direitos humanos, como normas de direito internacional, criaram mecanismos para fiscalizar, coibir, punir e reparar essas exclusões sistemáticas criadas pelos direitos nacionais.

2 | METODOLOGIA

Este trabalho faz parte da pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes – AL*, e surge como fruto a partir de um levantamento documental acerca das políticas públicas internacionais e nacionais sobre a população LGBT, em especial a população “T”, em situação de cárcere e dos trabalhos públicos sobre a temática.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2015, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos publicou o Relatório intitulado “Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas”. Nos últimos anos os atos de violência perpetrados por forças de segurança do Estado, incluindo atos de tortura, tratamentos degradantes ou desumanos, uso excessivo da força, detenção arbitrária e outras formas de abuso tem sido documentados. De acordo com os dados da Comissão Interamericana de Direitos

Humanos (CIDH), em sua edição de 2015, a qual apresenta um levantamento sobre a violência contra pessoas LGBTI em diversos países da América, principalmente os da América Latina, com efeito, vários Estados Membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) expressaram sua preocupação sobre estes abusos. “[...] foram documentados 43 casos de abuso policial entre janeiro de 2014 e março de 2015; porém a CIDH ressalta os altos níveis de sub-registro de atos de violência, especialmente quando cometidos por agentes estatais [...]” (CIDH, 2015, p.101).

Para a CIDH, o ciclo da violência às pessoas LGBTI ocorre em todas as etapas, desde a custódia policial, captura, transporte e nas instalações das delegacias e centros de detenção, além de abusos como: extorsão em troca de favores sexuais, abuso físico, assédio moral, estupro, situações em que as mulheres transgêneras são obrigadas a despir-se por completo em público, as hostilizando e humilhando (CIDH, 2015).

As informações que chegam à Comissão são preocupantes, à medida que diversos países das Américas notificam a perpetuação de casos de violência à população LGBTI, crimes de tortura, tratamentos desumanos dentro das prisões, delegacias, centros de detenção e demais lugares do sistema prisional.

A comunidade LGBT sofre inúmeras violações de Direitos Humanos, e os casos têm sido foco de denúncias. Segundo o relatório Cidadania LGBT: mapa de boas práticas Brasil - União Européia (2012), o enfrentamento a violações contra tal grupo é uma das bandeiras dos Direitos Humanos, na manutenção e fortalecimento da cidadania de LGBT. “A comunidade LGBT constitui um grupo vulnerável e continua a ser vítima de discriminação, perseguição e de maus-tratos, muitas vezes envolvendo formas extremas de violência” (BRASIL, 2012, p.11). A vulnerabilidade se configura quando as condições existenciais limitam a capacidade de atuação social, retiram ou defasam direitos da pessoa humana, colocando grupos de pessoas em processo de exclusão social. A vulnerabilidade social pode ser entendida como uma dinâmica de interdependências de múltiplas dimensões da condição humana (biológica, existencial e social) e que haja restrição ou limitação no exercício de afirmar tais condições em seu cotidiano (OVIEDO; CZERESNIA, 2015).

As questões de gênero se tornam pauta a partir do momento em que viram palco para violações de pessoas e/ou Direitos Humanos. Corpos, pessoas, vidas são violadas e violentadas todos os dias por fugirem do padrão imposto pela nossa sociedade. Todos os dias pessoas são exterminadas por sua identidade de gênero e orientação sexual. Conforme publicação do “Observatório de Pessoas Trans Assassinadas” da Rede Europeia *Transgender Europe* (TGEU, 2016), o Brasil é o país que mais mata pessoas transgêneras e de gênero-divergente no mundo.

O relatório da TGEU, no ano de 2016, publicado no dia da Memória Trans, notificou 123 assassinatos em nosso país. O segundo país que mais assassina pessoas trans é o México, com 52 casos. Em conformidade com os dados internacionais alarmantes, o levantamento de dados da REDE TRANS sobre a morte

de pessoas trans no país, publicado através do Dossiê A geografia dos corpos de pessoas trans, de 2016, constou com 144 assassinatos registrados de pessoas trans no Brasil (notificados pela imprensa e redes sociais).

No ano de 2017, no Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil, realizado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), temos 179 assassinatos de pessoas trans, sendo 169 travestis e mulheres transexuais e 10 homens transgênero. Lembrando que a subnotificação desses casos é uma triste realidade, dificultando a criação de programas e políticas públicas por falta de dados de canais ditos oficiais, canais governamentais, por exemplo.

No âmbito do direito interno brasileiro, a Constituição Federal de 1988 recepcionou os direitos humanos, insculpindo-os como direitos e garantias fundamentais da República Federativa do Brasil, e consagrou a dignidade da pessoa humana como um dos seus fundamentos – princípio fundamental. Segundo Piovesan (2006), na qualidade de marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil, a Constituição Brasileira de 1988 ineditamente consagra que os direitos e garantias nela expressos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil for parte. Mais do que internacionalizar os direitos humanos, a Constituição de 1988 concedeu o *status* de norma constitucional aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, tratando-os como equivalentes às emendas constitucionais.

Os direitos humanos devem ser protegidos pelo Estado - através de seus governos, instituições e indivíduos -, para garantir o direito à dignidade da pessoa humana. Dentro do contexto da ordem jurídica brasileira, voltando-se o olhar dos Direitos Humanos para a pessoa em situação de cárcere, o Estado não deveria ser o violador na garantia de seus direitos. Faz-se necessário que o Estado resguarde a dignidade humana daqueles/as que cometeram um crime, principalmente em se tratando de um Estado Democrático de Direito: “Não há direitos humanos sem democracia e nem tampouco democracia sem direitos humanos. Vale dizer, o regime mais compatível com a proteção dos direitos humanos é o regime democrático.” (PIOVESAN, 2006, p. 10).

O princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil é o referencial para o sistema de direitos e garantias fundamentais na promoção do desenvolvimento da personalidade de cada pessoa, nos diferentes contextos sociais e culturais.

Note-se que, através do que preceituam os princípios da igualdade e da liberdade, o Estado deve garantir, respectivamente, o igual respeito e consideração moral, social e jurídica aos projetos pessoais de todas as pessoas, bem como as condições objetivas para realização de suas escolhas pessoais, legítimas e justas, e, assim, o exercício de seus direitos, inclusive para pessoas encarceradas. O Sistema formal da Justiça Criminal do Brasil tem como metodologia punir o/a ofensor/a,

através da aplicação, dentre outras, de uma pena privativa de liberdade, após o devido processo legal. No entanto, ao Estado é proibido o emprego de penas cruéis e degradantes (VENTURA, 2010).

De acordo com Galvão e Fernandes (2016), os estudos relacionados à qualidade de vida de pessoas transgêneras têm apontado mais um triste dado, pois os níveis de bem-estar encontram-se abaixo dos indicados quando comparados ao restante da população que se enquadra nos padrões de gênero que a sociedade impõe. Como bem afirmam a autora e o autor, os dados relativos às questões de ansiedade, depressão e suicídio apresentados pela OMS (2016) necessitam de reconhecimento enquanto uma questão prioritária de saúde pública.

Outro fator apontado pela autora e autor refere-se ao papel do Supremo Tribunal Federal em relação à transgeneridade, visto que o “controle realizado pelo Judiciário acaba reorientando ou redesenhando alguns traços das políticas públicas” (GALVÃO; FERNANDES, 2016, p. 124). O exercício da Transcidadania fica então comprometido, visto que seus direitos fundamentais por vezes estão implicados quando observamos as impossibilidades da população trans de ter o acesso a uma sociedade livre, justa e igualitária (GALVÃO; FERNANDES, 2016).

Portanto, ainda que o aparato jurídico exista, os dados apresentados expressam que pessoas com gênero-divergente do padrão ainda sofrem diversas violações e violências em nosso país. Mesmo o Brasil possuindo legislação direcionada à população LGBT, os desafios ainda são diversos, principalmente em relação à segurança dessas pessoas. Para compreender melhor a construção das políticas públicas e legislações que atravessam a temática desse trabalho, o próximo capítulo tratará de como as políticas para a população LGBT, com foco no T, foram elaboradas e qual é/foi o cenário político desses acontecimentos.

A distribuição de pessoas em situação de cárcere no Brasil varia bastante de acordo com cada região, seus fatores políticos, econômicos, culturais e demográficos. O estado de São Paulo tem o maior número de pessoas presas (somando homens e mulheres), seguido de Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente. Como podemos localizar na imagem, o Estado de Alagoas encontra-se na 21ª colocação diante do cenário nacional, com 5.785 pessoas presas.

Ainda de acordo com o relatório, referência nacional dos dados apresentados, em relação às vagas por divisão de gênero destinada nos estabelecimento do país, temos que 75% se referem ao sexo masculino e 7% ao sexo feminino, há ainda 17% de unidades mistas e 1% sem informações.

O encarceramento é predominantemente masculino, ainda que as taxas de aprisionamento feminino venham aumentando consideravelmente, de 2005 a 2014 – população carcerária feminina cresceu 698% no Brasil. Não podemos deixar de lado a raça, cor, etnia da população em cárcere no país, pois “dois em cada três presos são negros” (INFOPEN, 2014, p. 50). Tal propensão pode ser expressa tanto na população masculina quanto na feminina. Em relação à grupos tidos como

específicos (estrangeiros/as, idosos/as, indígenas e população LGBT), apenas 1% dos estabelecimentos possuem celas específicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros e estão localizadas nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A imagem 3 nos sinaliza a pouca adesão às celas especiais no país, mostrando a quantidade de pessoas LGBT alocadas em celas ou alas específicas, um quantitativo de 5% da população total em situação de cárcere (INFOPEN, 2014).

As unidades prisionais do nosso país servem como espaço de cárcere para pessoas em privação de liberdade por terem cometido algum crime e/ou delito, e como apontam as autoras e autor (SANTOS JUNIOR; BEZERRA; MARQUES, 2016) esta privação é prevista pela Constituição Federal do Brasil (1988). Esta pesquisa parte da premissa de que o grupo a ser estudado sofre diversas formas de violação de seus direitos e a condição de gênero divergente do padrão atrelado à condição de encarceramento, colocando tais pessoas à margem da prestação dos serviços públicos essenciais e do acolhimento e tratamento devido, de modo que a vulnerabilidade aumenta em situação de cárcere (CORRÊA; MUNTARBHORN, 2006).

Zamboni (2016) apresenta reflexões e questionamentos sobre o tratamento à pessoa LGBT privada de liberdade, entendendo como se dá a efetivação (ou não) dos direitos humanos no cárcere. Em seu artigo intitulado *“Travestis e Transexuais privadas de liberdade: a (des)construção de um sujeito de direitos”*, o autor buscou então analisar como em um contexto de marginalização – o cárcere – se dá a efetivação de políticas, programas e normativas de respeito à identidade de gênero. Para fazer sua análise, teve como campo um Centro de Detenção Provisória masculino, localizado na Região Metropolitana de São Paulo. Para ele o acesso à justiça dessas pessoas privadas de liberdade acompanhou o processo de redemocratização pelo qual o Brasil passou. O que, de maneira geral, ganhou atenção dos/as defensores/as dos direitos humanos, as discussões dentro dos movimentos LGBT sobre as diferenças entre identidade de gênero e orientação sexual, colocando o assunto em destaque também no âmbito prisional, sem deixar de lado o crescimento alarmante da população encarcerada no país, desde a década de 1990 até os dias atuais.

De acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do Estado de São Paulo, havia 431 travestis e 19 transexuais em suas dependências, distribuídas entre suas 5 coordenadorias regionais. Os dados expressam que a distribuição de Travestis e Transexuais se dá numa relação de aproximadamente uma travesti ou transexual para cada 500 presos. Apesar de irregular, há uma divisão nas unidades – sem um padrão – de alas e celas específicas em cada unidade para separar pessoas LGBT. Tal divisão e distribuição dependiam do arranjo arquitetônico da unidade prisional. Outra prática adotada e notada pelas oitivas é a separação de pratos, copos, talheres e outros utensílios utilizados por essas pessoas (essa separação

acontece, segundo o Zamboni (2016), devido a evidências de correlação entre população LGBT e a epidemia de HIV/AIDS). Não houve registro de homens trans nas unidades masculinas.

Os dados e relatos apresentados apontam que desde o momento da prisão até entrada à unidade prisional são marcados por violências (principalmente contra mulheres travestis, transexuais e trans), de modo que tais violências acabam sendo perpetradas pelos/as próprios/as agentes públicos de segurança (CAMPELL et al., 2016).

A convecção de orientações e recomendações de boas práticas se tornou essencial no papel da criação e execução de normativas, tanto em âmbito internacional como nacional. A ideia gira em torno de não apenas descrever a norma, mas orientar como a norma pode e deve ser aplicada. De acordo com a ONU (2015), através do documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” há uma preocupação com a mudança de valores para a promoção de uma cultura de paz entre pessoas, povos e nações a partir de educação e cultura em Direitos Humanos. Acredita-se que só a partir de uma educação desde o nível mais básico até os últimos níveis que trabalhem com viés permanente e para o futuro, será possível uma mudança de pensamento e de comportamento.

A educação para e em Direitos Humanos, a Cultura da Paz e para o fortalecimento da democracia se torna a única ferramenta que dispomos. Deve-se educar para transgredir tais barreiras, educar no hoje pensando no futuro e sendo realista de que as mudanças acontecerão em longo prazo, mas para chegar até lá é preciso de todos esses esforços documentais, de relatórios, conferências, seminários e afins para propagar a informação e fomentar o diálogo e o conhecimento (ONU, 2015).

De acordo com os dados do Ministério da Saúde, as políticas públicas voltadas para a população privada de liberdade têm passado por inovações. Em 2014, foi publicada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Esta política tem como objetivo garantir o acesso das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional ao cuidado integral do Sistema Único de Saúde, bem como institui o Serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei, vinculado à PNAISP, com o objetivo de redirecionar os modelos de atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, atendendo aos preceitos da Lei 10.216/2001 (Reforma Psiquiátrica e os Direitos das Pessoas com Transtornos Mentais no Brasil).

No âmbito estadual, Rio de Janeiro (2015), São Paulo (2015) e Alagoas (2017) possuem aparatos que coadunam às normativas internacionais e nacionais. No Rio de Janeiro temos a Resolução SEAP nº 558, de 2015 estabelece diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no sistema penitenciário do estado. Já em São Paulo, há o Projeto de Lei nº 998, de 2015, o qual estabelece parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade.

Em Alagoas, em 2017, foi regulamentada uma portaria conjunta entre a Secretaria do Estado de Ressocialização e Inclusão Social (SERIS), Secretaria do Estado da Mulher e dos Direitos Humanos (SEMUDH) e do Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CECD-LGBT) sobre os Direitos da população LGBT recolhida nas unidades prisionais do Estado de Alagoas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema penal ainda define o que é homem ou mulher a partir do sexo biológico. Deste modo, convenções de orientações e recomendações de boas práticas se tornam essenciais no papel da criação e execução de normativas, tanto em âmbito internacional como nacional para a proteção da população “T” em situação de cárcere. Entretanto, cabe destacar a falta de dados disponíveis em canais governamentais sobre a população LGBT em situação de cárcere, o que impede a visibilidade da realidade dessas pessoas e se torna muitas vezes um impeditivo na produção de pesquisas e no fomento às políticas públicas, pois, não se faz política pública sem dados. Outro fator analisado, se refere a não unicidade de uma política nacional de proteção à população LGBT no sistema prisional em nosso país, ficando a critério das/os gestores penitenciários a forma como vão lidar com essa demanda e de como sua equipe será capacitada.

Corroborando com Queiroz (2015, p. 141), “o sistema carcerário brasileiro comete graves erros ao colocar homens trans em presídios femininos e mulheres trans em presídios masculinos”, pois desrespeita o direito a identidade sexual e pode colocar algumas pessoas em situações de assédio, prostituição e estupro. O sistema penal ainda define o que é homem ou mulher a partir do sexo biológico.

Mesmo o Brasil tendo legislação direcionada à população LGBT, os desafios ainda são muitos, principalmente em relação à segurança. Deste modo, convenções de orientações e recomendações de boas práticas se tornam essenciais no papel da criação e execução de normativas, tanto em âmbito internacional como nacional para a proteção da população “T” em situação de cárcere. A ideia gira em torno de não apenas descrever a norma, mas orientar como a norma pode e deve ser aplicada.

REFERÊNCIAS

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Prod. Bruna Benevides Secretária de Articulação Política da ANTRA. Rev. Keila Simpson (Presidenta ANTRA). Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/01/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra6.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2018.

BRASIL. Código Civil (2002). Código civil brasileiro e legislação correlata. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 616 p. Disponível em: <<https://www2.senado.leg>>.

br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%20%20ed.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BRASIL. Projeto apoio aos diálogos setoriais. **Cidadania LGBT**: mapa de boas práticas brasil - união européia. 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/cidadania-lgbt-boas-praticas-brasil-uniao-europeia>>. Acesso em: 5 mai 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 13 ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas**. 2015. Disponível em: <<http://cdsg.oabpr.org.br/wp-content/uploads/2016/11/RelatorioCIDH-ViolenciaPessoasLGBTI.pdf>>. Acesso em 5 abr. 2017.

ESTADO DE ALAGOAS. Secretaria de Estado de Ressoacialização e Inclusão Social Gabinete do Secretário Boletim Interno Nº 150/2017 – Seris – Maceió, 09 de Agosto de 2017. **Portaria conjunta SERIS/SEMUDH/CECD-LGBT**: regulamenta os direitos da população LGBT recolhida nas unidades prisionais do Estado de Alagoas. Disponível em: <http://www.imprensaoficialal.com.br/wp-content/uploads/2017/08/poder_executivo_2017-08-09_completo.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Assembleia Legislativa de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Sistema de Processo Legislativo. **Projeto de Lei nº 998/2015**: Estabelece parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Estado. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1257220>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

GALVAO, Vivianny Kelly; FERNANDES, Adelmo. EM BUSCA DA TRANSCIDADANIA: DESAFIOS NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho - PR, n. 25, p. 115-132, mar. 2017. ISSN 2317-3882. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/860>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

GOVERNO DE ALAGOAS. Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social. **Unidades do Sistema Prisional Alagoano**. Disponível em: <<http://www.seris.al.gov.br/unidades-do-sistema>>. Acesso em 1 jun 2017.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. **Resolução SEAP Nº 558**: de 29 de maio de 2015. Estabelece diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/resolucao_seap_n_558_-_2905201.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MARQUES, Verônica Teixeira; DA SILVA, Waldimeiry Correa (organizadoras). **Políticas públicas de proteção aos direitos humanos**: educação e segurança pública. Santos Júnior, E.; Bezerra, Rosana; Marques, Verônica; Parte I: Educação e formação para os Direitos Humanos. In: O acesso à educação no presídio feminino de Sergipe. Fortaleza: Edições UFC, 2014. 362p.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN-2014). Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3 (<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>)

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Secretaria de Direitos Humanos. Assuntos LGBT. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt>>. Acesso em: 23 jun 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável para Transformar nosso mundo. Eixo V. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

OVIEDO, Rafael Antônio Malagón; CZERESNIA, Dina. **O conceito de vulnerabilidade e seu caráter bio-social**. Interface (Botucatu) [online]. 2015, vol.19, n.53, pp. 237-250. Epub 27-Mar-2015. ISSN 1807-5762. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/2015nahead/1807-5762-icse-1807-576220140436.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

PIOVESAN, Flávia. Direito Constitucional - Módulo V: Direitos humanos e o direito constitucional internacional. **Caderno de Direito Constitucional – 2006**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan_dh_direito_constitucional.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017; p. 7.

REDE TRANS BRASIL. Dossiê: a geografia do corpo das pessoas trans. **Rede Nacional de Pessoas Trans**. Org. Nogueira, S.; Aquino, T.; Cabral, E. Brasil: 2017. Disponível em: <<https://www.agua.catarse.me/transbrasil>>. Acesso em 15 abr. 2018.

SORTO, Fredys Orlando. A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/vj/article/view/14882/8441>>. Acesso em: 14 nov 2017.

TRANSGENDER EUROPE. Projeto de investigação TvT (2016) “Observatório de Pessoas Trans Assassinadas (TMM) Atualização TDoR 2016”. Disponível em: <<http://transrespect.org/es/trans-murder-monitoring/tmm-resources/>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

VENTURA, Miriam. Direitos humanos e saúde: possibilidades e desafios, in: **Saúde e Direitos Humanos**. Ano 7, nº 7, 2010. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/periodicos/saude_direitos_humanos_ano7_n7.pdf>, p. 87 a 100. Acesso em: 25 nov. 2017.

ZAMBONI, Márcio. Travestis e Transexuais privadas de liberdade: a (des)construção de um sujeito de direitos. Revista de Estudos Antropológicos. n 2. Junho de 2016. **Dossiê Antropologia do Direito no Brasil**. Instituto de Investigaciones Antropológicas de Castilla y León, Salamanca: 2016. ISSN: 2387-1555. Disponível em: <https://iiacyl.files.wordpress.com/2016/07/2-n2_zamboni.pdf>. Acesso em 11 mar. 2018.

VADIAGENS DA CIÊNCIA-EXPERIÊNCIA: GINGANDO NUMA RODA MULTIRREFERENCIAL COM CAROLINA DE JESUS, INACYRA FALCÃO E ELZA SOARES

Régia Mabel da Silva Freitas

Doutorado Multidisciplinar e Multi-institucional em
Difusão do Conhecimento

Universidade Federal da Bahia – UFBA
Salvador – Bahia

RESUMO: Este texto investiga as performances de Carolina de Jesus, Inacyra Falcão e Elza Soares na literatura, academia e música como estratégias negras de resistência. A metodologia utilizada foi revisão de literatura negrorreferenciada. Percebeu-se que, cotidianamente, essas incríveis mulheres negras reivindicam pela cidadania plena dos negros em busca da *garantia dos seus direitos civis, políticos e sociais*.

PALAVRAS-CHAVE: performances, Carolina de Jesus, Inacyra Falcão, Elza Soares, estratégias negras de resistência

ABSTRACT: This text inquires the Carolina de Jesus's, Inacyra Falcão's e Elza Soares's performances in literature, in academy and in music as blackness resistance strategies. The methodology was black reference bibliographic review. It was perceived everyday that this wonderfull blacks women claim for citizenship of blacks in pursuit of warranty of their civil, political and social rights.

KEYWORDS: performances, Carolina de

Jesus, Inacyra Falcão, Elza Soares, afro-Brazilian resistance strategies

um
corpo que
como
estandarte
possa invadir o
imaginário do
outro, de modo
que possa tocá-lo
em sua
humanidade e
desarmá-lo em
suas expectativas

(Evani Tavares)

Achei magnífica a proposta curricular de interpretar o Brasil sob o olhar da/ pela Capoeira Angola, aprendendo pelas dimensões mental e física. Essa perspectiva de aprendizagem de metodologia polilógica coaduna com a linha de pesquisa da qual faço parte – Cultura e Conhecimento: Transversalidade, Interseccionalidade e (In)formação. Com esse ineditismo dialógico, fui convidada a entrar numa roda multirreferencial e gingar. O meu maior desafio foi me permitir aprender pela dimensão física. Fugindo dos olhares dos colegas, timidamente, executei alguns leves

movimentos angoleiros em sala.

A Academia já foi um lugar privilegiado de exercitar músculos e mente sem hierarquia entre ginástica e retórica. Como herdeira da visão tradicional, anacrônica e obsoleta que dissocia a intelectualidade da corporalidade, não me senti à vontade numa aula em que o convite é sair logo nos primeiros momentos da dimensão mental. Travei uma luta comigo mesma para executar os movimentos e não parecer resistente por mera rebeldia. Sabia, entretanto, que estava presa ao paradigma acadêmico supracitado. Concomitantemente, admirava os colegas que participavam com afinco.

Os partícipes inspiravam, expiravam, alongavam, caminhavam, aceleravam, desaceleravam, equilibravam, desequilibravam, atacavam, defendiam; eu observava e aprendia. *Jogo?* Sim! *Brincadeira?* Sim! *Dança?* Sim! Mais que isso: *Vadiagem!* Eles só se divertiam: pensavam rápido, golpeavam; pensavam rápido, esquivavam; pensavam rápido, negociavam; sorriam e curtiam. Foi significativo e relevante ver ação e criatividade desses sujeitos históricos – pesquisadores doutorandos – nesse contexto. Indubitavelmente, refletir sobre a Capoeira Angola está para além dos livros...

Oliveira (2006, p. 81) nos ensinou que

não existe a dualidade entre indivíduo e cultura, já que esta é fruto das ações dos sujeitos. Estas, por sua vez, ganham sentido no jogo de significados produzidos pela cultura, fazendo com que consideremos a relação interativa entre sujeito e indivíduo, entre história e estrutura. Opor Ser (estrutura) e Ação (eventos) seria um engano, pois eles são intercambiáveis. Os indivíduos criam suas regras em movimento e fazem do fato social uma ficção frente a seus interesses.

Aprendi muito com vadiagens, vídeos e relatos de angoleiros. Criei até o meu conceito de Capoeira Angola: é um misto de informações corporais e vocais em que impera a diversidade de classe social, etnia, gênero, geração, histórias, experiências e vivências, reverenciando a ancestralidade africana numa roda. Foi interessante também perceber como os cânticos, os instrumentos musicais, as gingas, os ataques, as defesas, os olhares, as pernas, os pés, as cabeças, os equilíbrios, os desequilíbrios, as mandigas são elementos que se entrelaçam em todos os momentos.

Com o intuito de integrar e aplicar conteúdos teóricos e práticos, decidi criar uma roda para gingar com as vadiagens da ciência-experiência (falas desde dentro de estandartes de suas próprias histórias). Para tal, fiz uma chamada de frente para três mulheres negras – Carolina de Jesus, Elza Soares e Inaicyra Falcão – que exibe(ia)m corpos expressivos, um conjunto de informações corporais, vocais e simbólicas adquiridas, arquivadas e utilizadas quando o indivíduo cria (LIMA, 2008).

A escolha deu-se pela majestosa produção e difusão do conhecimento em distintos âmbitos, a saber: literatura, música e academia. Ademais, elas luta(ra)m diuturnamente pela cidadania plena dos negros, carrega(ra)m com dignidade os estigmas escravistas e honra(ra)m a sabedoria dos nossos ancestrais. Destarte,

será muito rica essa roda conceitual na qual sou eterna aprendiz dessas candaces – mulheres guerreiras.

Desde os seus discursos, percebi que essas legítimas representantes da ciência-experiência deram rasteiras na fábula das três raças, no mito da democracia racial, na lógica assimilacionista e na hegemonia científica. Observá-las passarem a perna rente ao chão em um movimento (semi)circular puxando a perna do adversário – visão eurocêntrica – e desequilibrando-o foi fascinante! Sabia, portanto, que aprenderia muito mais ao convidá-las para essa roda e assim o foi. Saímos para o jogo e, junto ao berimbau, entoamos:

Quem vem lá sou eu,

Quem vem lá sou eu,

Berimbau bateu, sou eu angoleira, sou eu

Quem vem lá sou eu,

Quem vem lá sou eu,

Carolina de Jesus, uma mineira de Sacramento que morou com seus três filhos Vera Eunice (2), João José (6) e José Carlos (9) à rua A, barraco nº 9, na favela do Canindé, em São Paulo, foi catadora de papel, leitora e escritora que cursou até o 2º ano primário. Essa apaixonada pelos livros que confessa não saber dormir sem ler e os considera “a melhor invenção do homem” (JESUS, 2005, p. 24), foi descoberta por Audálio Dantas quando foi ao Canindé fazer uma reportagem. Ele teve acesso aos vinte cadernos da autora e publicou o livro Quarto de despejo – diário de uma favelada.

Esse diário, traduzido para 13 idiomas, convidou-nos a conhecer uma literatura-verdade, pois a autora relatou o cotidiano triste e cruel da sua vida na favela. Ela descreveu as lambanças que praticam os favelados – pessoas que possuem corações roxos, chamados por ela de projetos de gente humana ou objetos fora de uso num quarto de despejo –, delatou a luta pela sobrevivência e as relações interpessoais, evidenciando que a única coisa que não existe na favela é solidariedade. Segundo Carolina, eles nem repousam por não terem o privilégio de gozar descanso.

Ela também teceu severas críticas à política nacional, à ineficiência dos serviços públicos brasileiros e questionou a incongruência de morarmos num país fértil em que as pessoas passam fome. A fome, aliás, foi o problema social mais recorrente dessa sua produção literária, ganhando até uma cor: a amarela. A autora afirmou que é preciso conhecer a fome para saber descrevê-la – fato que ela fez com maestria – e sugeriu que o Brasil fosse dirigido por alguém que já passou fome, para saber administrar de maneira mais eficiente já que a fome também é professora.

Nessa obra, essa mulher negra e favelada disparou sagazes e brilhantes metáforas, a saber: considerou a fome a escravidão atual, comparou a eleição a um

Cavalo de Troia que aparece de 04 em 04 anos e dividiu a cidade de São Paulo em cômodos de um lar, considerando o Palácio uma sala de visitas, a Prefeitura uma sala de jantar, a cidade um jardim e a favela um quintal onde jogam lixo. Apesar da pouca escolaridade, a criticidade lúcida da sua prosa evidenciou a sua sabedoria que encanta leitores nacionais e internacionais pela tamanha sensatez.

Carolina entrou nessa roda alternando entre a ponteira e a saída lateral cheia de malícia. Ela deu uma ponteira no preconceito racial, ao evidenciar a ineficiência política na resolução dos problemas sociais – argumentando que o mundo é como o branco quer: repleto de desorganizações –, ao abordar a questão da exploração sexual através do exemplo do açougueiro que dá a carne em troca do corpo da mulher negra – situação da qual seria mais uma das tantas vítimas – e ao valorizar a nossa estética:

Eu adoro minha pele negra e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo do branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado (JESUS, 2005, p.65).

Ciente da sua condição de favelada que lutou diariamente contra os reveses dessa sua difícil realidade, ela criou como alternativa a sua própria saída lateral – a escrita:

Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) É preciso criar esse ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (JESUS, 2005, p.60).

Com esses movimentos alternados diariamente de ataque (ponteira) e defesa (saída lateral), Carolina de Jesus reforçou a tese de que “contendo o movimento, controlando sua intensidade e alcance, o capoeirista adquire a capacidade de estar pronto para agir conforme a situação que se apresente; metamorfoseando um golpe em outro, recuando ou atacando prontamente” (LIMA, 2008, p. 56). Destarte, ela estabeleceu possíveis estratégias de resistência política e social.

Inaicyr Falcão, uma pesquisadora da arte afrobrasileira, doutora, docente universitária, entrou na roda cheia de mandinga, dando martelo e ponteira quase que simultaneamente. Nascida em berço didiano – filha do imortal sacerdote-artista Mestre Didi –, essa também cantora lírica considerou em sua pesquisa sobre dança-arte-educação a tradição como viva, dinâmica, tendo a ver com continuidade, renovação, fortalecimento e reelaboração pela natural necessidade de ampliação e expansão dos valores originais. Ela afirmou que os elementos da tradição podem ser

distinguidos nos espaços compreendidos, assim como com a adoção de filosofias concernentes. Esses elementos são, em si, propiciadores do crescimento e da própria transformação. Entretanto, essa possibilidade de transformar dá-se desde que não se queira impor uma doutrina, uma conversão, mas promover uma reflexão entre os participantes (SANTOS, 2002, p. 115).

a tradição africana atualizada pelos afrodescendentes é autêntica na medida em que é fiel à sua forma cultural, original na medida em que advém da experiência coletiva dos africanos (ética). A tradição cria identidades pois ela é o manancial dos valores civilizatórios e dos princípios éticos (filosóficos) que singularizam a história dos afrodescendentes. A legitimidade da tradição africana dá-se, exatamente, por ela não ser fossilizada no passado, mas uma experiência atualizada no calor das lutas dos afrodescendentes.

Assim, com seu martelo, ela atacou a visão colonizadora que almeja desculturar e despersonalizar nosso legado. Essa pesquisadora sugeriu que respeitássemos a nossa diversidade plural, conhecendo a nós e ao outro sem dicotomias, desmitificando as ideologias e transcendendo os estereótipos já arraigados na nossa sociedade excludente e hegemônica. Para ela, “é preciso adquirir ‘um novo olhar’. Não só da sociedade como um todo, para com a tradição, mas, sobretudo, ‘um novo olhar’ nosso, brasileiros com herança africana, com relação a essa mesma tradição” (SANTOS, 2002, p. 114).

Essa nova visão descolonizadora proposta pauta-se na valorização de nossos talentos criativos e visionários que podem recriar estéticas pluriculturais através de uma construção em rede com interação dialética e alteridade. Para ela,

o alicerce é a relação humana, o respeito ao outro, o respeito às diferenças e a si próprio, transformando indivíduos durante o processo de seu autoconhecimento; indivíduos que, apesar de estarem sufocados numa sociedade onde se sentem negados, possam adquirir uma ação autônoma de comunicação. (...) Este corpo é assim, tem esse gingado, tem esse movimento, tem essa qualidade. (...) O ser humano brasileiro precisa trabalhar sua autoestima, sua plenitude, além de modelos exteriores. Se ficarmos apenas no que existe, não haverá inovação; copiar modelos é negar a criação. (SANTOS, 2002, p. 30-32).

Oliveira (2006, p.118-119) corrobora ao afirmar que

a integração supõe uma abertura, uma flexibilidade, uma vez que seu modo operacional é dinâmico e não estático. (...) É a diversidade que permite uma estética da diferença, um sistema integrado. (...) Em um sistema integrado não é a homogeneidade que dá a tônica da organização social, mas a heterogeneidade. (...) A diversidade é mãe da flexibilidade. É neste sentido que podemos dizer que a diversidade possui uma grande capacidade de adaptação e de ressignificação.

Já a ponteira da Inacyra atacou a tese de que corpo e mente são pólos dicotômicos que não coadunam. Para ela, o corpo é símbolo de poder e instrumento de expressão que traz consigo sua história individual, seus estigmas e sua identidade social. Ela evidenciou ainda o imprescindível diálogo entre os conhecimentos empírico e científico para se empreender uma educação transformadora que respeite a diversidade cultural e supere os entraves etnocêntricos. Assim, reificou que “corpo-mente é um organismo factual que comunica” (LIMA, 2008, p. 109).

Essa acadêmica propôs a “integração do conhecimento intelectual ao conhecimento corporal perceptivo de uma experiência significativa e consciente” (SANTOS, 2002, p. 30), englobando aspectos emocionais, intelectuais, físicos

e espirituais. Além disso, ela sugeriu a socialização dessas experiências para enriquecer a coletividade. Sobre essa valorização de características individuais, analogamente, Lima (2008, p. 110) assim apontou: “evoca-se uma imagem que, como estandarte, invada o imaginário de quem o assiste, mas de tal modo que possa o espectador ser tocado em sua humanidade e desarmado em suas expectativas.”

O nosso corrido, “forma de canto da capoeira angola que concentra grande parte das variantes de diálogo presentes em seu repertório musical.” (TAVARES, 2008, p. 31), samba-rap A Carne composto por Seu Jorge, Marcelo Yuca e Ulisses Cappelletti da extinta banda Farofa Carioca, foi entoado afinadamente pela cantora e compositora carioca Elza Soares. Ei-lo:

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que vai de graça pro presídio

E para debaixo do plástico

Que vai de graça pro subemprego

E pros hospitais psiquiátricos

Que fez e faz história

Segurando esse país no braço

O cabra aqui não se sente revoltado

Porque o revólver já está engatilhado

E o vingador é lento

Mas muito bem intencionado

E esse país

Vai deixando todo mundo preto

E o cabelo esticado

Mas mesmo assim

Ainda guardo o direito

De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar

Em cocorinhas, essa cantora expôs alguns problemas sociais brasileiros (pobreza, violência, emprego, saúde, moradia) com os quais a população negra luta diariamente; infelizmente, já banalizados e vistos como corriqueiros pela sociedade em geral. Numa interpretação visceral, ela, que saiu da favela fluminense Moça Bonita e chegou a ser reconhecida pela BBC de Londres como a voz do milênio, convidou-nos a refletir não sobre uma país de discurso mas de práticas racistas que até hoje coisifica a nossa etnia.

Esse cântico me fez lembrar que “desde os tempos em que se duvidava da existência de nossas almas até nossos dias, quando se duvida de sua competência e capacidade civilizatórias, o negro brasileiro [é] desumanizado, inferiorizado e discriminado (...), estigmatizado como resíduo folclórico de cultura no presente [entretanto] não significa que assim o seja” (OLIVEIRA, 2006, p. 173). Essa mulher, que veio do Planeta Fome e gingou com muita malemolência com os preconceitos raciais que encontrou durante toda a sua carreira artística, ratifica essa assertiva.

Nessa música, ela mostrou que, com essa ginga através de nossas estratégias negras de resistência, constituímos a brasilidade, somos/fomos agentes das nossas próprias histórias e reagimos contra os processos de alienação, higienização étnica e embranquecimento. Unindo as vertentes artística e ideológica, essa intérprete enalteceu a força e a importância dos nossos antepassados. Oliveira (2006, p.18-19) reificou ao afirmar que

seria um engano conhecer o Brasil sem conhecer a história dos afrodescendentes. Seria um engodo compreender o Brasil sem antes conhecer a África. Seria uma lástima procurar entender a realidade social brasileira sem compreender a realidade racial do país. (...) [Os afrodescendentes] souberam, num diálogo criativo com o sistema de dominação, responder não com ódio, mas ternura, não com guerra, mas com sistemas de inclusão, não com lamentos, mas com atitudes estético-sociais à situação desumana a que foram submetidos.

A busca pela cidadania plena – respeito pelos direitos civis, políticos e sociais da nossa etnia – é mais uma luta árdua e diária a que temos que nos dedicar. Assim como a intérprete mostra essa sua ginga nos palcos nos quais se apresenta, é mister que, aliado a discursos críticos e ações coesas contra as desigualdades sociorraciais, continuemos nas nossas vadiagens em quaisquer rodas a entoar sempre

Dá, dá, dá no nego,
No nego você não dá
Dá, dá, dá no nego,
Mas se der vai apanhar
Dá, dá, dá no nego

À guisa de conclusão, ressalto que emergir nesse inusitado campo teórico-prático dessa roda de Capoeira Angola – “misto de brasilidade e africanidade, bailado e luta, música e performance instrumental, teatralidade e realidade” (LIMA, 2008, p. 36) – foi uma experiência bastante prazerosa. A ponteira, a saída na lateral e a malícia da Carolina de Jesus me incentivaram, o martelo, a ponteira e a mandinga de Inacyra Falcão me aguçaram, a cocorinha, a ginga e a malemolência de Elza Soares me engrandeceram como pesquisadora e mulher negra.

Essa plêiade, produtora e difusora do conhecimento, através de suas perspectivas (de dentro pra fora, imbuídas de interrelações dinâmicas e participativas) contribuíram para que eu pudesse (re)olhar o cenário brasileiro de maneira mais crítica. As suas visões de mundo dialogam com as minhas pesquisas que enegrecem a Academia europeizada, a picardia dos seus discursos me apetece pela profundidade do experienciado, pelo jogo político e pela força de cada palavra que “gera e movimenta a energia, o que demonstra seu poder de transformação” (OLIVEIRA, 2006, p. 48).

Ainda que “a elite brasileira, branca, católica e patriarcal, tenha engendrado mecanismos de desqualificação e inferiorização do ser negro” (OLIVEIRA, 2006, p. 84), elas refuta(ra)m. Com as suas respectivas memórias presentificadas em seus próprios corpos (LIMA, 2008), elas robusteceram o meu discurso azeviche com as suas referências socioculturais; ampliando, assim, o meu capital cultural. Agora, entendi por que essa vadiagem da Capoeira Angola é ARTE DE NEGRO... Por mesclar ações significativas historicamente. *Ora, pois!*

Adeus, adeus,
Boa viagem
Eu vou m'embora
Eu vou com Deus
E Nossa Senhora
Eu vou com Deus
No romper da aurora

REFERÊNCIAS

FAROFA CARIOCA. **Moro no Brasil**. Rio de Janeiro: PolyGram, 1998.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2005.

LIMA, Evani Tavares. **Capoeira Angola como treinamento para o ator**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2008.

OLIVEIRA, Eduardo David. **Cosmovisão Africana no Brasil** – elementos para uma filosofia afrodescendente. Curitiba: Editora Gráfica, 2006.

SANTOS, Inaicyra. **Corpo e Ancestralidade**: uma proposta pluricultural de dança-arte-educação. Salvador: EDUFBA, 2002.

UM CORPO NEGRO EM DIÁSPORA NA PRODUÇÃO DE UMA ATENÇÃO À SAÚDE FEMINISTA E ANTIRRACISTA

Lais Alves Porto

Instituto Guanabara

Salvador – Bahia

RESUMO: A produção de uma atenção à saúde orientada pelos princípios do feminismo e antirracismo são ainda recentes nos domínios da teoria e da prática. Os estereótipos de gênero nas mulheres as desqualificam e inferiorizam nas atuações das relações familiares, sociais e de trabalho. Referente aos estereótipos atribuídos a mulher negra, em específico no âmbito do trabalho, são esperados que estas ocupem cargos de serviços domésticos ou que utilizem apenas a força braçal. Deste modo, percebe-se que a mulher negra profissional de saúde está em um local que sofre com opressões interseccionais de gênero e raça. Esta profissional em constante processo de descolonização e desconstrução pode produzir uma atenção à saúde que seja feminista e antirracista, contudo ao mesmo tempo que tem consciência para não reproduzir intervenções danosas, passa por incessantes situações de opressões por permanecer em um lugar que não é destinado a uma mulher negra. O modo como as fonoaudiólogas negras irão exercer a prática profissional está profundamente relacionada à sua formação, aos espaços ocupados, assim como os não ocupados durante a graduação.

A experiência de ser uma fonoaudióloga negra e atuar em especial na área de atenção à saúde mental traz à tona a necessidade de saber lidar com a dupla percepção, do fazer fonoaudiológico feminista e antirracista, além de resistir as opressões sexistas e racistas. Sendo assim, identifica-se a necessidade de que estas profissionais de saúde ao cuidar de outras pessoas também possam ser cuidadas para prosseguir ativas nessa produção de saúde revolucionária.

PALAVRAS-CHAVE: feminismo, anti-racismo, atenção à saúde.

A BLACK BODY DIASPORA IN THE PRODUCTION OF FEMINIST AND ANTIRACIST HEALTH CARE

ABSTRACT: The production of health care guided by the principles of feminism and anti-racism is still recent in the fields of theory and practice. Gender stereotypes in women disqualify and lower them in the actions of family, social and work relationships. Referring to the stereotypes attributed to black women, specifically in the work field, they are expected to occupy domestic service positions or to use only manual force. Therefore, it is clear that the black woman health professional is in a place that suffers from intersectional oppressions of gender and race.

This professional in constant process of decolonization and deconstruction can provide health care that is feminist and anti-racist while being aware not to reproduce harmful interventions, goes through incessant situations of oppression to stay in a place that is not intended for a black woman. The way black speech therapists will practice their professional practice is deeply related to their training, the occupied spaces, as well as the unoccupied spaces during the undergraduate course. The experience of being a black speech therapist and acting especially in the area of mental health care brings up the need to know how to deal with double perception, feminist and anti-racial speech therapy, as well as resisting sexist and racist oppressions. Thus, the need is identified that these health professionals when taking care of other people can also be cared for to continue active in this revolutionary health production.

KEYWORDS: feminism, anti-racism, health care.

1 | INTRODUÇÃO

Durante a elaboração deste trabalho foi perceptível a escassez de material teórico na área da saúde que tenha trabalhado dialogando as formas de opressões, sexismo e racismo, tendo em vista o profissional de saúde, observou-se a existência de produções científicas que abordam sobre o racismo somente com foco na população atendida na produção do cuidado. Com isso, inicialmente faz-se importante despertar o interesse para a elaboração científica deste assunto que será abordado.

O objetivo desse trabalho é descrever teoricamente a percepção da experiência de ser uma fonoaudióloga negra atuante na área da atenção à saúde mental. Reconhecer as implicações da mulher negra com suas memórias despertas e o seu corpo negro em diáspora, visando apresentar como está situada na relação e prática profissional. Deste modo, este trabalho trata-se de um estudo de caráter qualitativo, de natureza descritiva.

Para Collins (2016) existem duas razões importantes para as mulheres negras prosseguirem em realizar a auto avaliação, auto definição e também uma análise centrada na própria mulher negra, destaco a primeira razão, pois significa o ponto de partida para a escrita deste trabalho:

“em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação” (Collins, 2016).

Em detrimento disto uma profissional de saúde negra estar produzindo academicamente sobre o local que está ocupando se faz necessário para a construção de novas e autorais narrativas negras.

A sociedade brasileira é machista, lgbtfóbica, e religiosa, sendo assim exclui qualquer condição de diversidade de gênero ou de opção sexual. Nesse sentido, essa sociedade baseia toda sua forma de existir nestas opressões, seja na relação profissional, familiar, amorosa ou de amizade. No que se refere a relação profissional

a divisão sexual se faz presente visibilizando como a sociedade lida com as questões reprodutivas e a produção do cuidar (FALEIROS, 2007).

No que se refere ao nível privado, para o gênero feminino cabem as funções de procriar, alimentar, lavar, socializar, cuidar e proteger. No mercado de trabalho são destinados, prioritariamente cargos como crecheiras, professoras, enfermeiras, assistentes sociais, nutricionistas, fonoaudiólogas. Ao contrário do gênero masculino, pois participam de todos os cargos desde os de produção até os de direção (FALEIROS, 2007).

Quando racializamos esta divisão de gênero no que tange o campo do mercado de trabalho percebemos que para a mulher negra são destinados outros cargos ainda mais subalternos e inferiores do que em relação ao homem branco e a mulher branca, são serviços como cozinheira, faxineira, servente, cobradora de ônibus ou prostituta (GONZALEZ, 1980).

Dessa maneira identificamos que as relações raciais têm uma notória dimensão espacial, assim como as relações de gênero as quais são construídas em âmbitos espaciais predeterminados. Isso significa que os espaços privados e públicos são vivenciados de forma diferente e também desigual por homens e mulheres, qualificando uns de masculinos e outros de femininos, e por negros e brancos, qualificando uns como capazes e outros como incapazes (RATTS, 2003).

Reconhecemos que a mulher negra está posicionada em um lugar que sofre com o duplo fenômeno opressivo do racismo e do sexismo. Segundo Gonzalez (1980), o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Conclui-se que a intersecção do racismo com o sexismo produz efeitos muito mais violentos sobre a mulher negra. Assim sendo, tem-se no Brasil, essa relação de gênero e de raça que consolida uma determinada hierarquia, em primeiro lugar aparece o homem branco, em segundo a mulher branca, em terceiro o homem negro, e por último a mulher negra (RATTS, 2003).

Em vista disso, quando uma mulher negra ocupa um cargo profissional que não era destinado a ela a opressão racista e sexista se faz muito mais presente do que nos cargos que lhe são reservados no mercado de trabalho formal e informal. As profissões da área da saúde estão baseadas na ideia do cuidar do outro, logo são profissões atribuídas as mulheres, contudo são para as mulheres brancas, apenas as técnicas de enfermagem que são a base braçal do serviço que se reserva o campo para o trabalho das mulheres negras.

Uma mulher negra exercendo outra função na atenção à saúde que não seja como técnica de enfermagem perturba a estrutura que está disposta na sociedade. Quando esta mulher negra tem a percepção de sua mobilização e comportasse de modo que favorece que essas estruturas balancem ainda mais, faz com que a visibilidade para ela aumente e a torna um alvo constante das opressões conjuntas, racismo e sexismo.

Em específico para a temática étnico racial temos que na área da saúde apenas

durante a década de 90, devido uma grande pressão social, a discussão sobre raça reaparece como uma ferramenta analítica e de categoria política (CARNEIRO, 2015). Atualmente a única política pública que elucida sobre racismo e formas de combatê-lo na esfera da atenção à saúde pública é a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) que em 2019 completará 10 anos de oficializada (LÓPEZ, 2012).

2 | DESENVOLVIMENTO

Essa breve contextualização demonstra que em relação ao apoio institucional existe uma indiligência para com a temática étnica racial e em específico a opressão racial, o racismo. Desta maneira a profissional de saúde que se propõem a exercer uma prática de saúde antirracista precisa buscar outras bases teóricas e alinhar a sua prática corriqueira. Visto que ainda necessita encontrar dentro da sua área de atuação suporte para uma execução antirracista.

Temos que evidenciar que para a profissional de saúde ter a perspectiva de construir uma prática em saúde feminista e antirracista ela precisa ter iniciado e/ou estar no constante processo de desconstrução e descolonização da mente. Desconstrução no que se refere a prática feminista e descolonização para a prática antirracista. Por serem opressões diferentes terão modos para combatê-los distintos, logo a profissional de saúde precisa interlaçar conceitos e ações que possam dar conta de uma produção do cuidado que não reproduza tais opressões e que não seja danosa.

A interseccionalidade é uma ferramenta teórico-metodológica utilizada principalmente pelas mulheres negras e/ou pesquisadoras feministas que revelam os processos de interação entre as relações de poder como classe, gênero e raça seja nos contextos individuais ou coletivos (RODRIGUES, 2013). Este passa a ser o termo que muitas ativistas utilizam para caracterizar a sua prática de vida incluindo a profissional, além de denominar uma potente produção científica que na área da saúde ainda precisa conquistar e solidificar o seu espaço.

Para chegar neste modelo de atuação a profissional precisa ter vivenciado espaços que tenham possibilitado a compreensão dessa interseccionalidade, porém visto que é uma mulher negra existem determinados espaços que lhe são impedidos de ser ocupados, desta forma desde o período da formação acadêmica esta mulher está em constante movimento para construir a sua própria reconstrução que viabilize se proteger da violência sexista e racista em todos os ambientes e também a de conseguir produzir uma saúde feminista e antirracista.

A prática fonoaudiológica no atendimento a pacientes com deficiência intelectual no campo da saúde mental não é restrito apenas as ações de reabilitação neurológica, a promoção de saúde também precisa ser valorizada nesses espaços.

Uma vez que a maioria da população atendida é de jovens negros, a profissional de saúde na realização de uma prática antirracista pode possibilitar o processo de descolonização da mente com estes usuários do serviço, além de oportunizar o empoderamento, principalmente das jovens mulheres negras.

Juntamente com a produção do cuidado antirracista e feminista para com os usuários tem também a relação no ambiente de trabalho com os outros profissionais sejam da área da saúde ou da área da organização e limpeza do ambiente que se trabalha. Uma estratégia cabível de ser realizada é a viabilização de espaços de formação para estes profissionais para que posteriormente possam também produzir um atendimento que não reproduza o racismo nem sexismo para com os usuários.

À vista disto, é perceptível que pode existir uma sobrecarga para esta profissional de saúde, pois ao ter a percepção e tentar produzir uma atenção à saúde não preconceituosa acaba acumulando algumas responsabilidades além do atendimento a questões exclusivas da fonoaudiologia. No entanto, durante essa caminhada é possível identificar mudanças no local de trabalho, na relação com os usuários, e na própria pessoa que está oportunizando esta movimentação dentro da saúde.

O sofrimento psíquico originado do racismo produz consequências imensamente danosas, pois além do sofrimento da ação que foi vítima, ainda existe o processo de invisibilidade para a ocorrência, devido no Brasil ainda ser perpetuado a crença do mito da democracia racial, que duvida da fala da vítima negra e deslegitima as ações e as consequências racistas, assim a vítima passa por múltiplos sofrimentos psíquicos sozinha (SAMPAIO, 2012).

Zanetti e Sacramento (2010) destaca que cada sujeito acaba criando suas próprias estratégias para lidar com situações de discriminação. O modo que é escolhido para enfrentar o racismo e o sexismo estão diretamente ligados a dois aspectos: à construção de identificação pelo indivíduo e às suas possibilidades de socialização, informação e inserção na sociedade. Contudo deve-se ressaltar que nem todas as estratégias podem ser saudáveis e benéficas para o indivíduo, neste sentido a profissional de saúde negra que realiza esta atuação de ativista necessita também cuidar-se nos níveis da saúde física, mental e espiritual.

3 | CONCLUSÃO

Reconheço que estar presente neste ambiente como um corpo negro com as memórias despertas para o sentido de estar em diáspora faz com que a atuação para com o outro e para consigo seja ainda mais cuidadosa. Deste modo, o fato de estar trabalhando no campo da saúde mental torna imprescindível o cuidado com si mesma, seja por ações próprias ou ações de outros profissionais de saúde qualificados para tal como, terapia psicológica ou terapias alternativas.

O processo de produção do cuidado para uma atenção à saúde antirracista

e feminista é contínuo, estar em movimento seja na construção e enriquecimento teórico e viabilizando experiências na prática profissional se faz essencial, também é preciso construir narrativas escritas, acadêmicas e científicas sobre esse fazer em saúde para que possa servir de estímulo a novos profissionais, além de possibilitar uma releitura aos profissionais que já estão inseridos no mercado de trabalho a mais tempo e não teve a oportunidade de participar deste debate durante a formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Rosamaria. **O Peso do Corpo Negro Feminino no mercado da saúde: mulheres, profissionais e feministas em suas perspectivas.** Mediações, Londrina, v. 21 n. 2, p. 394-424, jul/dez. 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** Revista Sociedade e Estado. V 31. N 1. Janeiro/Abril 2016.

FALEIROS, Eva. Violência de gênero. In: TAQUETTE, Stella R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente/jovem.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p.61-67.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. IV. 1980, Rio de Janeiro. p. 223-245.

LÓPEZ, Laura Cecilia. **O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde.** Interface - Comunic., Saude, Educ., v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

RATTS, Alecsandro JP. **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras.** In: Encontro Anual da ANPOCS, XXVII. 2003, Minas Gerais.

SAMPAIO. Adriana Soares. Ecos do silêncio: algumas reflexões sobre uma vivência de racismo. In: BATISTA, Luís; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda. **Saúde da população negra.** DP et Alii Editora Ltda. 2012. P.245-254.

MULHERES NA LUTA POR PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA EXPERIÊNCIA RECENTE EM NOSSA SENHORA DA GLÓRIA (SE)

Itanamara Guedes Cavalcante

Universidade Federal de Sergipe itaenesso@yahoo.com.br

Maria do Carmo Santos Lopes

Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres mariadinhasantos@hotmail.com

RESUMO: O trabalho se caracteriza com um relato de vivência sobre a constituição da organização política das mulheres de Nossa Senhora da Glória (SE), neste sentido busca discorrer o sobre a organização e luta do movimento feminista local por direitos e políticas públicas, analisando as estratégias de mobilização, as pautas de reivindicação, as principais conquistas e desafios. Para entender o processo de constituição da luta local das mulheres se fez necessário abordar questões teóricas como o significado do feminismo e seu surgimento, a origem do movimento de mulheres e feminista no Brasil, a sua inter-relação com o movimento feminista internacional e os movimentos sociais no país, a relação com o Estado brasileiro e seus dilemas na atualidade. Observamos que as principais bandeiras de lutas do movimento de mulheres local são: Por mais participação na política, ampliação dos investimentos na Política Municipal de Mulher, melhoria na rede de proteção social as mulheres em situação de violência doméstica, garantia

da efetivação do Programa Integral Saúde da Mulher, promoção de políticas, programas e projetos sociais para as mulheres do campo, entre outras pautas locais e nacionais. A principal estratégia de mobilização promovida pelo movimento é a organização da Jornada de Luta em Defesa dos Direitos das Mulheres, realizada anualmente, com o objetivo de promover espaços de reflexão sobre o debate de gênero e o papel da mulher na sociedade e de pressionar os gestores para implementarem políticas públicas para as mulheres. O processo organizativo das mulheres é incipiente e marcada pela diversidade dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, Participação, Lutas, Políticas Públicas.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa relatar a análise sobre o processo de constituição da organização política das mulheres de Nossa Senhora da Glória, neste sentido buscou observar a organização e luta do movimento feminista local por direitos e políticas públicas e identificar as estratégias de mobilização, as pautas de reivindicações, as principais conquistas e desafios.

O município de N. S. da Glória está localizado na região do semiárido sergipano,

conhecido como Alto Sertão Sergipano, possui 32.497 habitantes, sendo 16.076 homens e 16.421 mulheres, e com estimativa de da população atingir 36.613 habitantes em 2017, (IBGE,2010), é denominado de Pequeno Porte II, seu índice de desenvolvimento humano é de 0,587 considerado baixo.

Estudar as formas de organização política local das mulheres revela sua importância ao desvelar quem são as mulheres brasileiras e como vivem e constroem suas resistências nestas cidades do interior, além disso, permitem dar voz e compartilhar a experiência de luta dessas mulheres.

A pesquisa se caracteriza como exploratória qualitativa do tipo documental e bibliográfica, os procedimentos metodológicos utilizados foram à catalogação de documentos, como ofícios, leis e relatórios, a pesquisa bibliográfica de artigos, livros, materiais informativos sobre a temática, para a interpretação dos dados coletados usamos a técnica de análise de conteúdo que permitiu uma melhor apreensão da essência dos documentos analisados como codificar o significado do feminismo e seu surgimento, a origem do movimento de mulheres e feminista no Brasil, a sua inter-relação com o movimento feminista internacional e os movimentos sociais no país, a relação com o Estado brasileiro e seus dilemas na luta por políticas públicas de igualdade de gênero.

2 | A LUTA FEMINISTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A origem da palavra feminismo é francesa “Femme” que significa Mulher em português, o que levaria a entender que o feminismo está relacionado a tudo que diz respeito a condição da mulher na sociedade. Segundo Silva e Carmuça, (2010):

Feminismo pode ser então compreendido como tudo aquilo que diz respeito à emancipação das mulheres. Hoje o feminismo é, entretanto, mais que isto. O feminismo é ao mesmo tempo uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, um movimento social que luta por transformação e uma atitude pessoal diante da vida.(SILVA e CARMUÇA, 2010, p.11)

Neste sentido, podemos caracterizar o feminismo como um movimento social que busca a emancipação das mulheres por meio da superação da sociedade patriarcal e capitalista, com um movimento internacionalista, plural e com diversas formas de organizações das mulheres, Além disso, o feminismo é, também, uma linha do pensamento social, ou seja, uma vertente teórica que visa explicar os fundamentos da sociedade patriarcal e denunciá-la.

Com relação a pluralidade do feminismo existem várias formas de designá-lo, a exemplo do feminismo negro, o feminismo lésbico, feminismo transexual, o feminismo sindical, o feminismo indígena, o feminismo popular, o feminismo acadêmico, feminismo ocidental, feminismo do cone sul, essa diversidade “[...] se constituem como um modo de pensar o feminismo e outras se configuram apenas como um espaço de atuação.”[...] (Silva e Carmuça, 2004)

O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas (ÁLVAREZ, 1990 apud COSTA, 2004, p.02).

Outra perspectiva do feminismo é ser um movimento internacionalista desde o seu surgimento, no século XIX, mantendo essa perspectiva até os dias atuais. Costa (2004 p 01-02.), corrobora com a ideia do feminismo como um movimento social moderno, assim como aponta já no seu nascedouro a perspectiva internacionalista. [...] “surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista.” [...]

A luta das mulheres que se espalhou pelo mundo no final do século XIX e início do século XX, por direitos sociais e civis, teve como principal bandeira de luta o sufrágio universal, de participarem da vida política e de intervir na democracia burguesa de diversos países.

Logo após, esse processo da luta sufragista, o movimento de mulheres e feminista passaram por uma fase de desmobilização, seu ressurgimento no contexto internacional aconteceu na década de 1960, impulsionado pelo maio de 1968, pela revolução cultural. Nesse período o movimento adota como lema o “Pessoal é Político”, com isso [...] “o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político”. [...]. (COSTA, 2004, p 02).

Com essa bandeira de luta o feminismo colocou no centro do debate político da sociedade burguesa contemporânea a discussão sobre a violação de direitos e a opressão que as mulheres vivenciam no espaço doméstico, colocando em xeque a dicotomia entre público-privado característico do pensamento político liberal e do Estado. Essa pauta do feminismo será a base da luta do movimento de mulheres e feminista para construção de uma nova concepção de cidadania.

As primeiras formas de organizações do movimento de mulheres e feminista no Brasil e em alguns países da América Latina são datadas da primeira metade século XIX com o surgimento da imprensa feminina que tinha como objetivo divulgar as ideias feministas da época. No Final do século XIX e início do século XX o Brasil passou por profundas mudanças políticas e econômicas, a começar pela mudança do regime político da Monarquia para República, a abolição da escravatura, o início do processo de industrialização e urbanização e a chegada dos/as trabalhadores/as imigrantes italianos e espanhóis.

É nesse contexto da formação socioeconômica do Brasil de surgimento e

consolidação do capitalismo que as mulheres oriundas das classes subalternas foram incorporadas, cada vez mais, no processo da produção industrial, especialmente na indústria têxtil, e passaram a ter contato com as ideias socialista e anarquista do movimento sindical da época que era impulsionado e organizado pelos trabalhadores imigrantes. As mulheres operárias se inseriram na luta sindical por melhores condições de trabalho, salário, e contra o abuso e discriminações que estavam submetidas nos locais de trabalho.

Cabe lembrar que, o surgimento da Questão Social no Brasil, acontece nas primeiras décadas do século XX, com o processo de organização dos setores da classe trabalhadora que emergiram na cena política reivindicando melhores condições de vida, de trabalho e salário por parte do Estado e do empresariado brasileiro. Nesse primeiro momento a resposta do Estado e da burguesia as reivindicações dos/as trabalhadores/as foi a repressão policial. No entanto, a persistência da luta dos/as trabalhadores/as fez o Estado, a partir de 1940, alterar sua política e passar a tratar as expressões da Questão Social como um caso de administração pública.

Além da participação das mulheres na luta sindical nesse período foram criadas diversas organizações feministas, na primeira metade do século XX, no Brasil e em diversos países da América Latina, fato que aconteceu concomitante ao surgimento de outros movimentos sociais e populares na região.

Nesse contexto ganha destaque na região a luta sufragista, no Brasil segundo Costa, (2004), destaca a fundação do “Partido Republicano Feminista, pela baiana Leolinda Daltro, com o objetivo de mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio, e a Associação Feminista, de cunho anarquista”, inspirada nos ideais do movimento sindical e grevista de São Paulo.

O direito ao voto feminino foi conquistado no Brasil em 1932 fato que também acontece em outros países da região. Logo após, a conquista do sufrágio universal, o movimento de mulheres e feminista vivencia um período de refluxo no Brasil e na América Latina e no resto do mundo, esse processo de refluxo será agravado no país com o Golpe Militar de 1964, que provocou não somente a desarticulação do movimento feminista, mas do movimento sindical, juvenil, social e popular. Cabe lembrar a pluralidade do feminismo que se fez presente quando as mulheres conservadoras participaram da marcha do cem mil com o lema “Por Deus, pela Família e pelo Brasil”, organizada por setores conservadores da sociedade brasileira, dando apoio ao Golpe Militar. Em suma a heterogeneidade política permeou a atuação e as organizações de mulheres nesse primeiro período.

Nos anos de 1970 o movimento feminista no Brasil e na América Latina ressurgiu impulsionado pela participação das mulheres nos movimentos de resistência contra a ditadura militar, ou seja, [...] “O movimento feminista era parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra a opressão das mulheres na sociedade com a batalha pela redemocratização do País.”[...] . (COSTA e SARDENBERG, 2007, p 04), e pelo processo de modernização da sociedade que

possibilitou a ampliação da presença feminina no mercado de trabalho e no sistema educacional e a influência do movimento feminista internacional da década de 1960. Essa nova fase do feminismo internacional se configura como a segunda onda do feminismo, e no Brasil e na América Latina, como um feminismo de resistência.

Observa-se que a participação das mulheres nos movimentos sociais de resistência contra Ditadura Militar possibilitou o processo de reorganização do movimento feminista, com o surgimento de novas organizações e a inclusão das pautas específicas das mulheres, como o combate a opressão e a discriminação social, na pauta geral da luta social e política promovida pelos movimentos sociais, a atitude do movimento feminista foi seguida por outros movimentos que se unificaram para, também, defender suas pautas específicas, como os negros e homossexuais.

Na década de 1980, fruto da luta política do período anterior, surge um novo cenário de luta social e de abertura do regime político ditatorial em que os partidos políticos e seus candidatos que disputaram as eleições estaduais e municipais incorporaram nas suas plataformas de governos algumas pautas feministas, colocando as mulheres com um dos públicos-alvo do seu eleitorado, isso foi fruto do processo de organização e da luta do movimento na década anterior. Um exemplo desse processo de visibilidade e institucionalização da pauta feminista foi a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, em abril de 1983, pelo Governo Estadual de São Paulo do PMDB, instituindo o primeiro mecanismo de Estado no Brasil voltado para a implantação de políticas para mulheres, em seguida vão ser criados em âmbito Federal, municipal e estadual novos conselhos e, até mesmo, Delegacia de Atendimento as Mulheres.

A partir desse novo contexto político o movimento feminista enfrentou novos dilemas e desafios, a exemplo da discussão sobre o papel do Estado na construção da cidadania feminista e os impactos no processo organizativo do movimento. O debate sobre a [...] “atuação do feminismo em nível institucional, nesse e em outros momentos, não foi um processo fácil de ser assimilado no interior do movimento. A perspectiva de atuar no âmbito do Estado representava para muitas mulheres, uma brecha na luta pela autonomia do movimento feminista”. [...] (COSTA, 2004, p. 06).

O debate sobre o feminismo institucional pode ser caracterizado como a terceira fase do feminismo no Brasil. Em meio as polêmicas e divergências no seio do movimento predominou a perspectiva da importância de pautar o Estado na implementação de medidas que alterassem a realidade desigual de gênero, como afirma Viana, (2013, pg. 378) que do ponto de vista feminista, o [...] “Estado tem um papel fundamental na alteração das condições estruturais das relações desiguais de gênero e sua intervenção dar-se-á por meio de políticas públicas, *situando esse processo reivindicatório* num contexto geral de reformulação do papel do Estado brasileiro”. [...] (grifo nossos).

A partir dessa compreensão o movimento feminista conseguiu se organizar nacionalmente e com o apoio do Conselho Nacional do Direito da Mulher - CNDM

que conduziu a campanha “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, produzindo a “Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte”, que foi apresentada a sociedade e ao parlamento Brasileiro. Esse processo de organização das mulheres ficou conhecido com o Lobby do Batom e garantiu que 80% de suas reivindicações fossem incorporadas na nova Constituição Federal de 1988.

A nova Constituinte permitiu instaurar no país um Estado Democrático de Direito assegurando liberdades democráticas, a promoção de um sistema de proteção social, a criação de canais de participação e controle social e as diretrizes constitucionais para a descentralização política, administrativa e financeira do Estado Brasileiro.

Logo após, a efervescência política e ganhos sociais da classe trabalhadora nos anos de 1980, iniciou no país a era neoliberal, que será marcada pela contrarreforma do Estado.

A agenda de reforma nesse novo momento se estrutura em torno dos seguintes eixos: a) descentralização, vista como uma estratégia de democratização, mas também como forma de garantir o uso mais eficiente de recursos públicos; b) estabelecimento de prioridades de ação (focalização ou seletividade), devido às urgentes demandas associadas à crise e ao processo de ajuste; c) novas formas de articulação entre Estado e sociedade civil, incluindo a democratização dos processos decisórios mas também a participação de organizações da sociedade civil e do setor privado na provisão de serviços públicos; e d) novas formas de gestão das políticas públicas e instituições governamentais, de forma a garantir maior eficiência e efetividade à ação estatal. (FARAH, 2004, pg. 54).

Diante da agenda da contrarreforma do Estado, os anos de 1990, vai ser palco da disputa política entre dois projetos, de um lado, o projeto de proteção social e democratização do Estado estabelecido pela CF 1988 defendido pelos movimentos sociais, sindicais e feministas, e do outro, o projeto neoliberal que promoveu a privatização, focalização, seletividade das políticas públicas e trouxe a tona a refilantropização no enfrentamento das questões sociais.

A agenda neoliberal ainda promoveu no país uma reconfiguração da relação Estado e sociedade, fazendo das diretrizes constitucionais da descentralização administrativa e política e do controle social um processo desresponsabilização do Estado, transferindo para organizações da sociedade civil, o chamado terceiro setor, a execução e, até mesmo, o financiamento das políticas públicas.

Esse processo de avanço das organizações do terceiro setor é denominado por Cisne e Gurgel, (2008, pg. 76) de “fenômeno da onguização” e provocou rebatimentos na organização das mulheres, já que no seio do movimento de mulheres e feminista passaram a existir posicionamentos distintos sobre as formas de intervenção e relação com o Estado no processo de elaboração e execução das políticas públicas, assim como provocou mudanças no perfil das ONG’S, que antes desempenhavam o papel de assessoria e captação de recursos para o movimento passando a assumirem a função de executar os serviços públicos em parceria com o Estado. Cabe ressaltar que essa nova perspectiva do movimento de mulheres e atuação das ONG’S são

influenciadas pelas organizações e movimentos feministas internacionais.

Outro rebatimento da agenda neoliberal na pauta das mulheres foi confundir a necessidade de se ter políticas direcionadas focalizadas para mulheres com o processo de focalização e seletividade das políticas públicas neoliberais que por causa do contingenciamento financeiro selecionava os setores mais vulneráveis, os pobres dos mais pobres, para terem acesso aos serviços públicos.

Salientamos que, na década de 1990, existiu um crescimento do feminismo popular que segundo Costa e Sardenberg, (2012), [...]“teve uma consequência fundamental para o movimento de mulheres mais amplo: a diluição das barreiras ideológicas e resistências ao feminismo.” Essa diversidade e pluralidade do movimento feminista vai refletir no processo de organização e mobilização da construção da IV Conferência Mundial Beijing realizada em 1995, a exemplo da auto-organização das mulheres negras, que trouxe como resultados desse processo da articulação transnacional do movimento feminista brasileiro e a fundação da Secretaria Nacional dos Direitos das Mulheres, vinculada ao Ministério da Justiça, em 2002, que teve com incumbência a construção do relatório do Brasil para a Comissão da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw),

Outra ação de organização e mobilização do movimento feminista no início dos anos 2000 que, também, merece destaque foi a elaboração da Plataforma Política Feminista que teve como objetivo incidir no processo das eleições para Presidência da República e dos Governos Estaduais, sua construção foi fruto de um amplo processo de mobilização que contou com a participação de diversas organizações.

É nesse contexto de organização e embate político do movimento feminista contra a agenda neoliberal que foi traçado as novas diretrizes da construção da cidadania feminista. A partir de 2003 com o início dos mandatos dos Governos democrático - populares de Luiz Inácio Lula da Silva, (2003-2006, 2007-2010), e de Dilma Rousseff, (2011-2014, 2014-2016), que vamos ter uma inflexão do Papel do Estado na promoção de políticas públicas e na implantação da Política Nacional das Mulheres (PNM). Em 2003 é criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), que em seguida passou a ter estatuto de Ministério, foi realizada a I Conferência Nacional de Política para as Mulheres, em 2004, e a recomposição do Conselho Nacional do Direito da Mulher – CNDM.

Destaca-se entre os avanços da PNM está a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência que foi materializado pela instituição da Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que previa a implantação de uma rede proteção social a mulher em situação de violência doméstica e de gênero, é bem verdade que, a implementação do que está previsto na Lei encontra resistência até hoje para ser executado, principalmente por parte do poder judiciário e da Segurança Pública; o incentivo financeiro aos governos estaduais e municipais para implantação dos Organismos gestores da Política para as Mulheres; a regulamentação da Lei das Domésticas, a aprovação da aposentadoria das donas de casas, a Lei do Femicídio,

a geração de emprego com carteira assinada, entre outros.

No entanto, mesmo diante dos avanços da PNM no período de 2003 – 2016, muitas foram as limitações tais como, a não prioridade da pauta das mulheres no orçamento público geral e das demais políticas públicas, já que a PNM é transversal as demais políticas sociais do Governo; a ausência de intersetorialidade das políticas públicas na gestão; o predomínio ainda do aspecto do familismo em algumas políticas e programas, a exemplo do Programa Bolsa Família - PBF e Minha Casa Minha Vida, que ao determinar que as mulheres fossem prioritariamente as titulares dos programas acabava reforçando a centralidade e a responsabilidade da mulher na esfera doméstica. É bem verdade que, mesmo esses programas reforçando o carácter do familismo, geraram contradições quando provocaram um processo de empoderamento de muitas mulheres que passaram a dispor de alguma renda familiar, as contradições são típicas das políticas sociais e da sociedade.

A PNM em meio a avanços e retrocessos nesse período de 2003-2016 foi duramente golpeada em meados de 2016 com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. O processo de afastamento da Presidenta pode ser caracterizado como um golpe político – jurídico – midiático que colocou em xeque as liberdades democráticas e os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Os desafios postos para o movimento de mulheres e feminista no Brasil podem ser sintetizados em três pontos: o desmonte da PNM representando pela não inserção das demandas das mulheres na proposta orçamentária do Governo, a SPM foi reduzida a uma simples secretaria coordenada por setores conservadores e o controle social foi esvaziado; a política macroeconômica ultraliberal da era Temerosa que afeta diretamente a vida das mulheres mais pobres, tal política foi legitimada nas urnas no pleito eleitoral quando o povo escolheu um presidente que defende o aprofundamento da agenda liberal; e o avanço do conservadorismo.

Além desses desafios o movimento de mulheres e feminista, de acordo com Camurça e Silva, (2010), enfrentam outros dilemas como: as organizações das mulheres em âmbito local, assim como em outros movimentos sociais que tem a participação de mulheres precisam reconhecer a dominação patriarcal como um eixo central da luta; No contexto da globalização é necessário aprofundar o internacionalismo feminista construindo ações coletivas e garantindo uma política de presença na arena pública mundial de forma articulada, democrática e sem hierarquias; o não reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho por do Estado e da Sociedade; a luta pelo fim da violência contra as mulheres; a necessidade de articular a luta das mulheres com a luta contra o enfrentamento do racismo e sexismo; entre outras.

2.1 A luta das mulheres gloreenses por políticas públicas

É recente o processo organizativo do movimento de mulheres feminista em N. S. da Glória/SE o seu surgimento foi impulsionado pelo Sindicato dos Servidores

Públicos Municipais – SINDISERVE-GLÓRIA, em 2010, quando realizou o I Seminário para discutir a concepção de gênero, que teve como público-alvo os/as sindicalizados/as. O Seminário ficou conhecido como a I edição da Jornada de Luta em Defesa dos Direitos das Mulheres e, posteriormente, passou a integrar o calendário de atividades permanentes do sindicato e do movimento de mulheres.

Cabe ressaltar que a jornada é uma ação realizada anualmente, durante o mês de março, em alusão ao dia internacional da Mulher, tem como objetivos [...] “promover espaços de reflexão sobre o debate de gênero e o papel da mulher na sociedade, realizar manifestações políticas para reivindicar e pressionar o poder público municipal e estadual na construção e fortalecimento de políticas públicas para as mulheres.” [...]. (CAVALCANTE; TELES; LOPES, 2016, p. 03). Portanto, se configura como principal instrumento de mobilização e visibilidade da luta das mulheres Glorenses.

A organização das mulheres sindicalistas buscou estabelecer o diálogo e articulação com os/as organizações estaduais de mulheres, com os movimentos sociais e populares locais e da região do alto sertão sergipano e com os órgãos públicos municipais, que trabalham diretamente com o atendimento as mulheres, com o intuito de fortalecer a luta e construir uma agenda unificada.

A articulação política do Sindiserve no processo da construção da luta feminista trouxe como resultado a criação do Fórum de Mulheres Glorenses (FMG), surgindo como fruto da III da Jornada realizada em 2012. O FMG que congrega a participação de mulheres, de organizações da sociedade civil (SINDISERVE, MST, Associação Luz do Sol e o Movimento Mulheres com o Peito), e de representantes do poder público (Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres, Secretaria Municipais de Assistência Social e Educação). tem como princípios a defesa da luta pela autonomia e emancipação das mulheres, a eliminação de todas as formas de exploração e opressões de gênero, sexo, étnico-racial, geracional, a defesa de uma sociedade democrática, igualitária, livre e justa, o fim da violência contra mulher e a construção de políticas públicas de igualdade gênero.

Observa-se que o movimento de mulheres no município por está vinculado ao movimento sindical revela a perspectiva classista, o feminismo sindical, porém como a principal forma de organização das mulheres é via o Fórum conclui que o movimento é heterogêneo e tem interface com outros feminismos, como o feminismo negro, popular, acadêmico. Essa heterogeneidade que permeia o FMG contribui para ampliar o debate e a luta pela emancipação das mulheres, por políticas públicas de igualdade de gênero e no combate a todas as formas de violência contra as mulheres que são as principais pautas de reivindicações do movimento.

Ao longo dos anos o movimento de mulheres em cada edição da Jornada foi obtendo conquistas importantes, a exemplo da construção da Política Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM) como a reativação da Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres (CMPM) em 2014. A luta do movimento de mulheres

foi fundamental para que o Prefeito Francisco Carlos Nogueira (PT) reativasse a Coordenadoria e criasse o Conselho Municipal do Direito da Mulher (CMDM) e garantisse dotação orçamentária.

A CMPM foi instituída pela Lei Municipal N°760/2009 que a definiu como um organismo especializado de política para mulheres que faz parte das estruturas do aparelho estatal, tendo como objetivo central a garantia dos direitos das mulheres. A coordenadoria mesmo sendo um órgão previsto na estrutura do Governo Municipal funciona na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social o que permite a articulação direta com esta política, já que uma das dificuldades da CMPM é garantir a transversalidade da temática de gênero nas políticas sociais, devido a dificuldade da gestão municipal de trabalhar as políticas de forma intersetorial.

A CMPM tem como público-alvo todas as mulheres que residem no município, porém a maior parte das mulheres atendidas pelas políticas da coordenadoria são oriundas das classes subalternas, encontra-se em situação de vulnerabilidade social, possuem faixa etária de 16 a 42 anos, o grau de instrução escolar da maioria é o ensino fundamental incompleto, o estado civil da maioria é a união estável e possuem de dois a cinco filhos. A maior demanda apresentada por estas mulheres a CMPM está relacionadas aos casos de situação de violência doméstica.

A PMPM é coordenada pela CMPM e conta com o apoio do CMDM e do Fórum de Mulheres Glorenses no processo de elaboração, execução, monitoramento e avaliação, desenvolve programas e projetos de autonomia econômica por meio de cursos de qualificação e dispõe, hoje, de uma rede de atendimento as mulheres em situação de violência.

A rede de proteção a mulher em situação de violência doméstica no âmbito da gestão municipal dispõe de alguns equipamentos sociais nas seguintes áreas: a) Assistência Social, possui um Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), que presta serviço de acompanhamento psicossocial as mulheres, dois Centros de Referências da Assistência Social (CRAS), realizam um trabalho socioeducativo e de acompanhamento das famílias; b) na área da saúde, existem seis unidades básicas de saúde e doze equipes de saúde da família. Além desses equipamentos existem alguns equipamentos sociais de âmbito estadual, como o Hospital e a Maternidade Regional do alto sertão que são sediados no município. Compõem, também, a rede de proteção as Delegacias Municipal e Regional, o poder judiciário, através da Promotoria Local e do Fórum Local, que não dispõe de uma vara especializada de violência doméstica, e o apoio das entidades da sociedade civil.

Os desafios na implementação e articulação da rede de proteção social a mulher em situação de violência são muitos, como o atendimento desumanizado, que ainda persistem, na Delegacia, a morosidade da justiça, a omissão na hora de fazer a notificação dos casos de violência nos equipamentos da rede de saúde e a própria precaridade da saúde pública.

A luta pelo fim da violência contra a mulher é uma das principais pautas de reivindicação do movimento de mulheres, já que no período de 2014 a 2017, segundo os dados fornecidos pela Secretaria do Estado de Segurança Pública (SSP/SE), foram registrados noventa e oito casos de violência e destes três casos de feminicídios, sendo os casos de violência física os mais recorrentes.

O FMG já realizou diversas atividades, como campanhas educativas, atos e audiências públicas para denunciar os casos de violência doméstica e feminicídios, chamar atenção da sociedade para importância do tema e cobrar dos órgãos públicos políticas públicas, a exemplo da implantação da Delegacia Regional de Atendimento a Mulher (DEAM). Como resposta à luta das mulheres pela implantação da DEAM o Governo Estadual designou policiais femininas para compor a equipe das Delegacias Municipal e Regional, o que permitiu um atendimento mais humanizado e que todos os casos de violência fossem registrados e instaurados inquéritos policiais. De acordo com Andrade (2016), a Delegacia Regional adotava como procedimento para solucionar os casos a [...] “mediação de conflitos, prática que não é permitida pelo Governo Federal, a mudança desta postura só ocorreu a partir do final de 2017 com a presença das polícias civis”[...].

Observa-se que a trajetória do movimento mesmo sendo recente tem avançado bastante seja no processo de organização das mulheres e das entidades por meio do Fórum, seja por meio das diversas estratégias de lutas, a exemplo da Jornada, seja pela conquista de direitos e de políticas públicas.

3 | CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A luta pela implementação dessa cidadania feminista no Brasil tem sido árdua, após aprovação da Constituição de 1988, o país adotou com modelo econômico e de Estado o Neoliberalismo, os rebatimentos desse novo modelo foram perceptíveis na vida das mulheres com o aumento da pobreza e a não implantação de políticas públicas que garantissem a cidadania feminista.

No entanto, a luta e organização das mulheres e dos trabalhadores conseguiram provocar mudanças nesse cenário neoliberal no país, no início dos anos 2000, sobre a égide de Governos do campo democrático e popular, a pauta pela construção da cidadania feminista pode florescer. No período de 2003-2015 a Política Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres foi implantada e implementada no Brasil, em um processo marcado por desafios e avanços.

Porém, diante da fragilidade política dos próprios governos do campo popular - democrático, que não conseguiram romper com a lógica neoliberal, aliado ao caráter conservador e entreguista das elites políticas brasileiras, e ao cenário mundial de avanço do capitalismo financeiro, de aprofundamento da barbárie social e do ressurgimento do neofascismo, o país vivencia um momento de restrição das

liberdades democráticas e dos direitos. A era temerosa tem como principal alvo de ataque os direitos sociais, entres esses os direitos das mulheres, por meio do desfinanciamento e do esvaziamento das políticas públicas.

Esse contexto político e econômico tem repercutido no processo de organização, de luta e de conquistas dos direitos das mulheres tanto em âmbito nacional com em âmbito local, a exemplo da luta das mulheres no município de N. S. da Glória/SE que tem enfrentado desafios para que a administração continue implementando a PMPM diante da desarticulação/ destruição da PNM, além de enfrentar problemas históricos como a não prioridade da pauta das mulheres no orçamento municipal e a não intersectorialidade entre as políticas sociais.

Além desses desafios para garantir a continuidade da política municipal para as mulheres o movimento enfrenta o surgimento de frentes conservadoras que passam a disputar a concepção de feminismo e a organização das mulheres pela perspectiva do fundamentalismo religioso impulsionada pela onda conservadora que assola o país e o mundo.

REFÊRENCIAS

ANDRADE, A. S. Ofício nº 512/2018/ DERPOL GLÓRIA: Índices de violência doméstica. Delegacia Regional de Nossa Senhora da Glória/Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, 2018.

ALVAREZ, Sônia. **Um Outro Mundo (TAMBÉM Feminista...) É Possível: Construindo Espaços Transnacionais e Alternativas Globais a Partir dos Movimentos**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003.

CAMURÇA, Silva; SILVA, Carmem. **Feminismo e movimento de mulheres**. SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Recife, 2010.

CAVALCANTE, I.G; LOPES M. C.S; TELES, L.R. **Jornada De Luta Em Defesa Dos Direitos Das Mulheres: Uma Estratégia de Prevenção e Combate A Violência Contra A Mulher**. In: Gêneros, feminismo, poderes e políticas públicas: investigações Contemporâneas. – 19º REDOR: [Livro eletrônico]. CRUZ, M. H. S; DIAS, A. F.; SANTOS, E. F. (org.) Campina Grande: Realize Eventos Científicos e Editora, 2016.

CISNE, M.; GURGEL, T. **Feminismo, Estado e Políticas Públicas: Desafios em Tempos Neoliberais para autonomia das Mulheres**. In: Revista Ser Social, v 10, n 22, Brasília: UNB, 2006.

COSTA. Ana Alice Alcantara. **O Movimento Feminista No Brasil: Dinâmicas De Uma Intervenção Política**. Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2005.

DECRETO nº 760/2009 Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória/Se.

FARAH. M. F.S. **Gênero e políticas públicas**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis:2004.

VIANA, Raquel. **Desafios e Limites das Políticas Públicas no Cotidiano das Mulheres**. In: Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública/ Gustavo Venturini e Tatau Godinho (orgs) - São Paulo: PERSEU ABRAMO, 2013.

SAÚDE INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER: DESAFIO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Divanise Suruagy Correia

João Klínio Cavalcante

Laura Marques Angelo Neto

Maria das Graças Monte Mello Taveira

Viviane Maria Cavalcante Tavares

Sandra Lopes Cavalcanti

RESUMO: O Projeto de extensão Saúde Integral à Saúde da Mulher apresenta uma abordagem multidisciplinar sobre o tema realizado em uma comunidade da periferia de Maceió, Alagoas, Brasil, composto por docentes e discentes da área da saúde e de humanas, da Universidade Federal de Alagoas. Aconteceu através de reuniões semanais de seus membros para planejamento das ações práticas na comunidade, capacitação sobre os temas estabelecidos. As ações na comunidade aconteceram mensalmente com participação de usuárias da comunidade Denisson Menezes, com o apoio de Agentes Comunitários de Saúde, através de chamada por cartazes espalhados durante a semana na unidade. Foram discutidos temas como corpo e sexualidade, saúde mental, câncer de mama e de colo de útero, empoderamento e autoestima da mulher, Infecções Sexualmente Transmissíveis, envelhecimento, parto humanizado e violência obstétrica, maternidade nos dias atuais, alterações metabólicas, aborto,

violência e assédio. Destacamos que o trabalho em equipe multidisciplinar e a estratégia de abordagem através da roda de conversa foi o diferencial do projeto, que aparece como uma semente de reflexão sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da Mulher; Saúde Integral; Gênero e Saúde; Extensão Universitária; Saúde da Família.

WOMEN'S INTEGRAL HEALTH: CHALLENGE OF A UNIVERSITY EXTENSION PROJECT

ABSTRACT: The Extension Project Integral Health to Women's Health presents a multidisciplinary approach on the theme carried out in a community on the outskirts of Maceió, Alagoas, Brazil, composed of teachers and students from the health and human area, from the Federal University of Alagoas. It happened through weekly meetings members to plan practical actions in the community, training on the established themes. The actions in the community took place monthly with the participation of users Denisson Menezes' community, with the support of Community Health Agents, through the call for posters spread during the week in the unit. Were discussed topics such as body and sexuality, mental health, breast and cervical cancer, women's empowerment and self-esteem, sexually transmitted infections, aging,

humanized childbirth and obstetric violence, current motherhood, metabolic disorders, abortion, violence and harassment. We highlight that the multidisciplinary teamwork and the approach strategy through the conversation wheel was the differential of the project, which appears as a reflection seed on the theme.

KEYWORDS: Women's Health; Integral Health; Gender and Health; University Extension; Family Health.

INTRODUÇÃO

A saúde é conhecida pela conceito padrão da Organização Mundial de Saúde que afirma ser não apenas a ausência de doença, mas também o bem-estar biopsicossocial e espiritual, no entanto este conceito é muito amplo e pouco considera especificidades e necessidades de cada indivíduo, visto que a realidade multifacetada e sua complexidade deve ser considerada na visão da pessoa como um ser completo.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher no Brasil traz em seu manual de 2011, uma abordagem que busca enfocar questões de gênero, integralidade, promovendo a saúde na procura de alcance dos direitos sexuais e reprodutivos, além disso objetiva a atenção durante a gestação, ao abortamento inseguro e ao planejamento familiar. Outro aspecto muito importante que ela se refere é o combate à violência doméstica e sexual (BRASIL, 2011).

Todavia ainda é comum uma abordagem à saúde da mulher de forma restrita, abordando principalmente aspectos biológicos e anatômicos do corpo feminino, momento em que o corpo feminino é visto na sua função reprodutiva e a maternidade seu principal atributo. Nessa visão a saúde da mulher limita-se à saúde materna ou à ausência de enfermidade associada ao processo de reprodução biológica (BRASIL, 2011; FERNANDES, 2019; SILVA, 2019).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2014) para o curso de Medicina vem sendo atualizadas nos últimos anos, preconizando a aproximação dos docentes e discentes com o Sistema Único de Saúde (SUS) particularmente a Atenção Primária (AP) na busca de princípios como a integralidade. Questões biopsicossociais são consideradas e estudadas nesse nível de atenção à saúde, todavia ainda são carentes discussões dos direitos sexuais e questões de gênero tanto nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) como no referido curso, o que se constata nos estudos publicados e nas ementas e grades curriculares. Isto se reflete na formação dos profissionais médicos, carentes de uma formação integral sobre saúde da mulher (FERNANDES et al, 2019; SILVA et al, 2019). Há muito se sabe que as mulheres têm determinantes de saúde diferentes dos homens e que vão além do espectro reprodutivo (BRASIL, 2011).

A evolução da história mostra que as políticas públicas homogeneizaram as

pessoas, não especificando a diferença entre os gêneros. No Brasil, quando se trata de políticas à Saúde da Mulher, a visão geral é de atenção ao parto e à maternidade. Dessa forma para a renovação desse cenário é imprescindível que ocorram transformações na visão dos profissionais de saúde em formação, no intuito de reduzir a desigualdade entre gêneros e proporcionar um atendimento mais integral à mulher (PEDROSA, SPINK, 2011; BRASIL, 2011).

O SUS preconiza a Atenção Primária (AP) como a porta de entrada ao sistema de saúde, sendo atualmente a Estratégia de Saúde da Família (ESF) o modelo preferencial de organização na AP no Brasil, almejando que essa estratégia aproxime do processo de saúde-doença dos usuários de forma ímpar envolvendo a família e a comunidade. Consta-se que a ESF ampliou e modificou o acesso aos serviços de atenção à saúde no Brasil, particularmente em áreas mais carentes socioeconomicamente, porém urge uma transformação na forma do cuidar que pode ocorrer através da reformulação da dinâmica de trabalho, levando a uma assistência coletiva, inter e multiprofissional com foco no sujeito, na família e no contexto social onde ele/as estão inserido/as (BRITO et al, 2018).

Tal como a sociedade como um todo, no Brasil as mulheres vêm envelhecendo e esse crescimento da população idosa traz provocações à nossa sociedade em diversos setores como: econômico, de infraestrutura urbana e de serviços. No setor saúde vemos o SUS se deparando com a necessidade de se readequar, reestruturar e reorganizar diante do aumento da prevalência de doenças crônicas. Damaceno e Chirelli nos diz que:

“Destaca-se a cogestão que entrevê a necessidade da operacionalização de um cuidado por meio da integração entre os profissionais, gestores e usuários, na perspectiva de constituir o projeto terapêutico a partir das necessidades dos usuários, tornando-os ativos e participativos, como também, operando nas mudanças das relações e no contexto de trabalho da equipe” (2019, p. 1638)

O que demonstra a necessidade dos profissionais se capacitarem para assistirem de uma melhor forma esta faixa etária da população brasileira. Assim a ESF, palco de nosso projeto, é um meio propício para essa reorganização abordando os idosos de forma diferenciada em suas práticas, estimulando o envelhecimento sadio e ativo, o que pode ocorrer através da integralidade do cuidado ao idoso, bem como da inserção em um contexto social favorável considerando suas capacidades e potencialidades (DAMACENO E CHIRELLI, 2019)

As questões de gênero vêm ocupando espaço nos últimos anos no meio científico. Oliveira et al (2019, pp 11-12) considera que para se obter direitos os caminhos devem ser iniciados nas

“articulações entre os sujeitos, no espaço da sociedade civil, principalmente por considerar que o próprio direito à saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS), se deu também por meio das lutas de movimentos sociais, como a reforma sanitária. [...] apesar da saúde ser um direito social afirmado na Constituição Federal de 1988, ela deve ser percebida como um objeto complexo e a sua manutenção exige ações permanentes e dependentes da participação ativa de vários atores sociais

Trabalhar com questões de gênero traz reflexões sobre papéis, identidades e valores atribuídos a homens e mulheres como construções sociais e históricas que acontecem e evoluem (ou não). Assim gênero é uma categoria de análise que deve ser pensada desde o descobrimento de normas que determinam as relações de poder, destacando-se as relações entre mulheres e homens como um relacionamento de poder (FALCONE, 2019). Poder que pode levar ao exercício de uma violência, geralmente contra a mulher, ainda vista como o sexo frágil, que se submete a uma relação desnivelada hierarquicamente nesta relação homem – mulher, por diversas razões historicamente construídas.

Apesar de ser antiga a questão da violência, nos últimos anos houve um despertar para seu estudo, principalmente no Brasil, tornando-se um problema de saúde pública. Para sua abordagem são necessários enfoques e recursos inovadores. A violência doméstica se destaca, e é frequente e mundialmente distribuída, envolvendo geralmente uma pessoa familiar ou do convívio da vítima. As ações de violência acarretam sequelas que provocam baixa autoestima e muitas vezes problemas de saúde, com risco de ideação suicida e depressão (CRUZ, IRFFI, 2019; SILVA et al, 2016).

Outro tipo de violência contra mulher, surge a violência obstétrica que vem sendo estudada cientificamente além de debatida na área jurídica, com atuações do Ministério Público e intervenções de saúde pública. Esse tipo de violência foi reconhecido como problema de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde, dessa forma tornam-se relevantes as ações que possibilitam maior visibilidade no sentido de prevenção para essa forma de violência nas práticas de saúde despertando atenção da necessidade de políticas públicas, bem como pesquisas e intervenções (DINIZ et al, 2015).

Entendemos neste trabalho que atuar na discussão de problemas sociais, culturais e econômicos, tais como a autoestima das mulheres, a violência, o envelhecimento, o autoconhecimento, a tripla jornada e a discriminação de gênero é lidar diretamente com Saúde.

A extensão universitária é um dos tripés básicos da Universidade, junto ao ensino e a pesquisa. O que torna as ações neste contexto um processo multidisciplinar, educativo, científico e muitas vezes político, por gerar a integração não só entre estudantes e professores, como também a transformação de todos envolvidos destacando-se a comunidade onde e com quem se trabalha (SILVA et al, 2016)

Entendemos também que através da extensão universitária os muros são ultrapassados, quando conhecimentos são trocados entre universidade e comunidade, ocorrendo maior integração o que possibilita a formação de profissionais como novos olhares e saberes.

Embasados nos aspectos acima citados planejamos e executamos um projeto

de extensão na Faculdade de Medicina (FAMED) da Universidade Federal de Alagoas, nos anos de 2018 e 2019, com objetivos de: 1) vivenciar ações de atenção à saúde da mulher de forma crítica, com enfoque na saúde integral; 2) sensibilizar sobre os determinantes sociais implícitos e explícitos na saúde da mulher; 3) discutir sobre a saúde mental feminina e saúde da mulher idosa; 4) sensibilizar sobre os impactos da violência contra a mulher e violência obstétrica; 5) propiciar a reconstrução da autoestima das mulheres e empoderá-las sobre seus corpos e sexualidade; 6) conscientizar mulheres sobre as patologias mais prevalentes (neoplasias de útero e mamas, alterações metabólicas e ISTs) e seus cuidados; 7) produzir material pedagógico e científico para propagar os objetivos do projeto.

Neste momento objetivamos descrever o desafio de coordenar e realizar um projeto de extensão voltado à atenção integral à saúde da mulher intitulado Atenção Integral à Saúde da Mulher - AISAM.

MÉTODO

O projeto nasceu da iniciativa de duas discentes do curso de Medicina da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) que foram orientadas por uma docente da Faculdade de Medicina (FAMED). Após a elaboração do projeto, houve a submissão e aprovação ao Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas (ProCCAExt) em fevereiro de 2018 e em seguida a divulgação do Projeto entre os cursos da área da saúde e de suas ideias e a realização de um processo seletivo, no mês de abril de 2018, quando foram escolhidos dez discentes da área de saúde da UFAL como novos membros, totalizando, assim, um grupo com 12 pessoas de variadas graduações da área da saúde e humanas: Medicina, Enfermagem, Nutrição, Farmácia, Psicologia, Serviço Social. Durante o processo ocorreu também a integração de outros docentes, particularmente do professor que acumula o papel de docente da FAMED e de médico da família na USF, na comunidade onde foi realizado o projeto enriquecendo-o de forma multiprofissional. Contamos então com profissionais das áreas da medicina, psicologia e serviço social.

As ações pedagógicas do projeto foram realizadas nas salas de aulas FAMED-UFAL e as práticas no Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN) do Conjunto Denisson Menezes, em parceria com a Unidade de Saúde da Família (USF) Denisson Menezes, localizados no bairro Tabuleiro dos Martins, nas proximidades da UFAL. O CREN e a USF são referências para a comunidade que foi envolvida. A USF abrange três equipes da ESF e atende às usuárias cadastradas na região, os principais alvos do projeto.

As atividades do projeto foram divididas em três eixos: 1 - Capacitação teórica; 2- Práticas no CREN; 3- Produção de materiais educativos e de estudos científicos.

Mensalmente foram realizadas capacitações teóricas com os membros do

projeto sobre um tema previamente determinado, quer seja na forma de palestras e ou de debates, envolvendo especialista convidados para tal. Posteriormente, era executada a ação prática com a apresentação e discussão dos conhecimentos adquiridos pelos integrantes do projeto junto as usuárias da ESF do Conjunto Denisson Menezes através de rodas de conversa.

Essa configuração das propostas pedagógicas, com uma capacitação prévia de no mínimo uma semana antes da ação prática, foi uma estratégia imprescindível para a existência de um cuidado, demandado por certas temáticas na abordagem das usuárias como, por exemplo, o tema violência obstétrica. Além disso, esses encontros prévios foram essenciais para a fabricação dos recursos didáticos para a prática, como cartazes, cartilhas, bem como o treino na técnica da roda de conversa utilizada nos encontros com as mulheres participantes entre outros.

Para esses encontros foram convidados profissionais especialistas no tema a ser discutido, no sentido de que os discentes se tornassem aptos a apresentar o tema e fomentar a discussão nas rodas de conversas.

A roda de conversa é uma estratégia política libertadora, que favorece a emancipação humana, fundamentada na pedagogia crítica de Paulo Freire, o que leva a uma melhor instrumentalização para prática educativa (FREIRE, 2011) além de contribuir para despertar a reflexão e o diálogo do grupo podendo levar uma intervenção direcionada para a transformação das usuárias quanto ao tema discutido no momento da roda (FIGUEIRÊDO, QUEIROZ, 2018).

Os temas trabalhados foram: corpo e sexualidade, saúde mental, câncer de mama e de colo de útero, empoderamento e autoestima da mulher, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) saúde da mulher idosa, parto humanizado e violência obstétrica, maternidade nos dias atuais, alterações metabólicas, aborto, violência e assédio.

No projeto foram usados materiais básicos para expressão escrita como: lápis piloto para quadro branco, cartolinas, cartilhas, papéis, canetas, assim como o material audiovisual: projetor e câmera, além de computador, caixa de som e impressora sendo produzido matéria didático para a melhor abordagem de alguns temas.

Além disso eram distribuídos panfletos na comunidade e na UBS uma semana antes do encontro com as usuárias divulgando o mesmo e procurando a sensibilizar as mulheres da comunidade para participar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do projeto 12 discentes dos diversos cursos envolvidos, além dos doentes e palestrantes convidados para cada tema específico, o que já mostra o alcance de um dos objetivos que era integração entre áreas de saberes, todavia a tarefa de implementação do projeto de extensão integrando vários cursos da saúde e

área humana não foi fácil, sendo considerando desafiador para as duas discentes de Medicina que elaboravam a ideia inicial, tendo em vista a dificuldade de estudar em um curso de horário integral e realizar um projeto de extensão concomitantemente.

A literatura aponta que “a falta de tempo para outras atividades fora o curso de medicina é vislumbrada como responsável pela impossibilidade de manter níveis desejáveis de descanso, lazer, trabalho e alimentação” (FIGUEIREDO, 2014, p 440). Além disso, a proposta atual de se trabalhar com base na multidisciplinaridade trouxe mais um complicador tendo em vista a pouca familiaridade dos profissionais envolvidos nesse método.

Segundo Roquete:

“Apesar de a interdisciplinaridade e a visão complexa serem temas ainda pouco discutidos no âmbito da saúde, nas práticas dos profissionais de saúde o pensamento complexo é necessário, pois se deve considerar o tempo, o espaço e os contextos ético, social, político, econômico, dentre outros, que constituem o real” (2012, p 471).

Destacamos também como um dos maiores desafios enfrentados pelo grupo envolvido foi o fato de conseguir a frequência das mulheres usuárias da ESF nos encontros semanais. Apesar da divulgação maciça por meio de cartazes e de distribuição de panfletos tanto na USF quanto no CREN, além do envolvimento do docente/médico e das Agentes Comunitárias de Saúde da ESF era pequeno o número de mulheres que compareciam às ações marcadas, em comparação ao nosso desejo de envolvimento.

Ao realizar um estudo de campo para tentar entender os motivos da abstenção, foi possível perceber que tal problema é compartilhado por todos os projetos realizados na região. Como solução, foi sugerido pela coordenadora do CREN que substituíssemos a distribuição dos panfletos na entrada do CREN pela fixação destes nas agendas escolares das crianças residentes na comunidade, além de colher os contatos telefônicos de todas as mulheres que foram às ações para avisá-las por meio de telefonema dos eventos subsequentes.

Na literatura, foram encontradas respostas semelhantes em relação à participação dos programas e atividades educativas oferecidos nas unidades de saúde. Trabalho realizado com eventos semanais oferecidos para a terceira idade em Minas Gerais descreveu que o público alvo comparece ao local apenas para agendamento de exames e consultas, esse comportamento pode enfraquecer as estratégias preventivas e promotoras de saúde e qualidade de vida (SILVÉRIO, 2016).



Figura 1 – Panfleto de convite para as reuniões

Outro grande desafio de nosso projeto foi o estabelecimento de um diálogo apropriado com as usuárias durante as ações, especialmente, porque decidimos que a construção do conhecimento se fundamentaria nas rodas de conversa, às vezes carentes de fluidez e foco. Isso se agrava em ações com temas considerados tabu como, por exemplo, sexualidade e aborto, pois há um bloqueio inicial esperado na fala por parte das mulheres. Nesses casos, os integrantes do AISAM buscavam estratégias para permitir a descontração através de dinâmicas e a participação como relatos pessoais para assim desenvolver empatia e segurança entre as mulheres e o grupo.

O início de um diálogo requer estabelecimento de um vínculo anterior e uma relação de confiança, o que exige dos pretensos educadores a capacidade de se despir de seus julgamentos, tendo em vista que a prática de alguns profissionais é marcada por preconceitos e tabus (ARAÚJO, 2006, p 324).

A adequação do nível de escolaridade e alfabetização das mulheres usuárias, se refletiu no conhecimento adquirido durante as reuniões uma vez que muitas usuárias do Conjunto Denisson Menezes não sabem ler e nem escrever. Por isso, optou-se por mais rodas de conversa e dinâmicas do tipo gincanas e menos apresentações de slides, recurso usado apenas para projetar imagens. Do mesmo modo, foi feita uma adaptação da linguagem e dos exemplos usados durante as discussões e também foram elaboradas cartilhas didáticas construída com base em tópicos e imagens, além de outros instrumentos facilitadores do processo de aprendizagem como a exibição de vídeos e *quizz* de perguntas com respostas do tipo “verdadeiro ou falso”.



Figura 2 - Roda de conversa em ação do projeto AISAM

A falta de materiais didáticos e o baixo nível de escolaridade é uma das dificuldades para realização de oficinas educativas em comunidades carentes, principalmente por causa do alto índice de analfabetismo no município em questão (MELO, 2005). A apresentação de materiais ilustrativos como cartazes, modelos anatômicos, entre outros é necessário para transmissão de informações de maneira clara. Foram confeccionados materiais para este projeto como o apresentado na figura 3.

Outra grande dificuldade é a falta de assiduidade também entre os discentes membros do projeto. O que torna necessário um grande esforço para conciliar as datas de execução das capacitações teóricas e das ações práticas com as atividades e programas individuais de cada membro, principalmente as primeiras, pois elas dependem ainda da disponibilidade dos palestrantes.



Figura 3 - Cartilha sobre Saúde Mental - Projeto AISAM

Ademais, percebemos a necessidade de divulgar a bagagem adquirida na extensão com a comunidade acadêmica e geral, o que motivou a elaboração de trabalhos científicos que foram apresentados no XX Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (XX REDOR) em Salvador -BA em 2018. Foi elaborado também projeto de pesquisa,

modalidade qualitativa através de grupos focais, a fim de analisar as visões sobre o empoderamento feminino, a violência doméstica e saúde mental entre as usuárias participantes deste projeto.

CONCLUSÕES

O trabalho em equipe multidisciplinar e a estratégia de abordagem através da roda de conversa foi o diferencial do projeto, que aparece como uma semente de reflexão sobre o tema.

Identificamos alguns resultados de nosso projeto, tais como: superação de obstáculos para sua execução e devolutivas das mulheres que participaram das ações do AISAM. Fatos estes motivam o grupo para a continuidade e aperfeiçoamento na busca de servir de exemplo para que outros grupos repliquem as extensões universitárias voltadas à saúde feminina, ainda pouco discutida fora do eixo reprodutivo-maternal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Transdisciplinaridade e Saúde Coletiva. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 2, n. 1-2, p. 5-20, jan, 1997.

ARAUJO, Maria Alix Leite; GALVÃO, Marli Teresinha Gimeniz; SARAIVA, Micheli Morais Martins; ALBUQUERQUE, Angela Dias. Relação usuária-profissional de saúde: experiência de uma mulher homossexual em uma unidade de saúde de referência de Fortaleza. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 10, n. 2, p. 323-327, abr/jun, 2006.

BRITO Geraldo Eduardo Guedes de, MENDES Antonio da Cruz Gouveia, NETO Pedro Miguel dos Santos. O objeto de trabalho na Estratégia Saúde da Família. **Revista Interface**, v. 22, n. 64, p. 77-86, jan/mar, 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 3, de 20 de junho de 2014**. Disponível em: <https://faceres.com.br/cursos/medicina/diretrizes-curriculares-nacionais-medicina-de-2014>. Acesso em: 15/03/2018.

CRUZ, Mércia Santos; IRFFI, Guilherme. Qual o efeito da violência contra a mulher brasileira na autopercepção da saúde? **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 24, n. 7, p. 2531-2542, jul, 2019.

DAMACENO Maria José Caetano Ferreira, CHIRELLI Mara Quaglio Chirelli . Implementação da Saúde do Idoso na Estratégia Saúde da Família: visão dos profissionais e gestores. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 24, n. 5, p. 1637-1646, mai, 2019.

DINIZ, Simone Grilo, SALGADO, Heloisa de Oliveira, ANDREZZO, Halana Faria de Aguiar, Carvalho, Paula Galdino Cardin de, Carvalho, Priscila Cavalcanti Albuquerque, Aguiar, Cláudia de Azevedo, & Niy, Denise Yoshie. Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção. **Journal of Human Growth and Development**, v. 25, n. 3, p. 377-384, 2015.

FERNANDES, Flávia Emília Cavalcante Valença; NASCIMENTO, Mayra Cavalcante do; ARRUDA, Palloma Lopes de; MELO, Rosana Alves de. Impacto das ações de alimentação dos sistemas de informação da atenção primária sobre a atenção aos indivíduos e comunidade. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental (Online)**, v. 11, n. 4, p. 862-867, jul/set, 2019.

FIGUEIREDO, Adriana Maria; RIBEIRO, Gustavo Meirelles; REGGIANI, Ana Luiza Martins; PINHEIRO, Bruno de Araujo; LEOPOLDO, Gabriela Oliveira; DUARTE, Jessica Almeida Horta; OLIVEIRA, Lúcia Barros; AVELAR, Luisa Martino. Percepções dos estudantes de medicina da UFOP sobre sua qualidade de vida. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 38, n. 4, p.435-443, ago, 2014.

FIGUEIRÊDO Alessandra Aniceto Ferreira de, QUEIROZ Tacinara Nogueira de. A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 10, 2016. Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de SC, 2013. Disponível em:

<http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373241127>

Acesso em 10 de abr. 2018.

MELO, Gilberto; SANTOS, Regina Maria; TREZZA, Maria Cristina Soares Figueiredo. Entendimento e prática de ações educativas de profissionais do Programa Saúde da Família de São Sebastião - AL: detectando dificuldades. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 58, n. 3, p. 290-295, maio/jun, 2005.

OLIVEIRA Barbara de Paula, SILVA Marco Aurélio Santana da, SOUZA. O direito à saúde de pessoas trans* no Distrito Federal: entre o direito de existir e o direito à equidade. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 8, n.1, p. 10-25, jan/mar, 2019.

FALCONE, Rosa. Género y enfoque historico-social. Las mujeres en el tiempo . **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 4, p. 1323-1347, out/dez, 2019.

ROQUETE, Fátima Ferreira; AMORIM, Maria Marta Amâncio; BARBOSA, Simone de Pinho; DE SOUZA, Danielle Cristina Moreira; CARVALHO, Daclé Vilma. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: em busca de diálogo entre saberes no campo da saúde pública. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, v. 2, n. 3 p. 463-474, 2012.

SILVA, Patrick Leonardo Nogueira da et al . Práticas educativas sobre violência contra a mulher na formação de universitários. **Revista Bioética**, v. 24, n. 2, p. 276-285, 2016.

SILVA Nirlande Rodrigues da, Xavier Heloísa Rodrigues, Rocha Thiago Lara da, SANTOS Veridiana Lourenço Tavares, Magda de Mattos Magda , SANTOS Débora Aparecida da Silva et al. Perfil de saúde de mulheres atendidas em estratégias saúde da família em Mato Grosso. **Journal Health NPEPS**, v. 4, n. 1, p.242-257, jan/jun, 2019.

SILVERIO, Natalia de Toledo. A baixa adesão dos idosos aos Programas de Atenção na Unidade Escola em Passos Minas Gerais. 2015. Trabalho de conclusão de curso, especialização em atenção básica em saúde da família, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SPINK Mary Jane Paris; PEDROSA Claudia Mara. A Violência Contra Mulher no Cotidiano dos Serviços de Saúde: desafios para a formação. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n.1, p. 124-135, 2011.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO - Doutoranda em Educação Escolar. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX”.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alcoolismo 6, 103, 104, 105, 109, 110, 139

Anti-racismo 194

Atenção à saúde 7, 10, 140, 194, 195, 196, 197, 198, 213, 214, 216, 221

Autobiografia 80, 81

C

Cárcere 174, 176, 178, 179, 180, 182

Carolina de Jesus 160, 185, 186, 187, 188, 192

Ciberativismo 90, 93, 101

Corpo Humano 13, 14, 15, 16, 19, 25, 26

Currículo 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 53, 95

D

Diversidade 25, 55, 114, 120, 124, 129, 131, 134, 159, 186, 189, 195, 200, 201, 206

Dramaturgia de F(r)icção 80

E

Educação 1, 3, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 37, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 61, 66, 67, 74, 77, 106, 110, 128, 133, 134, 137, 150, 152, 154, 159, 160, 165, 181, 183, 188, 189, 193, 208, 216, 221, 222, 223

Elza Soares 185, 186, 190, 192

Ensino de Ciências 13, 14, 16, 19, 24, 25, 26

Escola 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 168, 169, 221, 222

Escola primária 13, 14, 16, 17, 18, 20, 22, 25, 26

Estado da Bahia 28, 30, 33, 35, 37, 38, 124, 128

Estratégias negras de resistência 185, 191

Exclusão social 132, 135, 137, 139, 142, 177

Extensão universitária 212, 215

F

Fatores psicossociais 103, 104, 105

Feminicídio 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 206

G

Gênero 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 83, 90, 101, 105, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 132, 133, 134, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 155, 162, 164, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176,

177, 179, 180, 183, 186, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 204, 206, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 220, 222

I

Inaicyra Falcão 185, 186, 188, 192

L

Laqueadura 112, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121

Legislação 28, 30, 38, 65, 71, 73, 98, 145, 174, 179, 182

Lutas 57, 59, 66, 71, 84, 158, 165, 189, 200, 203, 210, 214

M

Memória 26, 66, 154, 155, 164, 165, 166, 167, 168, 172, 173, 177

Mercado de trabalho 4, 18, 62, 64, 104, 143, 144, 145, 147, 151, 152, 153, 165, 196, 199, 204

Movimentos feministas 56, 57, 58, 59, 60, 62, 66, 71, 113, 170, 206

Mulher 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 15, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 84, 88, 92, 93, 94, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 114, 116, 118, 119, 132, 145, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 160, 164, 165, 169, 170, 171, 173, 182, 187, 188, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 19, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 87, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 130, 132, 139, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 185, 186, 187, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222

Museologia 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Museu 13, 16, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163

N

Normativas 94, 133, 174, 180, 181, 182, 183

P

Parteiras e doulas brasileiras 90

Participação 31, 64, 65, 71, 84, 95, 101, 116, 121, 137, 145, 149, 150, 152, 165, 200, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 212, 214, 218, 219

Performance 80, 81, 82, 85, 86, 88, 104, 192

Política 5, 6, 7, 8, 10, 20, 21, 27, 29, 49, 59, 64, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 82, 90, 95, 104, 105, 125, 136, 138, 139, 140, 141, 152, 155, 159, 164, 165, 170, 171, 172, 176, 181, 182, 187, 188, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 217, 221

Políticas para as mulheres 11, 56

Políticas públicas 30, 33, 37, 38, 62, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 103, 105, 135, 137, 138, 140, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 183, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 213, 215
População em situação de rua 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141
População “T” 174
Projeto ponto de cidadania 135, 136
Psicologia 49, 103, 105, 109, 124, 125, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 216, 222

R

Redes sociais digitais 90
Relações de gênero 3, 4, 9, 11, 38, 64, 66, 68, 69, 70, 74, 76, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 153, 196, 220
Representação social 13, 23, 105, 108, 135, 138, 140, 160
Reprodução 40, 43, 52, 54, 58, 68, 70, 71, 72, 112, 113, 119, 120, 122, 123, 213

S

Saúde 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 23, 25, 27, 47, 50, 51, 52, 54, 71, 91, 92, 94, 98, 101, 102, 104, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 126, 128, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 150, 179, 181, 184, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222
Saúde da família 8, 128, 209, 212, 214, 216, 221, 222
Saúde da mulher 2, 3, 7, 200, 212, 213, 214, 216, 217, 221
Saúde integral 197, 212, 216
Segregação 61, 130, 138, 143, 144, 145, 146, 147, 151, 152, 153
Sexualidade 4, 15, 20, 31, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 91, 113, 116, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 155, 162, 165, 171, 173, 212, 216, 217, 219, 223
Sindicalismo 164, 172

T

Trabalho 2, 4, 5, 6, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 31, 44, 53, 56, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 88, 91, 92, 93, 95, 99, 104, 108, 109, 112, 115, 119, 120, 123, 124, 127, 137, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 203, 204, 207, 209, 212, 214, 215, 218, 221, 222

V

Violência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 22, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 49, 54, 60, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 81, 91, 103, 106, 107, 109, 111, 122, 123, 124, 126, 127, 130, 131, 138, 171, 174, 175, 176, 177, 183, 191, 197, 199, 200, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 221, 222
Vulnerabilidade 4, 135, 137, 177, 180, 184, 209

